

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Henrique Araujo Aragusuku

“É como um elefante numa loja de cristais”: Mundos, narrativas e mobilizações contra o gênero no Brasil

São Paulo
2024

HENRIQUE ARAUJO ARAGUSUKU

“É como um elefante numa loja de cristais”: Mundos, narrativas e mobilizações contra o gênero no Brasil

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Prioli Cordeiro

Coorientador: Prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval

São Paulo
2024

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO,
PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Aragusuku, Henrique Araujo

"É como um elefante numa loja de cristais": Mundos, narrativas e mobilizações
contra o gênero no Brasil / Henrique Araujo Aragusuku; orientadora Mariana
Prioli Cordeiro; co-orientador Salvador Antonio Mireles Sandoval. -- São Paulo,
2024.

232 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto
de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2024.

1. GÊNEROS (GRUPOS SOCIAIS). 2. NARRATIVA. 3. PSICOLOGIA
POLÍTICA. 4. ETNOGRAFIA. 5. MOVIMENTOS SOCIAIS. I. Cordeiro,
Mariana Prioli, orient. II. Sandoval, Salvador Antonio Mireles, co-orient. III.
Título.

Nome: Aragusuku, Henrique Araujo

Título: “É como um elefante numa loja de cristais”: Mundos, narrativas e mobilizações contra o gênero no Brasil

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção de título de Doutor em Ciências (Área de Concentração: Psicologia Social)

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo a Maria Fernanda Aguilar Lara, minha companheira de vida há mais de 10 anos, que acompanhou pacientemente o desenvolvimento deste trabalho do seu início ao fim. Sem o seu apoio cotidiano, creio que os principais resultados da pesquisa não teriam sido alcançáveis. Agradeço a cada escuta, conversa, acolhimento, discussão, leitura e releitura que me ajudou a pensar criticamente sobre a pesquisa.

Agradeço a Mariana Prioli Cordeiro por aceitar o desafio de uma pesquisa tão imersa em polêmicas e conflitos políticos, e pelas orientações nesses últimos sete anos (se contado o mestrado) – sempre muito cuidadosas, fundadas no respeito e diálogo, e atentas às nuances epistemológicas, metodológicas e teóricas que perpassam uma pesquisa social.

Agradeço a Salvador A. M. Sandoval pelas orientações e por todas as contribuições para a pesquisa, para além das trocas e aprendizados possibilitados pelo Núcleo de Pesquisas em Psicologia Política e Movimentos Sociais (NUPMOS), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em especial, agradeço a André Luis Leite de F. Sales, Fernanda Maria Munhoz Salgado, Thaís Zschieschang e Rodrigo Cavalcanti M. C. Barbosa.

Agradeço por todas as trocas e aprendizados que tive no Núcleo de Democracia e Ação Coletiva (NDAC), do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Em especial, agradeço a Adrian Gurza Lavalle, Matheus Mazzilli Pereira, Jacqueline Moraes Teixeira e Ana Claudia Salgado Cortez.

Agradeço a Tina Hilgers e Rubens Lima Moraes por todo o acolhimento durante o período em que realizei meu estágio doutoral no Departamento de Ciência Política da Concordia University, em Montreal, Canadá.

Agradeço pelas trocas e aprendizados que tive no breve grupo de estudos sobre direitas contemporâneas, criado em 2019 e interrompido pela pandemia. As discussões realizadas nele deram as bases para a presente pesquisa e guiaram os seus rumos. Em especial, agradeço a Camila Rocha, Celina Lerner e Alrik Schubotz.

Agradeço às pessoas com as quais dialoguei ao longo da pesquisa em relação à temática das mobilizações antigênero no Brasil: Sonia Corrêa, Marco Aurélio Máximo Prado, Rafael Barifouse, Lucas Bulgarelli, Gabriela Montez Holanda da Silva e Juliana Inez Luiz de Souza. Especialmente, agradeço a João Gabriel Maracci por todos os diálogos, trocas e parcerias.

Agradeço a todas as pessoas que abriram um espaço em suas vidas, me deram um voto de confiança e concederam entrevistas para a pesquisa: Adriano José Lima e Silva, Allysson Vidal Vasconcelos, Angela Vidal Gandra Martins, Bruno Mendes, Carmen Alves, Eugenia Rodrigues, Frederico Viotti, Guilherme Martins, Ivana Brandão Costa, Lucas Berlanza, Lucas Henrique de Mattos, Luís Vaz Tourinho, Mauro Fernando Duarte, Noemi Cardozo, Padre Paulo Ricardo, Pastor Jorge Linhares, Pastora Noemi de Camargo e Raquel Andrade. Agradeço também às pessoas que contribuíram diretamente com a pesquisa: Daniel Machado, Jimmy Barbosa Pessoa e Sérgio Ribeiro Santos.

Agradeço às pessoas que cruzaram o meu caminho ou estiveram do meu lado nesses últimos anos, contribuindo indiretamente com a pesquisa. Em especial, agradeço a Alexandre Nogueira Martins, Andréia Maria de Lima Assunção, Cristina Gabriela Aguilar Lara, Ingrid Valk Rokiskei, Iuri Engel Timoner, Júlia Clara de Pontes, Juliano Akira de Souza Aragusuku, Luciana Santos Barbosa, Mariana Luppi Foster, Naiana Marinho Gonçalves, Raul Gomes de Almeida, Ruzia Chaouchar dos Santos, Tauã Rodrigues de Castro e Yuri Fraccaroli.

Agradeço pelo suporte dado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e da Secretaria de Pós-Graduação do IPUSP. Em especial, agradeço a Gustavo Carneiro da Silva, Marinalva Almeida Santos Gil, Nicolas Gerard Chaline, Rosangela Serikaku Sigaki, Teresa Cristina de Oliveira Peres e Wellington Zangari. Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo suporte financeiro de uma bolsa integral de doutorado para a realização da pesquisa.

Por fim, agradeço a minha mãe Célia Regina Araujo, meu pai Walter Aragusuku e minha irmã Luiza Araujo Aragusuku por todo carinho, apoio e cuidado que me deram forças para a conclusão desse exaustivo trabalho. Agradeço também a todas as pessoas da minha família que me apoiaram nessa trajetória.

A Benjamin

RESUMO

Aragusuku, H. A. (2024). “*É como um elefante numa loja de cristais*”: *Mundos, narrativas e mobilizações contra o gênero no Brasil* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

A partir de meados da última década, o conceito de gênero se tornou um foco de intensos conflitos no Brasil. Uma das principais mudanças em relação às décadas anteriores foi a introdução da noção de *ideologia de gênero* nas disputas políticas, inicialmente por grupos católicos que a importaram de suas redes transnacionais, mas logo assimilada por diversos outros grupos opositores às demandas por diversidade sexual e de gênero no Brasil, com destaque para evangélicos e liberais-conservadores. Como apontado na literatura, as mobilizações antigênero são características por sua pluralidade, de modo a aglutinar múltiplos atores e facilitar a formação de alianças entre grupos antes divergentes, que deixam de lado suas diferenças políticas para lidar com um “mal maior”. Tendo isso em vista, o objetivo desta pesquisa foi compreender quais são os sentidos e as motivações desse universo plural de grupos, organizações e pessoas que se engajam em mobilizações contra o *gênero*. Para isso, foi realizado um vasto levantamento documental, 25 entrevistas (presenciais e online) com pessoas engajadas nessas mobilizações, e trabalho de campo em alguns eventos. As contribuições teórico-metodológicas da etnografia e da teoria narrativa embasaram substancialmente a condução da pesquisa empírica e a produção das análises. Em paralelo, foram consideradas também as contribuições da “teoria de movimentos sociais” (ao definir as mobilizações antigênero como o espaço de atuação de um contramovimento) e da “teoria da insegurança ontológica” (para analisar as bases sociopsicológicas das motivações para se mobilizar contra o *gênero*). A partir da articulação entre teoria e análise empírica, argumento (1) que existem diferentes mundos no universo antigênero, com espaços de interação social, redes e perspectivas próprias, (2) que essa diversidade interna é acompanhada por múltiplas narrativas sobre o *gênero*, que podem convergir ou divergir a depender de quem as narra, e (3) que a insegurança ontológica é um elemento integrador para essas narrativas e mundos, proporcionando uma compreensão sociopsicológica sobre as motivações de distintos atores, alguns politicamente divergentes, para se mobilizar em uma causa política comum.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Ideologia de Gênero, Narrativa, Contramovimento, Insegurança Ontológica, Psicologia Política

ABSTRACT

Aragusuku, H. A. (2024). *“It’s like a bull in a China shop”*: Worlds, narratives, and mobilizations against gender in Brazil (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Since the past decade, the concept of gender has become a focus of intense conflicts in Brazil. One of the main changes compared to previous decades was the introduction of the notion of *gender ideology* in political disputes, initially by Catholic groups that imported it from their transnational networks, but soon assimilated by various other groups that oppose the demands for sexual and gender diversity in Brazil, notably Evangelicals and Liberal Conservatives. As pointed out in the literature, anti-gender mobilizations are characterized by their plurality, gathering multiple actors and facilitating the formation of alliances between previously divergent groups, who set aside their political differences to deal with a “greater evil.” With this in mind, the aim of this research is to understand the meanings and motivations of this plural universe of groups, organizations, and individuals engaged in anti-gender mobilizations. For this, a vast survey of documents, 25 interviews (both in-person and online) with people engaged in these mobilizations, and fieldwork at several events were conducted. The theoretical and methodological contributions of ethnography and narrative theory substantially supported the conduction of empirical research and the production of analyses. In parallel, the contributions of “social movement theory” (in defining anti-gender mobilizations as the space of action for a countermovement) and “ontological insecurity theory” (to analyze the sociopsychological bases of motivations for mobilizing against gender) were also considered. Based on the articulation between theory and empirical analysis, I argue that (1) there are different worlds within the anti-gender universe, with their own spaces of social interaction, networks, and perspectives, (2) this internal diversity is accompanied by multiple narratives about gender, which may converge or diverge depending on who narrates them, and (3) ontological insecurity is an integrative element for these narratives and worlds, providing a sociopsychological understanding of the motivations of distinct actors, some politically divergent, to mobilize for a common political cause.

Keywords: Gender, Sexuality, Gender Ideology, Narrative, Countermovement, Ontological Insecurity, Political Psychology

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mudanças nos valores sexuais no Brasil nas últimas três décadas (1991-2018).....	63
Figura 2 - Aceitação da homossexualidade, por faixa etária, no Brasil (2018).....	64
Figura 3 - Número de discursos realizados no Plenário da Câmara dos Deputados que citam o termo ideologia de gênero (2003-2022).....	83
Figura 4 - Mapa relacional do movimento antigênero brasileiro	99
Figura 5 - Etapas de análise das entrevistas a partir de uma abordagem narrativa	148
Figura 6 - A insegurança ontológica como um motivador para o ativismo antigênero.....	189

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Principais políticas de gênero e sexualidade aplicadas em nível nacional nas primeiras duas décadas do século XX	71
Quadro 2 - Síntese dos caminhos e procedimentos de pesquisa para o levantamento de informações sobre o movimento antigênero brasileiro.....	96
Quadro 3 - Síntese das principais características que definem os diferentes mundos do movimento antigênero brasileiro	134
Quadro 4 - Lista de pessoas entrevistadas por mundo de pertencimento, nome e outras informações relevantes para uma breve identificação	144
Quadro 5 - Síntese dos elementos narrativos analisados em cada meta-enredo e sua relação com os mundos	187
Tabela 1 - Protestos contra a ideologia de gênero noticiados pelo portal de notícias G1 em 2015, por região e mês de ocorrência	82
Tabela 2 - Lista de entrevistas realizadas por data, pessoa entrevistada, modo de realização, duração da gravação e número de palavras da transcrição	146

SUMÁRIO

Introdução	13
O antigênero em movimento no Brasil	14
A construção do problema de pesquisa.....	16
Um resumo teórico-metodológico	20
Mapa da tese e principais argumentos	22
Capítulo 1 - Pesquisando as mobilizações contra o gênero no Brasil	25
1.1 A oposição ao gênero conformando um contramovimento	26
1.2 Por que as narrativas importam tanto?.....	32
1.3 O campo, a alteridade e a metáfora da imersão	39
1.4 Ética, reflexibilidade e empatia em uma pesquisa narrativo-etnográfica	46
1.5 Síntese do capítulo	53
Capítulo 2 - Problemas ontológicos e contramobilizações em torno do gênero e da sexualidade	57
2.1 Normas e valores sexuais em um mundo em transformação	58
2.2 O avanço das políticas de gênero e sexualidade no Brasil.....	65
2.3 Problemas ontológicos e a oposição às mudanças culturais e políticas	71
2.4 <i>Ideologia de gênero</i> , insegurança ontológica e contramobilização	78
2.5 Síntese do capítulo	86
Capítulo 3 - Mapeando atores, relações e mundos no movimento antigênero brasileiro.....	90
3.1 Conhecendo o movimento antigênero e seus mundos	91
3.1.1 Uma imersão através da internet	93
3.1.2 Um mapa relacional do universo antigênero no Brasil	96
3.2 Pioneirismo e tradição intelectual no mundo católico	100
3.3 Fragmentação e criatividade no mundo evangélico.....	108
3.4 O feminismo radical entre a dissidência e o deslocamento político	115
3.5 Dois outros mundos conservadores no universo antigênero brasileiro.....	122
3.5.1 Liberal-conservadorismo.....	123
3.5.2 Conservadorismo antiliberal e anti-imperialista	128
3.6 Síntese do capítulo	133

Capítulo 4 - Narrativas, enredos e motivos para lutar contra a <i>ideologia de gênero</i>	138
4.1 As mobilizações antigênero através de suas diferentes histórias	139
4.1.1 Critérios de seleção e a condução das entrevistas	142
4.1.2 Interpretação e análise narrativa.....	147
4.2 “É uma arma psicológica para o totalitarismo”: marxismo cultural e globalismo	150
4.3 “Macho e fêmea, Deus os criou”: propósito existencial e natureza transcendente.....	158
4.4 “Ninguém nasce no corpo errado”: realidade biológica e natureza imanente	164
4.5 “Com meus filhos não se meta”: crianças e famílias em perigo	172
4.6 “Os direitos com base no sexo serão abolidos”: meninas e mulheres em perigo	178
4.7 Síntese do capítulo	185
Considerações finais	191
Interpretando e dando sentido às mobilizações antigênero no Brasil	192
Argumento 1 - Existem diferentes mundos no universo antigênero	194
Argumento 2 - Essa diversidade interna é acompanhada por diferentes narrativas.....	197
Argumento 3 - A insegurança ontológica integra essas narrativas e mundos	201
Incertezas, lacunas e agendas futuras de pesquisa: O antigênero permanece em movimento	203
Referências	206
Anexos.....	223

Introdução

O antigênero em movimento no Brasil

No dia 23 de junho de 2015, foi realizado um protesto na Câmara dos Vereadores da cidade de Cuiabá-MT para que termos como “diversidade sexual”, “orientação sexual” e “identidade de gênero” fossem retirados do plano municipal de educação. Convocado pela Arquidiocese de Cuiabá, o protesto foi divulgado nas redes sociais como uma ação de combate à imposição da *ideologia de gênero*¹ nas escolas. Mesmo à noite, centenas de pessoas acompanharam a votação do plano, lotando o auditório do plenário e a praça em frente à Câmara. Estavam presentes famílias, idosos, crianças, padres e seminaristas católicos, pastores evangélicos e ativistas conservadores – uma multidão de pessoas que protestava e rezava para que suas famílias fossem protegidas dessa nova “armadilha ideológica”. Algumas pessoas vinculadas ao movimento LGBTI+ tentaram fazer um contraponto ao protesto, defendendo a necessidade de políticas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação no ambiente escolar. Contudo, naquele momento, elas eram minoritárias e pouco expressivas em meio a tantas pessoas que viam tais políticas como uma grave ameaça à segurança de seus modos de vida fundados na tradição cristã. O resultado já era esperado e a Câmara votou de forma unânime pela retirada da *ideologia de gênero* do plano de educação. Para um dos padres que organizou o ato, esse resultado havia representado “uma vitória da democracia e da família brasileira”².

Foi a partir desse protesto que passei a dar mais atenção ao conceito de *ideologia de gênero* e aos seus efeitos nas disputas em torno das políticas de gênero e sexualidade no Brasil. Na época, há quase dez anos, eu estava no quinto e último ano do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso, em Cuiabá. Por estar fora da cidade na semana do protesto, o acompanhei de longe por meio de relatos de colegas. Essa era uma temática na qual eu estava bastante engajado, seja por meio de projetos acadêmicos ou da militância estudantil. A intensidade da mobilização contra o *gênero* naquela noite pegou de surpresa todas as pessoas engajadas na temática de gênero e sexualidade em Cuiabá. Apesar de ser conhecida a oposição conservadora de grupos nacionais e locais, nunca se havia presenciado um protesto tão bem

¹ Utilizo o itálico toda vez que menciono a *ideologia de gênero* e outros termos correlatos (como *teoria de gênero*, *agenda de gênero*, *ideologia transgênero*, *transgenerismo* ou apenas *gênero*). Desse modo, procurei enfatizar que existem diferentes formas de nomeação do objeto principal das mobilizações antigênero, que podem variar dependendo do contexto e da pessoa que o enuncia.

² Esse trecho foi retirado de uma matéria que entrevistou os grupos católicos participantes do protesto, em *GI* (24/06/2015), “Católicos vão à Câmara de Cuiabá e 'diversidade sexual' é retirada de plano”. Recuperado de <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2015/06/catolicos-vaio-camara-de-cuiaba-e-diversidade-sexual-e-retirada-de-plano.html>.

articulado, capaz de mobilizar tantas pessoas no mesmo lugar. Algo tinha despertado nelas um sentimento forte o suficiente para engajá-las coletivamente. O que mais impressionava era que isso não estava acontecendo apenas em Cuiabá, mas simultaneamente em todo o país. O mês de junho foi marcado por cenas de protesto e confronto em diversas cidades brasileiras motivadas pela votação dos planos municipais de educação. Estava em andamento uma campanha nacional, bastante articulada, para impedir que qualquer menção à diversidade sexual e de gênero fosse incluída nos planos municipais e estaduais – seguindo o que havia acontecido no ano anterior, durante a votação do Plano Nacional de Educação.

A principal novidade era o uso sistemático da noção de *ideologia de gênero*, que parecia ter gerado um novo ímpeto para a mobilização de grupos conservadores que se opunham às políticas de gênero e sexualidade. Esses grupos se mobilizavam de tempos em tempos há décadas, sobretudo a partir de uma atuação mais institucional voltada ao bloqueio de projetos legislativos em nível nacional, como do casamento homoafetivo e da criminalização da homofobia. No entanto, o protagonismo era comumente restrito às lideranças nacionais, políticas e religiosas, que convocavam atos públicos de forma muito pontual e esporádica. Os protestos contra a *ideologia de gênero* nos planos de educação representaram uma mudança significativa na dinâmica desses grupos opositores. Em paralelo à difusão das narrativas³ antigênero, ocorreu uma valorização do protesto e do confronto, da espontaneidade, da participação popular e do enraizamento social, e do ativismo como uma forma de difusão de valores conservadores – elementos conectados a um cenário mais amplo de emergência de novos grupos de direita no Brasil e seu uso político das redes sociais (e.g. Rocha, 2018; Rocha et al., 2021; Velasco e Cruz et al., 2015). Falar sobre a ameaça da *ideologia de gênero*, alertar sobre seus riscos e perigos, se tornou um meio eficaz para mobilizar grupos sociais contrários às políticas de diversidade sexual e de gênero. De algum modo, essa noção passou a difundir sentidos e produzir sentimentos que motivam as pessoas, algumas antes desinteressadas em assuntos políticos, a se engajar em ações coletivas.

“É como um elefante numa loja de cristais”. Escolhida para ser o título da tese, essa frase foi dita por uma das pessoas entrevistadas por mim para representar metaforicamente o que é a *ideologia de gênero*⁴. Ao mobilizar essa metáfora, ela procurou enfatizar que a difusão

³ É importante pontuar que utilizo a noção de narrativa como um “gênero discursivo” (Bruner, 1990) e um “princípio organizativo da ação humana” (Sarbin, 1986), como será melhor descrito ao longo da tese. Não utilizo narrativa como sinônimo de “conto fictício” ou “discurso instrumental com fins políticos”, como ocorre com frequência no senso comum.

⁴ Quem disse essa frase foi Angela Gandra, na época da entrevista (agosto de 2022), Secretária Nacional da Família do governo Bolsonaro. Para explicitar a sua linha de pensamento, cito o trecho completo no capítulo 4. Ela também faz menção a essa metáfora na entrevista que concedeu ao programa Contraponto, da Brasil Paralelo, que está

da noção de *gênero* causa danos à vida das pessoas, em especial àquelas que são mais vulneráveis ou ainda imaturas, como crianças e adolescentes. Os cristais seriam as pessoas e, em específico, a identidade sexual de cada uma delas – uma dimensão constitutiva da existência humana que deve ser tratada com “delicadeza” para não ser danificada. Por carecer dessa delicadeza para guiar o ser humano e seu desenvolvimento sexual, o *gênero* seria o elefante que vai inevitavelmente trombar nos cristais e quebrá-los, mesmo que de forma não intencional. A compreensão de que o *gênero* é uma ameaça urgente, que vai causar danos às pessoas, desorientá-las em relação a suas experiências e identidades sexuais, quebrá-las emocional e ontologicamente⁵, é basilar para as pessoas que contra ele se mobilizam. Não importa se quem o utilize tenha a melhor das intenções, diga que o objetivo é na verdade promover a diversidade humana e relações sociais menos violentas. Para tais pessoas, sua utilização será sempre nociva, tornando insegura a existência subjetiva e a experiência humana com a sexualidade. Desse modo, a busca por uma segurança ameaçada ou perdida é um elemento relevante para respondermos, mesmo que parcialmente, porque tantas pessoas protestaram em 2015 e muitas ainda protestam contra o *gênero* nos dias atuais.

A construção do problema de pesquisa

Os protestos antigênero de 2015 tiveram um impacto significativo na literatura em gênero e sexualidade no Brasil. Após esses eventos, entender o que é a *ideologia de gênero* e seus impactos no cenário político se tornou uma agenda proeminente de pesquisa, resultando na publicação progressiva de inúmeros trabalhos (livros, artigos, dossiês, relatórios, etc.). Essa guinada de interesse de pesquisa em meados da década de 2010 não ocorreu apenas na literatura brasileira, mas também nas produções latino-americanas e europeias, tendo em vista as características transnacionais dessas mobilizações e sua emergência em diversas realidades nacionais. A segunda metade da década de 2010 foi um ponto de virada para a literatura sobre gênero e sexualidade no Brasil e no mundo, que passou a se debruçar cada vez mais detidamente no estudo de seus detratores e opositores – naquele momento, os grupos, sobretudo conservadores cristãos, responsáveis pela difusão da noção de *ideologia de gênero*. Alguns

disponível em acesso público. Brasil Paralelo (14/03/2022), “ANGELA GANDRA MARTINS | Contraponto” (1:22:30). Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=MCSwXI5ke5k&ab>.

⁵ Ontologia, que diz respeito à natureza do ser e da existência, é uma temática importante que será desenvolvida teoricamente ao longo de todo o trabalho, sobretudo a partir do conceito de “insegurança ontológica”. A teoria narrativa também lida com muitas questões relacionadas a essa temática, pois para essa teoria a narração, como forma de produção de sentido sobre o mundo, é uma característica ontológica constitutiva do ser humano.

trabalhos já haviam enfatizado, de forma pioneira, a relevância política dessa noção antes de 2015 (e.g. Souza, 2014; Szwako, 2014; Vaggione, 2012). Contudo, a grande maioria das pesquisas sobre as mobilizações antigênero viria a ser publicada a partir desse ano em diante.

Até o presente momento, foram publicados ao menos oito dossiês exclusivamente sobre o assunto, compilando artigos que abarcam distintos estudos de caso, contextos e localidades, problemas específicos de pesquisa, e uma diversidade de enfoques teóricos e metodológico (Awondo et al., 2022; Bracke & Paternotte, 2016; Facchini & Sívori, 2018; Faur & Vigoya, 2020; Ferreira, 2018; Miskolci & Pereira, 2018; Prado & Corrêa, 2018; Vigoya & Rondón, 2018). Conjuntamente, alguns livros se tornaram referências primordiais para iluminar teórica e empiricamente as diferentes manifestações desse fenômeno, abordando suas características locais e globais, facilitando assim a compreensão de sua natureza aglutinadora, adaptativa e transnacional. Por exemplo, consolidando uma agenda de pesquisa para o campo, foram publicadas coletâneas que analisaram localmente as mobilizações antigênero na Europa (Heinrich Böll Stiftung, 2015; Kováts & Põim, 2015; Kuhar & Paternotte, 2017) e na América Latina (Corrêa, 2020; González Vélez et al., 2018), ou que abordaram questões teóricas específicas como democracia (Biroli et al., 2020) e populismo (Graff & Korolczuk, 2022). Esses trabalhos, somados aos milhares de textos já publicados sobre o assunto em todo o mundo, compõem na atualidade a vasta literatura sobre movimentos, ofensivas e mobilizações antigênero⁶.

Existem muitos pontos de convergência e alguns consensos na literatura. Em síntese, a noção de *ideologia de gênero* é uma produção intelectual católica do final dos anos de 1990 que passou a ser mobilizada mais sistematicamente nas disputas políticas em diversos contextos locais na década de 2010, se difundindo entre grupos conservadores para além do catolicismo (Corredor, 2019; Faúndes, 2019; Junqueira, 2022). Enquanto uma estratégia discursiva, a *ideologia de gênero* possui uma característica integradora e aglutinadora, isto é, ela consegue conectar discursivamente diferentes temáticas, agendas e demandas, facilitando a conformação de alianças e coalizões entre grupos bastante heterogêneos (Machado, 2018; Kuhar & Paternotte, 2017) – o que a fez ser conceituada como um “significante vazio” (Mayer & Sauer, 2017) ou um “aglutinante simbólico” (Kováts & Põim, 2015). Essa estratégia discursiva estaria assentada principalmente na associação de afetos negativos às políticas de diversidade sexual e

⁶ Em suas teses de doutorado, Gabriela Montez da Silva (2019) e Juliana Souza (2022) fizeram boas revisões bibliográficas sobre o tema, produzindo um estado da arte desse campo de estudo. A partir de uma revisão crítica da literatura internacional, David Paternotte (2023) sistematizou as principais contribuições teóricas e empíricas, analisando também as leituras conflitivas presentes no campo.

de gênero, na qual se destacam o medo (Butler, 2024) e o pânico moral (Miskolci & Campana, 2017).

Por outro lado, existem também pontos de dissenso. Uma parte importante da literatura defende que as mobilizações antigênero surgem como uma reação conservadora ao avanço das políticas de diversidade sexual e de gênero nos contextos locais e globais, em confluência com as teorias sobre *backlash* (Biroli, 2020; Corredor, 2021). Contudo, existem críticas a um enfoque analítico excessivamente reativo que ignora ou subteoriza os aspectos produtivos e criativos desse fenômeno (Paternotte, 2020, 2023). Outro ponto de dissenso está relacionado aos aspectos sociológicos e político-econômicos das mobilizações antigênero. Apesar de haver um consenso sobre a existência de uma relação de causalidade entre a emergência das mobilizações antigênero em todo o mundo e os conflitos sociais decorrentes do avanço global do neoliberalismo, as nuances desse processo são um ponto em discussão. Enquanto uma parte da literatura enfatiza as convergências ideológicas entre os grupos antigênero e a racionalidade neoliberal (Biroli et al., 2020; Butler, 2019), outra parte ressalta os crescentes conflitos entre a ordem global neoliberal e as políticas iliberais por vezes inerentes à posição antigênero (Grzebalska & Pető, 2018; Wilkinson, 2022).

Portanto, existe já um acúmulo teórico e empírico significativo para pensarmos sobre esse fenômeno que não pode ser desconsiderado. Como descrito por David Paternotte (2023), “as políticas antigênero levaram ao estabelecimento de um campo produtivo de investigação acadêmica” (p. 82, tradução própria). Em contrapartida, apesar dessa vasta literatura, considero que persistem ainda lacunas importantes, sobretudo no tocante às dimensões sociopsicológicas e motivacionais das mobilizações antigênero. Isto é, o que leva as pessoas a participarem de protestos, campanhas e outras formas de ativismo antigênero? Quais são os sentidos compartilhados, as motivações expressas e as visões de mundo que conformam esse engajamento político? Foi pensando nessas perguntas e no diagnóstico de que essa dimensão teórica de análise estava subdesenvolvida (feito em 2019, mas que se mantém atual⁷) que iniciei o desenvolvimento da presente pesquisa. Desse modo, o objetivo se tornou compreender em profundidade quais são os sentidos e as motivações de diferentes grupos e pessoas para apoiar

⁷ Ainda são poucas as pesquisas que trabalham essas dimensões e respondem, direta ou indiretamente, tais perguntas, das quais podemos destacar alguns exemplos. A partir do uso de escalas psicossociais, Marta Marchlewska et al. (2019) investigaram quais variáveis psicológicas são preditores relevantes para as “crenças conspiracionistas de gênero”. Annie Wilkinson (2022), a partir do caso mexicano, analisou como o sentimento de insegurança (sobre a própria identidade, a verdade e a existência) e a rejeição aos valores liberais constituem o movimento antigênero. Mais recentemente, Judith Butler (2024) defendeu que ativistas antigênero atuam por meio de construções “fantasmáticas” (noção inspirada pelas discussões da psicanálise francesa) que representam o *gênero* como uma ameaça à segurança existencial.

ou participar de mobilizações contra o *gênero* e, paralelamente, como esses múltiplos sentidos se relacionam na produção de engajamento coletivo nessa temática.

Paralelamente, esse problema de pesquisa me fez perceber outra lacuna importante na literatura: a falta de estudos empíricos que se debruçam para além dos documentos públicos. Mesmo após quase uma década de investigação sistemática desse fenômeno, existe um número limitado de pesquisas empíricas baseadas em procedimentos como o trabalho de campo e entrevistas (e.g. Evolvi, 2022; Gusmeroli & Trappolin, 2021; Lavizzari, 2021; Wilkinson, 2022). Tal fato está certamente relacionado aos conflitos políticos inerentes à temática. De modo geral, os grupos antigênero se mobilizam contra os postulados teóricos basilares do campo de estudos em gênero e sexualidade, dificultando o estabelecimento de pontos de diálogos e vínculos de confiança mútua para a condução de pesquisas desse tipo. Apesar disso, como meu problema de pesquisa envolvia entender a forma como as pessoas dão sentido e narram suas motivações para se mobilizar contra o *gênero*, explorar os aspectos pessoais, não públicos, informais e cotidianos desse fenômeno se tornou uma tarefa epistemicamente imprescindível.

Muitas das respostas para a lidar com essas dificuldades de acesso a grupos que possuem posições políticas distintas de quem pesquisa já estavam sistematizadas na literatura acadêmica sobre movimentos de direita (Blee, 2018; Hochschild, 2016; Pinheiro-Machado & Scalco, 2021; Rocha, 2018; Teitelbaum, 2019). Como discutido em diversos trabalhos, no contexto de uma pesquisa, pensar o acesso à vida de ativistas e movimentos com os quais discordamos politicamente perpassa uma reflexão não apenas metodológica, mas também ética. Primeiro, é preciso uma abertura à alteridade já no próprio problema de pesquisa, que deve estar voltado à compreensão profunda de uma realidade experienciada por pessoas que compartilham sentidos e visões de mundo que as constituem subjetivamente.

Portanto, envolve um distanciamento contextual dos conflitos políticos que atravessam a temática e uma disposição para o diálogo. Segundo, deve-se ter um cuidado redobrado com os procedimentos, sobretudo em relação à ética de pesquisa. Por exemplo, garantir às pessoas entrevistadas que suas falas não serão utilizadas nas análises de forma descontextualizada para atacá-las ou desacreditá-las, que assuntos delicados e confidenciais não serão expostos, que os resultados da pesquisa serão compartilhados com elas de forma integral, para além de uma abertura para explicar detalhadamente o desenho da pesquisa e sanar todas as possíveis dúvidas ou questionamentos. Em última instância, nas palavras de Camila Rocha (2018), perpassa se “abrir para uma escuta genuína e sem julgamentos” e ter “disposição de escuta e empatia” (p. 23-24) a despeito das diferenças políticas.

Um resumo teórico-metodológico

Seguindo tais inquietações, a pesquisa foi desenhada em âmbito teórico e metodológico a partir de um formato exploratório e interpretativo. Isto é, seria explorado um universo bastante abrangente de atores (relacionados às mobilizações antigênero), a partir de um desenho de pesquisa aberto a adaptações e improvisos, focado na análise interpretativa dos sentidos que conformam as ações desses atores no mundo. Explorar, em termos práticos, significou mergulhar em documentos, informações e experiências que estão dispersas em uma variedade de fontes de levantamento empírico – como notícias, livros, panfletos, publicações nas redes sociais, páginas da internet, anotações de campo, entrevistas, etc. Nem sempre os caminhos de pesquisa estavam bem delimitados ou podiam ser previamente planejados, sendo permeados por incertezas, achados inesperados e constantes reorientações. Contudo, essa indeterminação associada à pesquisa exploratória permitiu o acesso a materiais empíricos ainda pouco explorados pela literatura, facilitando a análise de questões subteorizadas das mobilizações antigênero e, por conseguinte, uma melhor compreensão da sua complexidade interna.

Duas abordagens essencialmente exploratórias e interpretativas, que combinam uma série de pressupostos teórico-metodológicos, guiaram a condução deste trabalho: a pesquisa narrativa e a etnografia. Em relação à pesquisa narrativa, trata-se de uma abordagem que reconhece a centralidade das narrativas na construção e transmissão de sentidos pessoais e coletivos que organizam a ação no mundo (Bruner, 1990; Josselson & Hammack, 2021; Somers, 1994). Desse modo, as histórias das pessoas que se mobilizam contra o *gênero* foram consideradas não apenas como relatos superficiais de eventos, mas como expressões complexas e autênticas que evidenciam identidades, visões de mundo, valores e experiências (Davis, 2002; Hammack, 2015; Polletta, 1998). A análise das narrativas permitiu uma compreensão mais aprofundada das motivações para agir politicamente, das interpretações sobre o mundo e das relações estabelecidas pelos múltiplos atores envolvidos nessas mobilizações, além de possibilitar a identificação de afinidades, convergências e contradições entre as diferentes histórias narradas.

Por outro lado, a etnografia representou uma imersão profunda nos mundos sociais onde essas pessoas vivem e se relacionam, abarcando não apenas os sentidos expressos por elas em documentos públicos ou nas entrevistas conduzidas ao longo da pesquisa, mas também as dinâmicas relacionais, os espaços de interação informal e as práticas cotidianas (Hammersley & Atkinson, 2007; Hine, 2015; Schatz, 2009). Portanto, significou conhecer de perto seus lugares de convívio e produção cultural, nem sempre óbvios em suas narrativas, estimulando

um aspecto mais experiencial, reflexivo e dialógico do ato de pesquisar – por vezes, ignorado ou pouco valorizado por supostamente prejudicar a objetividade de uma pesquisa acadêmica. A etnografia também proporcionou boas ferramentas teóricas para pensar sobre a minha posicionalidade enquanto pesquisador e a importância da flexibilidade na condução de pesquisas qualitativas de recorte exploratório e imersivo (Blee, 2007; 2018; Pinheiro-Machado & Scalco, 2021; Teitelbaum, 2019).

Para além das abordagens narrativa e etnográfica, é importante ressaltar o caráter interdisciplinar do presente estudo, que se beneficia do diálogo entre diferentes perspectivas teóricas de pesquisa em Ciências Sociais. Em particular, as contribuições teóricas do campo de estudo sobre movimentos sociais (e.g. Diani, 1992; Jasper, 1997; Jasper & Polletta, 2019), literatura sobre insegurança ontológica (e.g. Giddens, 1990, 1991; Kinnvall, 2004, 2017), em conjunto à vasta literatura sobre as mobilizações antigênero citada anteriormente, foram bastante importantes para o desenvolvimento dos argumentos apresentados. A teoria dos movimentos sociais ofereceu ferramentas conceituais para compreender como as mobilizações antigênero, que são impulsionadas por uma rede complexa de atores sociais, conformam uma espécie de movimento opositor ou um contramovimento (Corredor, 2019; Meyer & Staggenborg, 1996). Já a teoria da insegurança ontológica me auxiliou a articular analiticamente elementos socioestruturais (sobre as mudanças nas normas e valores sexuais) e intersubjetivos (sobre a forma como as pessoas lidam com tais mudanças) para a compreensão desse fenômeno. Ao ressaltar a dimensão subjetiva e ontológica dos processos sociais, explorando os sentimentos de insegurança, medo e ansiedade (Giddens, 1991; Kinnvall, 2004), essa teoria proporcionou insights valiosos para uma interpretação sociopsicológica⁸ dos sentidos e motivos para se mobilizar contra o *gênero*.

Por fim, em relação aos procedimentos de pesquisa, foi realizado um extenso levantamento documental (sobretudo via internet), o trabalho de campo e a participação presencial em alguns eventos e 25 entrevistas semiestruturadas⁹ com pessoas que, de alguma forma, se engajaram nas mobilizações antigênero no último período. Essas pessoas possuem diferentes perfis de engajamento político, de lideranças políticas com cargos públicos a pessoas

⁸ Conduzida em um Programa de Psicologia Social, ela está situada no campo interdisciplinar da Psicologia Política (Jost & Sidanius, 2004; Sandoval et al., 2014), mais especificamente de tradição interpretativa (Haste et al., 2016). Como definido por John Jost (2017): “Investigar as maneiras pelas quais os motivos e cognições do indivíduo o levam a ser atraído ou repelido por certas mensagens ideológicas – e as maneiras recíprocas pelas quais a imersão em certos ambientes ideológicos molda seus pensamentos, sentimentos e objetivos – deveria ser o nosso “pão com manteiga”. É a própria essência da Psicologia Política, me parece” (p. 194, tradução própria).

⁹ A pesquisa e todos os seus procedimentos foram aprovados pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos (CEPH) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Número do CAAE para consulta pública: 37238220.8.0000.5561.

que atuam de forma comunitária, em ativismo locais ou em ações individuais praticamente anônimas. Apesar dessas diferenças de perfil, o que une todas essas pessoas é a atuação mais consciente sobre a temática que pode ser caracterizada como uma forma de ativismo político.

Optei por realizar uma descrição mais detalhada dos procedimentos ao longo da tese, relacionando-os com o processo de análise e os resultados apresentados nos seus respectivos capítulos. O levantamento documental e o trabalho de campo foram descritos no capítulo 3, onde apresentei um mapa das redes e relações estabelecidas no movimento antigênero. Já no capítulo 4, direcionado à análise das narrativas desse movimento, realizei uma descrição do processo de seleção, condução e análise das entrevistas. A maioria das entrevistas foi realizada por meio virtual (Google Meet) e algumas foram conduzidas presencialmente. O trabalho de campo, que possibilitou essas interações presenciais, foi realizado em quatro regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Cuiabá. Ao final da tese, estão anexados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1), o roteiro de entrevista (Anexo 2) e um quadro com a lista de pessoas entrevistadas e outras informações relevantes (Anexo 3).

Mapa da tese e principais argumentos

A tese está dividida em quatro capítulos, para além desta introdução e das considerações finais. Cada capítulo possui uma estrutura relativamente autônoma, com contribuições teóricas, conceituais e empíricas próprias – nos capítulos 3 e 4, acompanhadas também por descrições metodológicas e procedimentais específicas que fundamentaram as análises conduzidas. Contudo, todos os capítulos estão organizados de forma articulada e interdependente, na qual cada um introduz novas discussões e elementos à tese, contribuindo para a construção de seus principais argumentos. De fato, é impossível compreender cada capítulo em sua totalidade sem uma leitura do conjunto do presente trabalho.

No capítulo 1, apresento as bases teórico-conceituais e metodológicas da pesquisa, definindo o objeto de estudo e os caminhos elegidos para analisá-lo. De forma mais específica, no primeiro tópico, descrevo como as mobilizações antigênero podem ser enquadradas analiticamente a partir de ferramentas conceituais disponíveis na teoria de movimentos sociais, momento no qual defino o intitulado de “contramovimento antigênero”. Posteriormente, nos dois tópicos seguintes, apresento algumas definições teórico-metodológicas relacionadas às abordagens narrativa e etnográfica, especialmente em relação ao estudo de movimentos sociais

e grupos conservadores, localizando-as no contexto desta pesquisa. Por fim, no último tópico, abordo algumas considerações sobre a importância da flexibilidade e os desafios éticos encontrados ao longo da pesquisa.

No capítulo 2, desenvolvo uma discussão teórica sobre o cenário sociopolítico e o processo histórico que contextualiza o surgimento das mobilizações antigênero no Brasil, introduzindo conjuntamente o conceito de “insegurança ontológica” para pensar na dimensão subjetiva dessas mobilizações. No primeiro tópico, debato o processo histórico de mudanças nas normas e valores sexuais que se desenrola ao longo da modernidade (e se acentua nas últimas cinco décadas), resultando na difusão de valores sociais liberais que valorizam a expressividade, autonomia e liberdade individual no campo da sexualidade. No segundo tópico, analiso o avanço das políticas de gênero e sexualidade no Estado brasileiro desde o período da redemocratização (final da década de 1980), para então, no tópico seguinte, analisar a oposição conservadora que acompanhou o avanço dessas políticas e se intensificou mais recentemente na década de 2010. De forma mais específica, discuto teoricamente como essa oposição é fortemente motivada por um sentimento de insegurança ontológica perante as mudanças nas normas e valores sexuais e suas expressões na política institucional. No quarto e último tópico, analiso o processo histórico de emergência do movimento antigênero no Brasil, que reorganiza e fortalece a oposição às políticas de gênero e sexualidade das disputas governamentais, sobretudo a partir da década de 2010.

No capítulo 3, conduzo uma análise sobre os atores, as redes e as relações que constituem o movimento antigênero brasileiro. Para além de uma descrição metodológica sobre o desenvolvimento da análise, no primeiro tópico, introduzo o conceito de “mundos” como uma ferramenta conceitual para ressaltar as características simbólicas e subjetivas dessas redes – trabalhando, desse modo, com a metáfora dos “mundos do universo antigênero”. Mais especificamente, defino um mundo como um espaço de relações entre diferentes organizações e pessoas que se conforma a partir de crenças, valores e identidades compartilhadas, delimitando assim campos específicos de ativismo antigênero. A partir disso, nos tópicos seguintes, analiso mais detidamente os mundos que se mostraram mais engajados nas mobilizações antigênero no Brasil, onde descrevo aspectos de sua história, seus diferentes atores protagonistas, suas relações com os outros mundos e suas particularidades nesse universo. Respectivamente, analiso os mundos “católico” (tópico 2), “evangélico” (tópico 3), “feminista radical” (tópico 4), “liberal-conservador” e “conservador anti-imperialista” (tópico 5). Em síntese, argumento que o movimento antigênero é bastante plural e heterogêneo, sendo constituído por diferentes mundos que estão conectados por determinados interesses, crenças e

valores em comum, mas divergentes em uma variedade de assuntos e proposições em relação ao próprio *gênero* e para além dele.

No capítulo 4, conduzo uma análise das narrativas das pessoas entrevistadas, sobretudo em relação aos enredos que expressam os motivos para se mobilizar contra o *gênero*. Novamente, no primeiro tópico, realizo uma descrição metodológica do processo analítico, detalhando os critérios de seleção das pessoas, a organização do material analisado e as etapas de análise narrativa. Ao longo do capítulo, organizo as análises a partir de cinco meta-enredos, isto é, temáticas que organizam diferentes histórias convergentes em relação aos eventos, personagens e dramas narrados. Quando lidas de modo articulado, essas histórias explicitam um meta-enredo que nos auxilia a melhor compreender os motivos para se mobilizar contra o *gênero* e como determinadas histórias ganham mais proeminência a depender do mundo no qual a pessoa que narra está alinhada.

Cada um analisado em seu respectivo tópico, os cinco meta-enredos são: “é uma arma psicológica do totalitarismo: marxismo cultural e globalismo”, “macho e fêmea, Deus os criou: propósito existencial e natureza transcendente”, “ninguém nasce no corpo errado: realidade biológica e natureza imanente”, “com meus filhos não se meta: crianças e famílias em perigo” e “os direitos com base no sexo serão abolidos: meninas e mulheres em perigo”. A partir da análise desses enredos, desenvolvo dois argumentos principais. O primeiro é que esses meta-enredos estão intrinsecamente conectados aos mundos do movimento antigênero e explicitam divergências e convergências narrativas expressas por seus diferentes atores. No segundo argumento, retomando as discussões teóricas apresentadas no capítulo 2, defendo que a insegurança ontológica é um sentimento constitutivo das múltiplas histórias narradas pelas pessoas entrevistadas, sendo um elemento relevante para analisar as suas motivações para se mobilizar contra o *gênero*.

Capítulo 1

Pesquisando as mobilizações contra o *gênero* no Brasil

1.1 A oposição ao *gênero* conformando um contramovimento

Durante os meses de outubro e novembro de 2020, ativistas e lideranças conservadoras de diversas regiões do país promoveram uma campanha contra a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5668 (ADI 5668), vista como uma tentativa de imposição da *ideologia de gênero* nas escolas¹⁰. A ação foi apresentada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2017, a partir da defesa de que o Plano Nacional de Educação deve coibir as discriminações por gênero e orientação sexual nas escolas, e poderia ser julgada em novembro daquele ano pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Tal possibilidade gerou um grande alarde entre grupos opositores dessa proposta, mobilizando uma ampla gama de atores (parlamentares, lideranças religiosas, ativistas de direita, movimentos e entidades da sociedade civil, etc.) que se empenharam em uma campanha nacional contra essa ação judicial. Em um contexto de pandemia, a campanha ocorreu fundamentalmente através da internet, por meio do compartilhamento de vídeos que procuravam denunciar os danos que a ADI 5668 poderia gerar às escolas, crianças e famílias.

A Missão Maria de Nazaré, uma comunidade católica com sede em Divinópolis-MG, publicou um vídeo no YouTube com Felipe Nery, um pioneiro e conhecido ativista antigênero brasileiro¹¹. No vídeo, ao lado de uma liderança da comunidade, Nery convocou o povo católico a lutar contra a *ideologia de gênero* e a pressionar as lideranças das bancadas da Câmara dos Deputados para que aprovassem o Projeto de Lei nº 4754/2016 – que busca tipificar crime de responsabilidade a usurpação de competência dos poderes executivo e legislativo pelo STF. Em suas palavras, esse projeto legislativo daria fim ao ativismo judicial progressistas que tomou conta da principal corte do país, intitulado por alguns grupos conservadores de “ditadura do judiciário”. No mundo católico, diversas lideranças leigas e clericais, institutos (como o Centro Dom Bosco) e comunidades (como a Canção Nova) se pronunciaram contra a ação contra a discriminação nas escolas. A própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou uma nota pública, onde afirmou que “é necessário um discernimento coerente com a Constituição, para que a votação da ADI 5668/2017 não gere um instrumento ainda mais discriminatório, que privilegie a proteção de alguns segmentos em detrimento de outros” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2020, p. 1).

¹⁰ A ADI 5668 ainda está em processo de análise pelo Supremo Tribunal Federal. Recuperado de <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5148159>.

¹¹ *Missão Maria de Nazaré* (26/10/2020), “URGENTE! Aprovação da Ideologia de Gênero no STF”. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=W6_fF4FsWW4.

O mundo evangélico também se mobilizou contra o possível julgamento dessa ação ao final de 2020. Igrejas, entidades evangélicas e pastores/as se pronunciaram nas redes sociais convocando a comunidade de crentes de todo o país a protestar. Um pastor carioca de uma pequena igreja pentecostal – que estampa na capa de seu canal de YouTube que é ex-travesti, casado há 10 anos e pai de duas filhas – compartilhou um vídeo de protesto. Ao lado de suas duas filhas ainda crianças e sua esposa, a família comentou sobre os perigos da implantação da *ideologia de gênero* nas escolas. De acordo com a filha mais nova, que aparentava ter não mais de 7 anos quando o vídeo foi publicado, “a menina quer virar menino, isso não existe. A Igreja tem que se levantar para pregar, para falar que isso é errado. Porque a Igreja somos nós”. Lideranças nacionais como o senador Magno Malta, parlamentar da Bancada Evangélica e pastor assembleiano, também se manifestaram nas redes sociais. Na mídia virtual, portais evangélicos como o *Gospel+* repercutiram o caso, dando destaque à atuação da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure) na liderança da oposição jurídica¹².

Outros atores não centrados em ativismos religiosos católicos ou evangélicos, mas identificados com o conservadorismo político, também se somaram a essa campanha antigênero. A ação foi comentada por Olavo de Carvalho em uma de suas influentes aulas semanais no YouTube, onde ele afirmou que, caso acatada pelo STF, a aplicação dessa política resultaria na proibição progressiva da identidade sexual para toda a humanidade¹³. Outro caso emblemático foi a denúncia feita por Sikêra Júnior contra a *ideologia de gênero* em rede nacional. O conhecido apresentador utilizou alguns minutos de seu programa policial Alerta Nacional, exibido pela RedeTV!, para convocar a população brasileira a se opor ao partido proponente da ação, o PSOL, definido por ele como um “bando de pedófilos”¹⁴. Nas redes sociais, uma integrante do Movimento Conservador do Espírito Santo, vestindo a camiseta do Escola Sem Partido, denunciou a ADI 5668 como uma nova tentativa de imposição ideológica nas escolas.

Após essa grande campanha nacional, no dia 4 de novembro, sob a liderança da deputada Bia Kicis¹⁵ (importante articuladora do governo Bolsonaro na Câmara), parlamentares conservadores se reuniram com o ministro Luiz Fux, então presidente do STF, que se

¹² *Gospel+* (24/11/2022), “Juristas cristãos vão ao STF contra a ideologia de gênero nas escolas”. Recuperado de <https://noticias.gospelmais.com.br/juristas-cristaos-stf-contr-a-ideologia-de-genero-escolas-158723.html>.

¹³ *Olavo de Carvalho* (02/11/2020), “STF e a Ideologia de gênero: como chegamos a essa situação?”. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=s-YFcGeXsVo>.

¹⁴ *Gigha* (26/10/2020), “BOMBA: Sikêra Jr denuncia mais uma sujeira do PSOL em andamento”. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=PK5tK5V67i0>.

¹⁵ *Bia kicis* (04/11/2020), “ADI 5668 da ideologia de gênero retirada de pauta”. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=6Kfg3dsqjww>.

comprometeu a adiar a votação. Essa retirada de pauta foi comemorada como uma vitória de um movimento que mobilizou milhares de pessoas e centenas de organizações opositoras à *ideologia de gênero* em todo o país. De fato, foi graças a essa grande mobilização que a possibilidade de uma intervenção do STF a favor da diversidade sexual e de gênero nas escolas se tornou pouco provável até o presente momento. O exemplo dessa bem-sucedida campanha evidencia como a oposição ao *gênero* ganha contornos de um movimento social ao se utilizar de determinadas estratégias e repertórios de ação coletiva para alcançar seus objetivos (Corredor, 2019; Diani, 1992; Tilly, 2004). Nos últimos dez anos, o movimento antigênero brasileiro produziu momentos de baixa e alta visibilidade, de intensa mobilização e aparente desmobilização, contou vitórias e derrotas, mas se manteve indiscutivelmente presente como uma força política (informal e composta por uma heterogeneidade de atores) capaz de disputar os rumos da agenda pública quando preciso.

Em acordo com Mario Diani (1992), considero que movimentos sociais são “redes de interação informal entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações, engajadas em um conflito cultural e/ou político, com base em uma identidade coletiva” (p. 3, tradução própria). Outra relevante característica dos movimentos sociais, na concepção de Charles Tilly (2004), é a expressão pública de WUNC (*worthiness, unity, numbers e commitment*). Ao longo desses quatro anos de pesquisa virtual, condução de entrevistas e trabalho de campo, pude perceber que o movimento antigênero exibe *merecimento e valor* (as famílias em defesa das crianças e dos valores tradicionais), *unidade* por meio de campanhas nacionais e narrativas comuns, *número* ao mobilizar milhares de pessoas em suas campanhas e eleger representantes no legislativo e no executivo, e *compromisso* ao persistir “contra a maré” em um mundo em transformação onde os valores sociais liberais (e a *ideologia de gênero*) ganham cada vez mais espaço nos valores sociais, na cultura pública e nas instituições governamentais.

Reconhecer as características movimentistas da oposição ao *gênero* no Brasil nos mune de importantes ferramentas analíticas para a compreensão deste fenômeno político. Não se trata simplesmente de um movimento, mas na verdade de um contramovimento, que existe de modo relacional e em contraposição a outro movimento social – no caso em particular, aos movimentos feminista e LGBTI+, e suas reivindicação pela proteção e promoção da diversidade sexual e de gênero. Para David Meyer e Suzanne Staggenborg (1996), contramovimentos são “redes de indivíduos e organizações que compartilham os mesmos objetos de preocupação que os movimentos sociais aos quais fazem oposição” e “fazem reivindicações concorrentes sobre a situação da política e das políticas públicas” (p. 1632, tradução própria). Nessa definição, contramovimentos são alimentados por novas oportunidades políticas que emergem da

percepção de ameaça gerada pelas vitórias alcançadas por um movimento social alvo ou originário. O objetivo do contramovimento é bloquear o acesso deste movimento aos espaços decisórios da política (barrando novas vitórias e gerando retrocessos), ao mesmo tempo que impulsiona uma agenda oposta do ponto de vista dos valores e dos resultados políticos almejados.

A transformação da narrativa da *ideologia de gênero* em um potente movimento contrário às demandas em gênero e sexualidade – não apenas na realidade brasileira, mas em todo o mundo – se tornou um objeto de estudo de uma diversidade de analistas sociais. Por exemplo, examinando a emergência desse contramovimento na Europa, Roman Kuhar e David Paternotte (2017) demonstraram que as mobilizações antigênero estão intrinsecamente conectadas ao populismo de direita emergente na última década que enquadra os direitos sexuais e reprodutivos como ameaças à identidade nacional e aos valores tradicionais. No caso da América Latina, Ana González Vélez et al. (2018) e Sonia Corrêa (2020) evidenciaram as características aglutinadoras e criativas deste contramovimento, que aliou forças tradicionais e emergentes da direita política e diferentes grupos religiosos (em especial, a Igreja Católica e as igrejas evangélicas) em uma plataforma de ação comum. Ao longo da década de 2010, as mobilizações latino-americanas contra o *gênero* confluíram com crises nacionais e mudanças na correlação de forças sociais que possibilitaram a emergência da extrema-direita no centro da disputa política.

A despeito do reconhecimento por parte da literatura dessas características movimentistas, ainda são poucos os trabalhos que procuraram estudá-las de modo mais sistemático. Em um artigo que se tornou referência ao debate, Elizabeth Corredor (2019) descreveu as condicionantes históricas que deram as bases para a emergência das mobilizações antigênero no cenário global. Ao aplicar algumas definições existentes na literatura sobre contramovimentos, a autora definiu quatro condicionantes para o surgimento de um contramovimento: (1) a existência de um movimento social questionando o *status quo*, (2) um coletivo que percebe seus interesses ameaçados por esse movimento, (3) o movimento demonstra sinais de sucesso na disputa por políticas públicas, e (4) os oponentes a esse movimento mobilizam aliados e recursos em suporte a contramobilizações. No caso em questão, um importante recurso mobilizado é simbólico e o conceito de *ideologia de gênero* surge, nas palavras da autora, como um *meta-frame* que articula uma série de discursos de oposição às agendas feministas e LGBTI+.

Corredor (2021) posteriormente aplicou a análise de *frames* em um estudo de caso, buscando entender como a oposição ao *gênero* foi instrumentalizada nas campanhas contra o

Acordo de Paz que seria assinado entre o governo colombiano e as FARC, dando fim a décadas de guerra civil. Antes de ser aprovado pelo Congresso, o texto escrito pela equipe de negociação deveria passar por um plebiscito popular. Por conter o termo “enfoque de gênero” e discussões relacionadas à diversidade sexual, o movimento antigênero se somou à campanha pela rejeição do Acordo de Paz – algo que de fato ocorreu por uma estreita margem de votos. Após a vitória do *No*, o texto do acordo retornou à discussão no parlamento. Tais grupos não apenas utilizaram a ameaça da *ideologia de gênero* para tentar modificar trechos do acordo como também se apropriaram da linguagem dos direitos humanos para defender que o “enfoque de gênero” e os “direitos das mulheres” são inconciliáveis.

Também se fundamentando em uma análise de *frames*, Anna Lavizzari (2021) investigou as dinâmicas contenciosas e relacionais que perpassam os embates entre os movimentos LGBTI+ e tradicionalista antigênero na Itália. A autora defende que a oposição entre movimento e contramovimento é um processo interacional, de natureza codependente. Isto é, ambos se constroem através das interações e são moldados por uma relação de oposição mútua. No contexto italiano, tais movimentos criaram *frames* ou enquadramentos interpretativos concorrentes (em um processo de *framing* e *counterframing*) que se expressam em diferentes narrativas sobre o papel do Estado e do governo na mediação de conflitos sociais relacionados à sexualidade. As narrativas desses dois movimentos difundem visões de mundo, moldam identidades coletivas e motivam (contra)mobilizações em torno de políticas como o casamento homoafetivo, a adoção homoparental, a educação em gênero e sexualidade nas escolas, e os direitos sexuais e reprodutivos.

Ao se debruçar sobre o caso brasileiro, Gabriela Montez da Silva (2022) buscou entender diferentes aspectos da atuação do movimento antigênero no cenário nacional, mais especificamente, os ciclos de mobilização e a continuidade no tempo, as estratégias de estímulo ao engajamento na temática e de adaptação discursiva visando o acesso a diferentes públicos e, por fim, o processo de produção de credibilidade e coerência às narrativas antigênero em meio aos confrontos públicos. Em seu trabalho, Silva demonstra que o movimento antigênero se aproveitou de um momento de crise política no âmbito do Governo Federal, em meados da década de 2010, para promover um tipo de ativismo conectado com a atividade parlamentar que fomentou a realização de protestos contra o *gênero* em diversas localidades do país. Por meio das disputas legislativas, ativistas antigênero potencializaram a divulgação de suas narrativas e demandas políticas (que já circulavam na internet entre grupos conservadores), de modo a facilitar a sua integração no *mainstream* da política brasileira e a sua conversão em protestos e campanhas de impacto nacional.

Já Annie Wilkinson (2022) produziu um estudo etnográfico sobre o movimento pró-família e antigênero no México. A atuação do movimento antigênero mexicano é um caso bastante relevante do ponto de vista analítico, pois se trata de um movimento que conseguiu ser bem-sucedido na produção de mobilizações permanentes na última década. Examinando as narrativas propagadas por esse movimento, Wilkinson argumenta que elas estão conectadas aos sentimentos de insegurança, ansiedade e desconfiança em relação às mudanças em curso no mundo contemporâneo impulsionadas por formas seculares e liberais de governo. Na concepção da autora, esses “sentimentos iliberais” podem ser organizados em três registros de insegurança (existencial, epistêmico e ontológico) que são discursivamente modulados pela noção de *ideologia de gênero*. A partir dessa noção, são difundidas histórias sobre os perigos que o marxismo cultural e o globalismo, mascarados por uma agenda democrático-liberal, produz às famílias ao colocar em dúvida a veracidade dos conhecimentos tradicionais sobre a natureza humana e a identidade sexual.

Os trabalhos de Corredor (2019, 2021), Lavizzari (2021), Silva (2022) e Wilkinson (2022) evidenciam um importante elemento constitutivo do movimento antigênero em diversas partes do mundo. O principal campo de batalha desse movimento é a disputa dos valores sociais e das práticas culturais (Jasper, 2017; Jasper & Polletta, 2019). Isto é, não se trata de um ativismo guiado pela disputa por recursos para uma política em específico ou meramente por mudanças de ordem institucional. A disputa primordial desse movimento é pelo modo como as pessoas interpretam e produzem culturalmente a sua própria realidade – a sua ontologia social. É fundamental compreender que as pessoas engajadas no ativismo antigênero agem a partir de determinadas condições de inteligibilidade que são mediadas culturalmente (Wedeen, 2002). Elas alicerçam suas ações políticas nos mundos aos quais estão familiarizadas para defender o que consideram como justo e moralmente desejável (Jasper, 1997). Em um mundo atravessado por intensas transformações no campo das normas e valores sexuais, o *gênero* é inevitavelmente uma ideia contenciosa por contribuir com a desestabilização de narrativas que sustentam uma visão tradicional da sexualidade humana, conflitantes com as novas identidades, comunidades e expressões sexuais emergentes na contemporaneidade.

Esses trabalhos, dentre tantos outros (e.g. Corrêa, 2020; González Vélez et al., 2018; Kováts & Põim, 2015; Kuhar & Paternotte, 2017; Machado, 2018), evidenciam o poder das narrativas na conformação transnacional das políticas antigênero. A própria ideia-chave de *ideologia de gênero* é comumente empregada junto a uma narrativa histórica que descreve o surgimento de uma conspiração global pela desconstrução da natureza sexual (como analisado no capítulo 4). Essa ideia deu inteligibilidade a processos históricos de transformação social e

supriu as pessoas de armas simbólicas e culturais para se opor às mudanças percebidas como moralmente indesejáveis ou perigosas. Nesse sentido, argumento que as narrativas antigênero (no plural, pois elas se pluralizam) são importantes motores para a existência permanente de um contramovimento antigênero. Elas motivam pessoas a se tornarem ativistas nessa causa, seja pela produção da insegurança e/ou desconfiança em relação às mudanças, ou pela produção de uma inteligibilidade opositora que canaliza os sentimentos negativos já existentes. Como explicitado por Francesca Polletta (1998):

[...] as narrativas podem ser um modo proeminente de fala por conta de sua capacidade de transformar eventos confusos em uma história de superação cheia de suspense, e de transformar uma sensação individual e grupal de ameaça em uma identidade poderosamente mobilizadora (p. 429, tradução própria).

1.2 Por que as narrativas importam tanto?

Na segunda metade do século XX, após um período de domínio de abordagens mecanicistas e estruturalistas, emergiram nas Ciências Sociais movimentos de revisão epistemológica que foram identificados a partir de diferentes nomes – como “virada interpretativa” (Rhodes, 2017; Schatz, 2009), “virada linguística” ou “discursiva” (Íñiguez Rueda, 2003; Spink, 2010), “virada cultural” (Davis, 2002; Jasper, 2017) e “virada narrativa” (Czarniawska, 2004; Polletta et al., 2011). Apesar de estes termos estarem vinculados a sentidos específicos ou mesmo comunidades acadêmicas próprias, eles expressam um processo equivalente de mudanças teóricas e metodológicas (sobretudo alinhadas com a perspectiva construcionista social) que impactou o fazer de pesquisas sociais. Em termos práticos, isso representou uma maior atenção aos aspectos simbólicos, culturais e subjetivos dos fenômenos analisados. Em termos cognitivos, reconheceu-se que as explicações de base estrutural e mecanicista não davam conta de problemas relevantes para a compreensão da realidade social, pois ignorava-se a agência das pessoas na construção de suas próprias realidades mediante a capacidade humana de interpretação de si e do mundo. Dentre as diversas propostas de revisão epistemológica, o conceito de narrativa emergiu como uma ferramenta útil para a compreensão desta capacidade intersubjetiva de produção da cultura, das relações sociais e dos processos políticos (e.g. Beatty, 2019; Bruner, 1990; Josselson & Hammack, 2021; Patterson & Monroe, 1998; Somers, 1994).

A campanha contra a ADI 5668, contada no tópico anterior, exemplifica bem o poder das narrativas. Sem histórias persuasivas e convincentes – que reafirmam ou desafiam nossas

crenças, visões de mundo e nosso senso de segurança subjetiva – haveria pouca ou nenhuma motivação para nos engajarmos em protestos ou movimentos políticos. É por meio de narrativas que ativistas e lideranças políticas promovem suas visões de mundo e dão sentido a eventos antes dispersos, conferindo-lhes lógica, intencionalidade e efeitos na realidade social (Davis, 2002; Polletta, 1998). Ao longo dos últimos anos, o movimento antigênero vem contando histórias sobre as consequências nefastas do *gênero* para a sociedade, conectando personagens e eventos em uma linha de causalidade relacional. Essas narrativas nos explicam quais eventos são relevantes, quem são os/as protagonistas (heróis, vilões e vítimas) de uma história, como os eventos do passado moldam o tempo presente, e quais seriam os prognósticos para os eventos futuros.

Em campanhas e protestos, vemos a construção de enredos ou tramas que dão consequência política às histórias contadas¹⁶, justificando ou motivando a atuação de movimentos e ativistas (Hammack, 2015; Polletta, 1998). Como descrito por Joseph Davis (2002), a explicação narrativa atua por meio da construção de enredos [*plots*], em um processo chamado de enredamento [*plotment*] – que, no caso dos movimentos sociais, justifica e motiva o engajamento de ativistas em uma causa. Em sua concepção, “narrativamente, entender um evento, mesmo para explicar o que causou o evento, é localizá-lo dentro da sequência temporal e relacional de uma história, conectando-o a eventos anteriores ou subsequentes ao longo do tempo” (Davis, 2002, p. 12, tradução própria). Portanto, movimentos sociais produzem narrativas que dão sentido e finalidade a sua própria existência social e política. Ao munir as pessoas com histórias convincentes, as narrativas dão inteligibilidade ao mundo político e produzem agência individual e coletiva – isto é, capacidade de ação sobre o mundo – fazendo com que pessoas antes não engajadas se tornem ativistas de uma causa. Por exemplo, ao se opor à ADI 5668, um integrante do Centro Anchieta, instituto católico tradicionalista localizado na cidade de Vitória-ES, narrou a seguinte história:

Eles citam que, em uma escola de ensino fundamental lá da Bélgica, existia uma espécie de teatro, não sei se era para incentivar, mas era meio para desmistificar o casamento. E, todos os anos, era feito com uma menina e um menino do ensino fundamental. [...] Mas, em um ano, dois amigos pediram para que esse casamento fosse feito com eles. Vale ressaltar que na Bélgica o casamento homossexual é legalizado. Então, a escola logo consentiu e foi feito esse casamento,

¹⁶ De modo similar a Polletta (1998), utilizo “história” praticamente como um sinônimo de narrativa. A única diferença é que dou preferência ao termo “história” para falar sobre narrativas específicas, contadas por alguém e empiricamente apreensíveis, enquanto o termo “narrativa” ganha sentidos mais teóricos e abstratos. É importante explicar também que “história” na teoria narrativa advém do termo “story”, que faz referência à narração de contos imaginários ou reais, ou histórias de vida. O termo correlato em português seria “estória” (atualmente em desuso), porém seu sentido é distinto, sendo comumente empregado para contos infantis ou histórias fictícias.

essas “bodas gay”, como é citado na ação, com esses dois amigos. E foi um jogo “superdivertido e todo mundo adorou”. A ação diz isso. E outra coisa que a ação diz é que os professores devem, por meio de matérias, por meio de disciplinas, aplicar esse ensino, o ensino de gênero, conforme eles entendem, dentro da sala de aula. E com as crianças de mais tenra idade, de forma lúdica. Então, assim, é algo tenebroso. É algo horripilante e é algo injusto na verdade. É a cara da ideologia de gênero. Ela é totalitária e essa ação tem esse viés totalitário, de não respeitar uma decisão democrática e querer introduzir por meio do judiciário a vontade de poucos. Nem de uma minoria, é de alguns que acham que são donos da verdade, que querem até mesmo desconstruir a biologia. Então, agora, o que a gente pode fazer diante disso?¹⁷

Este trecho exemplifica muitos dos elementos narrativos que podem estar presentes em histórias contadas por ativistas. Por exemplo, a vinculação de eventos antes desconexos temporal e espacialmente (uma atividade escolar na Bélgica e o que vai acontecer nas escolas no Brasil), a definição implícita de vilões e vítimas de um enredo (o próprio *gênero* enquanto uma ideia ganha agência na narrativa) e a explicitação de consequências e de uma moral da história, fundada nos sentimentos de injustiça, reprovação e repulsa aos eventos narrados. Por fim, o narrador engaja pessoalmente quem está ouvindo a história, abrindo caminhos para que as pessoas se sintam motivadas para participar de ações coletivas relacionadas à causa. Como já demonstrado pela literatura sobre movimentos sociais (Davis, 2002; Jasper, Young, & Zuern, 2020; Polletta, 1998; Polletta et al., 2011), são histórias como esta que dão sentido ao ativismo político e instigam a participação das pessoas em causas sociais com as quais elas se sentem identificadas ou afetadas, dando forma a enredos que se tornam estruturantes para a mobilização de um movimento. De acordo com Polletta (1998):

O enredo é a lógica que torna significativos os eventos que precedem a conclusão da história. Sem enredo, os eventos seriam meras ocorrências, momentos descontínuos e separados, em vez de episódios de uma história que se desenrola (Polkinghorne 1988). Como lógica que liga os eventos, o enredo é ao mesmo tempo heurístico e normativo, uma vez que o fim da história é também o seu “fim” no sentido de propósito ou télos. Todas as histórias têm uma moral (White 1980). As funções temporalmente configuracionais e avaliativas do enredo explicam o papel da narrativa não apenas na representação da realidade, mas na sua apreensão e, sobretudo, constituição (p. 421, tradução própria).

Considerando a sua capacidade de apreensão do aspecto intersubjetivo e coproduzido da realidade, é notável a atratividade do uso do conceito de narrativa para a condução de análises sociais. Trata-se de um conceito que conecta bem a linguagem do senso comum utilizada no cotidiano à linguagem filosófica e sociológica presente no mundo acadêmico. Narrativa é um

¹⁷ *Centro Anchieta* (02/11/2020), “Ideologia de gênero no currículo escolar: seus filhos em perigo”. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=cWoELoCOUpU>.

termo nativo para a maioria das pessoas (por seu uso corrente em discursos jornalísticos, políticos, religiosos, etc.) e possui uma existência discursiva para além da academia. Talvez seja por esse mesmo motivo que a narrativa é uma noção de difícil definição, frequentemente utilizada de forma pouco precisa, sendo um termo carregado por uma inevitável polissemia (Davis, 2002; Polkinghorne, 1988).

Em termos gerais e de modo confluyente, o conceito de narrativa é definido como uma forma de representação (White, 1980), um tipo de discurso e um modo de organização da experiência (Bruner, 1990), ou mesmo um princípio organizativo da ação humana (Sarbin, 1986). O que diferencia a narrativa de outros modos de uso da linguagem (e de outros conceitos como discurso e *frame*¹⁸) é a sua estrutura (Czarniawska, 2004; Goldie, 2021; Patterson & Monroe, 1998). Narrativas possuem uma estrutura similar a um conto ou uma fábula, são histórias (fictícias ou reais) com eventos e personagens conectados em um enredo causal, que tem início, meio e fim (nem sempre explícito ou linear), um drama e uma moral. Dando centralidade a esse caráter estrutural, Peter Goldie (2012) enfatiza que:

Uma narrativa ou história é algo que pode ser contado ou narrado, ou apenas pensando através do pensamento narrativo. É mais do que apenas um simples anais, crônica ou sequência de eventos, mas uma representação desses eventos que é moldada, organizada e colorida, apresentando-os e as pessoas envolvidas neles desde uma certa perspectiva [...] e assim dando estrutura narrativa – coerência, sentido [*meaningfulness*] e consequência avaliativa e emocional – ao que está sendo relacionado (tradução própria, p. 8).

Seguindo o raciocínio de Goldie (2012), e em confluência com as discussões teóricas desenvolvidas por Donald Polkinghorne (1988), é relevante enfatizar que o conceito de narrativa abarca não apenas a estrutura narrativa (o esquema cognitivo ou o resultado final que é a história em si), mas também o processo intersubjetivo de produção de sentidos que ocorre através das histórias. Enquanto um processo, a narrativa engaja as pessoas em reflexões sobre si mesmas, dá explicações sobre os eventos experienciados no passado, dá sentido a emoções sentidas e preenche o mundo de causalidade e propósito. Como pude experienciar durante o trabalho de campo, em idas a igrejas, missas católicas e cultos evangélicos, a narração de histórias é uma importante forma de produção de sentidos para a vida cotidiana. Eventos de

¹⁸ Discurso, *frame* e narrativa são conceitos sobrepostos que podem ser usados de forma articulada ou não. O que os diferencia é a sua amplitude e especificidade e, por vezes, sua base epistemológica e teórica. Discurso é um conceito bastante amplo, que faz referência a todo tipo de manifestação linguístico-textual carregada de sentido, sendo a narrativa um “gênero discursivo” (Fairclough, 2003). Por outro lado, *frames* são entendidos como enquadramentos ou molduras interpretativas que englobam outras expressões semióticas para além das narrativas ou da linguagem textual (Polletta, 1998).

pregação comumente se utilizam da estrutura narrativa (em testemunhos, exemplos da vida real, parábolas, contos, etc.) para dar implicação pessoal a mensagens de cunho moral – algo comumente empregado na própria leitura do texto bíblico. Por meio das narrativas contadas e escutadas, as pessoas produzem sentidos pessoais que implicam suas vidas em eventos considerados relevantes, delimitando uma forma de enxergar e experienciar o mundo.

O caráter ontológico das narrativas é comumente enfatizado pela literatura (Gubrium & Holstein, 2009; Somers, 1994; Somers & Gibson, 1994; Polkinghorne, 1988; Sarbin, 1986), pois elas estariam vinculadas à natureza da existência (psicológica, social e cultural) do ser humano. Para Theodore Sarbin (1986), “seres humanos pensam, percebem, imaginam e fazem escolhas morais de acordo com as estruturas narrativas” (p. 8, tradução própria). Em paralelo a sua função psicológica, produzir narrativas é uma forma basilar de produção cultural (Bruner, 1990). Por meio delas, as pessoas criam sentidos sobre o mundo, interpretam e explicam os fenômenos, e organizam a experiência de modo a orientá-la para o futuro. Em termos cognitivos, sem a estrutura narrativa não haveria agência humana da forma como a conhecemos. Ao considerarmos agência, em uma perspectiva relacional, como um processo temporalmente conectado (informado pelo passado, presente e futuro) de engajamento social, que envolve as pessoas na reprodução ou transformação das estruturas sociais (Emirbayer & Mische, 1998), é notória a importância das narrativas. Ao organizarmos a nossa ação no mundo, nos orientamos temporalmente por meio de histórias (Somers, 1994) que avaliam eventos passados, situam as experiências do presente e moldam perspectivas para o futuro. As histórias de ativismo comumente buscam convencer as pessoas que elas não são apenas sujeitas passivas às estruturas sociais, mas também agentes ativos na mudança dessas estruturas quando injustas e imorais (Jasper, 1997; Polletta, 1998).

Pensando na forma como as narrativas se manifestam socialmente, Margaret Somers e Gloria Gibson (1994) descrevem quatro dimensões interrelacionadas da narratividade que variam em nível de abrangência (macro e micro) e abstração. Primeiro, temos as *narrativas ontológicas*, usadas pelos atores sociais para dar sentido a si mesmos e suas próprias vidas. Dizem respeito a quem somos, como nos vemos enquanto pessoas e, por seu caráter autorreflexivo, podem ser equiparadas às *narrativas pessoais* (Hammack & Pilecki, 2012). Segundo, as *narrativas públicas* estão vinculadas a formações institucionais e culturais mais abrangentes, atuam por meio de redes de atores que disputam o que é considerado relevante à coletividade e ao governo, e podem ser equiparadas às *policy narratives* (Shanahan et al., 2011). Terceiro, temos as *metanarrativas* ou *narrativas mestras* que são histórias paradigmáticas que delimitam a natureza da realidade, moldam as diferentes visões de mundo e narram os grandes

dilemas presentes em um determinado tempo. Por fim, as *narrativas conceituais* estão conectadas com as teorias produzidas pela academia e se diferenciam por sua linguagem conceitual vinculada a uma comunidade de especialistas.

A estrutura narrativa e suas dimensões nos dão alguns indícios sobre quais elementos devem ser observados com mais atenção do ponto de vista epistêmico e analítico (e.g. Czarniawska, 2004; Josselson & Hammack, 2021; Somers & Gibson, 1994; Patterson & Monroe, 1998). Seguindo tais reflexões, me amparo no princípio da hermenêutica (Dilthey, 1976) para pensar na aplicação prática da teoria narrativa, onde o foco de análise se encontra na interpretação, tradução e reconstrução dos múltiplos sentidos existentes em um texto. A partir desse princípio, Ruthellen Josselson e Phillip Hammack (2021) afirmam que a análise narrativa envolve a leitura de textos múltiplas vezes, seguindo um processo intitulado de círculo hermenêutico, “no qual o todo ilumina as partes, que por sua vez oferecem uma imagem mais completa e complexa do todo, que então leva a uma melhor compreensão das partes” (p. 10, tradução própria) – ideia que será retomada com uma descrição metodológica da análise narrativa no capítulo 4. De modo mais específico, Barbara Czarniawska (2004) discorre sobre uma tríade hermenêutica, na qual as narrativas são analisadas a partir da (1) interpretação e reconstrução fidedigna dos sentidos, (2) desconstrução e explicação das condições que possibilitam a existência dessas narrativas no mundo, e (3) reflexão sobre aspectos normativos e posicionalidade do/a pesquisador perante o universo narrativo estudado.

Em concordância com as discussões apresentadas neste tópico, apresento a seguir cinco pontos instruídos pela teoria narrativa que irão orientar a análise dos sentidos expressos e das histórias contadas por movimentos, ativistas e lideranças que se mobilizam contra o *gênero* no Brasil. Alinhados ao problema de pesquisa, estes pontos explicitam quais elementos narrativos, dentre outros, são mais relevantes à interpretação dos textos implicados e ao processo de análise dos sentidos em jogo:

1. *Temporalidade e relacionalidade causal dos eventos* (e.g. Patterson & Monroe, 1998; Somers, 1994): Como as pessoas que se engajam em mobilizações contra o *gênero* relacionam eventos temporal e espacialmente dispersos em um enredo causal? Como destacado por Somers (1994), quatro características das narrativas são relevantes para as pesquisas sociais: (1) relacionalidade das partes, (2) enredamento causal, (3) apropriação seletiva e (4) temporalidade, sequência e lugar. Analisar quais são os eventos considerados relevantes e como eles são organizados em uma determinada ordem cronológica, que expressa linhas de causalidade, é primordial para uma melhor

compreensão das histórias de ativismo *antigênero*. Tais histórias difundem determinadas interpretações sobre eventos do passado, delimitando a existência de problemas ou dilemas sociais relevantes que necessitam de uma ação no presente para não comprometer ou condenar o futuro.

2. *Personagens, cenários e atribuição de agência* (e.g. Davis, 2002; Jasper et al., 2020; Polletta et al., 2011): Como as histórias antigênero apresentam seus personagens em cena, atribuindo papéis de atividade e passividade, intencionalidade e responsabilidade sobre os eventos narrados? As histórias não descrevem apenas eventos, mas também personagens que dão vida ao enredo. James Jasper et al. (2020) enfatizam a importância da construção de personagens para os processos políticos. Em muitos momentos, o engajamento em narrativas políticas se dá a partir de uma identificação pessoal com as trajetórias de vida dos personagens que protagonizam as histórias. Por exemplo, a identificação com a história de vida de uma liderança política que hoje inspira o movimento. Cada personagem vai cumprir diferentes papéis (em sua forma ideal: vítimas, heróis e vilões), em diferentes cenários, com maior ou menor agência (para o bem ou para o mal) sobre o desenrolar dos eventos.
3. *Julgamentos normativos, compromissos morais e emoções* (Beatty, 2019; Jasper, 2018; Sarbin, 1988): Como as histórias, ao relacionarem eventos e personagens, delimitam o que é certo ou errado, o bem e o mal? As narrativas expressam determinadas posições normativas sobre o mundo que enquadram eventos e personagens em conflitos morais permeados por sentimentos e emoções (por exemplo: raiva, indignação, repulsa, medo, etc.). Nesse sentido, construímos mapas de compromisso moral (Jasper, 2018) que nos guiam emotivamente em meio a dilemas e conflitos. De acordo com Andrew Beatty (2019), as narrativas são primordiais por darem inteligibilidade às emoções. Por meio delas, construímos e moldamos episódios emotivos, compreendemos a sequencialidade e as conexões entre diferentes emoções em um dado episódio, e encontramos as imagens e palavras que melhor descrevem as emoções em um dado contexto.
4. *Cânones, visões de mundo e metanarrativas* (e.g. Hammack, 2015; Patterson & Monroe, 1998; Somers & Gibson, 1994): Como a realidade, o convencional e o natural são construídos nas histórias contra o *gênero*? As narrativas expressam o que é canônico (certo, convencional, normal) e o que viola o cânone, ou o que é uma anomalia ou desvio para a realidade narrativa. Na visão das pessoas que conversei nos últimos anos, por exemplo, o conceito de *gênero* é interpretado como uma ideia que viola a realidade e a natureza sexual, como uma anomalia do cânone da história natural da humanidade.

Desse modo, podemos considerar que um amplo conjunto de crenças ontológicas delimita o que é canônico (e suas violações) do ponto de vista metanarrativo.

5. *A perspectiva e o mundo de quem narra* (e. g. Bruner, 1990; Gubrium & Holstein, 2009; Patterson & Monroe, 1998): Como tais histórias estão relacionadas com determinadas perspectivas e com o mundo social de quem as narra? A noção de “perspectiva” pressupõe uma posicionalidade da pessoa perante a história, pois ela não é apenas reprodutora de metanarrativas que existem para além, e muitas vezes desconectadas, de suas narrativas pessoais e de seu cotidiano. Ela é também coprodutora dessas narrativas que fazem parte da sua história de vida e do seu cotidiano. Já a noção de “mundo social” (que será retomada no capítulo 3) diz respeito à realidade cultural compartilhada pelas pessoas que narram uma mesma história, ou mesmo ao espaço relacional que molda as suas possibilidades interpretativas – sem necessariamente desprovê-las de agência, pois elas também interpretam seus próprios mundos. Este espaço relacional é vivido e experienciado coletivamente, é coproduzido e conforma as condições de inteligibilidade (o que é familiar, em termos etnográficos) para grupos e comunidades.

1.3 O campo, a alteridade e a metáfora da imersão

Estudar o movimento antigênero brasileiro a partir de uma perspectiva narrativa envolveu um tipo de engajamento de pesquisa diferente do que eu já vinha realizando nos últimos anos e, com raras exceções (Wilkinson, 2022), do que vem sendo publicado pela literatura nacional e internacional sobre políticas antigênero (e.g. Corredor, 2019; Junqueira, 2022; Kuhar & Paternotte, 2017). É importante ressaltar que a própria escolha pela incorporação teórica e metodológica da perspectiva narrativa esteve intrinsecamente conectada ao problema inicial de pesquisa. Desde sua primeira elaboração, o intento sempre foi compreender melhor quais visões de mundo, perspectivas e sentidos motivam pessoas de diferentes perfis a se engajar em mobilizações contra o *gênero*. Um problema que envolveria não apenas a análise de informações e materiais disponíveis em acesso público (uma parte significativa de caráter propagandístico ou unicamente retórico), mas também o contato dialógico com as pessoas que protagonizam essas mobilizações e se comprometem, em maior ou menor grau, com a continuidade dessa causa política. Nesse sentido, a pesquisa envolveu um tipo de imersão etnográfica (Schatz, 2009) que me colocou, enquanto pesquisador, em uma posição de maior proximidade com as pessoas e grupos estudados, de modo a tornar seus mundos e sentidos compartilhados mais familiares e inteligíveis para mim.

De forma literal, “imersir” significa introduzir, adentrar ou afundar em algo ou algum lugar. Como uma metáfora espacial transposta ao conhecimento, a imersão pode representar estar por dentro, atualizado ou demonstrar grande interesse em algo, ou mesmo adentrar em um espaço fechado ou isolado para aprender sobre um determinado assunto, se distanciando provisoriamente do mundo exterior. Como uma metáfora de pesquisa, imersir significou para mim estar por dentro dos últimos acontecimentos relacionados às mobilizações antigênero através do mapeamento virtual (detalhado no capítulo 3), da presença em espaços onde tais mobilizações ocorrem e de conversas com pessoas que delas participam (detalhado no capítulo 4). A partir da imersão nesse campo de pesquisa, a oposição ao *gênero* se tornou parte do meu cotidiano e seu estudo extensivo me colocou em contato com mundos aos quais eu não tinha conhecimento prévio ou grande familiaridade – me fez dialogar com pessoas que muito dificilmente fariam parte da minha vida antes da pesquisa por estarem fora dos círculos sociais com os quais eu estou acostumado a me relacionar.

Em uma analogia às discussões sobre ética e narrativa propostas por Ruthellen Josselson (2004), estar “por dentro” ou “imersir” nas redes do movimento antigênero brasileiro perpassou dar primazia interpretativa à “hermenêutica da fé/restauração”, em contraponto à “hermenêutica da suspeição/desmistificação”. Isto é, interpretar o que essas pessoas estão dizendo a partir do pressuposto de que elas estão expressando um conhecimento que é subjetivamente verdadeiro, uma realidade narrada a partir de seus próprios termos e sentidos, e não estão escondendo um significado oculto ou dissimulando as suas reais intenções¹⁹. Desse modo, a imersão nesse universo envolveu um constante contato com a alteridade, com um “outro” que pensa e vive no mundo de modo diferente a mim, porém que não é menos autêntico ou verdadeiro do ponto de vista subjetivo.

Assumir a autenticidade dos sentidos expressos pelas pessoas com as quais dialoguei durante a pesquisa não significou concordar com tudo o que elas me dizem ou justificar políticas que, direta ou indiretamente, tornam mais vulneráveis e precárias as vidas de outras pessoas. Contudo, me demandou uma capacidade de escuta²⁰ desse “outro” e de manejo de emoções e

¹⁹ Logicamente, isso não significa ter uma postura ingênua ou desatenta aos múltiplos sentidos que uma narrativa pode ganhar a depender do contexto de interlocução. As pessoas também fazem escolhas intencionais ao analisar o contexto no qual estão inseridas e com quem estão dialogando. Por exemplo, era visível que algumas pessoas entrevistadas adaptavam suas falas a uma linguagem mais acadêmica ou científica para dialogar com os objetivos da pesquisa e, se possível, me convencer politicamente. Como apontado por Josselson (2004), é desejável algum tipo de combinação de ambas os tipos de interpretação hermenêutica em pesquisas narrativas.

²⁰ Não descarto a importância da minha formação como psicólogo para a qualificação dessa escuta. Uma escuta empática e atenta, associada ao controle das emoções e de julgamentos prévios, faz parte do treinamento técnico de um/a psicoterapeuta. Considero que a capacitação técnica para a escuta contribuiu significativamente para a produção de um espaço acolhedor durante a condução das entrevistas, possibilitando que o diálogo estabelecido pudesse contornar as desconfianças e conflitos em torno da temática.

juízos prévios que poderiam emergir durante o contato com ideias consideradas por mim equivocadas ou moralmente condenáveis. Nas palavras de Josselson (2004):

Do ponto de vista da hermenêutica da restauração, nós, como pesquisadoras, acreditamos que as participantes estão nos contando, da melhor forma que podem, o seu entendimento sobre a experiência subjetiva e a produção de sentido. [...] Nós adotamos o que pode ser considerada uma atitude humanística e interpretamos nossa tarefa como uma tentativa de representação para nós mesmas e para quem lê nosso trabalho, de forma clara e precisa, a mensagem que nossas participantes estão tentando nos transmitir. [...] assumimos que a participante é a especialista de sua própria experiência, e é capaz e está disposta a compartilhar sentidos com a pesquisadora. O objetivo da hermenêutica da fé é re-presentar, explorar e/ou compreender o mundo subjetivo da participante e/ou o mundo social e histórico que elas sentem que estão vivendo. A entrevista então fornece uma janela para as realidades psicológicas e sociais da participante (p. 5, tradução própria).

Ao lidar com esse dilema da alteridade política e jogando também com metáforas espaciais, Kathleen Blee (2007) diferenciou estudos “externalistas” e “internalistas” de movimentos de extrema-direita. Os estudos “externalistas” abordam tais movimentos “à distância”, analisando-os por meio de documentos disponibilizados por fontes jornalísticas ou pelo próprio movimento. Nesses estudos, não há interlocução com as pessoas que compõem esses movimentos, nem a participação do/a pesquisador/a em espaços onde elas atuam e convivem. Geralmente, isso está relacionado às dissonâncias ideológicas (ou mesmo éticas) entre a perspectiva de quem pesquisa e dos movimentos de extrema-direita, para além das dificuldades de acesso decorrentes da própria desconfiança que ativistas desses movimentos expressam em relação à produção acadêmica. Em contrapartida, os estudos “internalistas” caminham no sentido oposto e procuram transpor, mesmo que provisoriamente, essas distâncias e barreiras, entrando em contato direto com as pessoas engajadas nesses movimentos e assumindo os desafios éticos resultantes disso. Objetiva-se, assim, uma “visão de dentro” ou um “olhar de perto” [*from inside e close-up*] que possibilitaria “uma melhor compreensão do trabalho de grupos de extrema-direita e das crenças e motivações de ativistas e apoiadores/as” (Blee, 2007, p. 121, tradução própria)²¹.

Essas reflexões sobre o estudo “de perto” de grupos considerados condenáveis ou mesmo repulsivos pela maioria da comunidade acadêmica partem de pesquisas conduzidas pela

²¹ Em minha experiência pessoal, considero que existem ganhos e perdas em ambas as formas de estudo. Nos estudos “internalistas”, existem limitações éticas nas análises relacionadas aos vínculos de confidencialidade e confiança construídos ao longo da pesquisa. Por outro lado, os estudos “externalistas” podem caminhar mais livremente no campo da crítica normativa e do confronto ideológico sem trair a confiança de pessoas que contribuíram com entrevistas e facilitaram o acesso a informações antes indisponíveis para análise.

autora sobre os motivos que levam as pessoas a participarem de movimentos supremacistas brancos nos Estados Unidos (Blee, 2002, 2018). Após uma década de vivências com ativistas do Klu Klux Klan e outras organizações racistas, Blee (2018) considerou que o engajamento pessoal com o tema, a partir do trabalho etnográfico e da condução de entrevistas, facilitou o acesso a informações que são pouco visíveis ou estão intencionalmente omitidas para quem observa somente as manifestações públicas do movimento. Para além disso, há também um aspecto experiencial e afetivo do ato de pesquisar em contato direto com o “objeto de estudo” que é característico do trabalho etnográfico. Nas palavras da autora, no momento em que refletia sobre o peso emocional desse tipo de pesquisa, “é instrutivo considerar como alguns aspectos da minha vida e das experiências no campo afetaram minhas interpretações desse grupo e como estudar o inimigo, por sua vez, me mudou” (Blee, 2018, p. 16, tradução própria). Portanto, entrar em campo de modo corporificado é inevitavelmente estar aberto a ser afetado e ter os rumos da pesquisa (e, por vezes, da própria vida) transformados pelas experiências vivenciadas junto às pessoas e grupos estudados, mesmo quando isso está atravessado por relações politicamente paradoxais e eticamente desafiadoras.

Desse modo, o “estando lá” [*being there*] pessoalmente observando e interagindo com as pessoas, grupos e mundos estudados – tornando familiar uma cultura que é “estranha”, “estrangeira” ou desconhecida para quem pesquisa, imprescindível ao fazer etnográfico (Cardoso de Oliveira, 1996; Rhodes, 2017) – não pode ser diminuído ou banalizado. Tentar entender os mundos nos quais as pessoas vivem e como elas interpretam e constroem a suas próprias realidades envolve um movimento de aproximação e diálogo face a face, de troca de experiências e afetações a partir da coabitação, mesmo que provisória, nesses mundos. Comumente empregada nas Ciências Sociais para orientar o trabalho de campo, a etnografia é ao mesmo tempo uma metodologia de pesquisa, com procedimentos convencionados por uma comunidade de especialistas (trabalho de campo, tomada de notas, interação com ambientes e pessoas, etc.), e uma lente teórica de análise sociocultural (Hammersley & Atkinson, 2007). Na pesquisa etnográfica, estar no campo não é uma tarefa ingênua, espontânea ou puramente improvisada. É, na verdade, um trabalho consciente e guiado teoricamente, vinculado à reflexão/resolução de determinados problemas teóricos de pesquisa (Rhodes, 2017; Schatz, 2009; Wedeen, 2010).

Não raramente subentende-se o “campo” como um espaço físico bem delimitado, assim como tradicionalmente concebido nos primórdios da Antropologia Cultural (uma tribo, um bairro, uma comunidade, etc.). No entanto, sua delimitação é mais complexa e difusa. Por exemplo, informado por uma perspectiva pós-construcionista em Psicologia Social, Peter Spink

(2003) propõe repensar o campo a partir do conceito de “campo-tema”, isto é, um “complexo de redes de sentido que se interconectam” (p. 28). Para ele, o campo-tema não é um espaço distante, apartado de quem pesquisa, mas estaria disperso em diferentes lugares e seria construído de modo intersubjetivo através da delimitação de um tema ou objeto de estudo – algo que perpassa ir presencialmente ao campo, mas existe para além dele e faz parte da própria elaboração teórica da pesquisa.

Apesar desta pesquisa não se pautar nessa abordagem em específico (Spink, 2003; Spink et al., 2014, a noção de campo-tema é interessante por nos lembrar que o trabalho de campo não pode ser visto como uma coleta de dados brutos “na natureza”, onde o/a pesquisador/a objetivamente analisa uma realidade cultural que é externa e separada da sua própria subjetividade. No entanto, isso não nega a importância do trabalho de campo como um espaço de atenta observação, encontros e diálogos que facilitam o processo de interpretação de práticas e sentidos compartilhados por um determinado grupo de pessoas. Como já apontado por Clifford Geertz (1973), a etnografia é um fazer interpretativo e não naturalístico, pois seu objetivo não é descobrir uma realidade dada, mas sim reconstruir os sentidos culturais por meio de uma “descrição densa” das experiências vivenciadas em campo.

A desnaturalização do campo e do fazer etnográfico foi fortemente impulsionada pela guinada interpretativa na Antropologia Cultural na segunda metade do século XX, que se conformou em diálogo com os trabalhos de Geertz, dentre diversos outros, sobre o caráter semiótico e contingente da cultura (Clifford & Marcus, 1986; Geertz, 1973; Schatz, 2009; Wedeen, 2002). A perspectiva interpretativa influenciou a forma como o conceito de cultura é teoricamente definido e as pesquisas etnográficas são conduzidas (do trabalho de campo à escrita final). Se tratando do lugar onde as práticas culturais são acessadas, o campo não é uma entidade material, um espaço físico bem delimitado onde se coletam dados científicos totalmente apartados da subjetividade de quem pesquisa. Como postulado por James Clifford (1986) ao definir o conceito de cultura²²:

Culturas não são “objetos” científicos (assumindo que tais coisas existam, mesmo nas ciências naturais). A cultura e nossas visões sobre “isso” são produzidas historicamente e ativamente contestadas. Não há uma imagem total que possa ser “preenchida”, pois a percepção e o preenchimento de uma lacuna levam à consciência de outras lacunas. [...] Se “cultura” não é um objeto a ser descrito, tampouco é um corpus unificado de símbolos e sentidos que podem ser

²² Pensando a partir da Ciência Política, Lisa Wedeen (2002) definiu o conceito de cultura como “práticas semióticas” que dizem respeito tanto ao modo como as pessoas produzem sentido e operacionalizam esses sentidos em ações (destacando a agência) quanto à capacidade desses sentidos em moldar a realidade a compreensão das pessoas sobre ela (destacando aspectos estruturais). Para a autora, as práticas semióticas são meios pelos quais as pessoas tornam inteligíveis os processos políticos e os conflitos decorrentes deles.

interpretados em definitivo. Cultura é contestada, temporal e emergente” (p. 18-19, tradução própria).

Seguindo essa definição de cultura, o campo também se conforma como um lugar contestado, não-fixo e intersubjetivamente produzido durante o ato de pesquisar a partir de uma perspectiva etnográfica – onde “dentro” e “fora” se tornam metáforas e não marcadores da realidade. Em uma analogia à perspectiva “internalista” defendida por Blee (2007), é um espaço de aproximação, de “estar por dentro” e “ver de perto”, facilitando o acesso a coisas antes desconhecidas, mas não é um dado da natureza que pode ser externalizado e afastado objetivamente do processo interpretativo. Algo que a própria autora tem consciência ao discutir a etnografia como uma via de mão dupla que afeta pessoalmente quem pesquisa, moldando as interpretações dadas ao fenômeno estudado (Blee, 2018). Tendo isso em vista, é importante ressaltar o sentido metafórico da “imersão” no campo das mobilizações antigênero, que deve ser entendida mais como um engajamento intersubjetivo de pesquisa, que não deixa de ter efeitos práticos e procedimentais (como, por exemplo, observar cenários, participar de eventos e dialogar diretamente com o “outro”), do que um deslocamento espacial ou uma objetivação metodológica.

Ao longo da pesquisa imersiva, o campo de fato se mostrou como um espaço descentrado e descontínuo. Ele não estava localizado em um território específico ou contido em uma determinada comunidade, mas sim disperso em muitos lugares ao mesmo tempo – e através do tempo. As mobilizações antigênero ocorriam paralelamente em diversas cidades brasileiras, protagonizadas por uma variedade de grupos e pessoas em arenas políticas distintas e, principalmente, por meio da internet. Desse modo, me fundamentando nos princípios de uma etnografia interpretativa, a forma como o trabalho de campo foi conduzido se configurou inevitavelmente como uma prática multissituada (Hine, 2015; Marcus, 1995), abarcando diferentes espaços e temporalidades que se relacionam e conformam o movimento antigênero brasileiro.

De acordo com George Marcus (1995), a etnografia multissituada parte do pressuposto de que o mundo contemporâneo está conectado como um sistema-mundo, onde o local e o global estão interligados em meio à circulação cultural de sentidos, ideias e identidades em um espaço-tempo difuso. Nesse contexto de entrelaçamento local-global, o trabalho etnográfico se adapta e direciona sua atenção a múltiplas localidades, contextos e pessoas, “seguindo” [following] o problema ou objeto de estudo onde quer que ele se manifeste (Marcus, 1995) – e, na atualidade, sobretudo através da internet (Hine, 2015). Na presente pesquisa, analisar o

movimento antigênero envolveu prioritariamente seguir a palavra (*ideologia de gênero*), as pessoas engajadas e as diversas histórias por elas narradas. Uma atividade que me levou a realizar um extenso mapeamento na internet e a estar de modo presencial em uma diversidade de lugares geograficamente dispersos (como uma missa católica em Várzea Grande-MT, um culto evangélico em Belo Horizonte, um protesto na Avenida Paulista em São Paulo, etc.).

Fundamentando-se não apenas pela etnografia, mas também pela teoria narrativa, seguir as histórias e enredos (Marcus, 1995) foi um caminho fundamental para a condução da pesquisa. As histórias são importantes meio pelos quais as pessoas dão sentido ao mundo, seus conflitos e dilemas (e.g. Hammack & Pilecki, 2012; Polkinghorne, 1988; Polletta, 1998), e, no caso do movimento antigênero, representam a principal forma como elas explicam as motivações para se engajar nessa causa política. O conceito de narrativa (e seus desdobramentos, como histórias, enredos, etc.) não é estranho à teoria etnográfica, pois a narração de histórias, seja oral ou em registros textuais, é parte constitutiva do processo da cultura. Em grande medida, o trabalho etnográfico envolve a escuta atenta e o registro das narrativas expressas pelas pessoas, grupos e comunidades estudadas (Beatty, 2019; Clifford & Marcus, 1986; Gubrium & Holstein, 2009), que pode ocorrer em ambientes mais formais, como nas entrevistas gravadas com informantes, ou em conversas espontâneas posteriormente registradas em notas de campo.

Os próprios resultados da pesquisa etnográfica são permeados pela estrutura narrativa, pois eles estão alicerçados na reconstrução textual das narrativas pessoais e coletivas dos grupos estudados e das experiências vivenciadas em campo, visando a elaboração teórica de determinados problemas de pesquisa. É nesse sentido que Clifford (1986) compara a escrita etnográfica ao gênero narrativo da ficção, falando inclusive em “ficções etnográficas” [ethnographic fictions]. Não por a escrita etnográfica ser em uma narrativa imaginária, falsificada ou descolada da realidade, mas por sua característica essencialmente narrativa e subjetiva. Para o autor, pensar nos textos etnográficos como “ficções verdadeiras” [true fictions] (Clifford, 1992) evidencia o caráter contingente e historicamente construído de toda narrativa cultural, mesmo quando produzida por meio da aplicação de rígidos procedimentos de observação, registro e interpretação.

Nesse sentido, como elaborado ao longo desse tópico, a combinação de postulados oriundos da etnografia e da teoria narrativa²³ para a compreensão das mobilizações antigênero

²³ Sobre a combinação das teorias etnográficas e narrativas, Andrew Beatty (2019) constrói uma teoria das emoções centrada na noção de “episódios emotivos” que, por meio da estrutura narrativa, dão sentido e contextualizam culturalmente as emoções experienciadas pelas pessoas. Outro exemplo de articulação teórica é a abordagem da “etnografia narrativa” proposta por Jaber Gubrium e James Holstein (2009), que se propõe a dar ferramentas metodológicas e conceituais para o estudo contextualizado das narrativas e do processo de construção de sentidos.

perpassou uma flexibilidade em relação ao caráter intersubjetivo e coproduzido da pesquisa. Isto é, tanto o processo de imersão no campo e contato direto ou indireto com o “outro” (as pessoas e grupos estudados) quanto o processo de interpretação dos sentidos presentes nesse campo devem ser vistos como contingentes e contextuais, intrinsecamente relacionados às particularidades das relações epistêmicas que estabeleci com o universo de estudo e dos caminhos interpretativos trilhados.

Tal constatação não torna a pesquisa pouco rigorosa do ponto de vista metodológico, ou seus resultados empiricamente inconsistentes, inválidos ou impassíveis de qualquer tipo de generalização teórica. Pelo contrário, a flexibilidade é um importante aspecto de toda pesquisa qualitativa (Berger, 2015; Hammersley & Atkinson, 2007; Josselson, 2004, 2007; Josselson & Hammack, 2021), sobretudo daquelas que fazem uso de procedimentos como trabalho de campo e entrevistas, pois ela torna mais transparente as escolhas teóricas e metodológicas realizadas e, conseqüentemente, os resultados obtidos. Por exemplo, no meu caso, a flexibilidade significou atuar de forma consciente em relação à minha posição como pesquisador no campo, às emoções e intuições emergentes no decorrer da imersão e da interpretação das informações levantadas, e às relações que estabeleci com as pessoas que contribuíram com a pesquisa – questões que nos levam à necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre os desafios éticos enfrentados.

1.4 Ética, flexibilidade e empatia em uma pesquisa narrativo-etnográfica

De acordo com Roni Berger (2015), a flexibilidade é “o processo de contínuo diálogo interno e autoavaliação crítica da posicionalidade de quem pesquisa, assim como a constatação ativa e o reconhecimento explícito de que esta posição pode afetar o processo e o resultado de pesquisa” (p. 220, tradução própria). Ao me engajar na produção de uma pesquisa narrativo-etnográfica das mobilizações antigênero, essa avaliação crítica da minha própria posicionalidade enquanto pesquisador se tornou um questionamento crucial e um desafio ético cotidiano. Como uma pessoa que dedicou anos de sua vida à temática do gênero e da sexualidade, tanto na esfera acadêmica como política, poderia estar se relacionando e dialogando com pessoas que provavelmente a consideram um inimigo ou uma ameaça à segurança de seus modos de vida? Como eu me apresentaria e como seria recebido por elas? Como esse contato dialógico moldaria as minhas interpretações sobre essas pessoas e suas

Na presente pesquisa, não mobilizei tais abordagens de forma sistemática, mas elas contribuíram para o entendimento dos possíveis elos entre etnografia e teoria narrativa.

motivações para se engajar nas mobilizações antigênero? E, principalmente, como elas (e, no outro polo, colegas do campo de estudos em gênero e sexualidade) receberiam os resultados da pesquisa e as análises por mim elaboradas? Essas foram perguntas que perpassaram a pesquisa do seu início ao fim e ainda ressoam após o seu término, pois não existem respostas definitivas que as resolvam por completo. Desse modo, a reflexibilidade caminha junto com questionamentos éticos sobre a produção de uma pesquisa social de base interpretativa (narrativa e etnográfica), os impactos que ela pode causar às vidas das pessoas que dela participaram, e as consequências normativas que seus resultados vão provocar em espaços e arenas por ora imprevisíveis²⁴.

O primeiro passo foi reconhecer a autoridade dessas pessoas para retratar suas próprias vidas, visões de mundo, pertencimentos políticos e motivos para se engajar em mobilizações contra o *gênero*. Como descrito no tópico anterior, isso perpassou assumir uma postura ética vinculada à “hermenêutica da fé/restauração” (Josselson, 2004), na qual a palavra da pessoa estudada é reconhecida como verdadeira do ponto de vista de sua própria realidade subjetiva. Portanto, esse reconhecimento me demandou o abandono de qualquer postura de confronto, descrédito ou interpelação das pessoas com as quais eu dialogava – como alertado por Josselson (2007) ao considerar antiético a confrontação em entrevistas narrativas. Isso não significa que eu deveria me tornar neutro ou apático aos conflitos políticos em torno da temática, mas que, ao menos durante a condução da pesquisa, minha própria identidade (em relação a quem eu sou e qual o meu papel em meio a estes conflitos) se deslocaria para me permitir um mergulho em lugares não familiares e ainda ininteligíveis.

Outra forma de se referir a essa postura ética e interpretativa é “hermenêutica da confiança” (Felski, 2011; Marková, 2016). Enquanto a noção de fé, para além do seu sentido religioso, expressa o reconhecimento de algo como válido ou autêntico, o termo confiança ressalta uma abertura dialógica de “si mesmo” em relação ao “outro” durante a interpretação hermenêutica de um texto. Em acordo com as reflexões de Ivana Marková (2016), “confiar” para um enfoque hermenêutico envolve reconhecer que o “outro” possui crenças e conhecimentos sociais que são relevantes e inteligíveis quando compreendidos a partir de suas próprias lógicas, estabelecendo as bases de uma relação “eu-outro” fundada na “confiança

²⁴ De modo semelhante a Martyn Hammersley e Anna Traianou (2012) e Mariana Cordeiro et al., (2014), considero que a ética de pesquisa existe para além de uma discussão puramente procedimental ou de uma lógica prescritiva. Em contextos de baixa formalidade, como em pesquisa qualitativas, a ética deve ser pensada de forma situacional e adaptada aos diferentes contextos e relações, seguindo os princípios da prevenção aos possíveis danos que a pesquisa pode causar a quem dela participa, da autonomia e do consentimento informado, e do direito à privacidade e ao anonimato quando desejado (Hammersley & Traianou, 2012; Josselson, 2007; Smythe & Murray, 2000).

epistêmica”. No contexto da presente pesquisa, perpassou a abertura para o diálogo e a escuta de pessoas que possuem visões de mundo e ideologias distintas (ou mesmo opostas) à minha, considerando que, por meio dessa interação dialógica, seria possível aprender com elas e adquirir uma melhor compreensão de conhecimentos epistemicamente relevantes – isto é, esse “outro” pode ensinar algo novo e auxiliar a conhecer coisas importantes que antes eram inacessíveis à subjetividade de quem pesquisa. Nas palavras de Marková (2016), a confiança epistêmica:

[...] refere-se à confiança das participantes de que elas vivem em um mundo social temporariamente compartilhado que contém uma base comum para a compreensão e interpretação da realidade social. Não poderia haver comunicação, conhecimento social, crenças e ações conjuntas se as participantes não assumissem implicitamente como certo que compartilham uma base comum [...]. Em segundo lugar, a confiança epistêmica refere-se à capacidade e prontidão dos *Selves* e *Others* para aprender, compartilhar e aceitar conhecimentos, experiências, avaliações éticas uns dos outros. Os seres humanos aceitam e rejeitam a autoridade epistêmica; eles negociam suas confianças/desconfianças epistêmicas e levam suas interações dialógicas aos limites de sua confiabilidade mútua (p. 127, tradução própria).

Logicamente, não se trata de uma “exotização” ou “*othering*” do conhecimento nativo e das pessoas que expressam narrativas políticas que comumente são identificadas no espectro da extrema-direita (Pasięka, 2019), definindo-as como um objeto exótico de estudo etnográfico, ainda misterioso e incompreendido. Como ressaltado por Agnieszka Pasięka (2019), reconhecer essas pessoas como um “outro” legítimo implica levá-las à sério, compreendendo suas vidas e narrativas de forma holística (não as reduzindo a uma questão ou posição política) e a complexidade das diferentes experiências pessoais, de modo a evitar descrições e explicações excessivamente simplistas – por exemplo, aquelas que as identificam unicamente como algozes e agentes da opressão, ou vítimas incompreendidas de um sistema opressor. De modo semelhante, Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Scalco (2021) levantaram algumas reflexões éticas e metodológicas sobre o estudo desse “outro” a partir de uma pesquisa conduzida por elas junto a pessoas da periferia de Porto Alegre que apoiaram a candidatura de Jair Bolsonaro em 2018. Para as autoras, o diálogo e o contato face a face através da pesquisa etnográfica teve como consequência inevitável a “humanização” dessas pessoas (Pinheiro-Machado & Scalco, 2021), tornando inteligíveis suas vidas para além da repulsa moral (por estarem apoiando um “fascista”) e dos conflitos políticos emergentes naquele momento histórico.

Dialogando com Pinheiro-Machado e Scalco (2021) e seus questionamentos éticos, Annie Wilkinson (2021) abordou essa discussão a partir de sua pesquisa etnográfica sobre o movimento antigênero no México. Para ela, esse é um falso dilema ético sobre quem são os

sujeitos que merecem ou não a empatia de uma pesquisa antropológica que irá retratar suas vidas e angústias de forma complexa, distinguindo assim quem devemos escolher para “estudar sobre” [*studying up*] ou “estudar com” [*studying with*]. Na Antropologia, comumente, é pressuposta a necessidade da empatia e do compromisso moral com as demandas, sofrimentos e modos de vida das pessoas estudadas como elementos imprescindíveis para a adequação ética de uma pesquisa etnográfica (e.g. Hammersley & Atkinson, 2007; Pinheiro-Machado & Scalco, 2021; Teitelbaum, 2019). Contudo, a distinção dicotômica entre as pessoas “boas” e “más”, “fascistas horrendos” e “nativos vulneráveis”, entre aquelas que “oprimem e causam sofrimento” e “são oprimidas e sofrem”, não é analiticamente frutífera e nem eticamente desejável (Wilkinson, 2021). Na imensa maioria dos casos, essas categorias estão sobrepostas em uma mesma pessoa, pois seres humanos são sujeitos complexos e multifacetados, experienciam uma condição compartilhada de vulnerabilidade existencial²⁵ e vivem imersos em relações dinâmicas e contingentes.

De acordo com Wilkinson (2021, 2022), estudar etnograficamente o movimento antigênero e ativistas de extrema-direita no México – algo interpelado por pares na academia como uma forma de legitimação de uma agenda política detestável – foi uma escolha consciente do ponto de vista ético e metodológico. Nas palavras da autora, esse caminho de pesquisa esteve comprometido com a defesa do “imperativo ético de uma antropologia do “estudo através” [*studying through*] das diferenças políticas que se utiliza das ferramentas da etnografia para construir “pontes de empatia” que podem sobrepor o “muro de empatia” entre “nós” e “eles”, especialmente em tempos como o nosso de intensificada e pernicioso polarização” (Wilkinson, 2022, p. xix, tradução própria). Não se trata de um apelo ao relativismo moral, mas sim uma tentativa de compreensão profunda (Wilkinson, 2021, 2022) das crenças e narrativas difundidas por pessoas que, por vezes, são ininteligíveis para a comunidade acadêmica, sobretudo devido às dificuldades no estabelecimento de vínculos mútuos de empatia.

A ideia de “muros” e “pontes” de empatia empregada por Wilkinson foi originalmente proposta por Arlie Hochschild (2016) em seu influente trabalho sobre a vida de pessoas comuns que apoiam políticas conservadoras nos Estados Unidos. A partir de um extenso trabalho de

²⁵ A experiência da vulnerabilidade, apesar de vivenciada de forma diversa, é definidora da condição humana e da existência compartilhada no mundo. Como definido por Judith Butler (2012, 2020), a vida em sociedade é permeada pela interdependência, isto é, para lidar com a experiência da vulnerabilidade, as pessoas necessariamente dependem umas das outras, seja do ponto de vista prático ou subjetivo. Tendo em vista essa condição de interdependência e vulnerabilidade, Butler defendeu uma “ética da coabitação”, pois não seria possível, nem desejável, escolher com quem coabitamos o mundo tendo em vista seu caráter plural e heterogêneo. Contudo, assumir eticamente a coabitação não impede a reação contra a violência de pessoas e grupos que negam a pluralidade de existências.

campo no Estado da Louisiana, um dos mais pobres do país e onde a direita mantém forte hegemonia na política local, Hochschild procurou entender a vida de pessoas que se identificam com o conservadorismo político – quais suas angústias e dilemas, suas redes de solidariedade, cotidianos e vínculos comunitários, suas histórias pessoais e coletivas, seus sentimentos em relação à política e ao governo, etc.

Reconhecendo que as crenças e vidas dessas pessoas eram distantes e estranhas à sua própria realidade pessoal, tendo em vista a sua discordância com as ideias conservadoras dos grupos estudados, ela considerou que existiam barreiras emocionais que dificultavam uma compreensão aprofundada desse fenômeno. Nesse sentido, o conceito de “muros de empatia” foi proposto para pensar sobre porque é tão difícil ver o mundo pelos olhos de pessoas que expressam ideias políticas diametralmente opostas a quem pesquisa – porque temos dificuldades em furar, mesmo que provisoriamente, nossas próprias “bolhas políticas”. Como elaborado por Hochschild (2016):

Um muro de empatia é um obstáculo à compreensão profunda de outra pessoa, que pode nos fazer sentir indiferentes ou mesmo hostis àqueles que têm crenças diferentes ou cuja infância está enraizada em circunstâncias diferentes. Num período de tumulto político, nos agarramos a certezas rápidas. Calçamos novas informações em formas que já pensamos. Nos contentamos em conhecer nossos opositores por fora. Contudo, é possível, sem mudar as nossas crenças, conhecer os outros por dentro, ver a realidade através dos seus olhos, compreender as ligações entre a vida, o sentimento e a política; isto é, cruzar o muro da empatia? Eu pensava que sim (p. 10, tradução própria).

Portanto, de acordo com a autora, o estabelecimento de vínculos de empatia com as pessoas que estudamos, mesmo com aquelas as quais pouco compreendemos ou discordamos profundamente, é fundamental para o processo interpretativo. Como analisar adequadamente as crenças e vidas dessas pessoas se não conseguimos conceber ou enxergar o mundo a partir de uma perspectiva diferente da nossa? Ter empatia envolve compreender e transpor a perspectiva de outra pessoa à nossa própria experiência no mundo, o que perpassa “sentir-se como” ou “sentir por dentro” [*feeling into*] (Monroe, 1996) – ou, como popularmente conhecido, “se colocar no lugar do outro”, “calçar o seu sapato”, etc. Desse modo, não é somente um processo cognitivo de compreensão de uma perspectiva diferente, mas também um engajamento afetivo resultante da abertura para o reconhecimento de bases comuns e experiências compartilhadas com esse “outro” (Hochschild, 2013; Josselson, 1995; Monroe, 1996). Para Hochschild (2013), ter uma maior consciência dos nossos “mapas de empatia” – isto é, os nossos sentimentos acerca quem são as pessoas e grupos que merecem mais, menos

ou mesmo nenhuma empatia – nos auxilia a refletir sobre como interpretamos um fenômeno social e, igualmente, como ele poderia ser reinterpretado caso esses mapas afetivos fossem reorganizados.

No caso da presente pesquisa, entender como meus mapas de empatia se reorganizavam a partir das interações e diálogos com pessoas de diferentes lugares de pertencimento, antes estranhos a minha própria realidade (como ativistas conservadores, feministas radicais, pastores evangélicos, lideranças católicas tradicionalistas, etc.), foi primordial para o desenvolvimento do trabalho de campo, das entrevistas e das análises. De modo análogo a Camila Rocha (2018), que refletiu sobre como os muros de empatia dificultam o estudo de movimentos de direita no Brasil, apesar do estranhamento inicial, pude perceber que essas pessoas possuem vidas e crenças complexas, por vezes familiares. Algumas possuíam trajetórias de vida parecidas com a minha, compartilhavam comigo de hobbies e gostos similares, demonstravam preocupação com causas sociais as quais me sensibilizo, etc. Do ponto de vista analítico, a construção de vínculos de empatia com essas pessoas me possibilitou compreender coisas que eu não conseguia enxergar previamente, pois estavam fora do alcance da minha visão como alguém de esquerda e imerso no campo de estudos em gênero e sexualidade.

Por exemplo, muitas das pessoas com as quais dialoguei estavam temerosas e tinham uma visão extremamente pessimista em relação ao futuro. Elas consideram que a infiltração do *gênero* em todas as esferas da vida social havia chegado a um ponto incontornável – até mesmo incompreensível para algumas delas. Em última instância, elas estavam perdendo a batalha cultural e, sem uma guinada extraordinária da opinião pública, seria pouco provável uma reversão desse cenário. Apesar de eu ter ciência que os processos históricos são complexos e não determinados, isso me fez ver que, de fato, o mundo havia passado por mudanças estruturais significativas, sobretudo no campo das normas e valores sexuais, colocando tais pessoas em uma situação de angústia existencial. Mesmo que eu não concordasse com as avaliações negativas acerca das mudanças em curso, elas estavam certas ao afirmar que, com o avanço da diversidade sexual e de gênero (para elas, da *ideologia de gênero*), o mundo se distanciava progressivamente dos valores sexuais tradicionais. A cada década que passava, a cada nova geração, o mundo se tornava menos conservador e a natureza sexual mais contestada. Portanto, enxergar o mundo pelos olhos de quem se opõe ao *gênero* me fez assumir, conseqüentemente, lentes teóricas que podem ser vistas, por pessoas de esquerda, como “otimistas” para a interpretação dos conflitos em torno do gênero e da sexualidade.

Por outro lado, a empatia não é uma via de mão única, pois deve haver uma abertura mútua entre quem pesquisa e quem é pesquisado/a para que as interações e diálogos possam se

concretizar (Blee, 2018; Hochschild, 2016; Teitelbaum, 2019). Assim como apontado por Hochschild (2016), a resposta do outro lado do muro de empatia é comumente pouco lembrada ou analisada, mas é também primordial para que a pesquisa se desenvolva. Ganhar a confiança e a empatia de pessoas que, devido a conflitos e diferenças ideológicas, tendem a desconfiar das intenções de quem pesquisa é uma tarefa inevitável. Em última instância, são elas que decidem por dar acesso ou não a informações, ambientes e situações relevantes para a melhor compreensão de seus mundos (Blee, 2018). É nesse sentido que Benjamin Teitelbaum (2019) fala da construção de reciprocidade, colaboração e solidariedade no trabalho etnográfico com grupos e pessoas com as quais discordamos profundamente em assuntos sociais e políticos. No seu caso, Teitelbaum estudou as expressões musicais de grupos nacionalistas brancos em países nórdicos, estabelecendo vínculos de proximidade e até mesmo amizade com algumas de suas lideranças ao longo da condução da pesquisa – algo defendido por ele como uma prática “moralmente prejudicada, mas epistemologicamente indispensável” (Teitelbaum, 2019, p. 414, tradução própria).

Logicamente, temáticas políticas envolvem agendas e disputas, e pode existir um interesse, implícito ou explícito, por parte das pessoas entrevistadas, de que a pesquisa contribuirá com a divulgação de suas ideologias (Blee, 2018; Teitelbaum, 2019), apesar de que algumas delas apenas procuram que suas ideias sejam tratadas com seriedade ou representadas de forma fidedigna por um trabalho acadêmico. Contudo, mesmo que existam possíveis ganhos políticos em jogo, elas podem optar por não contribuir com a pesquisa, seja por não terem se identificado com a proposta do estudo ou desconfiarem de suas reais intenções – o que aconteceu inúmeras vezes comigo, quando não respondiam os contatos iniciais, se recusavam a participar ou desistiam da entrevista após algumas conversas.

Sem o mínimo de identificação ou empatia com a proposta que eu, como pesquisador, apresentava a elas, não teria sido possível conduzir a pesquisa em seu formato proposto (diálogos face a face, interações, entrevistas, etc.). Os vínculos de empatia também moldavam a disposição das pessoas para compartilhar informações, materiais e experiências. Algumas delas, por motivos variados, se identificavam pessoalmente comigo e buscavam ser solidárias com o desenvolvimento da pesquisa, me auxiliando a conseguir novas entrevistas e/ou compartilhando informações por vezes delicadas e comprometedoras. A empatia era construída por vários meios: algumas elogiavam e agradeciam pela escuta atenta e o diálogo respeitoso, outras possuíam coisas pessoais e desassociadas da temática da pesquisa em comum comigo, ou confiavam que o trabalho seria realizado de forma cuidadosa e retrataria corretamente suas perspectivas.

No entanto, a empatia não é neutra, nem desvinculada de questões sociais mais amplas, e considero que características públicas da minha identidade que são socialmente positivadas (ou privilegiadas) foram relevantes para a construção dessas relações. O acesso que tive ao campo como um homem não trans, uma pessoa mestiça branco-asiática, com expressão de gênero típica e relativamente tradicional, para além do pertencimento a uma universidade considerada central, não pode ser naturalizado ou ignorado. Certamente, outras pessoas acessariam o campo de formas muito distintas a minha e algumas delas poderiam acabar experienciando situações desagradáveis ou mesmo violentas relacionadas a discriminações de raça, gênero, sexualidade, etc.

Por exemplo, uma pessoa trans muito provavelmente teria encontrado dificuldades intransponíveis para a condução da pesquisa, pois seria bastante difícil estabelecer relações de confiança mútua para a condução das entrevistas, junto à carga emocional e o sofrimento gerado pelo contato direto com ideias, ativismos e narrativas que negam a sua própria existência no mundo²⁶ – situação de desigualdade de oportunidades a qual me sensibilizo e lamento profundamente. Desse modo, isso reafirma a necessidade constante da flexibilidade em uma pesquisa permeada por interações politicamente paradoxais e eticamente desafiadoras, mas, ao mesmo tempo, epistemicamente relevantes para a compreensão de um fenômeno social contemporâneo.

1.5 Síntese do capítulo

Neste primeiro capítulo, busquei sistematizar os fundamentos teórico-metodológicos e conceituais da pesquisa, que estarão presentes direta ou indiretamente nas análises e discussões desenvolvidas nos capítulos subsequentes. Mais especificamente, dei ênfase às características movimentistas das mobilizações antigênero, à importância das contribuições da teoria narrativa e da etnografia para a compreensão desse fenômeno político, e aos desafios éticos e afetivos de uma pesquisa narrativo-etnográfica com grupos com os quais temos discordâncias políticas importantes. Desse modo, meu objetivo foi assim demonstrar como determinados postulados teóricos e metodológicos alicerçam as análises desenvolvidas ao longo da tese, introduzindo

²⁶ Uma das pessoas entrevistadas me perguntou, no primeiro contato, realizado por ligação de WhatsApp, se eu era uma pessoa trans. Não é possível saber qual seria a resposta caso eu tivesse afirmado positivamente. Contudo, é provável que ela poderia ter se recusado a contribuir com a pesquisa ou modelado suas falas para evitar um confronto ou uma acusação de transfobia (algo inclusive tipificado como crime no Brasil). Durante a nossa entrevista, ela disse que procurava respeitar individualmente as pessoas trans e a forma como elas desejam ser chamadas, o que pode ter motivado a pergunta sobre a minha identidade, apesar de não aceitar como verdadeira a ideia de que uma pessoa pode transicionar de gênero.

conjuntamente alguns conceitos que ganharam peso nas análises realizadas e nos principais argumentos desenvolvidos.

Enquadrar as mobilizações antigênero a partir da teoria de movimentos sociais e do conceito de contramovimento, assim como já trabalhado por uma parte da literatura (e.g. Corredor, 2019; Lavizzari, 2021; Wilkinson, 2022), me estimulou a olhar atentamente às redes de atores que promovem tais mobilizações no cotidiano. Como definido por Mario Diani (1992), movimentos sociais são redes de interação informal entre uma pluralidade de atores (grupos, organizações, pessoas, etc.) que estão engajados em um determinado conflito cultural e/ou político. Por outro lado, contramovimentos compartilham dos mesmos atributos que definem um movimento (Corredor, 2019; Meyer & Staggenborg, 1996). A diferença se encontra na natureza relacional e opositora de um contramovimento, que surge em reação às demandas de um movimento originário.

No caso do movimento antigênero, ele coexiste relacionalmente em oposição aos movimentos feministas e LGBTI+ (e suas demandas por direitos sexuais e diversidade sexual e de gênero). Esse contramovimento se mobiliza para bloquear o acesso das demandas desses movimentos às instituições do Estado e às políticas públicas. Desse modo, pesquisar as mobilizações antigênero a partir da análise de um contramovimento exige, primeiramente, entender quem são os atores que constituem essa pluralidade e quais são as redes em interação, para então examinar como tais atores se relacionam de forma oposicional às demandas políticas os movimentos originários.

Contudo, existem diferentes formas de se analisar a atuação de um movimento, cada uma abordando determinados problemas e objetos de estudo (e.g. estratégias de mobilização, eventos de protesto, retóricas e discursos, etc.). Seguindo o problema delimitado para esta pesquisa, voltado à compreensão dos sentidos e das motivações para se mobilizar contra o *gênero*, optei por analisar as narrativas empregadas pelas pessoas engajadas em tais mobilizações (Davis, 2022; Polletta, 1998; Polletta et al., 2011). Existe uma vasta literatura interdisciplinar sobre a influência das narrativas na vida social e política (e.g. Beatty, 2019; Hammack & Pilecki, 2012; Patterson & Monroe, 1998; Somers, 1994). De modo geral, as narrativas estão intrinsecamente conectadas à dimensão psicológica das relações humanas (Bruner, 1990), sendo um princípio organizativo da ação humana (Sarbin, 1986). Isto é, as narrativas estruturam o que compreendemos como realidade social, dão sentido e propósito à existência pessoal e coletiva das pessoas, e guiam temporalmente as nossas ações no mundo. Quando transpostas para a análise de processos de mobilização, as narrativas nos auxiliam a compreender de forma mais profunda o mundo das pessoas que se engajam em uma

determinada causa política, tornando inteligíveis suas crenças, identidades, emoções, modos de vida, práticas cotidianas, etc.

Destaquei cinco elementos narrativos que são relevantes para a análise dos sentidos expressos por pessoas engajadas nas mobilizações antigênero – algo que retomarei de forma aplicada no capítulo 4. Primeiro, a “temporalidade e relacionalidade causal dos eventos” é fundamental para entender como as pessoas conectam eventos dispersos para a construção de um enredo que guia suas histórias sobre o *gênero*. Segundo, a “construção de personagens, cenários e atribuição de agência” revelam como são implicados papéis de atividade e passividade, intencionalidade e responsabilidade sobre os eventos narrados. Terceiro, “os julgamentos normativos e compromissos morais” nos possibilitam uma melhor compreensão sobre como as narrativas antigênero guiam as pessoas e suas emoções acerca do que é certo ou errado, do bem e do mal. Quarto, essas narrativas também revelam “cânones, visões de mundo e metanarrativas” ao expressar o que é considerado canônico (certo, convencional, normal) ou um desvio da realidade narrativa. Por fim, é relevante do ponto de vista analítico compreender como as histórias sobre o *gênero* estão relacionadas à “perspectiva e ao mundo de quem as narra”, tendo em vista a importância da posicionalidade das pessoas perante essas histórias.

Paralelamente, esse mergulho nas narrativas e no mundo das pessoas engajadas nas mobilizações antigênero me implicou em um contato com a alteridade política e uma relação dialógica com o objeto de estudo para além da simples condução de entrevistas. Ao longo da pesquisa, procurei estar em contato sempre que possível com a temática das mobilizações antigênero e seus atores protagonistas – seja por meio da imersão na internet, da participação presencial em alguns eventos ou de diálogos com pessoas que estavam, em alguma medida, engajadas em tais mobilizações. Foi nesse sentido que as contribuições da etnografia para pensar o campo e as interações de pesquisa (e.g. Clifford & Marcus, 1986; Geertz, 1973; Hine, 2015; Schatz, 2009) se mostraram bastante frutíferas ao desenvolvimento teórico e metodológico da pesquisa.

No contexto deste estudo, a etnografia propiciou importantes reflexões sobre as fronteiras entre o “eu” e o “outro” em um estudo imersivo, a desnaturalização do trabalho de campo e sua característica coproduzida e intersubjetiva, e a natureza interpretativa de toda escrita etnográfica. Em relação a essa natureza interpretativa, as abordagens narrativa e etnográfica possuem muitos pontos de intersecção, pois ambas estão voltadas analiticamente a um processo de reconstrução e tradução dos sentidos que tornam inteligíveis a vida das pessoas em uma determinada comunidade. Essas intersecções são visíveis, por exemplo, em perspectivas como a etnografia multissituada e sua sugestão por “seguir as histórias e enredos”

(Marcus, 1995), na comparação da escrita etnográfica ao gênero narrativo da ficção, intitulando-a de “ficções etnográficas” (Clifford, 1986), ou mesmo em propostas explícitas de etnografia narrativa (Beatty, 2019; Gubrium & Holstein, 2009).

A integração das abordagens narrativa e etnográfica proporcionou também uma compreensão mais aprofundada da complexidade inerente às experiências e perspectivas das pessoas entrevistadas, o que envolve uma reflexão ética sobre a minha posição enquanto pesquisador e o lugar da empatia na pesquisa. Como descrito por Ruthellen Josselson (2004), a análise de narrativas envolve, em muitos momentos, uma posição interpretativa assentada na “hermenêutica da fé/restauração”, que se fundamenta em confiar na autenticidade das narrativas das pessoas – isto é, que elas estavam narrando suas experiências e avaliações da melhor forma que conseguiam, e não escondendo sentidos ocultos. Em termos práticos, isso significou escutar o que elas tinham a dizer sem pré-julgamentos e despido de uma atitude de confronto. Inevitavelmente, essa posição interpretativa perpassou a construção de vínculos de empatia entre eu/pesquisador e as pessoas estudadas, se tratando de um elemento constitutivo do trabalho etnográfico, mesmo quando conduzido junto a grupos com os quais discordamos politicamente (e.g. Pinheiro-Machado & Scalco, 2021; Teitelbaum, 2019; Wilkinson, 2021). Portanto, perpassou a superação de “muros de empatia” (Hochschild, 2016) que dificultam a compreensão do mundo de pessoas que pensam diferente de mim e se estruturam a partir de outros modos de vida, valores e moralidades.

Capítulo 2
**Problemas ontológicos e contramobilizações em torno do gênero e da
sexualidade**

2.1 Normas e valores sexuais em um mundo em transformação

Desde a década de 1990, presenciamos no Brasil um processo de transformações nas normas e valores sexuais, o que na prática significou uma maior aceitação social da diversidade sexual (em particular da homossexualidade) e uma reconfiguração das relações e expressões de gênero (seja pelo viés da igualdade entre homens e mulheres ou pelo reconhecimento das identidades trans). Foi contra tais transformações culturais e seus efeitos nas instituições políticas que, de forma reativa, o movimento antigênero brasileiro se mobilizou na última década. Argumento que este processo histórico de conflitos em torno das políticas de gênero e sexualidade está conectado a um fenômeno mais amplo, de características contraditórias, globais e de longa duração, relacionado à expansão da modernidade (Giddens, 1990, 1991) e das instituições democrático-liberais ao redor do mundo. Em paralelo, difundiu-se o que podemos nomear de valores sociais liberais (Inglehart, 2018; Norris & Inglehart, 2019) – maior aceitação da diversidade social, tolerância a mudanças, multiculturalismo, relativismo moral, secularização, valorização da liberdade individual e da autoexpressão, etc. Compreender teoricamente as relações entre o local e o global, a curta e a longa temporalidade, nos auxilia a localizar melhor o espaço social ocupado pelas mobilizações contra o *gênero* no mundo contemporâneo.

A modernidade é um período histórico caracterizado por intensas mudanças sociais e políticas causadas pela emergência, e posterior expansão, do sistema capitalista e das instituições liberais. Tal processo produziu novas formas de dominação social, mas também oportunidades para novos movimentos de contestação. De acordo com Anthony Giddens (1990), a modernidade se manifesta nos “modos de vida ou organização social que emergiram na Europa por volta do século XVII e que subsequentemente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (p. 1, tradução própria). Para o autor, a partir de inovações técnicas e institucionais, ocorreram mudanças estruturais na organização da vida social com a superação de barreiras espaciais e temporais (maior circulação de pessoas e informações), a emergência de sistemas abstratos marcados pela impessoalidade e tecnicidade (como a ciência, o governo, etc.), e a difusão da flexibilidade com a desestabilização e revisão contínua de todo conhecimento.

Portanto, trata-se de um movimento progressivo de produção, expansão e reconfiguração de novas relações no mundo que, por sua vez, desestabilizam o antigo e o tradicional – com efeitos paradoxais à subjetividade e ao senso de segurança ontológica (Giddens, 1991). Algo que converge com o diagnóstico de Karl Marx e Friedrich Engels (1998),

feito em 1848, sobre os efeitos da expansão do capitalismo e, por consequência, da modernidade em todo o mundo: “tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, e tudo o que era sagrado é profanado” (p. 43).

Em meio a tais mudanças, ocorreram reconfigurações nas formas de organização e regulação da vida sexual. Como descrito por Michel Foucault (1988), ao longo dos séculos XVIII e XIX, se consolidou uma concepção moderna de sexualidade, desvinculada dos antigos códigos e tratados religiosos, junto ao surgimento dos estudos médicos e psicológicos sobre a natureza sexual. Este período também foi permeado pela multiplicação de discursos sobre o sexo, agora não mais limitados por barreiras espaciais, e a produção contínua (não apenas científica, mas também literária) de novos conhecimentos que passaram a ser constantemente questionados e reformulados (Foucault, 1988; Weeks, 2012). A ciência e a literatura sobre o sexo contribuíram para a desestabilização da autoridade religiosa, de modo a favorecer uma pluralização ontológica da sexualidade. Durante a modernidade, o contínuo interesse em falar sobre o sexo esteve vinculado aos efeitos da flexibilidade nas práticas culturais e na subjetividade humana, desvinculando-as da estabilidade dos modos tradicionais de organização social (Weeks, 2007). Logicamente, esse não foi um processo linear, passivo e com fim premeditado, ou homogêneo em todas as localidades, sendo marcado por ambiguidades, conflitos e/ou formações híbridas entre o novo e antigo no decorrer da história – como bem conhecido no próprio caso brasileiro (Green, 2000).

É importante ressaltar que, do ponto de vista teórico e conceitual, não se deve considerar “modernidade” e “moderno” como sinônimos de progresso e avanço, nem “tradicional” e “pré-moderno” como obsoleto e retrógrado. A noção de modernidade, para além de um período histórico, deve ser entendida como uma força ou tendência que produz relações e modos de organização social marcados pelo ininterrupto movimento de mudança e inovação – ancorado na superação de barreiras temporais-espaciais, nos sistemas abstratos e na flexibilidade (Giddens, 1990). A tradição²⁷, enquanto o principal modo de organização pré-moderno, é marcada pelo movimento oposto de conservação da ordem e garantia de estabilidade ontológica. Neste sentido, o moderno e o tradicional são tendências opostas, mas não

²⁷ Um entrevistado anônimo da Nova Resistência (ver Quadro 4), ao falar sobre o *gênero*, definiu o que ele chamada por “tradição” a partir de uma perspectiva de rejeição à modernidade e à desconexão do ser humano com uma verdade transcendente e atemporal: “[...] é dentro dessa visão distópica que a gente entende que a ideologia de gênero é a primeira apresentação desse transhumanismo, dessa futurologia liberal. Então, precisa ser combatido por isso, porque desliga o ser humano das suas fontes primordiais que estão na tradição. Tradição, que eu digo, é o que? São os valores sagrados, os valores que vem do alto. A nossa concepção política está toda fundamentada na ideia do tradicionalismo. A ideia de que o ser humano não é um mero acidente ou uma mera força do acaso. Nada disso. Ele tem um papel sagrado no mundo para se cumprir e isso independe de religião”.

mutuamente excludentes, sendo a modernidade um período histórico de progressiva destradicionalização.

Por outro lado, tais conceitos não podem ser transpostos para o mundo de forma pouco cuidadosa e acrítica, ou excessivamente normativa a partir da hipervalorização do moderno. O confronto entre essas duas tendências deve ser visto mais como um processo escalar, permeado por ambiguidades, paradoxos, hibridismos e coexistências (Kinnvall, 2017), do que uma dicotomia, uma bipolaridade fechada ou uma progressão temporal linear (que parte do “tradicional” que é superado pelo “moderno”). Ao analisarmos as mudanças nas normas e valores sexuais nos últimos dois séculos, a emergência da modernidade representou um processo de reconfigurações e conflitos que não pode ser erroneamente simplificado como um confronto entre atores “modernos” e “tradicionalistas”²⁸, mas deve ser lido de modo contextual a partir da interpretação de suas forças e tendências em ação.

Podemos elencar, como um exemplo notório dessas reconfigurações, as mudanças culturais e políticas relacionadas à homossexualidade, vista como uma prática antinatural pela cosmovisão cristã e duramente reprimida pelos antigos códigos canônicos (Foucault, 1988). A partir de fins do século XIX, novas produções científicas começaram a defini-la como um fenômeno da natureza (anômalo ou patológico, mas ainda assim natural) que deveria ser melhor compreendido pela ciência. Pioneiros da sexologia, como Magnus Hirschfeld e Havelock Ellis, assumiram posições mais liberais e, inclusive, advogaram pelo fim da criminalização das práticas homossexuais. Simultaneamente, novas comunidades sexuais dissidentes emergiam nos grandes centros urbanos, produzindo narrativas próprias sobre a sexualidade em contraponto à visão tradicional (Green, 2000; Weeks, 2012). Reagindo à estigmatização, homossexuais começaram a falar sobre si mesmos e a defender a sua própria normalidade perante as instituições científicas e governamentais (Foucault, 1988). Ao longo do século XX, mesmo com a permanência e reinvenção da repressão, movimentos de homossexuais aproveitaram as oportunidades abertas pela modernidade e pela expansão das instituições liberais para lutar por mudanças políticas e direitos civis.

Outro exemplo notório é a luta das mulheres por autonomia e liberdade. As primeiras iniciativas que podemos denominar como feministas ocorreram em paralelo às revoluções liberais dos séculos XVIII e XIX (Garcia, 2011). Os Estados modernos e seculares constituídos

²⁸ Judith Butler (2019), a partir da crítica de Saba Mahmood ao secularismo, problematizou que os grupos que se opõem ao *gênero* utilizam discursos e argumentos que surgiram na modernidade, como a própria noção de dimorfismo sexual, oriunda do naturalismo biomédico. Desse modo, não é possível enquadrá-los como “atores pré-modernos” ou sustentar que suas ações são intrinsecamente opostas ao ordenamento social e político (secular e liberal) emergente na modernidade.

nesse período, característicos pela separação entre poder religioso e civil, conferiram direitos políticos e cidadania a uma parcela ampliada de sua população. Contudo, mantiveram a exclusão das mulheres da vida pública. Apesar dessa reatualização moderna das normas tradicionais de gênero, a expansão das instituições liberais e da linguagem dos direitos universais favoreceu o surgimento dos primeiros movimentos por igualdade entre homens e mulheres. Na entrada do século XX, o movimento sufragista de luta pelo voto feminino já era uma importante força política presente em diversas regiões do mundo (Garcia, 2011). Em sua luta por igualdade, o movimento feminista emergente passou a questionar as normas e padrões culturais que mantinham as mulheres em um lugar de submissão, reforçando a concentração de poder político no mundo masculino (Garcia, 2011; Weeks, 2012).

Esses dois exemplos demonstram como a modernidade é permeada pelo surgimento de novas instituições e relações sociais que fomentaram as mudanças culturais. Desde o século XIX, ocorreram transformações significativas na forma como diferentes sociedades, atravessadas por processos de modernização, definem a sexualidade humana – algo em curso ainda nos dias atuais e fortemente contestado por movimentos conservadores. A velocidade dessas transformações se intensificou ainda mais nos últimos cinquenta anos, no período nomeado, por Giddens (1991), de modernidade tardia²⁹. Com o avanço das tecnologias de comunicação (da televisão à internet) que impulsionaram a hipercirculação de informações, reduzindo ainda mais as barreiras espaciais-temporais e aumentando a flexibilidade, fortaleceram-se as tendências de destradicionalização em todo o mundo. Nas palavras do autor, “nós não ultrapassamos a modernidade, mas estamos vivendo precisamente na fase de sua radicalização” (Giddens, 1990, p. 51). Como apontado por Jeffrey Weeks (2007), durante a modernidade tardia, os movimentos LGBTI+ e feminista conseguiram disputar as práticas culturais vigentes e as instituições políticas em escala global, resultando em mudanças como a descriminalização e despatologização da homossexualidade, a legalização das uniões homoafetivas, o reconhecimento da autonomia sexual das mulheres e a visibilização das identidades trans.

Foi nesse período que ocorreu, nas palavras de Ronald Inglehart (2018), uma “revolução silenciosa” que mudou a forma como as pessoas se relacionam com as normas e valores sociais

²⁹ Diversos termos são utilizados para nomear o período inaugurado na segunda metade do século XX, como “modernidade líquida”, “pós-fordismo” e “pós-modernidade”. De modo geral, trata-se do período de descentralização da produção e circulação do conhecimento, avanço da globalização, informatização das relações sociais e consolidação das reformas econômicas neoliberais. Considero que o termo “modernidade tardia” descreve melhor esse período, tendo em vista que nele vemos o aprofundamento de tendências presentes na modernidade e não sua negação ou superação.

em diversas regiões do mundo. A partir de meados do século XX, os valores vinculados à preservação da segurança e da ordem, isto é, valores conservadores ou tradicionais, foram perdendo espaço nas práticas culturais em paralelo ao avanço dos valores sociais liberais. O autor considera que esse fenômeno está associado ao aumento da sensação de segurança material decorrente da modernização econômica, que congrega processos de mudança relacionados à industrialização e urbanização, ao desenvolvimento técnico e social, à expansão da educação formal (sobretudo universitária) e ao fortalecimento das instituições democráticas e pluralistas.

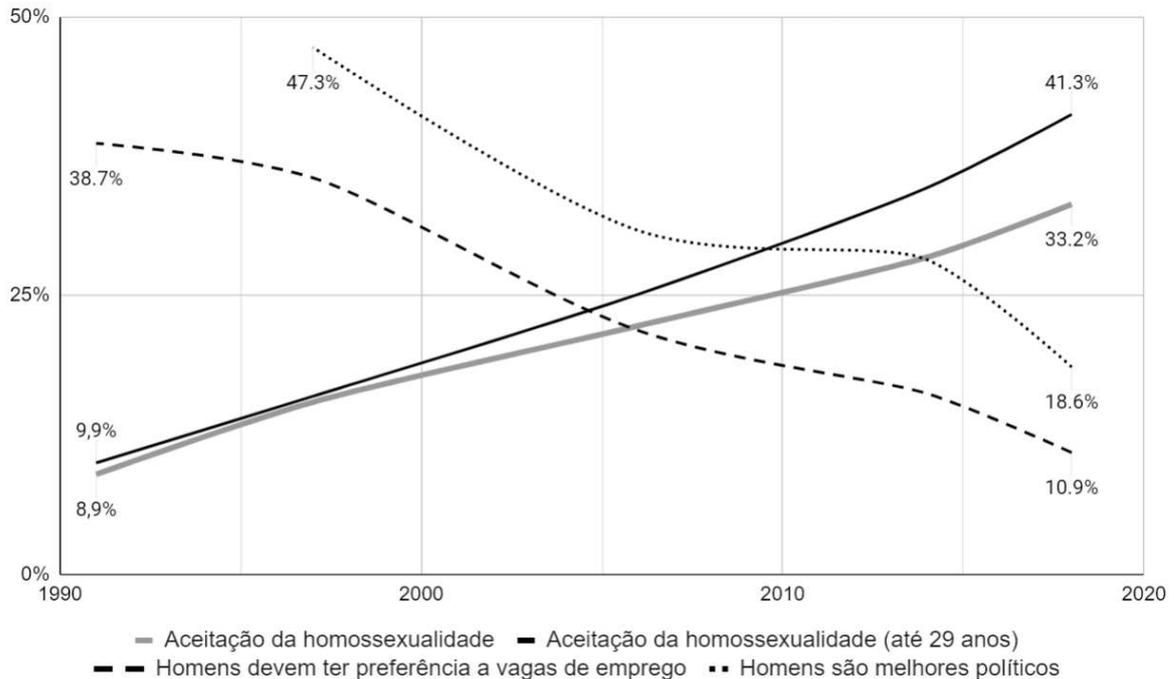
Analisando a relação entre segurança e liberalização social, Inglehart (2018) postula que a atenuação das pressões pelo suprimento das necessidades mais imediatas abriu caminhos para que as pessoas pudessem pensar para além da sobrevivência material, o que resultou na valorização cultural da liberdade, da inovação, da autoexpressão e da diversidade humana. Uma evidência dessa afirmação é a transição cultural que ocorreu no âmbito dos valores sexuais. A ascensão dos valores sociais liberais (como a igualdade de gênero e a aceitação da diversidade sexual) nas últimas décadas esteve fortemente correlacionada a processos de modernização econômica (Inglehart, 2018; Norris & Inglehart, 2019) – algo que podemos averiguar analisando o caso brasileiro.

O Brasil passou por intensas transformações econômicas e sociais nas últimas cinco décadas, com um aumento significativo da urbanização, da escolarização e da capacidade de suprimento das necessidades básicas de uma parcela maior de sua população, sobretudo a partir da década de 1990³⁰. Essas transformações foram acompanhadas por mudanças culturais no sentido da liberalização das normas e valores sociais (Green, 2000) – uma expressão, na realidade brasileira, de uma tendência global (Inglehart, 2018). No campo do gênero e da sexualidade, esse processo se tornou ainda mais intenso após a redemocratização do país, momento em que as demandas reprimidas dos movimentos feministas e LGBTI+ puderam ser expressas de forma mais livre nas mobilizações sociais e nas instituições políticas (Costa, 2007; Facchini, 2003; Vianna & Carrara, 2008). Na Figura 1, é possível observar as mudanças nas atitudes e valores sociais em relação à aceitação da homossexualidade e à igualdade de gênero, de 1991 a 2018. Se no início dos anos de 1990 poucas pessoas consideravam a homossexualidade uma orientação sexual normal e muitas pessoas acreditavam que os homens

³⁰ Por exemplo, de acordo com relatórios do Programa de Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil saiu de um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que congrega expectativa de vida, educação e distribuição da riqueza, de 0,610, em 1990, para 0,758, em 2020. O período das últimas três décadas também foi marcado por um acentuado crescimento econômico, assim como crises. Recuperado de <https://hdr.undp.org/data-center>.

eram mais aptos à vida pública, trinta anos depois é visível a tendência histórica de desestabilização do antigo paradigma dominante.

Figura 1 - Mudanças nos valores sexuais no Brasil nas últimas três décadas (1991-2018)



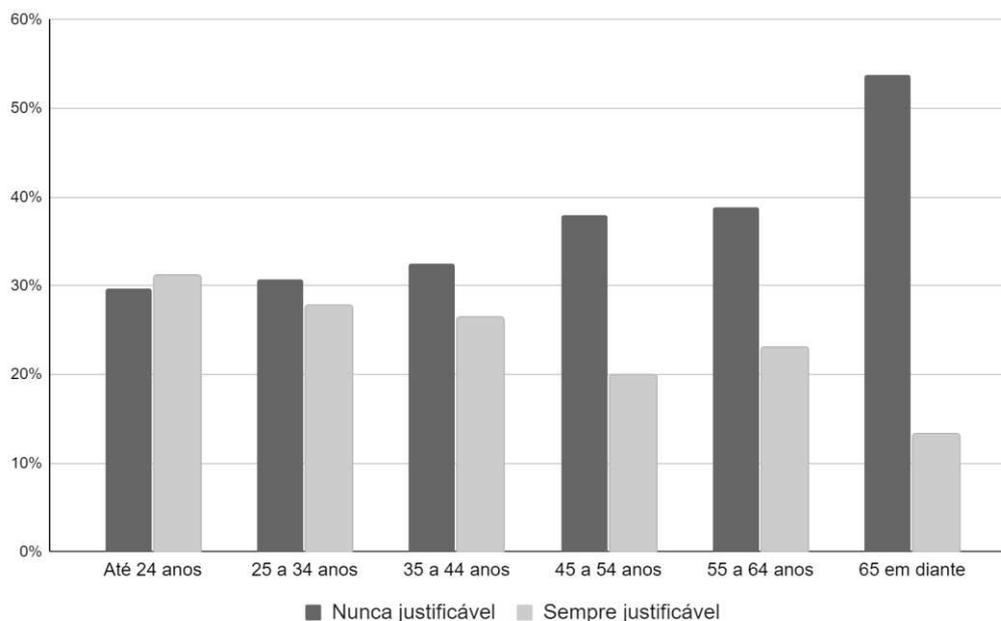
Nota: Para a aceitação da homossexualidade, foram agrupadas as repostas de 7 a 10 da pergunta “se a homossexualidade é justificável”, com escala de 1 a 10. Para a pergunta se “homens devem ter preferência no emprego” foram selecionadas as repostas 1 (“concordo”), com escala de 1 a 3. Para a pergunta se “homens são melhores políticos” foram agrupadas as repostas 1 (“concordo fortemente”) e 2 (“concordo”), com escala de 1 a 4.

Fonte: World Values Survey, Waves 2 (1991), 3 (1997), 5 (2006), 6 (2014) e 7 (2018).

Essa tendência é ainda mais acentuada quando analisamos os estratos mais jovens da população – como, por exemplo, no caso da aceitação da homossexualidade. Na Figura 2, é possível observar que as gerações mais jovens tendem a aceitar mais a homossexualidade do que as gerações mais velhas. No grupo etário de pessoas com até 24 anos, o número de respondentes que dizem que a homossexualidade é “sempre justificável” chega a ultrapassar, mesmo que por pouco, aqueles/as que dizem que “nunca é justificável”. Como apontado por Inglehart (2018), as mudanças culturais podem ocorrer de modo gradual e por meio da substituição intergeracional da população. Isto é, diferentes gerações vão ser socializadas em contextos distintos e comumente aderem aos valores dominantes de seus tempos. Desse modo, a transição cultural se dá também pela transição demográfica, onde o falecimento de uma geração significa a perda de força de determinadas crenças e valores sociais. No caso da homossexualidade, uma posição mais intolerante é manifestada por gerações que serão, em

algumas poucas décadas, substituídas por outras que já apresentam um grau mais elevado de suporte à livre expressão da orientação sexual, resultando em mudanças substantivas à organização da vida social e das instituições políticas.

Figura 2 - Aceitação da homossexualidade, por faixa etária, no Brasil (2018)



Nota: Pergunta Q182, se a homossexualidade é justificável em uma escala de 1 a 10. Para a “aceitação da homossexualidade”, foram selecionadas as respostas 1 ou 2 para “nunca justificável” e 9 e 10 para “sempre justificável”.

Fonte: World Values Survey, Wave 7 (2018).

Paradoxalmente, nesse período, ganhou *momentum* novas mobilizações de oposição a esse processo de mudanças nas normas e valores sexuais, impulsionadas por uma parcela da população que rejeita veementemente a velocidade e a inclinação socialmente liberal dessa transformação. Os atores que protagonizam essas mobilizações vinculam essa liberalização cultural aos aspectos negativos da modernização econômica capitalista que, sobretudo em sua forma neoliberal, vem aumentando as desigualdades sociais e econômicas e fomentando um sentimento de insegurança e desamparo entre os setores mais vulneráveis da população (e.g. Kováts & Põim, 2015; Norris & Inglehart, 2019).

Desse modo, não é surpreendente que os conflitos culturais em gênero e sexualidade se tornem sobressalientes em momentos de crise econômica e política – como visto no caso brasileiro a partir de 2015 (Aragusuku, 2020, 2024, Silva, 2022). Ao analisar o avanço das políticas antigênero em paralelo ao desmonte das instituições democrático-liberais na Hungria e na Polônia, Weronika Gzerbalska e Andrea Pető (2018) consideram que a *ideologia de*

gênero, como um aglutinante simbólico, se tornou “um símbolo de tudo que é errado dentro do atual estado da política. É uma metáfora para as inseguranças e injustiças criadas através do processo de transformação socioeconômica guiado pelos princípios do consenso político neoliberal” (p. 165, tradução própria). Assim, os sentimentos de insegurança, incerteza e desamparo se tornam motores para a oposição aos valores e instituições sociais liberais em diferentes países.

As transformações culturais no sentido da liberalização das normas e valores sexuais no Brasil, e seus decorrentes conflitos, foram acompanhadas por mudanças institucionais e políticas. Todo processo de mudança não é causado unicamente por fatores macroestruturais, mas está também relacionado à agência de grupos e pessoas que disputam a cultura pública e as instituições políticas. Determinados atores sociais difundem esses valores na sociedade, contribuindo com o processo de mudança cultural, assim como o contexto e as oportunidades políticas emergentes na modernidade favorecem a ação desses atores – que são seguidas por movimentos conservadores que reagem a tais mudanças. Neste sentido, uma análise da contrapartida política e institucional das transformações culturais vistas no campo do gênero e da sexualidade no Brasil nos auxilia a compreender melhor como o movimento antigênero está conectado a esse cenário mais amplo de intensificação das tendências da modernidade e a uma dinâmica relacional de mobilização e contramobilização.

2.2 O avanço das políticas de gênero e sexualidade no Brasil

O período da redemocratização do país, após duas décadas de ditadura militar, foi acompanhado por um novo ciclo de mobilizações sociais e pela consolidação dos movimentos feminista e LGBTI+ no cenário político nacional. É importante lembrar que os governos militares, de 1964 a 1985, atuaram ativamente na supressão de movimentos de contracultura sexual e implementaram políticas de promoção de valores conservadores nos costumes e práticas sexuais, acatando às demandas de grupos tradicionalistas católicos (Cowan, 2016; Green, 2000). Em meio à repressão, foi apenas a partir do final dos anos de 1970, com o enfraquecimento do governo militar e a articulação de diferentes setores da sociedade brasileira em prol da democracia, que as reivindicações por direitos sexuais e reprodutivos começaram a ganhar destaque na arena política. Naquele período, a despeito da imagem de paraíso sexual exportada para o resto do mundo, o Brasil era uma país esmagadoramente conservador do ponto de vista das normas e valores sociais, ao qual se incluía uma forte rejeição à homossexualidade

e uma baixa adesão às demandas das mulheres por autonomia sexual – algo que influenciava, de modo significativo, a conformação da vida pública e das políticas governamentais.

O ano de 1987 é bastante relevante quando tratamos sobre o processo de incorporação das políticas de gênero e sexualidade no Estado brasileiro. Foi nesse ano em que se iniciaram os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, convocada em 1985 para a elaboração da nova constituição que assentaria as bases da democracia no país. A Constituinte foi um momento de efervescência social e diversos movimentos, antes reprimidos pela ditadura, se mobilizaram para influenciar as suas decisões. O movimento homossexual brasileiro estava em ascensão naquele período (Green, 2000; Facchini, 2003) e conseguiu um espaço de intervenção legislativa para propor que fosse incluída a proibição da discriminação contra homossexuais no texto constitucional. Representando o grupo Triângulo Rosa, João Mascarenhas fez história ao ser o primeiro homossexual a defender o direito à livre expressão sexual no Congresso Nacional. Como esperado, a proposta foi rejeitada por parlamentares que afirmaram, de forma categórica, que a homossexualidade era uma doença ou um desvio (Lelis, 2022). O pedido de inclusão não foi aprovado, mas a presença de Mascarenhas na Constituinte, apoiada por um grupo de parlamentares de esquerda, mostrou que havia se aberto uma nova janela de oportunidades políticas para a luta por liberdade e autonomia sexual.

Durante a Constituinte, o movimento de mulheres também protagonizou, de forma inédita, articulações políticas pela aprovação de suas demandas (Oliveira, 2020). Em 1987, foram eleitas 26 deputadas constituintes (de um total de 559 parlamentares) – naquele momento, o maior número de mulheres eleitas na história do parlamento brasileiro. No mês de março daquele ano, tais deputadas endossaram a “Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes”, documento síntese das demandas por direitos para as mulheres e base para a atuação da bancada feminina. A carta foi escrita durante um encontro nacional que discutiu e sistematizou os resultados da campanha “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, organizada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) – órgão criado em 1985 pelo primeiro governo civil pós-ditadura. Essa campanha realizou plenárias e consultou a opinião de mulheres de todo o país para a construção de legislações e políticas públicas. Os direitos sexuais e reprodutivos estavam presentes na carta em diversos tópicos, com destaque para a defesa do “direito de evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher” (Oliveira, 2020). Alvo de grande polêmica, a interrupção voluntária da gravidez não foi aprovada na Constituinte, porém as articulações feministas evitaram que o aborto fosse proibido em todos os casos, assim como proposto por grupos parlamentares conservadores, dentre eles a recém-formada bancada evangélica (Melo, 2022).

De modo geral, o cenário ainda era bastante desfavorável para as políticas de gênero e sexualidade, em especial para as demandas em diversidade sexual. No mesmo ano em que Mascarenhas discursava no Congresso Nacional, na maior cidade do país, a polícia paulistana reprimia travestis e homossexuais que frequentavam o centro de São Paulo sob justificativa do “combate à Aids” e a prefeitura havia proibido que a presença de dançarinos homossexuais na escola de dança do Teatro Municipal. Como retratado por Rita Moreira (1988), em seu documentário *Temporada de Caça*, uma parte considerável da população da cidade não tinha pudor em declarar abertamente que “homossexuais tinham que morrer” e existia inclusive um “comando antigay” na ativa que realizava ataques nas ruas. Por outro lado, em meio à violência do governo e da sociedade, crescia também a parcela da população que era crítica à perseguição de homossexuais e travestis. Naquele período, já existiam ações de resistência protagonizadas pelo nascente movimento homossexual e por diversos outros movimentos sociais que protestavam em defesa da diversidade sexual (Green, 2000). Um dos resultados dessas mobilizações, por exemplo, foi a retirada da homossexualidade da lista de doenças do Ministério da Saúde, em 1985, por meio de uma ação movida pelo Grupo Gay da Bahia (Facchini, 2003). Portanto, a presença de Mascarenhas na Constituinte representava a parte mais visível de um processo de mobilização por mudanças que vinha ocorrendo nos anos de 1980, em diferentes cidades brasileiras, e se intensificaria nas décadas seguintes.

Dez anos mais tarde, o cenário mudaria consideravelmente. O ano de 1997 marca o momento de realização da primeira Parada do Orgulho na cidade de São Paulo, evento que transformou a história das lutas por direitos sexuais no Brasil. Com aproximadamente duas mil pessoas, era a primeira vez que o movimento ocupava as ruas para replicar uma ação que já vinha ocorrendo nas principais metrópoles da Europa e da América do Norte. Nos anos subsequentes, a Parada do Orgulho de São Paulo se tornaria a maior do mundo, atraindo milhões de pessoas e inspirando a realização de outras paradas em todo o país. A realização da primeira parada representou um momento de amadurecimento das estratégias políticas do movimento que – dois anos antes, em 1995 – havia criado a sua primeira entidade nacional, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), e organizado o encontro da *International Lesbian and Gay Association* (ILGA), no Rio de Janeiro (Vianna & Carrara, 2008). Tais eventos influenciaram também a conformação das disputas legislativas. Na segunda metade da década de 1990, projetos de lei sobre o casamento homoafetivo e a criminalização da homofobia passaram a ser discutidos com maior seriedade no Congresso Nacional.

A agenda feminista também avançava nessa década. Não por acaso, no mesmo ano de 1997, foi sancionada a Lei das Eleições que estabeleceu a obrigatoriedade de, no mínimo, 30%

de candidaturas femininas por partido ou coligação. Essa medida buscou ampliar o número de mulheres no parlamento brasileiro, enfrentando a sub-representação feminina, em confluência com o conjunto de ações implementadas pelo Estado brasileiro para concretizar os encaminhamentos da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, aprovada na 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher de 1995 (Brasil, 2005). A Conferência de Beijing foi organizada pela ONU e contou com a participação ativa de organizações feministas de todo o mundo. O próprio Governo Federal se engajou nos preparativos da conferência e dialogou com as organizações feministas para a construção de um documento síntese com as posições da delegação brasileira (Costa, 2007; Saffioti, 1995). Em escala global, a partir dessa conferência, se consolidou o uso do conceito de gênero na gramática governamental dos direitos humanos e uma agenda de direitos sexuais e reprodutivos foi instituída pela ONU. Nos anos posteriores, as organizações feministas atuaram para que tais políticas fossem implementadas de modo efetivo, cobrando sempre que possível o compromisso assumido pelo Estado brasileiro para a promoção da igualdade de gênero.

Paralelamente, o Governo Federal também se engajava em políticas de proteção à diversidade sexual e de gênero. Publicado em 1996, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) foi o primeiro documento governamental a definir como meta a construção de políticas de combate à violência contra homossexuais. Na segunda edição do PNDH, publicada em 2001, o compromisso do governo com a temática se tornou ainda mais explícito e foram incluídas dez metas relacionadas à promoção de direitos humanos e cidadania para a comunidade LGBTI+. A virada do século foi um momento de ascensão das políticas de diversidade sexual e de gênero nas políticas governamentais – uma tendência vista tanto no Brasil quanto em outras regiões do mundo (Baisley, 2016; Vianna & Carrara, 2008). Com o advento das Paradas do Orgulho em todo o país, o movimento LGBTI+ passou a ganhar maior visibilidade pública, facilitando a sua interlocução com partidos, governos e outros atores envolvidos na produção de políticas públicas. Se logo após a redemocratização, em fins dos anos de 1980, havia ainda uma massiva rejeição cultural à homossexualidade e era inexistente o engajamento do Estado brasileiro no combate à discriminação em razão da orientação sexual, a partir dos anos 2000 um processo de transformações políticas, culturais e institucionais alteraria essa realidade de forma significativa – confluindo com o caminhar das mudanças nas normas e valores sexuais descrito no tópico anterior.

Com a vitória inédita de um partido de esquerda nas eleições nacionais, que levou o Partido dos Trabalhadores (PT) e Lula à Presidência da República em 2003, surgiram novas oportunidades para a institucionalização das políticas de gênero e sexualidade no Brasil. A

candidatura de Lula foi apoiada pelas principais lideranças e organizações dos movimentos LGBTI+ e feminista daquele período, pois existia uma relação histórica do PT com esses movimentos sociais (Pereira, 2018; Pereira, 2022). Desde a Constituinte, o partido de Lula atuou como o principal porta-voz das demandas por direitos sexuais e reprodutivos no parlamento brasileiro. Desse modo, tais políticas foram prontamente incorporadas na agenda do novo governo, fortalecendo a agenda de direitos humanos já implementada pelas gestões anteriores.

Um importante marco desse processo histórico foi a publicação do programa Brasil Sem Homofobia (BSH), em 2004, pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação (órgão criado em 2001). O BSH é considerado o primeiro programa federal direcionado exclusivamente à promoção da diversidade sexual e de gênero, sendo responsável pela consolidação das demandas do movimento LGBTI+ na agenda pública (Pereira, 2018; Vianna & Carrara, 2008). Apesar de suas fragilidades institucionais e jurídicas, por ser um programa desprovido de legislação ou dotação orçamentária, sua publicação teve um impacto significativo na forma como o Estado brasileiro se relaciona com a temática. Foi a partir dele que se iniciou um processo incremental de produção de políticas públicas LGBTI+ no Governo Federal, influenciando diversas gestões municipais e estaduais a seguir o mesmo caminho, para além do fomento da discussão dessa política no judiciário.

Apesar desse impulso inicial logo no segundo ano de governo, as principais políticas foram implementadas no segundo mandato de Lula, iniciado em 2007. Nesse momento, se consolidou um arcabouço de políticas LGBTI+ em nível federal que deu suporte para a sua efetiva difusão nacional. Cabe destacar que isso ocorreu em paralelo ao avanço dessa temática em escala global, no momento em que a gramática da diversidade sexual e de gênero se consolidava na ONU após a publicação dos Princípios de Yogyakarta, em 2006 – documento escrito por especialistas e ativistas que deu as bases para essa questão no âmbito do direito internacional. Durante esse período, a diplomacia brasileira cumpriu um papel protagonista na defesa de tais princípios, contribuindo para a proposição e aprovação dos primeiros documentos de referência (Baisley, 2016).

De 2008 a 2010, foi realizada a 1ª Conferência Nacional, publicado um Plano Nacional sistematizando os encaminhamentos da conferência, e criada uma secretaria especializada para a operacionalização da política (Aragusuku & Lopes, 2018). Este conjunto de políticas foi intitulado de “tripé da cidadania” por ativistas e especialistas (Pereira, 2017) – por alinhar uma conferência, um plano e uma pasta executiva – sendo tratado como um modelo de estruturação institucional para todo o país. Outras ações de destaque foram a regulamentação do processo

transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), em 2008, que fortaleceu as políticas de promoção de direitos para as pessoas trans, e a publicação do PNDH-3, em 2013, que ampliou ainda mais a relevância da temática na agenda de direitos humanos.

Durante a década de 2010, marcada por uma maior oposição a essas políticas no Congresso Nacional, o protagonismo das principais mudanças institucionais se deslocou do executivo para o judiciário (Aragusuku et al., 2019). Em meio a períodos de intensa oposição parlamentar (no governo Dilma, 2011-2016) e de alinhamento político conservador (nos governos Temer, 2016-2018, e Bolsonaro, 2019-2022), através de ações judiciais, a união estável e o casamento homoafetivo foram reconhecidos, respectivamente em 2011 e 2013, e a homotransfobia foi equiparada ao crime do racismo, em 2019. Desde então, o Supremo Tribunal Federal vem se mostrando bastante sensível às demandas por cidadania e direitos sexuais em suas decisões.

As demandas feministas já possuíam uma maior inserção nas ações do executivo desde a década de 1980 – por exemplo com a criação do CNDM, para além do alinhamento do Estado brasileiro aos princípios acordados pela ONU após a Conferência de Pequim (Costa, 2007). Diferentemente das políticas LGBTI+, que enfrentaram fortes reações de grupos conservadores e não avançaram no parlamento, importantes leis foram aprovadas no tocante às políticas para as mulheres. Como um marco, em 2006, o Congresso aprovou a Lei Maria da Penha, com o objetivo de punir e coibir a violência doméstica contra as mulheres, posteriormente complementada pela Lei do Feminicídio, aprovada em 2015. Contudo, as políticas para mulheres ficaram centradas no combate à violência, em detrimento das demandas por direitos reprodutivos. O caso da ampliação do direito ao aborto é evidente (Vianna & Carrara, 2007), pois essa demanda histórica do feminismo, já em destaque na Constituinte e reafirmada nas duas últimas edições do PNDH, perdeu espaço na agenda pública ao longo dos anos, sobretudo em razão do avanço político de grupos conservadores no parlamento e no governo (Machado, 2012).

No Quadro 1, estão compiladas as principais políticas de gênero e sexualidade implementadas pelo Estado brasileiro desde os anos 2000. É possível perceber um avanço progressivo de mudanças institucionais, especialmente no âmbito das políticas LGBTI+, que passaram a ser reconhecidas em diversas arenas de políticas públicas. Logicamente, este processo de mudanças não ocorreu sem a reação de movimentos opositores que viram seus interesses, visões de mundo e valores ameaçados. A oposição aos direitos sexuais e reprodutivos não é novidade no cenário político brasileiro e grupos conservadores se mobilizam em sentido contrário desde a redemocratização. Tal oposição se intensificou de modo relacional e em

paralelo ao avanço das políticas de gênero e sexualidade promovidas pelos movimentos feminista e LGBTI+, o que culminou no acirramento da dinâmica de conflitos que se acirrou durante a década de 2010.

Quadro 1 - Principais políticas de gênero e sexualidade aplicadas em nível nacional nas primeiras duas décadas do século XX

Programa, ação ou decisão	Instância	Ano
Programa Nacional de Direitos Humanos II	Governo Federal	2001
Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual	Governo Federal	2004
Lei Maria da Penha (Lei nº 11340/2006)	Congresso Nacional	2006
1ª Conferência Nacional de GLBT	Governo Federal	2008
Regulamentação do processo transexualizador pelo SUS (Portaria nº 457/2008)	Governo Federal	2008
Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT	Governo Federal	2009
Programa Nacional de Direitos Humanos 3	Governo Federal	2009
Coordenação-Geral de Promoção dos direitos LGBT	Governo Federal	2009
Conselho Nacional Contra à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT	Governo Federal	2010
Reconhecimento legal da união estável homoafetiva	Supremo Tribunal Federal	2011
Reconhecimento legal do casamento homoafetivo	Conselho Nacional de Justiça	2013
Lei do Feminicídio (Lei nº 13104/2015)	Congresso Nacional	2015
Equiparação da homotransfobia ao crime de racismo	Supremo Tribunal Federal	2019

Fonte: Elaboração própria.

2.3 Problemas ontológicos e a oposição às mudanças culturais e políticas

Como apresentado anteriormente, a proposta de inclusão da proibição da discriminação com base na orientação sexual, feita por João Mascarenhas em 1987, não foi aceita pela Assembleia Nacional Constituinte. Naquele período, o consenso médico sobre a homossexualidade caminhava para a sua despatologização – o que de fato ocorreria em 1990 com a publicação da décima edição do Código Internacional de Doenças (Aragusuku & Lara,

2019) – e, junto à redemocratização, avançava no Brasil uma discussão sobre direitos humanos que abarcava todos os grupos considerados minoritários ou desfavorecidos. Era um momento relativamente favorável para a apresentação de propostas legislativas de combate à discriminação contra homossexuais em nível nacional. No entanto, a forte rejeição à homossexualidade manifesta pela maioria da sociedade brasileira em fins da década de 1980 (vide Figura 1, no tópico anterior) tornava pouco provável a aprovação dessa proposta na nova constituição. Para muitos/as deputados/as constituintes, aceitar a homossexualidade como uma orientação sexual tão normal quanto a heterossexualidade era contrário à ontologia do ser humano.

Diferentemente da dinâmica de conflitos presente na atualidade, a participação de Mascarenhas na Subcomissão de Direitos Políticos e Garantias Individuais foi seguida por uma discussão em tom amigável, de cordialidade e respeito, mesmo quando eram expressas divergências à proposta (Brasil, 1987). Todavia, essa cordialidade não impediu que a homossexualidade fosse mencionada como uma patologia ou um desvio da normalidade (Lelis, 2022) que não poderia ser, em hipótese alguma, difundido ou induzido às novas gerações. Para diversos/as parlamentares, normalizar a homossexualidade significaria negar a natureza humana e o papel de complementariedade entre homens e mulheres. Por exemplo, em reação à proposta de Mascarenhas, o deputado constituinte Eliel Rodrigues, pastor assembleiano e representante da nascente bancada evangélica no parlamento brasileiro, afirmou que a homossexualidade violaria o que é ser homem ou mulher em acordo com a Criação. Em suas palavras:

Eu mesmo tenho pessoas amigas, conhecidas, a quem estimo, que são homossexuais. E tenho por essas pessoas, poderia dizer até profunda compaixão, [...] porque Cristo ama a todos, mas não posso compartilhar do mesmo sentimento de uma liberação total, em termos do sexo, **como Deus os criou: homem e mulher**. Parece-me que sempre há certa expectativa de uma influência má sobre as pessoas, uma força má que as induziu, que as levou e as leva a essa prática, porque, **no princípio, Deus não estabeleceu ninguém com uma situação desse tipo. Ou é homem ou é mulher** (Brasil, 1987, p. 116, grifos meus).

Portanto, para os grupos cristãos conservadores (não apenas evangélicos, mas também católicos), a homossexualidade estaria em desacordo com a Criação e qualquer ação governamental que afirmasse a sua normalidade, como uma legislação que proíbe a discriminação contra homossexuais, resultaria na sua propagação social e na perseguição daqueles/as que a condenam. Como visto nas discussões da Constituinte, não raramente também eram utilizados argumentos seculares relacionados à natureza biológica de homens e mulheres

e ao propósito evolutivo da prática sexual (a procriação e a continuidade da espécie). Durante as eleições nacionais de 1994, a segunda pós-Constituinte, ao ser indagado sobre a temática no programa Roda Viva da TV Cultura, o então candidato à presidência Enéas Carneiro empregou essa argumentação biológica para justificar o porquê em seu governo não haveria promoção da homossexualidade. Defendendo um programa nacionalista e conservador, o polêmico líder do Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) afirmou que:

O homossexual, sem dúvida, pertence a um grupo que **caso se generalizasse representaria a extinção da espécie** [...]. Por mais que se façam operações, intervenções cirúrgicas, que se estirpe a genitália externa de um homem, que nasceu homem, que se fabrique um órgão genital feminino, com silicone, por mais que se criem seios artificialmente, que se faça depilação, cada cromossomo é uma unidade que está dentro do núcleo [...]. O homossexual é um ser humano como qualquer outro [...]. Outra coisa é ele ser apresentado como exemplo de comportamento sexual [...]. **Porque a sociedade é feita para se reproduzir. Não estou nem usando textos bíblicos, estou falando de ciência. O maior de todos os impulsos que existem no planeta é o da preservação da espécie.** É maior até que o da preservação do próprio indivíduo. Então, o homossexualismo não pode ser apresentado como uma terceira via, como um caminho natural. Não, o homossexualismo é um desvio. [...] Por exemplo, homossexuais se casarem, isso é um absurdo³¹ (grifos meus).

Em sua fala, Enéas³² fala da homossexualidade e da transexualidade como um único fenômeno de negação da natureza sexual, antecipando discussões que ganhariam força com o ativismo antigênero a partir da década de 2010. Apresentando um programa com duras críticas às mudanças culturais e políticas que emergiram após a redemocratização, ele foi o terceiro candidato mais votado da eleição presidencial de 1994, conquistando em torno de 7% do eleitorado. As mudanças rejeitadas por Enéas e por parte da população brasileira, dentre elas a promoção de políticas para homossexuais, apenas se intensificaram nos anos seguintes. O vencedor da eleição, Fernando Henrique Cardoso (que governou de 1995 a 2002), abriu espaços para a construção de uma agenda de direitos sexuais e reprodutivos ao longo de seu governo, e o partido de Lula, segundo colocado e líder da oposição, foi responsável pela apresentação dos primeiros projetos legislativos referentes à temática no parlamento brasileiro – como, por exemplo, a regulamentação da união civil homoafetiva, em 1995, proposta pela então deputada federal Marta Suplicy (PT/SP).

³¹ Entrevista na íntegra disponível no canal do Roda Viva no YouTube. Trecho inicia no minuto 53:56. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=I3EU9bsFkAE&t=1618s>.

³² Um dado curioso é que a primeira menção à *ideologia de gênero* no parlamento brasileiro está conectada com o legado deixado por Enéas. O ex-deputado federal Elimar Máximo Damasceno, um dos fundadores do PRONA, foi o primeiro a empregar o termo em discursos oficiais, ainda em 2003. Ele foi eleito com apenas 484 votos, puxada pelo coeficiente eleitoral, graças à votação histórica recebida por Enéas em 2002, que obteve mais de 1,5 milhões de votos (Aragusuku, 2018).

O projeto legislativo da união homoafetiva foi, desde o início, fortemente rejeitado por grupos cristãos que consideram o casamento uma instituição sagrada constituída unicamente pela união entre um homem e uma mulher. A edição nº 551, de novembro de 1996, da revista *Catolicismo*, órgão oficial da então Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), abordou esse tema em sua matéria de capa. Para Murillo Galliez, integrante da TFP e autor da matéria, a legalização do casamento homossexual resultaria na “cólera de Deus” como em Sodoma e Gomorra, com consequências nefastas para o país. Ao se questionar sobre qual seria “o processo psicológico para que tal Projeto de lei viesse à luz do dia, uma vez que, até algum tempo atrás, uma proposta desse gênero era impensável no Brasil” (Galliez, 1996, p. 12), ele afirmou que existia uma campanha revolucionária para mudar a mentalidade da população brasileira, visando a normalização da homossexualidade. Tratando-se de uma revista de grande circulação entre católicos tradicionalistas, essa matéria chegou a ser nominalmente citada por um deputado federal durante a votação do projeto do casamento homoafetivo, em dezembro de 1996, na Comissão Especial destinada à sua tramitação legislativa (Nogueira, 2018).

O avanço dos movimentos em defesa de direitos para homossexuais ao longo da década de 1990, como no caso da discussão sobre o casamento homoafetivo, passou a gerar reflexões mais sistemáticas de ativistas conservadores cristãos. Em 1998, o escritor evangélico e blogueiro conservador Julio Severo³³ publicou o livro *O Movimento Homossexual*, que se tornou uma influente obra de oposição à atuação dos movimentos em defesa de direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. Ao longo do livro, Severo (1998) apresentou sua visão sobre o que seria o movimento homossexual, sua história e seus objetivos, além de trazer orientações sobre como as pessoas adeptas do cristianismo devem se portar perante a homossexualidade. Para ele, ativistas gays estimulam a pedofilia e, discordando do novo consenso científico, a homossexualidade seria um transtorno psicológico causado por traumas decorrentes de abusos sexuais na infância.

Curiosamente, Severo foi o primeiro a replicar as teses pioneiras da ativista católica Dale O’Leary sobre a *agenda do gênero* de modo mais sistemático, citando algumas vezes o artigo “Gender: The Deconstruction of Women” (O’Leary, 1995), escrito para ser divulgado

³³ Severo manteve um blog pessoal, popular nos anos 2000, onde comentava sobre política e religião. Ele se mudou do país em 2009, afirmando que havia optado pelo exílio devido às ameaças do ativismo gay. Em 2021, seu falecimento foi comunicado por sua esposa na Guatemala, junto a um pedido de ajuda financeira. Quando seu blog foi retirado do ar em 2007, após uma série de denúncias por discurso de ódio contra homossexuais, Olavo de Carvalho escreveu um texto de apoio em sua coluna no *Jornal do Brasil*. Posteriormente, ambos se tornaram inimigos e protagonizaram uma longa troca de acusações e ofensas pela internet.

nos painéis da Conferência de Beijing em oposição ao uso do conceito de gênero pela ONU. Reproduzindo os argumentos de O’Leary, o autor afirmou que existia uma aliança entre homossexuais e feministas em torno da *perspectiva de gênero*, isto é, de uma ideologia que visa atacar a família tradicional desconstruindo a identidade sexual de homens e mulheres, junto à promoção do aborto e a liberalização dos costumes sexuais. A *perspectiva* ou *ideologia de gênero* teria como finalidade última o antinatalismo, em vistas do controle da população global por meio da sua diminuição progressiva, e estaria sendo gradualmente assimilada por governos e organizações internacionais (Severo, 1998). Esse modo de interpretação, expresso por ativistas cristãos como Severo e O’Leary, enquadra os resultados decorrentes das mudanças nas normas e valores sexuais na modernidade como verdadeiros problemas de ordem ontológica, relacionados a questionamentos sobre a natureza humana, a identidade sexual e o propósito da existência.

Qualquer processo de mudança cultural e/ou política de fato nunca ocorreu de forma linear e pacífica ao longo da história. No entanto, o aumento da velocidade dessas mudanças na modernidade tardia intensificou o sentimento de insegurança e a reação de grupos contrários à liberalização cultural. Pippa Norris e Ronald Inglehart (2019) entendem que, nos últimos anos, vem ocorrendo um processo de *cultural backlash* [reação cultural], em diversas partes do mundo, conectado com a perda de força dos valores tradicionais e do avanço dos valores sociais liberais, assumidos por uma parcela cada vez maior da população. A transição cultural gerou a reação das pessoas que consideram que esses novos valores são uma ameaça aos modos de vida já existentes, impulsionando uma reação política vinculada aos sentimentos de ressentimento cultural e insegurança perante o futuro. Essa reação se materializa no apoio eleitoral a partidos populistas de direita e a propostas autoritárias para a resolução dos conflitos culturais (Norris & Inglehart, 2019). No Brasil, o avanço da luta por direitos relacionados à proteção da diversidade sexual e de gênero foi um dos principais desencadeadores do sentimento de insegurança compartilhado por grupos conservadores ou tradicionalistas. Tais grupos passaram a temer, com grande seriedade, uma realidade futura em que seus valores se tornariam minoritários ou mesmo deixariam de existir.

Desse modo, essas mudanças fomentaram um sentimento de “insegurança ontológica” a uma parcela da população brasileira que se sente deslocada ou desamparada pela contínua destradicionalização dos modos de vida e organização social no mundo moderno. Para Giddens (1990, 1991), sentir-se ontologicamente seguro é confiar que existe um sentido intrínseco ao mundo e suas relações (um senso de continuidade e ordem aos eventos) que dá propósito à existência. Em suas palavras, “é possuir, no nível do inconsciente ou da consciência prática,

‘respostas’ a perguntas existenciais fundamentais que toda vida humana de alguma forma aborda” (Giddens, 1991, p. 47, tradução própria). A segurança ontológica está relacionada a uma reflexão existencial sobre o “ser no mundo” e a processos subjetivos que escapam ao simples sentimento de segurança do ponto de vista da subsistência material ou da integridade física. Se no mundo pré-moderno o medo das ameaças físicas, oriundas da natureza e da violência de outros povos, era a principal preocupação existencial das pessoas, a segurança material resultante das inovações técnicas gestadas na modernidade produziu uma maior flexibilidade sobre o próprio sentido da vida, abrindo espaços para o predomínio da ansiedade existencial. Isto é, o constante questionamento sobre a veracidade da identidade pessoal e o sentido da existência no mundo.

A ansiedade existencial é um fenômeno característico da modernidade e, de acordo com Giddens (1991), coexiste junto ao sentimento de insegurança ontológica. Nos termos da teoria das emoções de James Jasper (2018), a ansiedade existencial seria um estado emocional ou um *mood* que não possui um foco ou direcionamento específico, sendo mais generalizado de ponto de vista subjetivo. A insegurança ontológica, por outro lado, é um sentimento mais estável e carregado de valoração – no caso, a certeza de que a existência está ameaçada pelo risco do esvaziamento de sentido. Ambos são resultados das constantes mudanças e crises que acompanham o mundo moderno e descentram o sujeito de uma verdade fixa sobre a existência, a natureza humana e a ordem social. Por exemplo, a ideia de que homens e mulheres não possuem papéis sexuais e de gênero fixos e predeterminados, com um propósito atemporal e transcendente, é inconcebível para muitas pessoas por colocar em questão suas crenças, identidades e valores mais estruturantes do ponto de vista subjetivo. Em um mundo em constante transformação, onde a mudança se torna regra e o futuro é sempre indeterminado, há uma constante luta contra a perda de sentido perante a vida ou o estado de *personal meaninglessness* (Giddens, 1990).

Como apontado por Catarina Kinnvall e Jennifer Mitzen (2020), no plano político, a ansiedade existencial e a insegurança ontológica podem resultar na busca por uma suposta segurança absoluta, que implica no apoio a políticas autoritárias e retrocessos democráticos, e na construção de bodes expiatórios ou um “outro” que é responsabilizado por ameaças à existência de pessoas (no plano individual), coletivos (como uma nação, uma comunidade religiosa, etc.) ou mesmo da humanidade como um todo. Essa construção de um “outro abjeto” – causador da desagregação, desordem e ameaça existencial – é intitulado por Kinnvall (2004, 2017) de “securitização da subjetividade”. Em sua concepção, trata-se de “um processo que busca construir muros de segurança ontológica em torno da ideia do *self* através da recusa em

permitir a ambiguidade ou a problematização de culturas ou estruturas sociais” (Kinnvall, 2017, p. 91, tradução própria).

Neste sentido, se reconstrói o sentimento de segurança ontológica por meio de narrativas que cristalizam uma alteridade antagônica, estabilizando assim o senso de coerência subjetiva perante o próprio *self* e sua relação com o mundo (Kinnvall, 2014). Por meio desse processo subjetivo, são restabelecidas as fronteiras entre o que é desejável, em acordo com a tradição e os valores considerados naturais, e o que é indesejável por ser considerado antinatural e produtor de desordens e incertezas. Trata-se, portanto, de um mecanismo psicológico de reação a mudanças visando a conservação de um *status quo* percebido como ameaçado ou mesmo perdido. No contexto brasileiro de transformação nas normas e valores sexuais, homossexuais e feministas se tornaram esse “outro” nas narrativas conservadoras que buscam interpretar um mundo cada vez mais inseguro e apartado dos valores tradicionais.

Com a virada do século, o avanço das políticas de gênero e sexualidade se tornou ainda mais evidente. Amparado por princípios acordados em documentos internacionais, o governo brasileiro produziu uma série de políticas de promoção de direitos sexuais e reprodutivos em nível federal – em especial direcionadas à população LGBTI+ que, em um primeiro momento, eram implementadas sem grande oposição. Por outro lado, os grupos conservadores direcionaram sua atenção para o parlamento, buscando barrar os projetos legislativos da criminalização da homofobia e da legalização do casamento homoafetivo (Nogueira, 2018; Pereira, 2018), bastante questionados desde a década de 1990. Gradualmente, os confrontos entre movimentos por direitos sexuais e grupos conservadores foram se acirrando ao final dos anos 2000, em paralelo à intensificação das mudanças culturais e políticas e do processo de destradicionalização.

O projeto de criminalização da homofobia foi o que provocou maior temor entre as igrejas cristãs. As lideranças religiosas consideravam que, caso aprovado, o projeto resultaria na criminalização do texto bíblico e das pregações contra a homossexualidade. Em junho de 2008, poucos dias após a realização da 1ª Conferência Nacional GLBT, grupos evangélicos realizaram a primeira manifestação nacional contra a criminalização da homofobia, intitulada por eles de “lei da mordaca”, em frente ao Congresso Nacional. Na visão do pastor assembleiano Silas Malafaia, que participou ativamente da organização do protesto, não se tratava apenas de um ato para barrar o referido projeto de lei, mas também em favor da família, da liberdade religiosa e contra a pedofilia³⁴.

³⁴ Assembleia Legislativa da Paraíba (25/06/2008), “Nivaldo participa de manifestação contra PL 122/06”. Recuperado de <http://www.al.pb.leg.br/1922/nivaldo-participa-de-manifestao-contr-pl-12206.html>.

A entrada na década de 2010 é bastante significativa, pois foi o momento em que esses conflitos ganharam maior destaque no cenário nacional (Aragusuku, 2020; Aragusuku et al., 2019; Silva, 2022). Pela primeira vez, uma forte oposição política foi articulada para barrar a implementação de uma política pública em diversidade sexual e de gênero, fazendo o governo de Dilma Rousseff recuar para não perder o apoio de integrantes da bancada evangélica no Congresso Nacional. O caso começou em novembro de 2010, ao final do governo Lula, quando o então deputado federal Jair Bolsonaro denunciou o programa Escola Sem Homofobia, que visava distribuir materiais didáticos de combate à discriminação contra LGBTI+ nas escolas (Maracci, 2019; Silva, 2018). Bolsonaro foi o primeiro parlamentar a intitular tais materiais didáticos de “kit gay” e tornou a denúncia contra promoção da homossexualidade na educação uma das principais pautas políticas de seu mandato parlamentar³⁵. Após a transição governamental, logo nos primeiros meses do governo Dilma, os conflitos em torno do “kit gay” tomaram proporções nacionais, resultando no cancelamento da distribuição dos materiais didáticos e na descontinuidade do programa.

As polêmicas em torno do chamado “kit gay” deram o tom dos conflitos em torno das políticas de gênero e sexualidade ao longo da década de 2010. A partir desse momento, os grupos conservadores atuaram de forma muito mais enfática na defesa dos valores tradicionais, sobretudo na esfera da educação de crianças e adolescentes, buscando evitar que as gerações futuras assumam valores sociais cada vez mais liberais. Um importante elemento definidor dessa virada para uma atuação mais ofensiva foi a construção de novas interpretações e narrativas sobre o mundo moderno e suas transformações. Não por acaso, a partir de 2011, passou a ser difundida a noção de *ideologia de gênero* entre grupos conservadores brasileiros. Esse novo conceito organizou as diversas narrativas de oposição às mudanças nas normas e valores sexuais em uma metanarrativa integradora, promovendo um processo de desfragmentação interpretativa. Por consequência, lutar contra tais mudanças se tornou uma das principais missões da atualidade, um dever moral e espiritual de qualquer pessoa consciente do problema – uma batalha do bem contra o mal que definirá os rumos da existência humana.

2.4 Ideologia de gênero, insegurança ontológica e contramobilização

³⁵ Bolsonaro foi responsável pela realização do primeiro discurso no plenário da Câmara dos Deputados denunciando os materiais didáticos do Escola Sem Homofobia, no dia 30 de novembro de 2010. Ele também foi o primeiro a utilizar a expressão “kit gay” em um discurso na sessão do plenário do dia 1º de fevereiro de 2011. Em seu próprio site oficial, a denúncia do “kit gay” ganhou destaque com uma aba especial sobre o assunto. Recuperado de <https://web.archive.org/web/20111111161234/http://www.bolsonaro.com.br:80/jair/>.

Em 18 de outubro de 2011, foi realizada a palestra “Ideologia de gênero: Saiba como se defender dessa arma psicológica contra a Família”, proferida pela ex-deputado federal Coronel Jairo Paes de Lira e organizada pelo Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO)³⁶ – uma das organizações oriundas da TFP após a sua dissolução no Brasil. A palestra foi aberta por antigos membros do IPCO, conhecidos por serem fundadores da TFP, e encerrada por Dom Bertrand de Orléans e Bragança, então príncipe da família imperial brasileira. No auditório do antigo Colégio São Bento, no centro de São Paulo, a atividade foi acompanhada por um pequeno público de entusiastas de um catolicismo de vertente tradicionalista, composto por freiras, padres, lideranças do instituto, jovens católicos e outras pessoas leigas, que seguiu reunido após a palestra para uma confraternização.

O referido evento é relevante por seu ineditismo, pois se trata da primeira atividade pública que se tem registro e do lançamento do primeiro livro sobre o assunto no Brasil – a obra *Ideologia de gênero: O neototalitarismo e a morte da família*³⁷, do argentino Jorge Scala (2011). Em meio à apresentação do livro, Paes de Lira vinculou a expansão das políticas de gênero e sexualidade no Brasil a uma agenda ideológica de *gênero* que visa desconstruir a identidade sexual humana, em conluio com uma conspiração global pela destruição da família natural e da fé cristã. Como mencionado no tópico anterior, a oposição à *perspectiva de gênero* já havia sido abordada por Severo, em 1998, e circulava entre os grupos católicos tradicionalistas desde o início dos anos 2000 (Aragusuku, 2018, Corrêa & Kalil, 2020, Silva, 2022). No entanto, este evento marcou um momento de virada no qual a noção de *ideologia de gênero* adquiriu uma função interpretativa mais precisa para diversos movimentos conservadores e tradicionalistas no Brasil.

A centralidade dada à noção de *ideologia de gênero* na palestra realizada pelo IPCO demonstra um processo de reorganização das narrativas de oposição às mudanças culturais e políticas em curso no país. Ao mobilizar esse novo conceito, concebeu-se que existe uma grave ameaça ideológica que se oculta na linguagem dos direitos humanos. Essa *ideologia* procuraria, na verdade, manipular as pessoas por meio da conquista de espaço nas instituições governamentais e, de forma mais alarmante, da disseminação nas políticas de educação. Nas palavras de Paes de Lira:

³⁶ IPCO (01/09/2017), “‘Ideologia de Gênero’ – manifestação mais recente da Revolução Cultural”. Recuperado de <https://www.ipco.org.br/ideologia-de-genero-manifestacao-mais-recente-da-revolucao-cultural>.

³⁷ O livro foi inicialmente publicado com o título *La Ideología de Género: o el género como herramienta de poder* (Scala, 2010), pela editora argentina Ediciones Logos. Scala já havia abordado a ameaça do *gênero* em uma contribuição a uma coletânea de textos sobre a Conferência de Beijing (Faúndes, 2019) e em seu livro *IPPF: La multinacional de la muerte* (Scala, 2004) sobre o aborto, ambos publicados originalmente em 1995.

Não há melhor forma de obter os propósitos dos defensores da ideologia de gênero do que trabalhar a cabeça das crianças. Muito provavelmente se entende que tentar fazer lavagem cerebral nesta plateia é inútil, mas a criança, ainda plástica, ainda moldável, ainda sujeita ao processo educacional [...], é evidentemente muito suscetível de receber como natural qualquer coisa que lhe seja colocada no ambiente escolar [...]. Isso está acontecendo no Brasil em massa. **Basta ver, por exemplo, o kit gay que nós, temporariamente, pela reação da sociedade brasileira, conseguimos paralisar.** Supostamente destinado a ensinar as crianças a respeitarem os seus semelhantes – no caso, os homossexuais. Mas, na verdade, o objetivo é a disseminação do homossexualismo. O objetivo é instigar, no comportamento das crianças, o homossexualismo como algo não somente natural, mas desejável³⁸ (grifos meus).

Ao citar o “kit gay” como um caso de propagação da *ideologia de gênero* nas escolas, Paes de Lira conectou esse evento a um contexto mais amplo de mudanças nas normas e valores sexuais – como, por exemplo, na maior aceitação da homossexualidade, sobretudo entre os estratos mais jovens da população brasileira. Para o ex-deputado, os últimos governos brasileiros promoveram essa *ideologia* de forma sistemática nas políticas públicas visando mudar a mentalidade das gerações futuras. Trata-se de um diagnóstico semelhante ao expresso por Padre Luiz Lodi da Cruz, reconhecido por ser presidente da Associação Pró-Vida de Anápolis, na apresentação do livro de Scala³⁹. De acordo com Padre Lodi da Cruz, por meio do apoio governamental ao movimento LGBTI+, a *ideologia de gênero* avançou de modo considerável em todo o país.

O Brasil tem-se destacado vergonhosamente pelo apoio maciço a essa ideologia. E isso nosso governo tem feito por todos os meios: realizando Conferências Nacionais de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT); apoiando as horrendas paradas de “orgulho” (sic) homossexual; produzindo material educativo (?) de “combate à homofobia” e distribuindo-o a crianças e adolescentes nas escolas; apoiando a “união estável” e o “casamento” entre pessoas do mesmo sexo; lutando perante a ONU e a OEA pela proibição internacional de toda discriminação (justa ou injusta) aos que praticam o vício contra a natureza (Lodi da Cruz, em Scala, 2011, p. 7).

Outro evento relevante é o seminário “A Família no Centro da Política - Desafios, Perspectivas e Ações”, realizado na Câmara dos Deputados, em outubro de 2013. O seminário contou com a participação de Felipe Nery e de Padre Paulo Ricardo, dois importantes nomes do tradicionalismo católico brasileiro (Silva, 2022), e foi a primeira atividade a se debruçar sobre a *ideologia de gênero* no Congresso Nacional. Por meio dele, buscou-se evidenciar as

³⁸ A palestra foi publicada, em sua íntegra, no canal de Youtube do fundador da Associação de Defesa contra a Discriminação dos Heterossexuais (ADHT), criada em dezembro de 2010. O trecho inicia no minuto 41:35. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=YvQ-3vBCJEW>.

³⁹ Outro convidado para abrir a obra de Scala foi o jurista Ives Gandra Martins, que escreveu o prefácio. Gandra Martins é um reconhecido jurista católico e um dos principais nomes do Opus Dei no Brasil.

potencialidades do uso desse conceito para diferentes grupos opositores às políticas de gênero e sexualidade – dentre eles as lideranças evangélicas que passariam a atuar de forma mais intensa contra o *gênero* nos anos seguintes (Aragusuku, 2018, 2020; Silva, 2022). Seguindo o raciocínio de Padre Paulo Ricardo, essas políticas não estavam sendo tratadas com a devida seriedade por aqueles/as que defendem os valores tradicionais porque havia ainda uma grande incompreensão acerca de seus verdadeiros objetivos. Escondida em uma agenda oculta, se tratava de uma ameaça muito mais séria e urgente, pois colocava em perigo não apenas a liberdade de crença da comunidade cristã, mas também toda a estruturação da vida em sociedade e o propósito da existência humana.

Tais advertências produziram resultados já no ano seguinte, durante as discussões finais para a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação desde dezembro de 2010. A proposta original, apresentada pelo Governo Federal para o parlamento brasileiro, possuía um artigo que abordava o combate à discriminação baseada na orientação sexual e na identidade de gênero. Ao final de 2013, movimentos cristãos conservadores passaram a se mobilizar contra tal artigo e outros correlatos, afirmando que se tratava de uma forma de imposição da *ideologia de gênero* nas escolas (Aragusuku, 2018; Junqueira, 2022; Reis & Eggert, 2017). Foi durante as discussões finais do PNE que, pela primeira vez, mobilizações públicas contra o *gênero* se concretizaram no Brasil. No final, atendendo aos protestos dos movimentos cristãos mobilizados, o plano foi aprovado em junho daquele ano sem qualquer referência à diversidade sexual e de gênero.

Após a sanção do PNE, ficou definido que os estados e municípios deveriam aprovar seus respectivos planos de educação em um prazo de dois anos. O documento base, enviado pelo Governo Federal para os governos locais, foi redigido seguindo os encaminhamentos da Conferência Nacional de Educação de 2014, que continha diversas propostas relacionadas à diversidade sexual e de gênero (Aragusuku, 2018). Esse fato gerou uma reação de grupos conservadores que entenderam que o Governo Federal tentava novamente impor a *ideologia de gênero* nas escolas. Em concomitância ao início da votação dos planos locais e a partir das denúncias realizadas por lideranças cristãs, um forte movimento nacional se formou para barrar a inclusão do *gênero* nos planos de educação.

Na Tabela 1, é possível visualizar como os protestos se alastraram por diferentes regiões do país a partir de junho de 2015, ganhando proporções nacionais e se mantendo ao longo de vários meses. É importante destacar que essa tabela compila apenas os protestos noticiados pelo portal de notícias G1, do Grupo Globo, que possui sedes em todas as regiões do país. No entanto, diversos protestos, especialmente em cidades menores, não foram noticiados por esse

portal – como constatado em buscas em portais locais e postagens nas redes sociais. Não é exagero afirmar que, muito provavelmente, ocorreram centenas de protestos em todos os estados do Brasil, se tratando de uma das maiores mobilizações sociais da última década. De modo semelhante ao PNE, o resultado foi a remoção de qualquer menção a gênero e sexualidade da grande maioria dos planos de educação, evidenciando uma mobilização vitoriosa de um movimento em ascensão.

Tabela 1 - Protestos contra a ideologia de gênero noticiados pelo portal de notícias G1 em 2015, por região e mês de ocorrência⁴⁰

Região	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.	Total
Centro-Oeste	5							5
Nordeste	3			2		1		6
Norte	6							6
Sul	12	1	2			1		16
Sudeste	18	6	5	1	1	2	1	34
Total	44	7	7	3	1	4	1	67

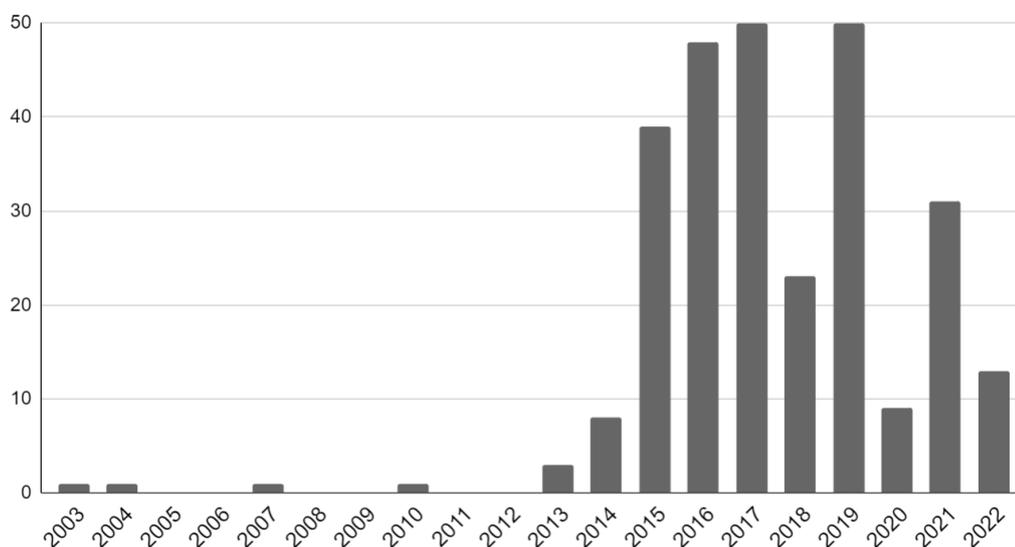
Fonte: G1.

A principal motivação para tamanho engajamento foi o medo perante o futuro, especialmente frente às incertezas de um mundo em constante transformação. Muitas das pessoas mobilizadas acreditavam que, com a desestabilização das antigas normas e valores sexuais, suas próprias identidades e modos de vida seriam desestruturados, resultando em um cenário de desordem e sofrimento para as próximas gerações. A nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), convocando a comunidade católica para os protestos, exemplifica bem este aspecto motivacional das mobilizações contra o *gênero*. De acordo com os bispos, a *ideologia de gênero* desconstrói “o conceito de família, que tem seu fundamento na união estável entre homem e mulher [e a] introdução dessa ideologia na prática pedagógica das escolas trará consequências desastrosas para a vida das crianças e das famílias” (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2015). Portanto, a insegurança ontológica, amplificada e canalizada pelas narrativas contra o *gênero*, foi um importante fator para o engajamento das pessoas nos protestos.

⁴⁰ A busca foi realizada no G1 (<https://g1.globo.com/>) por meio do descritor “ideologia de gênero” e revisada com base nos dados coletados por Rafael Barifouse em sua pesquisa sobre eventos de protesto antigênero no Brasil – a quem agradeço por todos os diálogos e por gentilmente ter cedido tais informações.

O ano de 2015 marcou a emergência de um movimento antigênero no Brasil. Se anteriormente a noção de *ideologia de gênero* ainda estava restrita a alguns grupos conservadores cristãos, sem efeito prático na arena política e nas disputas governamentais, a partir desse período seu uso é assimilado por uma diversidade de atores (de diferentes correntes ideológicas e vertentes religiosas) com consequências significativas à dinâmica das disputas em torno das políticas de gênero e sexualidade. Como demonstrado na Figura 3, a partir de 2015, tal noção passou a ser empregada de modo mais frequente no parlamento brasileiro, seguindo as campanhas e protestos de um contramovimento nacionalmente enraizado. A constante mobilização contra o *gênero* também teve grande repercussão na agenda governamental, com destaque para a atuação do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) que, em diversas oportunidades, reafirmou o seu compromisso político com a defesa da família tradicional (Aragusuku, 2020; Pereira et al, 2023; Silva, 2022).

Figura 3 - Número de discursos realizados no Plenário da Câmara dos Deputados que citam o termo ideologia de gênero (2003-2022)



Fonte: Portal da Câmara dos Deputados.

A noção de *ideologia de gênero* viabilizou uma nova interpretação sobre as mudanças culturais e políticas concorrente às interpretações que celebram o avanço das instituições e dos valores sociais liberais em todo o mundo. Ela deu inteligibilidade (Wedeen, 2002) aos sentimentos de desamparo, temor e insegurança decorrentes do caminhar das mudanças em curso, auxiliando a construção de narrativas opositoras, agora centradas na ameaça que o *gênero* geraria à segurança ontológica das pessoas afetadas. De fato, sua problemática principal não é nova. As demandas por liberdade e autonomia sexual sempre mobilizaram movimentos

opositores ao longo da história e, desde a redemocratização, as políticas de diversidade sexual e de gênero se tornaram foco de grandes embates no Brasil. Defensores/as dos valores tradicionais entendem que tais mudanças ameaçam a segurança do que há de mais essencial e primário à existência humana (a identidade sexual e seu propósito transcendente) tornando as pessoas ansiosas em relação à própria existência e, conseqüentemente, ontologicamente inseguras (Giddens, 1991; Kinnvall, 2017). Por outro lado, ao reconfigurar o campo interpretativo, as narrativas contra o *gênero* produziram novas dinâmicas subjetivas, reorientando o sentimento de insegurança e o significado da oposição às mudanças. A partir delas, foi possível criar uma interpretação mais integradora, que conecta narrativamente eventos dispersos e dá coerência a um enredo causal sobre o que está acontecendo de errado no mundo e quais são as causas dos problemas enfrentados, assim como as soluções almejadas e o caminho a ser percorrido.

Apesar do sentimento de insegurança ontológica possuir uma dinâmica coletiva, relacionada a processos socioestruturais, cada pessoa experiencia e é afetada por esse sentimento de modo particular e pessoal. De acordo com Giddens (1991), um dos efeitos da insegurança ontológica pode ser a paralisia em termos de ação prática, isto é, o estado de apatia e imobilidade perante um cenário de mudanças indesejadas ou incompreensíveis, pois a maior preocupação é evitar novos riscos à própria existência subjetiva. O que se objetiva com as narrativas antigênero é exatamente evitar que as pessoas permaneçam em um estado de inação e paralisia, estabelecendo um significado comum à insegurança ontológica para, então, canalizá-la em compromissos morais e ações coletivas que prometem restabelecer a segurança perdida. Na concepção de tais pessoas, defender politicamente as tradições e valores do passado, que serão minoritárias ou deixarão de existir no futuro caso nada seja feito, se torna uma tarefa essencial para garantir a segurança da própria existência no presente, para além da estabilidade do *self* em meio a conflitos e crise políticas (Kinnvall, 2004).

Portanto, existe uma relação intrínseca entre as mobilizações contra o *gênero* e o sentimento de insegurança ontológica fomentado pelas mudanças nas normas e valores sexuais na modernidade tardia. Para Jasper (1997), a necessidade por segurança ontológica é um afeto que pode motivar as pessoas a se engajar em ativismos e eventos de protesto. Do ponto de vista subjetivo, a busca por segurança move as pessoas para a participação em ações coletivas, pois, por meio delas, vislumbra-se um caminho para a construção de um mundo livre de ameaças. Concomitantemente, participar ou não de protestos é uma escolha moral, relacionada a concepções sobre o que é melhor para si e para os outros. Nas palavras do autor, “a segurança ontológica é cognitiva, emocional, mas também moral. Protesto tem a ver preeminentemente

com a visão moral, pois quem deles participa faz reivindicações sobre como o mundo deveria ser” (p. 135, tradução própria). No caso das mobilizações antigênero, existe a percepção de que a destradicionalização das normas e valores sexuais condena moralmente o mundo, pois desvia as pessoas da natureza sexual e do verdadeiro propósito (espiritual e/ou biológico) da experiência humana com a sexualidade. O resultado seria caos, desordem e sofrimento que já se manifesta no presente, mas tenderá a se agravar no futuro com o avanço da *ideologia de gênero* em todas as esferas da vida.

Não é de se estranhar que os protestos contra o *gênero* fazem larga utilização do recurso do “choque moral” (Jasper, 1997) para mobilizar as pessoas à participação⁴¹. O choque moral é uma das principais formas de mobilização social e ocorre a partir de uma quebra de expectativas sobre como o mundo deveria idealmente funcionar do ponto de vista de uma determinada visão moral. Trata-se de uma forma de retirar as pessoas de um estado de inação causado pelo conformismo ou pelo sentimento de incapacidade pessoal. Por meio de histórias traumáticas e/ou repulsivas, as pessoas se sentem moralmente impelidas a agir em busca da resolução do problema e do cenário de crise, da proteção de possíveis vítimas, da punição dos culpados e algozes, do restabelecimento da ordem e da moralidade, etc. A repetição de histórias traumáticas que elaboram o estado de insegurança é um importante recurso para a construção de respostas coletivas frente a sentimentos aversivos como o medo, a ansiedade e o imobilismo (Kinnvall, 2004).

A rejeição ao *gênero* também tem uma função de securitização da subjetividade (Kinnvall, 2004, 2017; Wehrle, 2019⁴²). Securitizar significa garantir a segurança da identidade por meio da construção de um “outro abjeto” ou uma alteridade antagônica. Esse outro atua como uma ameaça externa que deve ser combatida e um contraexemplo sobre o que é desejável para a vida e a identidade de uma pessoa. Nas narrativas antigênero, duas identidades são geralmente construídas em contraponto ao ideal de ser: a *feminista* e o *homossexual*. Ambas colocam em questão o papel do que é ser homem e mulher sob a ótica dos valores tradicionais, sendo fortemente rejeitadas como desvios do verdadeiro caminho almejado para a garantia da

⁴¹ É bastante comum o uso do conceito de “pânico moral” para descrever as mobilizações antigênero em todo o mundo (e.g. Faúndes, 2019; Kuhar & Paternotte, 2017; Miskolci & Campana, 2017). Seja em sua utilização por senso comum (como medo acentuado ou desespero) ou fundamentada em uma abordagem teórico-crítica, a noção de pânico evidencia o aspecto emotivamente distorcido e irracional de tais mobilizações. Não é essa a perspectiva assumida por mim no presente trabalho. Parto do princípio de que aspectos racionais e emotivos coexistem em qualquer ativismo (Jasper, 1997, 2018) e que, apesar de algumas expressões de ativismo antigênero se fundamentarem de fato no pânico, a maioria das pessoas engajadas nesse movimento atuam em acordo com racionalidades próprias, fundamentadas em visões de mundo e princípios morais bem estruturados.

⁴² A partir da teoria da insegurança ontológica de Kinnvall e da análise de frames, Fabienne Wehrle (2019) chegou à mesma conclusão em sua pesquisa sobre as políticas antigênero na Alemanha e a atuação do partido de extrema-direita *Alternative für Deutschland* (AfD).

segurança do ser. Como visto ao longo desse capítulo, o *homossexual* é identificado, por exemplo, como uma pessoa que causa um mal a si mesmo e aos outros, especialmente às crianças por sua pressuposta tendência à pedofilia (Severo, 1998). Definir moralmente o que as pessoas não devem ser, a partir de um contramodelo, é um importante mecanismo de securitização subjetiva ou de controle da ansiedade, do medo e da insegurança perante a existência no mundo.

Por meio da significação e canalização da insegurança ontológica experienciada por pessoas que se sentem ameaçadas pelas mudanças culturais e políticas na modernidade tardia, conformando condições de inteligibilidade que favorecem a contramobilização, o movimento antigênero conseguiu produzir sólidas bases no Brasil. Sua emergência ao longo da década de 2010 possibilitou uma reorganização do campo opositor às políticas de gênero e sexualidade, subsidiando-o com novas formas de interpretação dos fenômenos sociais, uma ampla gama de narrativas persuasivas e uma maior integração discursiva que favoreceu a contramobilização permanente. Motivar as pessoas a agirem é o principal desafio de todo e qualquer movimento. Neste caso, oferecer respostas às inseguranças das pessoas em relação às mudanças e conflitos em torno de gênero e sexualidade – enfrentando o sentimento de perda de propósito e sentido da existência pessoal – foi uma importante ferramenta de produção de engajamento. Para tais pessoas, a insegurança ontológica e o esvaziamento do sentido na vida tem uma causa bem definida que deve ser combatida: as ideologias pós-modernas (isto é, da modernidade tardia) e, em especial, a *ideologia de gênero*.

2.5 Síntese do capítulo

O objetivo deste capítulo foi contextualizar historicamente a oposição à *ideologia de gênero* no Brasil, em paralelo à apresentação de discussões teóricas que conectam os aspectos políticos, sociológicos e psicológicos desse fenômeno. A análise desse processo histórico procurou demonstrar como as teorias sobre modernidade e insegurança ontológica (Giddens, 1990, 1991; Kinnvall, 2004, 2017) nos auxiliam a uma melhor compreensão do surgimento do movimento antigênero no Brasil – o que pode iluminar a análise de outros casos e facilitar a construção de uma perspectiva teórica que integre esse fenômeno globalmente. O argumento central defendido é que a oposição à *ideologia de gênero* está conectada ao sentimento de insegurança ontológica emergente no período da modernidade tardia, onde o movimento acelerado das mudanças (sociais, econômicas, culturais, etc.) desestabiliza todo tipo de verdade fixa sobre a identidade e a natureza humana. Desse modo, lutar contra essa *ideologia* se torna

um problema de securitização da subjetividade, em particular da identidade sexual de homens e mulheres, frente aos perigos de um mundo em constante transformação.

O elemento das disputas ontológicas, em torno da natureza do ser, e da insegurança sentida/propagada pelos grupos conservadores que viram os seus valores desnaturalizados já foi abordada, em maior ou menor grau, pela literatura sobre políticas antigênero (e.g. Corredor, 2019; Garbagnoli, 2016; Lavizzari, 2019, Kováts & Põim, 2015; Wehrle, 2019; Wilkinson, 2022). Por exemplo, a partir de uma pesquisa etnográfica conduzida no México, Anne Wilkinson (2022) abordou essa questão analisando três registros de insegurança (existencial, epistêmico e ontológico⁴³) que permeiam o ativismo antigênero de diferentes pessoas e grupos sociais. O diferencial da análise construída neste capítulo em relação a outras presentes na literatura é o destaque dado aos aspectos psicológicos desse sentimento de insegurança, em paralelo a sua conexão com processos macrosociais e históricos de média e longa duração.

Existe uma temporalidade média, já bastante explorada na literatura, que remonta ao surgimento das primeiras discussões sobre os perigos da *agenda de gênero* no mundo católico ao final da década de 1990. Por outro lado, existe também uma temporalidade longa, geralmente ignorada ou omitida, que está relacionada à emergência da modernidade enquanto um fenômeno globalizante. A modernidade abrange séculos de história (ao menos desde fins do século XVII) e se caracteriza como um período de intensas transformações na forma como a humanidade se relaciona com a natureza, o conhecimento e a organização da vida social. Um de seus aspectos mais relevantes é a disseminação de instituições e valores sociais liberais que, no campo da sexualidade, significou a valorização sociopolítica da liberdade e da diversidade humana – algo que facilitou a pluralização de expressões, identidades e comunidades sexuais (Weeks, 2007). No entanto, a modernidade é também um período de conflitos, contradições e paradoxos. O constante movimento de transformação também produz vulnerabilidades que produzem ou amplificam um sentimento de insegurança ontológica (Giddens, 1991). Ao definir o *gênero* como uma ideia que coloca em jogo a segurança do ser, o movimento antigênero defende um vínculo entre natureza e tradição que entra em choque com o movimento incessante de transformações característico do mundo moderno.

É importante ressaltar que não se trata de um conflito entre temporalidades, mas sim de modos de vida e organização social que são mais ou menos preponderantes em diferentes

⁴³ É importante destacar que a definição de Wilkinson (2022) de “insegurança ontológica” é diferente daquela utilizada neste trabalho e foi construída a partir de outros referenciais teóricos e conceituais, demonstrados no presente capítulo. Os três registros de insegurança (existencial, epistêmico e ontológico) desenvolvidos pela autora estão relativamente contidos na noção de insegurança ontológica proposta por Giddens (1990, 1991) e revista por Kinnvall (2004).

momentos da história. A constância da transformação social coloca em questão, ou mesmo risco, a estabilidade dos modos mais tradicionais de existência no mundo. Apesar de envolver narrativas sobre passado e futuro, o conflito em torno dessa questão acontece no tempo presente, sendo parte da modernidade e não um desvio dela. Dessa maneira, é um erro enquadrá-lo como um confronto entre forças do passado (retrocesso) e do presente/futuro (progresso). De fato, existe um sentido nativo entre alguns grupos conservadores que, movidos por um sentimento de nostalgia, definem o tradicional como uma força oriunda do passado. Contudo, a tradição seria uma manifestação ancestral de valores do passado perpetuados ao longo da história – ela não é arcaica ou retrógrada, mas sim reveladora de uma verdade atemporal e transcendente. Para esses grupos, a verdade contida na tradição estaria sob ataque de uma agenda “progressista” em voga no presente, colocando em risco a sua continuidade e, por conseguinte, a sua existência no futuro.

Portanto, foi a partir dessa leitura teoricamente orientada de processos históricos (locais e globais) que as discussões sobre a oposição às políticas de gênero e sexualidade e a emergência do movimento antigênero brasileiro se desenrolaram neste capítulo. Ao longo dele, foram apresentadas informações e materiais que contam a história desse fenômeno, dando ênfase a seu aspecto ontológico e motivacional relacionado aos sentimentos de insegurança e ansiedade perante o sentido da existência. Tendo isso em vista, algumas mensagens empíricas e teóricas são importantes para a sua compreensão e podem ser sintetizadas nos seguintes pontos:

1. No Brasil, as tensões em torno das normas e valores sexuais são antigas e fazem parte da história moderna do país. Por exemplo, essa foi uma questão que ganhou proeminência durante o regime militar que endossou políticas tradicionalistas. Contudo, uma dinâmica de conflitos sociais se intensificou a partir da década de 1990, após a Constituinte, no momento em que o Estado brasileiro passou a assimilar as demandas dos movimentos feministas e LGBTI+, em paralelo à crescente aceitação social da diversidade sexual e de gênero. Ao longo dos anos 2000, presenciamos a consolidação de um arcabouço de propostas políticas em gênero e sexualidade no Brasil. Reagindo a isso, grupos conservadores, sobretudo católicos e evangélicos, começaram a se mobilizar nacionalmente para barrar a institucionalização dessas políticas.
2. Desde esse período, as narrativas expressas pelos grupos opositores às políticas de gênero e sexualidade já enquadravam essa questão como um problema de ordem ontológica. Isto é, um problema relacionado à natureza do ser humano, da identidade de

homens e mulheres, e do propósito do ato sexual. Desviar a sexualidade de sua verdadeira natureza, por meio da normalização da homossexualidade e/ou outras desordens, colocaria em perigo a segurança das pessoas em relação a sua própria identidade sexual, gerando caos, desordem e desestruturação. Em última instância, a negação da natureza e da identidade sexual colocaria em risco a própria sobrevivência da humanidade.

3. Apesar de ter surgido pela primeira vez ao final dos anos de 1990, nas redes católicas internacionais, a incorporação definitiva da noção de *ideologia de gênero* por movimentos conservadores brasileiros ocorreu somente no início da década de 2010. O surgimento de um movimento antigênero, propriamente dito, se deu poucos anos depois, no período de 2014-2015, quando milhares de pessoas se manifestaram contra a implementação do *gênero* nas políticas de educação. Nesse período, ocorreram centenas de protestos nas casas legislativas de todo o país, popularizando o uso desse termo entre os opositores das políticas de gênero e sexualidade, em especial no campo da direita política. A partir desse momento, o movimento antigênero se manteve mobilizado nacionalmente, produzindo novas narrativas de oposição às mudanças nas normas e valores sexuais, para além de fortes entraves políticos à institucionalização das demandas por direitos sexuais e reprodutivos em nível nacional.
4. A incorporação da noção de *ideologia de gênero* não foi um simples *rebranding* de conflitos antigos e já conhecidos na arena política. Reconhecer a ameaça do *gênero* representou mudanças significativas na forma como os grupos opositores às políticas de gênero e sexualidade interpretam o cenário político, os personagens envolvidos e suas motivações. Ao reorganizar o campo interpretativo, o *gênero* possibilitou a canalização do sentimento de insegurança ontológica em um objeto e sentido comum, agora compartilhado por uma multiplicidade de atores, permitindo condições de inteligibilidade que favoreceram a constituição de um contramovimento. Desse modo, se mobilizar contra o *gênero* é uma forma de securitização da subjetividade perante as ameaças da dissolução da identidade sexual, da desestruturação da realidade e da perda de propósito na existência.

Capítulo 3

Mapeando atores, relações e mundos no movimento antigênero brasileiro

3.1 Conhecendo o movimento antigênero e seus mundos

No momento em que manifestações contra a *ideologia de gênero* nos planos de educação eclodiram, em junho de 2015, se tornou evidente que havia um grande engajamento, até então inédito, de uma pluralidade de organizações, grupos e pessoas em uma causa com forte apelo popular. De fato, não era a primeira vez que coalizões amplas eram formadas em oposição às políticas de gênero e sexualidade no Brasil. No entanto, as mobilizações contra o *gênero* produziram transformações relacionadas a amplitude, capilaridade e constância dessa oposição, conferindo características movimentistas a sua atuação política, como descrito nos capítulos anteriores. Lutar contra o *gênero* se tornou uma causa permanente na qual grupos e pessoas com diversos perfis (religioso, ideológico, socioeconômico, etc.) se engajam de modo espontâneo ou planejado, permanente ou esporádico, em grandes campanhas nacionais ou em ações de impacto local.

Como relatado por Allysson Vasconcelos, um dos membros do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO) que contribuíram com a pesquisa, o tamanho das mobilizações de 2015 pegou de surpresa a maioria das pessoas. Ao chegar na Câmara Municipal de São Paulo para protestar contra a *ideologia de gênero* no plano de educação, os membros do instituto se depararam com uma participação muito acima do habitual. Em suas palavras: “para nossa surpresa, quando nós chegamos à Câmara, ela já estava tomada por pessoas que, meio que espontaneamente, já foram lá sem uma organização maior”⁴⁴. Se antes o instituto participava praticamente sozinho de protestos relacionados a essa temática, naquele momento era notável a pluralização de pessoas e organizações engajadas em novas formas de ativismo conservador. A ameaça do *gênero* produziu um novo senso de urgência que aliou grupos antes pouco alinhados ou mesmo divergentes. Por exemplo, igrejas e lideranças evangélicas, historicamente combatidas pelo tradicionalismo católico, passaram a ser reconhecidas como aliadas indispensáveis na luta contra a infiltração do *gênero* na educação.

A capacidade aglutinadora das narrativas e mobilizações antigênero vem sendo notada há algum tempo por analistas e acadêmicas/os de diferentes países (Corrêa, 2020; Corredor, 2019; Kováts & Põim, 2015; Kuhar & Paternotte, 2017). Essa não é uma característica singular

⁴⁴ Allysson relatou que participou junto com o IPCO do primeiro protesto contra a presença da Judith Butler no Brasil, em outubro de 2015, enquanto ela palestrava no SESC Vila Mariana. Naquele momento, participaram em torno de vinte pessoas de um protesto quase que simbólico – dentre elas Gil Diniz, eleito deputado estadual em 2018, o então “Carteiro Reaça”. Dois anos depois, uma nova vinda de Judith Butler ao Brasil foi acompanhada por protestos desde a sua chegada no aeroporto. Durante a sua palestra no SESC Pompeia, em novembro de 2017, aos gritos de bruxa, algumas dezenas de manifestantes queimaram uma boneca com o rosto da filósofa.

à realidade brasileira e nem uma inovação local. Em 2012, durante os protestos da *La Manif Pour Tous* contra o casamento homoafetivo na França, a *teoria do gênero* se tornou alvo de ataques protagonizados por uma ampla coalizão de grupos religiosos e seculares (Stambolis-Ruhstorfer & Tricou, 2017). Naquele momento, os atos congregaram pessoas de diferentes perspectivas ideológicas e religiosas – do catolicismo ao islamismo, da direita conservadora secular ao conservadorismo de grupos socialistas tradicionais. Outro exemplo mais recente, em 20 de setembro de 2023, milhares de pessoas protestaram contra a *ideologia de gênero* no *1 Million March 4 Children* que ocorreu, de forma simultânea, nas principais cidades canadenses. Novamente, grupos anteriormente antagônicos, como as organizações cristãs conservadoras e a comunidade islâmica, deixaram as diferenças de lado e se aliaram para combater um mal maior.

Um relatório publicado pela Global Action for Trans Equality (GATE), em 2022, produziu um mapa do movimento antigênero no Reino Unido a partir da análise da atuação de um variedade de atores (como ativistas, jornalistas, parlamentares, institutos, igrejas, etc.) engajados em campanhas contra políticas destinadas às pessoas trans. Através de uma metodologia de análise de redes, foi construído um grafo que evidenciou as conexões existentes entre diferentes grupos de ativismo antigênero (GATE, 2022). É interessante notar que esse mapeamento não identificou apenas redes conservadoras (religiosas e seculares) na teia de relações, mas também ativistas e organizações feministas radicais que defendem políticas antigênero em contraposição ao ativismo trans. Apesar da noção de *ideologia de gênero* ter se originado no catolicismo e ganhado importância no universo conservador, isso não impediu a sua constante resignificação ao longo do tempo e sua inesperada difusão entre atores ideologicamente divergentes.

Não é possível falarmos em único movimento antigênero. Na prática, existe uma variedade de mundos em interação por meio de ações coletivas, alguns alinhados às premissas originais do tradicionalismo católico, outros apenas parcialmente convergentes. A confluência de interesses e valores canalizada pelas mobilizações contra o *gênero* oportunizou a constituição de novos elos relacionais entre esses mundos, conectando-os em uma rede de maior abrangência – ou em um universo próprio. Portanto, para conhecer o movimento antigênero brasileiro de forma mais aprofundada se fez necessário o encontro com uma pluralidade de atores e perspectivas, principalmente para além dos grupos católicos e evangélicos já bem analisados pela literatura (e.g. Corredor, 2019; Faúndes, 2019; Machado, 2018; Junqueira, 2022). Todavia, antes de uma descrição mais detalhada desse universo e seus mundos, cabem

alguns breves comentários de caráter teórico e metodológico sobre os caminhos percorridos para a construção do mapa relacional.

3.1.1 Uma imersão através da internet

Uma parcela significativa da imersão de pesquisa no universo antigênero se deu através ou mediado pela internet. A pesquisa virtual, conduzida de modo sistemático e cotidiano, propiciou o contato com uma multiplicidade de informações que ainda são pouco exploradas pela literatura, principalmente pelas dificuldades de acesso e localização. Por meio dela, barreiras temporais e espaciais foram transpostas, facilitando a obtenção de conteúdos produzidos por pessoas de diferentes regiões do país, seja no passado já distante, no momento recente ou mesmo em tempo real. Paralelamente, foi também uma ferramenta de comunicação que mediou interações e diálogos com pessoas que se disponibilizaram para contribuir com a pesquisa. Apesar desse potencial para o levantamento de informações de pesquisa, a internet é uma fonte praticamente inesgotável e pode se tornar uma imensidão inapreensível quando mal utilizada. É necessário um cuidado metodológico, alinhado ao problema de pesquisa, com o refinamento das buscas, o arquivamento adequado de materiais considerados relevantes e a organização de um arquivo para as análises posteriores⁴⁵.

As reflexões sobre uma etnografia da internet feitas por Christine Hine (2015) foram importantes suportes para a condução da pesquisa virtual. De acordo com ela, os pressupostos teóricos e metodológicos da etnografia podem ser utilizados em pesquisas conduzidas parcial ou integralmente através da internet. Ser virtual não torna um campo menos “real”, pois a internet é também um território de produção e interação cultural. Inclusive, as fronteiras entre o online e o offline não são fixas, nem bem definidas, tendo em vista que a internet se tornou uma tecnologia acoplada a todas as esferas da vida social, indispensável para a imensa maioria das pessoas e naturalizada no cotidiano (Hine, 2015). Neste sentido, o fazer etnográfico pode ser integrado à pesquisa virtual por meio da incorporação de um olhar relativista, da flexibilidade pessoal e da escrita de notas de campo, que se somam ao arquivamento de documentos e outros registros de pesquisa na internet. Em acordo com uma perspectiva

⁴⁵ O contexto da pandemia de Covid-19 teve um papel importante na construção das estratégias de pesquisa virtual. Já era prevista uma etapa de levantamento de documentos e informações pela internet, anterior ao trabalho de campo e às entrevistas presenciais. No entanto, com a impossibilidade da proximidade física por motivos de segurança sanitária, se tornou imprescindível o aprofundamento e a qualificação metodológica da pesquisa virtual, abrindo novas possibilidades para o levantamento de informações e a interação com o campo, agora não dependentes do contato presencial.

etnográfica (como descrito no capítulo 1), pesquisar na internet não é um fazer impessoal de extração de informações, mas sim um processo dinâmico e reflexivo que envolve a constante readaptação metodológica e o esforço de interpretação de múltiplos artefatos culturais dispersos no ambiente virtual.

Iniciado em julho de 2019, o primeiro momento de imersão e exploração virtual ocorreu por meio de um “acesso de mão única”, isto é, a visualização e coleta de informações sem qualquer tipo de interação com as pessoas envolvidas. Inicialmente isso ocorreu de forma pouco sistemática, consistindo em uma varredura cotidiana por tudo que era publicado sobre o assunto. Diversos materiais coletados foram encontrados em navegações cotidianas não planejadas ou compartilhados por pessoas conhecidas ou seguidas nas redes sociais. Em paralelo, duas etapas de pesquisa virtual, realizadas de março de 2020 a maio de 2022, seguiram um roteiro mais estruturado. A primeira foi o levantamento de informações por meio da ferramenta Google Alerts, configurada para mostrar uma vez por semana as mais recentes notícias que citassem o termo “ideologia de gênero”. Após uma leitura inicial, as notícias consideradas por mim mais relevantes (por relatarem eventos de grande impacto político ou trazerem elementos novos para pesquisa) eram compiladas e catalogadas em um documento onde eram registradas informações que poderiam ser úteis para as análises – mais especificamente: data, temática, descrição de eventos, pessoas e grupos mencionados, e outras informações relevantes. A segunda etapa de pesquisa mais estruturada foi um levantamento semanal de vídeos publicados no YouTube. A busca era ordenada por data de publicação (vídeos mais recentes, última semana), permitindo o acesso a todos os vídeos publicados nos últimos sete dias. Isso garantiu o acesso ao conteúdo produzido não apenas por organizações ou lideranças influentes, mas também por pequenos grupos, ativistas locais e pessoas comuns. Um processo de catalogação semelhante ao levantamento anterior foi aplicado.

Os vídeos do YouTube foram fontes primárias fundamentais por permitirem o acesso a uma ampla gama de informações sobre a atuação de pessoas que estavam engajadas em algum tipo de ativismo antigênero. Por exemplo, um dos primeiros entrevistados foi identificado em uma *live* realizada em maio de 2020⁴⁶. O jovem católico Luís Tourinho auxiliava na mediação de um debate sobre a *ideologia de gênero*, organizado pelo Centro Dom Bosco, com a presença de lideranças católicas. Após algumas conversas por email e WhatsApp, ele se dispôs a contribuir com a pesquisa, participando de uma entrevista. Outro exemplo foi a descoberta da campanha *No Corpo Certo* a partir de uma *live* feita em agosto de 2020. A porta-voz da

⁴⁶ Centro Dom Bosco (28/05/2020), “Ideologia de gênero - Pe. José Eduardo e Chris Tonietto”. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=9oywkAsaD_k.

campanha, Eugenia Rodrigues⁴⁷, foi bastante solícita desde o primeiro contato, contribuindo com uma entrevista e me indicando para outras pessoas que também atuam nessa temática e são próximas a ela.

Desse modo, a partir das informações obtidas em diversas fontes, foi possível caminhar para um segundo momento de pesquisa na internet, marcado por um “acesso de mão dupla”, isto é, pela interação e o diálogo com pessoas identificadas no levantamento virtual. A maioria dos diálogos de pesquisa (sejam entrevistas ou conversas informais) foram iniciados ou realizados integralmente por meio de plataformas virtuais, sobretudo devido a muitas dessas pessoas viverem em diferentes regiões do Brasil e, em alguns casos, em outros países. Mais relacionadas à análise das narrativas do movimento antigênero, os procedimentos de condução das entrevistas serão descritos em maiores detalhes no capítulo seguinte.

Desse modo, ocorreram também momentos de passagem do online para o offline, quando foi realizado o trabalho de campo em locais onde as pessoas e grupos que se engajaram contra o gênero estão presentes (como em igrejas católicas e evangélicas, em protestos de rua, em sedes de grupos e organizações, etc.), junto a diálogos e entrevistas presenciais. O trabalho de campo facilitou o encontro com pessoas que, de início, respondiam negativamente aos contatos feitos pela internet – por motivos como incompreensão dos objetivos da pesquisa, falta de confiança com alguém desconhecido e indisponibilidade de tempo. Tais interações face a face permitiram experiências distintas daquelas obtidas no ambiente virtual, para além da coleta de informações que se mostraram acessíveis unicamente por meio da presença em lugares e eventos – o convencional e, por vezes, imprescindível “estando lá” [*being there*] do fazer etnográfico (Rhodes, 2017).

Trocar experiências e dialogar diretamente com pessoas engajadas em algum tipo de ativismo antigênero me permitiu entender melhor não apenas como diferentes mundos sociais convergem em torno de uma causa comum, mas também as particularidades de cada rede, os conflitos intergrupais e as divergências ideológicas existentes. Não é incomum que, publicamente, um contramovimento busque enfatizar sua unidade perante inimigos e ameaças, dando poucos indícios sobre as dinâmicas relacionais conflitivas e os dilemas internos que o constituem em toda sua complexidade. Os diálogos realizados com as pessoas implicadas complementaram as informações obtidas pela pesquisa de “mão única”, favorecendo a construção de um mapa mais completo sobre como o movimento antigênero brasileiro concilia seus diferentes mundos em um universo próprio de ação coletiva. No Quadro 2, está contida

⁴⁷ *No Corpo Certo* (17/08/2020), “Live com a professora Mariza Nobre - Parte 2: identidade de gênero, ideologia de gênero e escolas”. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=PdKP-qTMU8U>.

uma síntese dos caminhos e procedimentos de levantamento de informações descritos ao longo deste tópico.

Quadro 2 - Síntese dos caminhos e procedimentos de pesquisa para o levantamento de informações sobre o movimento antigênero brasileiro

Caminho	Procedimento	Informações registradas
Pesquisa de mão única (levantamento de documentos na internet)	Navegações cotidianas e não planejadas	- Eventos importantes e data de ocorrência
	Levantamento semanal de notícias (via Google Alert)	- Temáticas e descrição dos eventos
	Levantamento semanal de vídeos publicados no YouTube	- Pessoas e grupos engajados - Outras informações relevantes
Pesquisa de mão dupla (interações e diálogos)	Conversas e diálogos informais (online e presencial)	- Revisão das informações obtidas no levantamento virtual
	Entrevistas (online e presencial)	- Perguntas sobre avaliações e as relações entre diferentes grupos
	Trabalho de campo e visitas presenciais	- Informações relevantes desconhecidas

Fonte: Elaboração própria.

3.1.2 Um mapa relacional do universo antigênero no Brasil

No dia 21 de junho de 2023, aconteceu a audiência pública “Infância plena: consequências, riscos, ajustamentos e intervenções” na Câmara dos Deputados⁴⁸. Este evento, que denunciou os perigos da *ideologia transgênero* e das intervenções médicas em menores de idade (crianças e adolescentes), exemplifica bem o entrecruzamento de diferentes redes de atores que passam a se relacionar através do engajamento nas mobilizações antigênero. A audiência foi convocada pela deputada federal Francine Bayer (pelo Rio Grande do Sul), do partido Republicanos e vinculada à Igreja Internacional da Graça de Deus (de orientação pentecostal), e contou com o apoio de parlamentares e organizações de variadas perspectivas ideológicas e religiosas. Como visto nas exposições das pessoas convidadas, um dos principais objetivos da audiência foi denunciar os trabalhos desenvolvidos pelo ambulatório trans do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, o primeiro do país a se especializar no atendimento a crianças e adolescentes.

⁴⁸ Todas as suas informações referentes à audiência (requerimento, vídeo na íntegra, ata, etc.) estão disponíveis no portal da Câmara dos Deputados. Recuperado de <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/68634>.

Apesar da participação ativa de lideranças parlamentares católicas e evangélicas no debate, a mesa foi composta integralmente por pessoas que não possuem um ativismo religioso evidente, a partir de uma curiosa convergência entre especialistas vinculados ao campo conservador e feministas radicais – como, por exemplo, Raphael Sanzio, assumido discípulo de Olavo de Carvalho e divulgador de ideias antifeministas, e Eugenia Rodrigues, representante da No Corpo Certo, uma campanha que compartilha conteúdos feministas de crítica à opressão patriarcal. Mesmo com visões de mundo diametralmente opostas, há uma causa em comum que apazigua antigos e novos antagonismos, possibilitando a formação de relações e redes políticas. Para tais pessoas, essas alianças não são incoerentes ou contraditórias, pois os danos à infância causados pelo *gênero* são urgentes e demandam uma ação imediata de toda e qualquer pessoa que se sensibilize com a causa.

Parte fundamental do estudo de um movimento é compreender as redes, campos e relações que o conformam (Diani, 1992, 2003; Crossley & Diani, 2019). Aqui nos deparamos com duas metáforas espaciais utilizadas para descrever as relações estabelecidas entre diferentes atores sociais. Primeiro, a noção de redes ilustra visualmente um emaranhado de relações entrelaçadas, que se organizam por meio de “nós” (pessoas ou organizações), “laços ou vínculos” (relação entre dois ou mais nós) e “fronteiras” (delimitação de um agrupamento). No estudo de movimentos sociais, o conceito de redes nos auxilia a entender melhor como pessoas e organizações estão conectadas através de relações e vínculos que dão vida a um determinado movimento. Segundo, a noção de campo demonstra a existência de espaços relacionais que indicam relações de proximidade ou distância entre um conjunto de atores, delimitando o contorno das fronteiras entre distintas redes. Ao longo da pesquisa, foi fundamental entender a existência de diferentes campos de ativismo antigênero – que se aproximam, às vezes de modo pouco intuitivo, e produzem uma nova rede que os engloba em um contramovimento (Corredor, 2021; Meyer & Staggenborg, 1996).

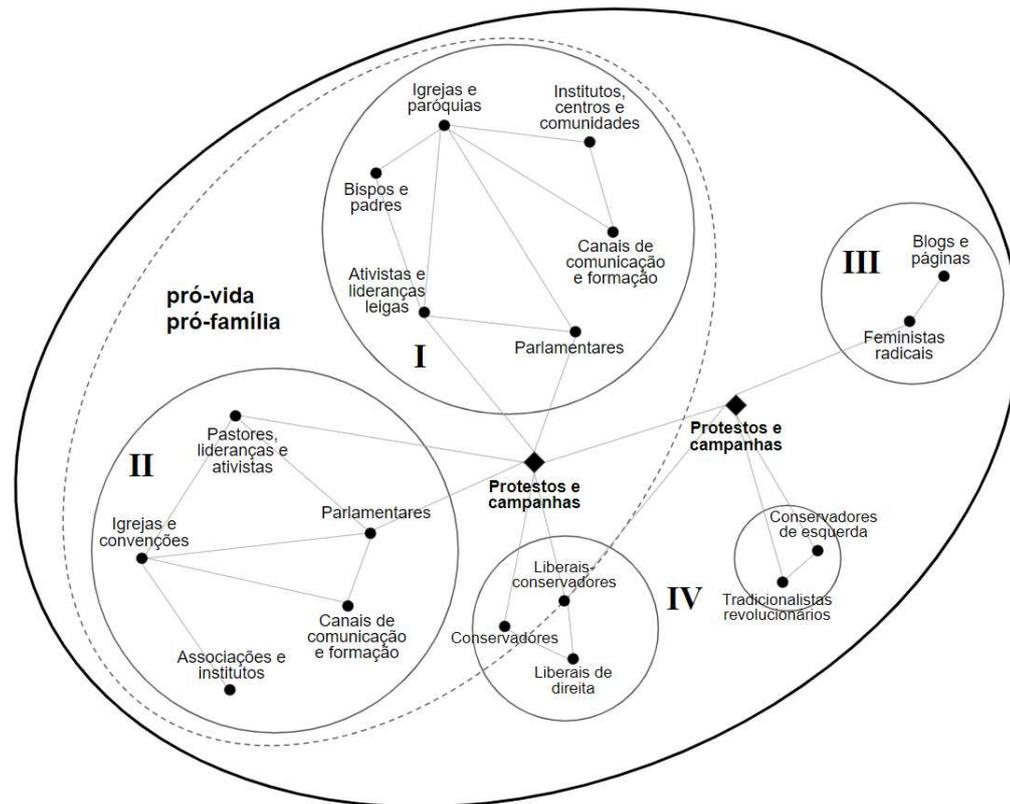
Fazendo uma transposição de metáforas, optei por intitular os campos de ativismo antigênero de “mundos”, que juntos fariam parte de um universo específico de relações. O conceito de mundo é utilizado por abordagens interacionistas de pesquisa social para descrever uma perspectiva, visão ou mentalidade compartilhada socialmente, ou um conjunto de relações que conformam uma realidade social. De acordo com Tamotsu Shibutani (1955), um mundo social é uma entidade abstrata que atua como um ponto de referência sobre como as pessoas devem se comportar e interpretar a realidade na qual vivem, moldando expectativas e padrões culturais. Um mundo social é produzido simbolicamente pelas pessoas em suas interações, assim como produz a realidade na qual elas estão inseridas. O autor enfatiza que, na

modernidade, diferentes mundos coexistem nas vidas das pessoas, seja de modo harmônico ou conflitivo. Concomitantemente, esse conceito é também empregado, com certa frequência, por teorias etnográficas e narrativas por sua capacidade de relativização da experiência e do conhecimento social, pois é impossível afirmar que todas as pessoas e comunidades vivem uma única realidade ou um mesmo mundo. O que chamamos de realidade está sempre relacionado a nossas histórias e experiências compartilhadas em mundos que são culturalmente construídos (Gubrium & Holstein, 2009). Por exemplo, quando nos encontramos em um ambiente cultural ao qual temos pouca ou nenhuma familiaridade, não é incomum dizermos “parece que estou em outro mundo”.

Neste sentido, a escolha da metáfora dos “mundos” de um “universo antigênero” foi teoricamente orientada e não acidental. A partir disso, buscou-se dar ênfase não apenas a formação de campos de interesse ou de mútuo reconhecimento, como concebido na teoria sociológica dos campos (Crossley & Diani, 2019), mas também ao caráter culturalmente construído e simbolicamente mediado desse conjunto relacional de atores (Jasper & Polletta, 2019; Somers, 2004; Wedeen, 2002). Pertencer a um campo não é somente uma escolha racional vinculada a um interesse político bem definido. Muito mais do que isso, é compartilhar com outras pessoas uma experiência cultural que molda as suas vidas subjetivas – suas identidades, visões de mundo, histórias de vida, ideias políticas, expectativas para o futuro, etc. Como reafirmado em várias entrevistas, a participação em ações contra o *gênero* é uma parcela (por vezes pequenas) da vida dessas pessoas, que estão implicadas socialmente em outras causas por propósito maior. Cada pessoa com a qual dialoguei me apresentou um mundo de histórias, ideias e experiências que contextualizam ou mesmo justificam o engajamento delas em ações antigênero.

A definição desses campos, ou o que aqui intitulo de mundos, se deu a partir de dois procedimentos de pesquisa que ocorreram de forma simultânea. O primeiro foi a inferência por meio da análise das informações obtidas na pesquisa virtual e das discussões já disponíveis na literatura. O segundo foi perguntar diretamente para as pessoas entrevistadas como elas entendiam seus próprios lugares de pertencimento e as relações estabelecidas com grupos que eram aliados na causa, mas que não compartilhavam da sua visão de mundo. Desse modo, foi possível construir um mapa relacional do movimento antigênero brasileiro (ilustrado na Figura 4), elaborado a partir da interpretação das informações obtidas nas pesquisas de “mão única” e “mão dupla”. Esse mapa tem como finalidade facilitar a visualização e a compreensão das redes que compõem esse movimento, destacando seus mundos e as relações estabelecidas entre diferentes atores.

Figura 4 - Mapa relacional do movimento antigênero brasileiro



Nota: Cada número romano representa um mundo ou bloco analítico. I - mundo católico, II - mundo evangélico, III - mundo feminista radical e IV - outros mundos do conservadorismo.

Fonte: Elaboração própria.

É oportuno enfatizar que este mapa, da forma como foi ilustrado, possui uma função teórica e não empírica, isto é, ele não busca testar uma hipótese ou ser replicável, mas sim demonstrar um modo específico de interpretação do movimento antigênero. De caráter heurístico, seu objetivo principal é evidenciar a complexidade e diversidade interna desse movimento, em contrapartida às leituras que o tornam excessivamente homogêneo ou internamente opaco. Trata-se também de um retrato localizado temporal e espacialmente. O movimento antigênero certamente não se manterá estático no tempo e suas redes podem mudar em amplitude e diversidade com a emergência de novos atores ou a reorganização interna de suas redes. Por ser restrito a uma realidade nacional, este mapa representa unicamente a realidade brasileira e suas particularidades – por exemplo, com a ausência de grupos religiosos e seculares que são protagonistas nas mobilizações antigênero em outros contextos nacionais.

Foram divididos quatro blocos de análise que representam mundos que compõem o universo do ativismo antigênero. Os três primeiros blocos representam mundos específicos – no caso, (I) católico, (II) evangélico e (III) feminista radical – que merecem uma maior atenção

por sua relevância na conformação do movimento. O quarto e último bloco se configurou como um agregado de dois mundos que estão vinculados a perspectivas de conservadorismo político que coexistem, mesmo que de modo contraditório. Em específico, (a) os grupos conservadores que se vinculam a posições liberais, especialmente na esfera do pensamento econômico, e (b) os grupos que defendem valores conservadores, mas assumem uma postura antiliberal e anti-imperialista.

Em relação às linhas de proximidade e distância, foi desenhado um campo “pró-vida e pró-família” que engloba os mundos católico, evangélico e parte do mundo conservador de tradição liberal. Trata-se de uma rede de atores que preexiste ao movimento antigênero a partir do campo das direitas e atua na defesa dos valores tradicionais – de modo mais específico, na oposição ao direito à interrupção voluntária da gravidez e ao casamento homoafetivo. Diversos trabalhos já abordam a constituição dessas redes “pró-vida e pró-família”, principalmente com foco no conservadorismo cristão (e.g. Cowan, 2021; Pereira, 2018; Rocha, 2020), mas também abarcando as suas articulações com o ativismo antigênero (e.g. Biroli et al., 2020; Lavizzari, 2019; Silva, 2022, Vaggione, 2012). O que está fora desse campo são os grupos (de direita e esquerda) que divergem da perspectiva conservadora-cristã, principalmente por assumirem valores sociais liberais em relação à homossexualidade. Cabe destacar que tais grupos são ainda sub-representados nas análises contemporâneas sobre o movimento antigênero por terem uma atuação menos expressiva ou numerosa, ao menos na atualidade. No entanto, sua existência é relevante por demonstrar a diversificação desse ativismo a partir de uma pluralização ideológica, nem sempre harmônica. Nos próximos tópicos, realizarei uma descrição mais detalhada de cada um desses mundos e suas dinâmicas relacionais no universo antigênero.

3.2 Pioneirismo e tradição intelectual no mundo católico

Não é novidade que o repúdio ao conceito de gênero se iniciou no catolicismo por meio da atuação de grupos de leigos, sobretudo vinculados ao tradicionalismo, e da própria hierarquia católica (e.g. Corredor, 2019; Faúndes, 2019; Junqueira, 2022; Machado, 2018). Ainda nos dias atuais, lideranças católicas são protagonistas nos protestos contra a *ideologia de gênero* em todo o mundo e responsáveis pela produção de grande parte da literatura publicada sobre o assunto. No Brasil, o catolicismo foi pioneiro na divulgação de narrativas antigênero para um público mais amplo e teve um papel primordial na mobilização das primeiras campanhas (Aragusuku, 2018; Corrêa & Kalil, 2020; Silva, 2022). Apesar de ser uma denominação religiosa unitária, centralizada por uma doutrina e uma estrutura eclesial milenar, existem diversos setores da

Igreja Católica que divergem, na medida do possível, em uma variedade de temáticas. Como afirmado por Frederico Viotti, diretor do IPCO entrevistado, o catolicismo é uma “unidade na diversidade” que engloba diferentes grupos e posições, muito para além de sua estrutura formal. Por exemplo, a primeira elaboração intelectual da oposição ao *gênero* não é uma formulação própria da hierarquia católica ou do Vaticano, mas sim uma reflexão autoral de uma liderança leiga atuante no movimento pró-vida estadunidense.

Como já abordado no capítulo 2, Dale O’Leary foi responsável pela produção da primeira discussão mais sistemática sobre as ameaças do *gênero* à segurança da identidade sexual. Primeiramente, ela escreveu um artigo que circulou na Conferência de Beijing (O’Leary, 1995) e ganhou grande notoriedade nos círculos católicos. As discussões presentes nesse artigo foram posteriormente ampliadas no livro *The Gender Agenda: Redefining Equality* de 1997, onde foi apresentado um balanço dos resultados da Conferência de Beijing e reafirmado os perigos do uso do conceito de *gênero* nas agendas governamentais. A tese de O’Leary (1995, 1997) se fundamenta na ideia da existência de um “feminismo de gênero” – formulada inicialmente por Christina Hoff Sommers (1994) em sua defesa de um feminismo liberal clássico – que teria dominado (e deturpado) o movimento feminista pós-1960 a partir de uma agenda marxista de revolução sexual. Muito prontamente, as formulações precursoras de O’Leary logo se tornaram a base para a escrita de outros textos⁴⁹.

Por exemplo, em 1998, o Bispo Óscar Alzamora Revoredo assinou um texto para a Conferência Episcopal Peruana intitulado “Ideología de género: sus peligros y alcances”, que sintetizou as discussões presentes no artigo inaugural de O’Leary. Em 2003, esse texto foi republicado no *Lexicon: Termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas*, organizado pelo Pontifício Conselho para Família, órgão do Vaticano responsável pela promoção de orientações doutrinárias. O *Lexicon* era um dicionário de verbetes (ao todo, 77 distribuídos em torno de mil páginas) sobre temas emergentes considerados polêmicos pela Igreja. O termo “gênero” foi incluído nas palavras-chave de oito textos, sendo abordado de modo central por três deles (Pontifical Council for the Family, 2006). Com essa obra, a noção de *ideologia de gênero* se consolidou no vocabulário católico em escala global, passando a ser gradualmente incorporada nas realidades locais.

⁴⁹ É importante ressaltar que as ideias de O’Leary seguiram princípios doutrinários já bem estabelecidos pelo Vaticano em sua Teologia do Corpo, difundida pelo Papa João Paulo II nos anos de 1980. Para o catolicismo, a existência humana está ontologicamente fundada no dimorfismo sexual e na missão espiritual da procriação. O’Leary foi identificada como integrante da Opus Dei por parte da literatura (e.g. Junqueira, 2018) a partir de uma entrevista por ela concedida em 2000. Contudo, essa é a única fonte disponível em domínio público sobre esse fato, não sendo possível afirmar se ela se manteve vinculada à Opus Dei.

Mesmo antes da publicação do *Lexicon*, o Vaticano já indicava a sua oposição ao *gênero* em documentos oficiais. Em julho de 2000, o Pontifício Conselho da Família alertou no documento *Família, Matrimônio e “Unões de Fato”* que a *ideologia de gênero* era uma nova ameaça que não podia ser subestimada. Apesar de não haver uma citação direta, é evidente que os argumentos de O’Leary estavam sendo oficialmente reproduzidos, e reconfigurados, pelo próprio governo da Igreja. Para o Vaticano, em cumplicidade com a “antropologia individualista do neo-liberalismo radical”, a *ideologia de gênero* servia de instrumento para a desfiguração da instituição sagrada do matrimônio, sobretudo para a defesa das uniões homossexuais (Pontifical Council for the Family, 2000). Após duas décadas, esta continua sendo a posição da Igreja, expressa, por exemplo, em falas do Papa Francisco (Junqueira, 2022). Mais recentemente, no documento *“Homem e Mulher os Criou”*: Para uma via de diálogo sobre a questão do *gender na educação*, publicado pela Congregação para a Educação Católica (2019), a despeito do reconhecimento de diálogos possíveis com a *teoria de gênero*, foi mantida a defesa de uma natureza sexual estritamente associada à união entre um homem e uma mulher com o propósito da procriação.

Desse modo, no momento em que a Igreja Católica brasileira – padres, bispos e a própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – se mobilizou para barrar a *ideologia de gênero* nos planos de educação em 2015, já estava consolidada no Vaticano uma posição contra a disseminação do conceito de gênero nas instituições governamentais em todo o mundo. A nota do órgão máximo do catolicismo no Brasil, de junho daquele ano, deixa explícito o princípio doutrinário que unifica o mundo católico nessa seara:

O pressuposto antropológico de uma visão integral do ser humano, fundamentada nos valores humanos e éticos, identidade histórica do povo brasileiro, é que deve nortear os Planos de Educação. A ideologia de gênero vai no caminho oposto e desconstrói o conceito de família, que tem seu fundamento na união estável entre homem e mulher. A introdução dessa ideologia na prática pedagógica das escolas trará consequências desastrosas para a vida das crianças e das famílias. [...] A ausência da sociedade civil na discussão sobre o modelo de educação a ser adotado fere o direito das famílias de definir as bases e as diretrizes da educação que desejam para seus filhos (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2015).

Contudo, sendo uma “unidade diversa”, existem variações no modo como essa contraposição se materializa e nem todos os grupos católicos concordam entre si. Alguns setores do catolicismo consideram que o conceito de gênero possui contribuições que amparam a atuação de movimentos sociais na luta por igualdade e justiça, apresentando ressalvas apenas a sua versão “radicalizada”. A própria CNBB, historicamente engajada em causas sociais, possui

uma postura vacilante que desagradou os setores tradicionalistas. Em 2021, a CNBB promoveu a Campanha da Fraternidade Ecumênica, junto a outras igrejas cristãs, com a temática “Fraternidade e diálogo: compromisso de amor”. A proposta da campanha era fomentar práticas dialógicas em meio a um contexto de conflitos e crescentes divisões. Para além da temática, dois fatos geraram indignação entre tradicionalistas que defenderam o boicote à campanha. Sua coordenação era composta pela pastora luterana Romi Bencke, conhecida por seu ativismo em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos, e existiam menções a desigualdade de gênero e violência contra pessoas LGBTI+ no texto base da campanha⁵⁰.

É provável que a posição da CNBB de conciliação entre a doutrina da Igreja, a realidade social brasileira e o mundo moderno tenha contribuído para seu baixo protagonismo nas ofensivas contra o *gênero*, com exceção dos protestos de 2015. Curiosamente, os principais responsáveis pela difusão inicial da noção de *ideologia de gênero* no Brasil foram pessoas atuantes como leigas ou ocupantes de baixos postos na hierarquia católica, com destaque para alguns padres que se tornaram influenciadores digitais. A partir da década de 2010, clérigos como Padre José Eduardo, da Diocese de Osasco, e Padre Paulo Ricardo, da Arquidiocese de Cuiabá, se tornaram importantes divulgadores dos perigos do *gênero*. Como afirmado por Padre Paulo Ricardo durante a nossa entrevista, o chamado do Papa Bento XVI, feito em 2010, para a divulgação da doutrina católica pela internet o fez se profissionalizar no campo da comunicação virtual. De fato, foi por meio desse trabalho de evangelização online que ele ganhou destaque nacional e se tornou um dos principais propagadores de ideias católicas tradicionalistas no Brasil.

É pertinente ressaltar que Padre Paulo Ricardo, assim como Padre José Eduardo, não são tradicionalistas *stricto sensu*, se consideramos o tradicionalismo católico como uma corrente nascida sobretudo em rejeição ao Concílio Vaticano II – espaço decisório que reformou a Igreja e suas práticas na década de 1960, adaptando-as ao mundo moderno (Caldeira & Silveira, 2021). Ambos são ativos colaboradores da Canção Nova, comunidade católica brasileira pertencente ao movimento da Renovação Carismática, que trouxe elementos do pentecostalismo para a evangelização e ritualística católica. A Canção Nova também reivindica o legado do Concílio Vaticano II como um momento de renovação da Igreja, como descrito por Felipe Aquino, influente comunicador da comunidade e autor de diversas obras doutrinárias e

⁵⁰ Um interlocutor católico anônimo abordou esse assunto, dizendo se opor à forma como *bolsonaristas* se apropriaram das discussões de gênero. No mundo católico, as tensões entre progressistas e tradicionalistas são bem conhecidas e abertamente discutidas. A própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2023) produziu um documento sobre a polarização na sociedade brasileira que debateu tais tensões, apresentando duras críticas aos grupos tradicionalistas. Os conceitos de gênero e diversidade sexual foram referenciados nesse documento.

históricas, dentre elas uma sobre a *ideologia de gênero* (Aquino, 2015)⁵¹. No entanto, a despeito dos conflitos em relação ao Concílio, grupos católicos carismáticos e tradicionalistas convergem na defesa dos valores tradicionais, o que se reflete, por exemplo, na forte posição antigênero defendida pela Canção Nova. Como afirmado por Ivana Brandão, integrante da organização entrevistada, essa é uma temática importante que faz parte das atividades promovidas pela comunidade, sobretudo de orientação a jovens que se preparam para o matrimônio. É a partir do diálogo com um campo tradicionalista *lato sensu* que lideranças intelectuais como Padre Paulo Ricardo⁵² atuam e produzem pontes entre diferentes grupos no mundo católico.

Essas alianças no interior do catolicismo contra o *gênero* já eram visíveis no seminário “A Família no Centro da Política” de 2013, primeiro evento a tratar sobre a *ideologia de gênero* no parlamento brasileiro, como mencionado no capítulo anterior. Junto a Padre Paulo Ricardo, estava na mesa do evento Felipe Nery, educador católico conhecido por seu engajamento nos movimentos *pró-vida* e *pró-família*. Atuando de forma precursora no ativismo antigênero, ele ganhou protagonismo nas disputas em torno dos planos de educação, sobretudo por meio do Observatório Interamericano de Biopolítica – organização criada por ele, em 2014, para articular a oposição à *ideologia de gênero* em seus primeiros anos (Gallas & Perez, 2023; Galzerano, 2021; Machado, 2018). Na presidência do Observatório, Nery produziu vídeos e cartilhas de denúncia, conduziu seminários e participou de audiências públicas em todo o país, assim como organizou um livro que contou com um texto inédito de O’Leary (Martins Neto et al., 2016). Após a desarticulação desse grupo, ele criou o Instituto Sophia Perennis, que realizou colaborações com ativistas tradicionalistas como Allan dos Santos do Terça Livre – popular canal do YouTube, desativado em 2021, que promoveu campanhas contra o *gênero* na internet.

De acordo com Lucas Henrique, os trabalhos de Padre Paulo Ricardo e Felipe Nery inspiraram outras iniciativas de divulgação do catolicismo – como, por exemplo, a criação do Centro Dom Bosco (CDB), associação católica fundada em 2016, no Rio de Janeiro. Lucas é militar da ativa, membro engajado do CDB e dedicado divulgador das ideias católicas tradicionalistas. Ao narrar o despertar de seu interesse pela política em 2014, ele afirmou que,

⁵¹ As ideias de Vaticano sobre o Concílio Vaticano II de Felipe Aquino, que em alguma medida representam a posição da Canção Nova, estão presentes em: <https://cleofas.com.br/as-licoas-do-concilio-vaticano-ii/>.

⁵² Inclusive, em menor intensidade, dialogando com um tradicionalismo que existe para além da Igreja Católica. Padre Paulo Ricardo nunca escondeu a sua admiração pela obra de Olavo de Carvalho e já colaborou diretamente com ele em vídeos de formação. A despeito de reconhecido no mundo católico como uma figura importante para a difusão das ideias conservadoras, Olavo é uma figura bastante controversa nos círculos tradicionalistas, principalmente por seu descompromisso com a doutrina católica e seu passado perenialista (defesa de que todas as religiões possuem resquícios, em suas tradições, de uma verdade original).

em meio aos vídeos de Olavo de Carvalho, acabou *parando* no *site* do Padre Paulo Ricardo, onde se reencontrou com a fé católica. Poucos anos depois, foi através de uma palestra proferida por Felipe Nery, em 2017, que ele passou a se preocupar mais seriamente com os perigos da disseminação da *ideologia de gênero* na sociedade brasileira. No CDB, ele colabora com a organização de formações e congressos, participa de atos públicos em defesa da fé católica, auxilia na editoração e venda de livros, para além da produção de conteúdos diversos em meio virtual. Nos últimos anos, o Centro foi protagonista em muitas mobilizações contra o *gênero*, tanto em nível local por meio de protestos presenciais quanto em ações virtuais de caráter nacional (como a campanha contra a ADI 5668, descrita no capítulo 1).

Ao se identificar como um contrarrevolucionário, Lucas enfatizou a relevância das ideias de Plínio Corrêa de Oliveira para o tradicionalismo católico brasileiro. Plínio Corrêa foi uma das mais importantes lideranças tradicionalistas do século XX, sobretudo por ter fundado e liderado a TFP de 1960 até a sua morte em 1995. Impulsionada pela atuação intelectual de seu fundador, a TFP ganhou proeminência internacional por meio de suas associações irmãs fundadas ao redor do mundo por simpatizantes (em especial, na Europa e nas Américas). Toda a base doutrinária e teórica da TFP está sintetizada na obra *Revolução e Contra-Revolução*, escrita por Plínio Corrêa em 1959 e atualizada posteriormente em 1976 e 1992. Para ele, a Revolução é um sintoma do afastamento da humanidade da Santa Igreja e “sua causa profunda é uma explosão de orgulho e sensualidade que inspirou [...] toda uma cadeia de sistemas ideológicos” (Corrêa de Oliveira, 1998, p. 2). Ao longo da história do Ocidente, junto à emergência da modernidade, foram três grandes revoluções que pavimentaram esse caminho de revolta contra a ordem divina: a Reforma Protestante com a fragmentação do cristianismo, a Revolução Francesa com a expansão do liberalismo, e a Revolução Russa com o surgimento do movimento comunista. No momento atual, estaríamos vivendo os efeitos de uma Quarta Revolução, com a emergência do individualismo, do relativismo cultural e do desprezo à toda natureza, autoridade e hierarquia.

Para os membros do IPCO – organização criada após a cisão da TFP em fins da década de 1990, que resultou também no surgimento do Através do Evangelho – a *ideologia de gênero* é uma arma psicológica empregada por agentes da Revolução para a destruição da “família natural” e da “identidade humana” (Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, 2022). O instituto entende que a oposição ao *gênero* é uma das principais tarefas da atualidade, devendo ser reafirmada em todos os momentos possíveis. Algo que pude presenciar pessoalmente na Caminhada por Nossa Senhora de Fátima, realizada no dia 13 de maio de 2022, em São Paulo. O ato cruzou toda a Avenida Paulista e se concentrou em frente à Paróquia São Luiz Gonzaga,

onde foi improvisado um santuário com imagens santas para o término da procissão e a enunciação das últimas palavras. Nos momentos finais do ato, integrantes da Ação Jovem do IPCO fizeram acalorados discursos contra as *ideologias nefastas*, como a de *gênero*, que afastam a juventude da moralidade cristã e dos valores tradicionais.

O IPCO foi uma organização precursora nas mobilizações antigênero, assim como descrito no capítulo 2, sendo responsável pela realização da primeira atividade pública sobre o assunto no Brasil. Em 2011, o instituto promoveu uma palestra para a divulgação da edição brasileira do livro de Jorge Scala (2011), que evidencia parte das conexões no mundo católico em torno da oposição ao *gênero*. Esse livro foi resultado de uma parceria entre as editoras Katechesis, fundada por Felipe Nery em 2011, e Artpress, historicamente vinculada à TFP. Em um texto sobre a criação da Katechesis, Nery relatou que a editora nasceu dos diálogos realizados no interior do movimento pró-vida, sendo a publicação do livro de Scala o seu primeiro projeto⁵³. Não por acaso, seu prefácio foi escrito por Ives Gandra Martins, jurista católico renomado, liderança pró-vida e importante membro do Opus Dei no Brasil. Anos depois, Ives Gandra organizou um livro sobre o assunto em parceria com a União dos Juristas Católicos de São Paulo (Martins & Carvalho, 2016).

O Opus Dei (Obra de Deus, em latim) é um grupo católico, fundado na Espanha e oficialmente reconhecido pelo Vaticano, que atua a partir de uma ampla rede internacional de pessoas leigas, autoridades clericais, institutos de educação e centros de evangelização. Por meio de sua produção intelectual e literária, a Obra esteve envolvida nas primeiras reflexões teóricas mais significativas sobre a *ideologia de gênero*. Uma de suas integrantes, Jutta Burggraf, ex-professora de Teologia da Universidade de Navarra (fundada pelo Opus Dei, em 1952), escreveu diversos artigos e livros que trataram sobre os perigos do *gênero* – como, por exemplo, o verbete “Gênero” no *Lexicon* (Pontifical Council for the Family, 2006). No entanto, no documento de síntese doutrinária produzido pelo grupo, não há menção direta ao termo “ideologia de gênero”, nem são reproduzidos argumentos comumente empregados pelo movimento antigênero. Esse documento inclusive afirma, mesmo que pontualmente, que existem discussões válidas oriundas da *teoria de gênero*. Apesar dessa concessão, são apresentadas críticas às “derivações” dessa *teoria* que romperiam de forma radical com a natureza sexual. Seguindo os princípios da tradição cristã, a Obra defende que a sexualidade e

⁵³ Em 2010, pouco após a publicação da edição argentina do livro, Felipe Nery participou da organização de uma formação de dois dias sobre a *ideologia de gênero* conduzida pessoalmente por Jorge Scala. Esse evento foi relatado por Nery em um texto sobre a história da Editora Katechesis, sendo uma das principais inspirações para a sua criação. Recuperado de <https://web.archive.org/web/20161105115554/https://katechesis.com.br/content/6-a-editora>.

o corpo sexuado possuem um propósito divino atrelado à procriação, manifesto através da sacralidade do matrimônio entre um homem e uma mulher. Em última instância, as vivências sexuais e de gênero que escapam desse propósito transcendente são consideradas expressões de um espírito desordenado⁵⁴.

Em duas ocasiões, pude entrevistar Angela Gandra Martins, integrante do Opus Dei desde a juventude e filha de Ives Gandra. Naquele momento, ela ocupava o cargo de Secretária Nacional da Família no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), pasta chefiada pela Pastora Damares Alves ao longo do governo Bolsonaro. De acordo com Angela, as pessoas que integram a Obra possuem autonomia para expressar diferentes posições políticas, dentro dos limites da fé católica, pois o grupo não se envolve diretamente em questões políticas e nem delimita uma atuação centralizada para as pessoas que a integram. Em suas palavras, ela não ocupou o cargo por ser integrante do Opus Dei, grupo com o qual possui uma relação privada e espiritual, mas sim por sua atuação acadêmica e jurídica em prol da vida e da família⁵⁵. Ao longo de sua gestão, Angela se posicionou publicamente contra a *ideologia de gênero*, por entender que se trata de uma grave ameaça à segurança das famílias brasileiras. Para ela, o *gênero* é uma forma de negação da identidade sexual e da natureza humana que gera desordem, sofrimento e infelicidade, além de danos irreparáveis a crianças e adolescentes – como será visto no capítulo seguinte.

Desse modo, é notória a importância do engajamento contra o *gênero* para o mundo católico, assim como a sua diversidade interna, a despeito de sua unidade sob uma única denominação religiosa. Por outro lado, é também evidente a importância desse mundo para a conformação das mobilizações antigênero não apenas no Brasil, mas em escala global. Lideranças católicas foram pioneiras e produziram as bases intelectuais para a oposição ao *gênero*, difundidas em seus espaços de interação – como em eventos de evangelização e catequese, missas, cursos de formação, procissões e outras ações públicas de divulgação da doutrina católica. Não obstante, ter nascido no seio do catolicismo não impediu a assimilação das narrativas antigênero por pessoas e grupos oriundos de outras denominações religiosas ou perspectivas ideológicas, como veremos a seguir.

⁵⁴ O documento introdutório *Sínteses da Fé Católica* está disponível no site do Opus Dei e possui pontos específicos relacionados à sexualidade, com destaque para o Tema 9 (“O ser humano criado por Deus como homem e mulher”), o Tema 24 (“O Matrimônio e a Ordem Sacramental”) e o Tema 32 (“O sexto mandamento”, “crescer e multiplicar-se”). Recuperado de <https://opusdei.org/pt-br/article/ebook-sinteses-da-fe-catolica>.

⁵⁵ Angela prefaciou a edição brasileira, publicada em 2021, do livro *The Global Sexual Revolution*, escrito por Gabriele Kubly (2015), socióloga alemã de vertente católica tradicional bastante atuante nas mobilizações antigênero na Europa.

3.3 Fragmentação e criatividade no mundo evangélico

A despeito do pioneirismo católico na difusão da oposição antigênero no Brasil, sobretudo a partir da década de 2010, paradoxalmente, a primeira pessoa a denunciar os perigos do *gênero* em uma obra nacional pertence ao mundo evangélico. Já mencionado no capítulo anterior, Julio Severo (1998) abordou a questão em seu livro *O movimento homossexual*, se referenciando no artigo de O’Leary que circulou na Conferência de Beijing em 1995. Por meio das narrativas antigênero nascidas no mundo católico, Severo procurou explicar por que feministas e homossexuais constroem alianças para a destruição da família tradicional. É interessante notarmos o processo de viagem e tradução de uma ideia (Czarniawska & Joerges, 1996) entre diferentes mundos, com a gradativa assimilação evangélica da noção de *ideologia de gênero*. Muito provavelmente, Severo teve acesso ao artigo de O’Leary nas redes de ativismo pró-vida e pró-família na internet que conectam globalmente diferentes grupos cristãos. Ele próprio era um ativista virtual e, ao menos desde a década de 1990, vinha produzindo cotidianamente conteúdos para as blogosferas cristãs e conservadoras. Para além do seu blog pessoal, ele se destacou como colunista de *sites* como o Mídia Sem Máscara, importante espaço de divulgação da nova direita brasileira (Rocha, 2018) – criado por Olavo de Carvalho, em 2002.

A atuação virtual de Severo influenciou outras pessoas do mundo evangélico que já se engajavam contra as políticas de gênero e sexualidade no início dos anos 2000. Uma das pessoas que compartilhava conteúdos de Severo era a missionária batista Rozangela Alves Justino, dona de um blog pessoal centrado na oposição ao que ela intitulava de “lobbies abortista e homossexual”. Justino é psicóloga e fundadora da Associação de Apoio ao Ser Humano e à Família (ABRACEH), instituição que busca promover terapias de cura da homossexualidade (Natividade, 2009). Ao final dos anos 2000, seu ativismo ganhou visibilidade nacional devido o julgamento de um processo de ética profissional, movido contra ela, por violação Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia que proíbe a patologização e estigmatização da homossexualidade (Aragusuku & Lara, 2019). Nos primeiros anos da década de 2010, ela foi outra pioneira no mundo evangélico a tratar sobre os perigos da *ideologia de gênero*.

Os primeiros textos sobre o assunto publicados por Justino em seu blog pessoal evidenciam a influência dos grupos católicos. Em 2011, ela compartilhou uma matéria do blog Notícias Pró-Família que questionava o uso do conceito de gênero pela União Europeia. O referido blog era uma versão em português do *site* católico tradicionalista LifeSiteNews, curiosamente traduzido integralmente por Severo. Outro exemplo é o compartilhamento de

correntes de email escritas por Padre Lodi da Cruz que associavam o “kit gay” e o projeto de lei de criminalização da homofobia à *ideologia de gênero*. Tais publicações demonstram como Justino e outras lideranças evangélicas assimilavam esse debate através do diálogo na internet com grupos católicos pró-vida e pró-família⁵⁶. Esse diálogo interdenominacional também se estabeleceu de modo bastante expressivo no parlamento brasileiro (Aragusuku, 2018; Silva, 2022, espaço para onde Justino direcionou seu ativismo, como assessora parlamentar da bancada evangélica, após a visibilidade pública que recebeu durante o julgamento da denúncia de violação da ética profissional.

O parlamento foi um dos principais espaços de atuação das lideranças evangélicas nas mobilizações antigênero. Em 2013, pouco após o seminário conduzido por Padre Paulo Ricardo e Felipe Nery na Câmara dos Deputados, parlamentares evangélicos começaram a mencionar a *ideologia de gênero* em seus discursos (Silva, 2022). O evento havia sido convocado por um deputado católico, mas o Partido Social Cristão, ao qual pertencia, era liderado por deputados evangélicos vinculados à Assembleia de Deus. Não por acaso, na mesa do evento, entre os dois palestrantes, estava sentado o deputado e pastor assembleiano Marco Feliciano que auxiliava na mediação do debate. A presença de Feliciano naquele espaço não era trivial. O deputado do PSC havia se tornado um símbolo da oposição às políticas de gênero e sexualidade no país após ter assumido, em meio a protestos por suas posições conservadoras, a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (Aragusuku et al., 2019; Pereira, 2018). Um mês após o seminário, outro deputado assembleiano, o Pastor Eurico, realizou o primeiro discurso evangélico contra a *ideologia de gênero* na Câmara dos Deputados (Aragusuku, 2018, 2020), momento em que endossou uma campanha do IPCO contra a criminalização da homofobia.

Nos dois anos seguintes, por meio das disputas nos planos de educação, as lideranças evangélicas se tornaram cada vez mais engajadas na oposição ao *gênero*. No Congresso Nacional, parlamentares da bancada evangélica se tornaram até mais combativos do que os católicos, mesmo ocupando um número menor de cadeiras (Aragusuku, 2018). Contudo, é importante ressaltar que o mundo evangélico possui uma estruturação particular que o distingue de modo significativo do católico, especialmente no âmbito da intervenção política (Smith, 2019). Enquanto o mundo católico é uma “unidade diversa” centralizada por uma única Igreja, o mundo evangélico é marcado pela fragmentação institucional e por múltiplas denominações que atuam de forma autônoma, por vezes conflitivas (Brandão & Jorge, 2019). No Brasil, existem milhares de igrejas evangélicas com estruturas organizacionais ou mesmo doutrinas

⁵⁶ É possível acessar tais publicações a partir do uso do descritor “ideologia de gênero” na aba de busca do blog de Rozangela Justino. Recuperado de <https://rozangelajustino.blogspot.com/>.

próprias, convergindo pelo pertencimento histórico a uma corrente ou por convenções nacionais que centralizam as igrejas locais.

A partir da pesquisa virtual, foi possível perceber que algumas denominações estavam bastante engajadas em ações antigênero no Brasil, seja por seu tamanho (grande número de fiéis) ou pela importância dada à temática por suas lideranças. Essa percepção não esteve dissonante com as informações levantadas por pesquisas que analisaram o perfil religioso de parlamentares engajados/as em disputas legislativas contra a *ideologia de gênero* (Aragusuku, 2018; Luna, 2017; Teixeira, 2019). Era notável o protagonismo das igrejas batistas, pentecostais e presbiterianas – e, em menor grau, de outras igrejas como as neopentecostais, adventistas e metodistas. Ao longo desse tópico, darei destaque a atuação de algumas das igrejas mais atuantes no último período, ressaltando elementos relevantes para a compreensão das mobilizações antigênero no mundo evangélico.

De modo semelhante a Rozangela Justino, uma das principais lideranças batistas engajada nas mobilizações antigênero atuou na Câmara dos Deputados como assessora parlamentar da bancada evangélica. A pastora Damares Alves, pertencente à Igreja Batista da Lagoinha, ganhou destaque no meio evangélico por sua capacidade de articulação nos bastidores do parlamento e, ao final de 2018, foi indicada por Bolsonaro para assumir a chefia da pasta de direitos humanos do novo governo. Na gestão do ministério, Damares abrigou diversas lideranças cristãs pró-vida e pró-família (como a católica Angela Gandra, na Secretaria Nacional da Família) e promoveu ações, formais e informais, de combate à *ideologia de gênero* (Pereira et al., 2023; Teixeira & Bulgarelli, 2023). Ao final de 2022, se consolidando como uma das principais herdeiras políticas do governo Bolsonaro, ela foi eleita senadora pelo Distrito Federal.

O pastor Jorge Linhares, liderança da Igreja Batista Getsêmani⁵⁷, possui uma relação estreita com Damares e compartilha das posições antigênero promovidas pelo governo Bolsonaro. Em julho de 2021, ele ganhou visibilidade nacional ao ser intimado a depor no Ministério Público de Minas Gerais para maiores esclarecimentos sobre um vídeo contra a *ideologia de gênero* publicado pelo colégio da igreja. O vídeo havia sido produzido por um canal evangélico infantil há alguns anos atrás e estava sendo novamente compartilhado em resposta a uma campanha do Burger King sobre famílias homoparentais. Dois anos após esse

⁵⁷ As igrejas batistas funcionam a partir de sistema congregacional, onde cada igreja local possui autonomia e independência para tomar suas decisões. Com base nesse princípio, as igrejas locais se unem em diferentes convenções regionais ou nacionais a partir do princípio da cooperação e da comunhão. Atualmente, existem quatro grandes convenções batistas, uma inclusive socialmente liberal.

ocorrido, pude conhecer a sede da Igreja Batista Getsêmani e conversar pessoalmente com Jorge Linhares. Para ele, os problemas causados pela *ideologia de gênero* não são novos e estão relacionados ao afastamento das pessoas dos valores cristãos. Deus teria criado homem e mulher com uma finalidade, assim como descrito em Gênesis, e não era possível ignorar esse princípio sem incorrer no pecado. O que ocorria na atualidade era uma tentativa de normalização das práticas homossexuais para toda a sociedade, principalmente por meio da imposição da *ideologia de gênero* para as crianças, contradizendo a natureza humana e os ensinamentos presentes na Bíblia⁵⁸.

Outra liderança batista que ganhou destaque no último período foi a psicóloga e pastora Marisa Lobo, que construiu toda a sua carreira política através da atuação nos movimentos pró-vida e pró-família do Paraná. Com a emergência das mobilizações antigênero em 2015, ela girou seu ativismo para a temática, participando da elaboração de materiais de denúncia, palestras e cursos de formação, para além da publicação de dois livros autorais (Lobo, 2016a, 2016b). Antes de se engajar no ativismo antigênero, Lobo teve um momento de visibilidade nacional similar à Rozangela Justino, quando, em 2012, se tornou alvo de uma denúncia de violação da ética profissional por infringir a Resolução nº 01/1999 (Aragusuku & Lara, 2019). Alguns anos depois, os casos de Marisa Lobo e Rozangela Justino se tornaram histórias repetidas por grupos evangélicos para reafirmar a necessidade de uma reação conservadora contra as políticas de gênero e sexualidade – como, por exemplo, ocorreu alguns anos depois com criação de um grupo de oposição às gestões dos Conselhos de Psicologia que disseminavam a *ideologia de gênero* na prática profissional.

Foi através das ações desse grupo, o Movimento Psicólogos em Ação (MPA), que encontrei o psicólogo clínico Adriano Lima, com quem dialoguei e conduzi uma entrevista. Em 2017, Adriano havia participado de uma ação popular que pedia a suspensão da Resolução nº 01/1999 – acatada em primeira instância, mas posteriormente derrubada – perpetrada em conjunto com Rozangela Justino e outras pessoas que formariam o MPA no ano seguinte. Enquanto estive ativo, de acordo com seus materiais, o movimento defendeu uma gestão “não ideológica” das entidades profissionais e “livre das políticas partidárias de esquerda”. Adriano, que foi um dos porta-vozes do grupo em 2018, é membro da Assembleia de Deus e considera

⁵⁸ Visitei a Igreja Getsêmani, em janeiro de 2022, poucos dias após a invasão da Esplanada dos Ministérios por manifestantes bolsonaristas que reivindicavam um golpe de Estado a partir da intervenção dos militares e a destituição do novo governo. Logo após entrevistar o Pastor Jorge Linhares, adentrei no auditório da igreja para acompanhar o culto que havia acabado de começar. Com uma bandeira do Brasil projetada no fundo, o pastor responsável por aquele dia concentrou grande parte de sua pregação para tratar indiretamente sobre a situação política do país, pedindo orações para as pessoas que estavam presas em Brasília.

que os princípios da sua fé não estão em desacordo com o verdadeiro conhecimento científico sobre a sexualidade humana. Eles, na verdade, estão alinhados e são complementares, pois homens e mulheres possuem naturezas distintas conforme revelado pela Bíblia e comprovado pela ciência.

A Assembleia de Deus é a maior denominação evangélica do país e uma das mais atuantes no universo antigênero. De orientação pentecostal, as igrejas assembleianas possuem uma estrutura organizacional centralizada por ministérios que se associam em uma convenção nacional. Por outro lado, se tratando de um sistema congregacional, existe um certo grau de autonomia dos ministérios na organização de suas atividades, para além da existência de diferentes convenções e de ministérios independentes. Unidos por valores e princípios em comum, pastores assembleianos foram protagonistas na oposição às políticas de gênero e sexualidade desde a Constituinte – como mencionado no capítulo anterior. Por exemplo, um dos principais articuladores da oposição ao projeto de lei de criminalização da homofobia durante os anos 2000 foi o pastor Silas Malafaia, liderança do Ministério Vitória em Cristo. Malafaia também se tornou um ativo detrator da *ideologia de gênero* desde os conflitos em torno dos planos de educação. Dentro do parlamento, deputados vinculados à Assembleia de Deus, como os notórios Pastor Marco Feliciano e Pastor Eurico, atuaram ativamente em campanhas e na proposição de projetos legislativos para criminalizar o ensino do *gênero* na educação (Aragusuku, 2018; Teixeira, 2019)

Contudo, as iniciativas e ações antigênero não são protagonizadas unicamente pelas lideranças assembleianas em espaços de disputa institucional, elas são também parte das atividades cotidianas das igrejas, que envolve pastores locais e a comunidade de fiéis⁵⁹. Um achado bastante inusitado da pesquisa virtual foi um número expressivo de atividades promovidas por ministérios infantis das Assembleias de Deus para proteger a identidade sexual das crianças contra o *gênero* – nos termos de Catarina Kinnvall (2004), securitizando a subjetividade contra ameaças que desestabilizam o *status quo*. Tais atividades envolviam músicas, danças, peças teatrais, cenas lúdicas, jogos e dinâmicas adaptadas para as mais diversas idades. Por exemplo, em um dos vídeos publicados no YouTube, gravado no interior de uma pequena igreja rural, um grupo de jovens encenou uma peça de teatro na qual o diabo perturbava a cabeça das crianças, tentando convencê-las de que menino podia brincar de boneca

⁵⁹ Por exemplo, os pastores assembleianos Adriel Lemos e Robson Carvalho (2020) publicaram um livro que aborda a *ideologia de gênero* a partir da perspectiva pentecostal, tratando sobre a sua história, precursores/as, os danos que ela causa, o que deve ser feito, etc. O livro foi prefaciado pela Pastora Damares que, na época, chefiava o MMFDH.

(e se tornar uma menina) e menina podia que jogar bola (e tornar um menino). No entanto, com o poder da palavra de Deus proferida por uma irmã de fé mais velha que viu a cena, o diabo foi repreendido e se rastejou para fora da igreja. A peça era acompanhada por uma plateia de famílias e crianças que aplaudiu entusiasmadamente a expulsão do diabo no desfecho final da história.

As músicas sobre o *gênero* também foram importantes canais de comunicação com as crianças. Dentre as músicas produzidas por igrejas evangélicas, as mais bem sucedidas foram interpretadas por artistas pertencentes às Assembleias de Deus. A canção “Nosso gênero vem de Deus”, do grupo infantil Trio R3, se tornou um grande sucesso no meio evangélico e viralizou na internet. Em uma apresentação feita para o festival infantil promovido por uma igreja assembleiana de Campinas-SP, centenas de crianças cantaram em uníssono o seu refrão: “Sou menina, menina feminina / Sou menino, menino masculino / Não somos acidentes, nem erros divergentes / Somos feitos pelo Criador”⁶⁰. Outro exemplo é a canção “Deus nunca errou”, interpretada pela Tia Edy, pedagoga que trabalha com a promoção de eventos infantis para as igrejas. Um dos trechos dessa canção sintetiza bem o posicionamento antigênero difundido no mundo evangélico: “No princípio, Deus criou Adão e Eva / Estão querendo nos impor outra ideia / Mas isso nunca iremos aceitar / Se preciso entraremos numa guerra / Em defesa da criança nessa terra / O gênero ninguém pode mudar”⁶¹.

Também em relação às atividades cotidianas das igrejas, os perigos da *ideologia de gênero* são, com certa frequência, tema de estudo em formações doutrinárias. Abertas à comunidade, as escolas bíblicas dominicais são sessões introdutórias de estudo da Bíblia ou palestras sobre temáticas consideradas relevantes. No último período, igrejas evangélicas de todo o país debateram o *gênero* em suas escolas dominicais. Entretanto, foram as igrejas presbiterianas que atuaram de modo mais coordenado, especialmente no ano de 2021, quando a temática foi abordada simultaneamente em diferentes localidades. Na tradição presbiteriana, as igrejas locais não são independentes, pois são regidas por uma estrutura conciliar que vai aumentando de amplitude até chegar no nível nacional. Desse modo, o governo presbiteriano funciona por meio de assembleias que elegem presbíteros atuantes em várias instâncias (locais, regionais e nacionais) de deliberação. Por exemplo, o presidente e a mesa do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil são eleitos por meio de um sistema de assembleias e eleições.

⁶⁰ O videoclipe, originalmente publicado em maio de 2018, e o gravação da apresentação de Campinas estão disponíveis no canal oficial do grupo Trio R3 no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=IF0o5zOjWgk>.

⁶¹ O videoclipe da canção foi publicado em abril de 2021 e está disponível no canal oficial da Tia Edy no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=5Po7BUQS_VA.

Essa estrutura mais centralizada, muito provavelmente, favoreceu uma ação coordenada das igrejas presbiterianas na proposição de palestras e formações contra o *gênero*⁶².

O reverendo Alan Ruas, da Primeira Igreja Presbiteriana de Carapicuíba, conduziu várias escolas realizadas por igrejas locais. Após a publicação do seu livro *A família na perspectiva de Deus, uma resposta à ideologia de gênero*, ele se tornou uma das principais referências presbiterianas para tratar sobre o assunto. O livro chegou a ser inclusive indicado por Damares Alves – em um vídeo promocional da editora, publicado em julho de 2021 – como um excelente material para a orientação de famílias e profissionais da educação. Alguns meses antes, no 1º de maio daquele ano, o reverendo havia discursado, na Avenida Paulista, para milhares de pessoas que se manifestavam em apoio ao governo Bolsonaro, muitas delas demandando a contenção do Supremo Tribunal Federal mediante a intervenção das Forças Armadas. Ao final daquele ano, como convidado especial de uma escola dominical presbiteriana na cidade de Jandira-SP, Alan Ruas afirmou que os *ideólogos do gênero* defendiam a normalização da homossexualidade e das cirurgias de redesignação sexual e, conseqüentemente, a anulação do sexo biológico. Em sua visão, a resposta da Igreja deve se pautar no texto bíblico, mas também na própria natureza biológica e genética do ser humano⁶³.

Por fim, cabe destacar a atuação de lideranças da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) que tiveram um papel importante no combate à *ideologia de gênero* no parlamento brasileiro (Aragusuku, 2018; Teixeira, 2019) e na divulgação das narrativas antigênero em livros, programas de rádio e televisão, jornais e revistas vinculada à igreja. A IURD é uma igreja neopentecostal que se organiza a partir de uma estrutura episcopal de caráter centralizador, endossada principalmente pelo bispo Edir Macedo, seu fundador e líder incontestável. Macedo é dono de um patrimônio bilionário ao qual se inclui o Grupo Record de comunicação, que detém a segunda maior emissora de televisão do país (Teixeira, 2018). O Domingo Espetacular, um dos principais programas jornalísticos da Record TV, já produziu algumas reportagens sobre os perigos da *ideologia de gênero*, questionando a validade dos conhecimentos científicos sobre a transexualidade e a segurança das cirurgias de redesignação sexual. Em uma dessas reportagens, veiculada em 2021, a emissora chegou a ser alvo de um processo do Ministério

⁶² No Supremo Concílio de 2022, em ano eleitoral, foi proposta a escrita de um documento oficial que afirmasse a incompatibilidade das “ideologias marxistas” (como a *ideologia de gênero*) e do pensamento de esquerda com a Fé Cristã. A proposta dividiu os membros da assembleia e foi rejeitado por em torno de 68% dos votantes. Outro exemplo da presença da Igreja Presbiteriana nas mobilizações antigênero foi a indicação do reverendo Milton Ribeiro como Ministro da Educação durante o governo Bolsonaro, que fez falas públicas contra a *ideologia de gênero* enquanto ocupava o cargo.

⁶³ *Igreja Presbiteriana JMC* (29/08/2021), “EBD, Palestra "Uma resposta a Ideologia de Gênero" | Rev. Alan Ruas”. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=TqaFv8Iknxk>.

Público por divulgação de conteúdo discriminatório e desinformação. Posteriormente, mediante acordo com o judiciário, a emissora concordou em veicular uma campanha sobre diversidade ao longo de sua programação.

Portanto, com base nos exemplos descritos, que evidenciam eventos, atores e relações, é possível entender como as igrejas evangélicas são protagonistas na conformação das mobilizações antigênero no Brasil. Por meio delas, são organizadas ações internas relacionadas ao cotidiano das igrejas (como formações, pregações direcionadas, eventos, etc.) e ações externas de divulgação midiática e manifestação política contra os perigos da *ideologia de gênero* para o conjunto da sociedade brasileira. Antes um esforço católico, as mobilizações antigênero ganharam novos contornos e roupagens no mundo evangélico brasileiro. É evidente a sua grande capilaridade entre fiéis de diferentes denominações que, mesmo em meio a fragmentação institucional, atuam de modo unitário na contraposição às mudanças nas normas e valores sexuais canalizadas pela *ideologia de gênero*.

3.4 O feminismo radical entre a dissidência e o deslocamento político

O primeiro contato de pesquisa que tive com a presença de feministas radicais nas redes do movimento antigênero foi em agosto de 2020 ao encontrar uma *live* da campanha No Corpo Certo – conduzida por Eugenia Rodrigues, sua fundadora e porta-voz – em parceria com a professora Mariza Nobre. A *live* tratou sobre os perigos da disseminação da *ideologia de gênero* nas escolas relacionados ao que ela considerou como um estímulo à transição de gênero entre menores de idade. Naquele momento, Mariza Nobre era pré-candidata a vereadora do Rio de Janeiro pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que, sob a liderança do ex-deputado Roberto Jefferson, acolheu muitos grupos e lideranças conservadoras durante o governo Bolsonaro. Por exemplo, duas pessoas já mencionadas neste capítulo, Lucas Henrique do Centro Dom Bosco e a pastora batista Marisa Lobo, passaram a atuar no PTB nesse período e disputaram, sem sucesso, uma vaga na Câmara dos Deputados durante as eleições de 2022.

Como explicado por Eugenia Rodrigues durante a entrevista, a No Corpo Certo é uma campanha apartidária e de caráter supraideológico que dialoga com pessoas de diferentes perspectivas políticas. Nesse sentido, não haveria impeditivo para a participação ou promoção de atividades com pessoas que compartilham de ideias distintas ou até mesmo opostas sobre outros assuntos – assim como ocorreu na audiência “Infância Plena”, organizada por uma liderança da bancada evangélica. Em suas palavras, o objetivo principal da campanha é denunciar, por todos os meios possíveis e para o maior número de pessoas, os danos que a

ideologia transgenerista vem causando a crianças e adolescentes não apenas no Brasil, mas em todo o mundo⁶⁴.

A campanha No Corpo Certo foi oficializada em 2019, sendo precedida por outras iniciativas de ativismo virtual criadas por sua porta-voz nos anos anteriores – como as páginas Hormônio Não é Brinquedo e Não Existe Criança Trans. Apesar de ter uma proposta supraideológica, a campanha se relaciona prioritariamente com as redes feministas radicais que conformam um mundo próprio (e relativamente deslocado e isolado) do movimento antigênero brasileiro. Esse mundo congrega diferentes ativistas e organizações que, em outros contextos, seriam antagônicas aos grupos católicos e evangélicos, e conservadores de modo geral. Fundamentado pela teoria feminista, ele diverge das redes cristãs pró-vida e pró-família ao se mobilizar pela legalização do aborto e pelo fim de normas opressivas para o sexo, como a heteronormatividade. No entanto, em meio ao avanço das políticas de diversidade de gênero promovidas pelo transativismo, ao qual são radicalmente opostas, as feministas radicais estabeleceram novas relações, anteriormente inconcebíveis, e se incorporaram ao universo das mobilizações antigênero no Brasil.

Contudo, o estabelecimento de tais alianças não é um fenômeno restrito à realidade brasileira. Uma das principais organizações feministas radicais do mundo, a Women’s Liberation Front (WoLF), dos Estados Unidos, colaborou com a elaboração de uma cartilha de orientação às famílias contra a *ideologia de gênero* – financiada pela organização cristã Minnesota Family Council (2019) e redigida em parceria com o influente *think tank* conservador The Heritage Foundation. Algumas feministas radicais consideram que tais alianças são equivocadas e não deveriam ocorrer, como defendido por Julie Bindel em seu debate com Joyce Helen, promovido pelo *site* britânico UnHerd, em 2022⁶⁵. No entanto, essa é hoje uma posição minoritária. Uma parte significativa delas, de modo semelhante a Helen, entende que, por serem “censuradas” na esquerda, a única forma de influenciar a opinião pública é por meio do diálogo com o campo conservador. Para elas, o *gênero* havia sido assimilado pelas principais organizações do movimento feminista e por praticamente todos os

⁶⁴ Outro exemplo foi a participação, em 2022, em uma *live* promovida pela Nova Resistência, organização tradicionalista e nacionalista que aplica à realidade brasileira as ideias de Alexandr Dugin, teórico e entusiasta do eurasianismo russo. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=tBch1idiB6w>. Um integrante dessa organização, entrevistado por mim, falou sobre essa atividade e tratou sobre as diferenças com as feministas radicais: “não sei exatamente que tipo de feminismo radical ela professa, mas as feministas radicais são do tipo assim “vou cortar sua pica” e tal, não gostam de homem. Então, tem uma visão bem misândrica às vezes. Vai ter diferenças com elas também. Não significa que a gente não pode sentar e conversar em algum momento. [...] não tem problema sentar para conversar com essas pessoas, mas vai ter também divergência ideológica em temas profundos”.

⁶⁵ UnHerd (08/12/2022), “UnHerd Club - Helen Joyce & Julie Bindel: Should TERFs unite with the Right?”. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=Ctcm4cS6NvA>.

partidos de esquerda, isolando-as politicamente. Se aliar a grupos conservadores, no Brasil ou em outras partes do mundo, não seria uma escolha, mas sim uma necessidade frente a uma situação de crescente insegurança existencial.

Essa é uma narrativa bastante repetida no mundo feminista radical brasileiro, que já possui pouca capacidade de influência política nas decisões de movimentos e partidos de esquerda. Por exemplo, indicado por Eugenia para contribuir com a pesquisa, por sua colaboração com a No Corpo Certo, o criador da página de Facebook “Gays pela Abolição de Gênero” relatou um sentimento de angústia e desconforto que é compartilhado por pessoas pertencentes a esse mundo:

Eu não me sinto confortável estando do lado dos conservadores. Uma das coisas mais desagradáveis é ter que dizer que a única deputada do Estado de São Paulo que se posicionou contra a transição infantil foi a Janaína Paschoal. Se as pessoas da esquerda pudessem conversar sobre esse assunto sem medo de serem canceladas, sem medo de serem perseguidas, ameaçadas de morte, expulsas das suas chapas partidárias, ou qualquer coisa que o valha, eu tenho certeza de que a gente veria essas coisas sendo discutidas, mas nós estamos amordaçados. Não existe esse espaço de diálogo.

A página “Gays pela Abolição do Gênero” foi criada, em 2016, para a divulgação da perspectiva “materialista abolicionista de gênero” alinhada ao feminismo radical. Ela coexistia junto à comunidade “Gays Materialistas”, onde muitos homens se engajaram nesse mundo compartilhando materiais de formação e promovendo discussões. Em entrevista anônima, seu criador contou que, anteriormente, era um membro ativo do coletivo de diversidade sexual e de gênero que havia ajudado a fundar em sua universidade. No entanto, após presenciar uma amiga lésbica ser constrangida em uma atividade do movimento e, pouco depois, expulsa do coletivo por defender posições feministas radicais, ele passou a se questionar sobre a validade dos usos políticos do conceito de identidade de gênero. Mais tarde, em 2020, ele participou da fundação da Frente LGB Brasil⁶⁶ que defendia a construção de um movimento desassociado do *identitarismo de gênero*, em articulação com organizações irmãs de outros países – com destaque para a LGB Alliance do Reino Unido, primeira e mais estruturada organização dessa rede.

Não é por acaso que a principal organização LGB no mundo seja originária do Reino Unido. O protagonismo das feministas radicais anglófonas, britânicas e norte-americanas, nas

⁶⁶ A Frente LGB Brasil foi dissolvida, em setembro de 2021, após uma série de crises e desentendimentos entre as pessoas que compunham a sua diretoria. De acordo com o comunicado de dissolução, os recursos do grupo foram doados para a LGB Alliance UK. Algumas pessoas continuaram atuando individualmente ou em coletivos feministas radicais, no caso das mulheres. Recuperado de <https://www.instagram.com/p/CTsXYaDh5ou/?hl=en>.

mobilizações antigênero é bem conhecido na literatura acadêmica e debatido por feministas transinclusivas (e.g. Butler, 2024, Cyrino, 2023, Pearce et al., 2020; Thurlow, 2022). Do ponto de vista histórico, é pertinente entender que os conflitos internos do feminismo em relação ao gênero são antigos e persistem, ao menos, desde a década de 1970. O primeiro trabalho mais sistemático a apontar para a existência de uma ideologia por trás do *gênero* é anterior ao próprio ativismo católico antigênero. Em 1979, a feminista estadunidense Janice Raymond publicou o livro *The Transsexual Empire: The making of the She-Male*, onde criticou os usos da noção identidade de gênero pela medicina e pelo emergente movimento trans norte-americano. Para Raymond, a ideia da mudança de sexo ou transição de gênero é falaciosa e, conseqüentemente, mulheres trans seriam apenas “homens biológicos” que imitam uma feminilidade dominante (Raymond, 1994). Desvinculada das produções católicas conservadoras das décadas de 1990 e 2000, essa obra se tornou a principal referência histórica para a atuação antigênero do feminismo radical contemporâneo.

O fim da década de 1970 foi também marcado por outros conflitos relacionados ao sexo. Desde esse período, temas como a pornografia e a prostituição geraram intensos embates no interior do feminismo. Por exemplo, ao longo dos anos de 1980, feministas radicais norte-americanas (como Andrea Dworkin e Catharine MacKinnon) se engajaram em campanhas antipornografia, colaborando, mesmo que de forma pontual no contexto dessa temática, com grupos religiosos conservadores para a aprovação de leis que a criminalizassem (Whittier, 2014) – algo que se deu em contraponto às perspectivas feministas mais liberais sobre assunto. *Gênero*, prostituição e pornografia se tornaram os principais pontos de dissidência do feminismo radical frente às perspectivas feministas *sex-positive* e transinclusivas que se consolidariam no *mainstream* do movimento na virada do século. Na visão de algumas feministas radicais entrevistadas, em paralelo à incorporação das discussões de gênero nos anos 2000, ocorreram grandes retrocessos na luta pela emancipação das mulheres em todo o mundo. Mais especificamente, a prostituição e a pornografia foram socialmente normalizadas, fortalecendo uma indústria do sexo (aliada à indústria do *gênero*) que promove a violência patriarcal e a dominação masculina.

Nesse último período, reagindo ao avanço das políticas de diversidade de gênero, o feminismo radical passou a se mobilizar principalmente em oposição ao transativismo e à incorporação do conceito de identidade de gênero nas agendas governamentais. O trabalho inaugural para a consolidação da perspectiva antigênero no feminismo radical contemporâneo foi o livro *Gender Hurts: A feminist analysis of the politics of transgenderism*, da feminista britânico-australiana Sheila Jeffreys (2014). Esse livro foi responsável pela retomada das

discussões do *The Transsexual Empire* para uma nova geração de feministas radicais, revitalizando-as para os dias atuais – como, por exemplo, ao vincular as demandas das pessoas trans por modificações corporais aos interesses financeiros de um complexo industrial médico-farmacêutico e de uma elite neoliberal⁶⁷. *Gender Hurts* de Jeffreys deu as bases teóricas para esse mundo de ativismo antigênero que se propagava pela internet, sobretudo na década de 2010, por meio de blogs, fóruns de discussão e páginas nas redes sociais (Cyrino, 2023; Martinez, 2021; Thurlow, 2022).

De acordo com Fabiana Martinez (2019, 2021), o feminismo radical se reconfigurou nas últimas duas décadas por meio da construção de uma comunidade virtual, fomentada por ativistas e organizações locais, que recuperou a literatura feminista radical da segunda onda para se contrapor à incorporação da temática trans pelo movimento. Esse foi um processo que se iniciou no mundo anglófono, o que se evidencia com o surgimento do acrônimo TERF (de *trans-exclusionary radical feminism*), ao final dos anos 2000 (Thurlow, 2022), comumente empregado como um termo acusatório ou pejorativo. Posteriormente, surgiram outras formas de autoidentificação políticas como “críticas de gênero”, “abolicionistas de gênero” e “feministas materialistas”, que são empregados praticamente como sinônimos por diferentes ativistas. Conectadas às redes de discussão global, uma nova geração de feministas radicais brasileiras passou a divulgar ideias e narrativas antigênero, em confronto aberto com transativistas e feministas transinclusivas. Questões como a presença de pessoas trans em espaços exclusivos para mulheres se tornaram foco de duros embates públicos que repercutiram nas dinâmicas locais do movimento, resultando em quebras de vínculo, relações de desconfiança e dissidências políticas.

É importante salientar que o ativismo antigênero no mundo feminista radical surge, inicialmente, como um fenômeno restrito aos conflitos internos do movimento feminista e das comunidades virtuais frequentadas por grupos de esquerda. Em um primeiro momento, durante as mobilizações nos planos de educação de 2014-2015, ele se manteve desconectado das campanhas contra a *ideologia de gênero* promovidas por grupos católico e evangélicos. Foi apenas ao final da década de 2010, em paralelo à consolidação de algumas legislações e políticas de direitos para a comunidade trans no cenário brasileiro – como o reconhecimento legal da identidade de gênero, a criminalização da homotransfobia, a difusão do uso do pronome

⁶⁷ Existe uma literatura recente sobre os *danos* causados pelo *gênero* à vida das mulheres, sobretudo oriunda de autoras anglófonas, comumente referenciada por feministas radicais. Alguns exemplos são: *Irreversible Damage: The transgender craze seducing our daughters*, de Abigail Shrier (2020), *Trans: When ideology meets reality*, de Helen Joyce (2021), e *The abolition of sex: How the “transgender” agenda harms women and girls*, de Kara Dansky (2021).

neutro e dos banheiros transinclusivos – que grupos feministas radicais começaram a se incorporar às ações do movimento antigênero em contraposição à *abolição* da realidade material do sexo.

Defender a definição da categoria “mulher” com base exclusivamente no sexo biológico é o principal ponto de convergência desses mundos tão distintos. Como explicado por uma colaboradora em entrevista anônima, “mulher” seria uma categoria ontológica relacionada às vivências que constituem as pessoas do sexo feminino desde o nascimento⁶⁸. Identificadas pelas características corporais-biológicas, mulheres são vítimas da opressão patriarcal perpetuada por homens ao longo da história da humanidade. Portanto, para ela, reconhecer que homens podem se tornar mulheres nega a realidade biológica e apaga a história das relações de desigualdade fundadas no sexo, resultando inevitavelmente na perda do protagonismo das mulheres na luta por sua própria emancipação⁶⁹. Apesar de se tratar de uma interpretação antagônica àquelas produzidas por lideranças conservadoras cristãs, a compreensão de que o sexo estrutura a identidade humana de modo determinante aproximou o feminismo radical dos protestos contra o *gênero* já existentes no Brasil. Por motivos distintos, mas com objetivos convergentes, tais grupos passaram a integrar o mesmo espaço relacional por meio da construção de ações comuns contra a *agenda transgênero* e a dissolução da identidade sexual.

Foi a partir da discussão sobre direitos baseados no sexo que feministas radicais britânicas, dentre elas Sheila Jeffreys, fundaram a Women Declaration International (WDI, anteriormente WHRC - Women’s Human Rights Campaign), em março de 2019 – iniciativa endossada, no ano seguinte, por ativistas brasileiras que formariam a WDI Brasil como uma de suas seções locais⁷⁰. De acordo com o documento base da campanha, intitulado “Declaração dos Direitos das Mulheres com base no Sexo”, a incorporação do conceito de identidade de gênero nas políticas públicas em todo o mundo produziu um impeditivo significativo para a

⁶⁸ Essa colaboradora anônima falou sobre as diferenças com os grupos conservadores: “eu acho que eles vão entender a categoria mulher como ligada à toda uma moralidade dogmática que tem a ver com o próprio campo conservador, que está impregnado de religiosidade e fanatismo. Toda uma série de questões ali que vão manter a mulher no seu lugar tradicional. Agora o feminismo radical vai entender a mulher como uma categoria ontológica, mas que precisa ser alvo de direitos para que mantenha sua dignidade. São entendimentos diferentes. Eu acho que os conservadores andam um pouco lado a lado na crítica, mas eles não estão fazendo muita crítica. [...] o feminismo radical elabora muito bem a crítica que faz ao contrário do campo conservador”.

⁶⁹ Essa definição ontológica do que é ser mulher por vezes é vinculada à questão da reprodução, do parto e da maternidade. Algumas organizações feministas radicais possuem uma forte atuação nas temáticas do parto natural e humanizado. Sobre a maternidade em específico, a oposição à Lei da Alienação Parental (LAP), que é criticada pelo movimento feminista de forma geral, por dificultar o afastamento de ex-parceiros violentos, também tem um forte espaço no ativismo feminista radical.

⁷⁰ Todas as informações sobre a campanha estão disponíveis em: <https://www.womensdeclaration.com/>. A WDI Brasil possui um site próprio com mais informações sobre as atividades locais e um blog com publicações periódicas, recuperado de <https://wdibrasil.com/>.

eliminação da violência contra mulheres e meninas, impondo retrocessos em direitos já conquistados pelo movimento feminista. Desse modo, o objetivo da campanha seria conscientizar a população e as autoridades públicas sobre os danos que esse conceito vem gerando às mulheres em todo o mundo, visando o seu descrédito e desuso nas políticas governamentais.

No cenário nacional, a WDI Brasil se consolidou como a principal referência para a atuação de feministas radicais engajadas em alguma forma de ativismo antigênero, seja por ser um coletivo que organiza ações e campanhas locais ou por ser uma plataforma de princípios e objetivos políticos respaldada por uma comunidade de ativismo internacional. Por exemplo, das cinco pessoas entrevistadas que pertencem a esse mundo, quatro delas eram colaboradoras ou membras ativas dessa organização. Como explicado por Carmen Alves:

Então, esse grupo, chamado WDI, se organiza em torno de uma declaração de direitos das mulheres baseados no sexo, já que a gente parte de uma análise feminista radical que trata os sexos não apenas como categorias da biologia, mas como categorias sociológicas. A gente trabalha com a ideia de classe sexual, na medida em que os homens, enquanto um grupo coeso em torno desta questão, se apropriam das capacidades reprodutivas, laborais e sexuais das mulheres, constituindo dois grupos que têm interesses antagônicos e, portanto, classes. É nesse sentido que a gente entende classe. Essa declaração foi escrita, se não me engano, a muitas mãos. Uma delas, uma das escritoras, é a Sheila Jeffreys, que é uma feminista de segunda onda, mas que ainda está viva, ainda caminha entre nós. Portanto, a gente tem um caráter bastante, digamos assim, ortodoxo, em relação à nossa abordagem teórica. A gente tem uma ligação direta e intrínseca com o movimento de mulheres da década de 70 e com as ideias que foram pensadas nessa época. Isso não quer dizer que a gente tenha parado de produzir e de se atualizar, mas isso quer dizer que o nosso frame teórico tem um compromisso político que está ainda muito pautado naquelas mulheres, naquele tempo, tanto as que estão vivas né, como a Jeffreys, como Raymond, quanto as que já faleceram, como a Dworkin, por exemplo.

A despeito das divergências com os grupos pró-vida e pró-família que deram as bases sociais para o surgimento do movimento antigênero brasileiro, o feminismo radical ingressou nesse universo por entender que existe um inimigo maior que ameaça o que há de mais estrutural para a vida e a segurança das mulheres – a identificação e o sentimento de pertencimento a uma classe sexual que é historicamente oprimida. Nessa perspectiva, a *agenda de gênero* promovida pelo transativismo colocaria em questão a própria realidade biológica que distingue homens e mulheres, impossibilitando a construção de espaços de solidariedade e auto-organização exclusivos que protegeriam as mulheres da violência masculina. Mesmo que em relativo isolamento, devido às diferenças ideológicas com os grupos conservadores, feministas radicais participam ativamente das mobilizações contra o avanço do *transgenerismo* nas

instituições brasileiras, onde constroem novas relações (por vezes contraditórias, mas entendidas como necessárias) e ampliam seu espaço de influência política para além de suas redes já consolidadas.

3.5 Dois outros mundos conservadores no universo antigênero brasileiro

Por fim, neste último tópico, apresento algumas considerações sobre dois outros mundos que são relevantes para uma descrição do movimento antigênero brasileiro: (1) um mundo liberal-conservador e (2) um mundo conservador antiliberal e anti-imperialista. É interessante notar que esses mundos são opostos em relação ao liberalismo enquanto uma filosofia política, a despeito de compartilharem ideias conservadoras no campo da moralidade e dos valores sexuais que os engajam em diferentes formas de ativismo antigênero. Essas diferenças são o motor de conflitos e divergências ideológicas, apaziguadas de forma provisória em torno da oposição ao *gênero*, assim como ocorre nas interações entre os mundos evangélico, católico e feminista radical descritos nos tópicos anteriores.

Portanto, apesar de estarem agrupados em um único tópico de análise, sob o guarda-chuva do conservadorismo, ressalto que são mundos muito diferentes, de fato antagônicos, que não devem ser confundidos como semelhantes ou convergentes. A razão da escolha por agrupá-los em um único tópico é estritamente situacional. Ambos os grupos não demonstraram grande expressão nas mobilizações brasileiras contra o *gênero* no último período e estão vinculados a algum tipo de conservadorismo social – o que geralmente é descrito pela literatura como o principal motivador para a oposição ao *gênero* entre diferentes grupos sociais, com exceção das feministas radicais.

Outra consideração importante é que existem outros mundos menores no universo antigênero brasileiro para além desses dois destacados, alguns que poderiam integrar o campo “conservador” junto a esses dois destacados. Eles não foram foco deste estudo devido ao baixo engajamento em ações coletivas e nas campanhas construídas por esse contramovimento no Brasil. Ao longo da pesquisa virtual, foram encontrados alguns vídeos antigênero produzidos por pessoas vinculadas a outras correntes religiosas, como o espiritismo, o espiritualismo New Age e o judaísmo. Internacionalmente, a perspectiva antigênero já produz reflexos políticos em outras partes do mundo para além dos países de maioria cristã. Por exemplo, em agosto de 2023, o governo iraquiano banuiu a utilização do termo “gênero” de todas as suas comunicações públicas, assim como recomendou a substituição de “homossexualidade” por “desvio sexual” (Alkhudary, 2023). É inegável a existência de inúmeras possibilidades de oposição aos efeitos

políticos do conceito de gênero, em sua grande maioria convergentes com a defesa de valores sociais tradicionais e políticas conservadoras, que não estão restritas aos dois mundos aqui destacados.

3.5.1 Liberal-conservadorismo

Como descrito por Camila Rocha (2018), a combinação de posições conservadoras e liberais deu o tom político-ideológico da nova direita brasileira emergente nas décadas de 2000 e 2010. Essa combinação é, por vezes, expressa na fórmula “conservador nos costumes” e “liberal na economia” por porta-vozes de partidos e movimentos de direita. Apesar de algumas pessoas sustentarem que o liberal-conservadorismo é uma ideologia bem definida, com postulados únicos e uma tradição intelectual específica, existem diferentes formas de produção desse elo ideológico – e de demarcação e contraposição ao liberalismo social (conjunção entre livre mercado, políticas redistributivas e direitos humanos) que se tornou dominante no centro político global desde os anos 2000⁷¹. Pessoas vinculadas a esse mundo empregam uma variedade de terminologias para se localizar ideologicamente e especificar suas propostas políticas, como minarquismo (Estado mínimo que deve garantir unicamente a ordem e a segurança), anarcocapitalismo (abolição do Estado e soberania do mercado), libertarianismo de direita, liberalismo clássico, etc.

Portanto, não existe uma única forma de pertencimento ao mundo liberal-conservador. Ele aglutina uma variedade de organizações, grupos e lideranças políticas – nem sempre harmônicas ou convergentes – que se alinham em torno da oposição às ideias socialistas e comunistas, à liberalização revolucionária dos valores sociais e das práticas culturais, e aos inimigos do capitalismo e da liberdade de mercado (Quadros, 2015; Rocha, 2018; Rocha et al., 2021; Velasco e Cruz et al., 2015). Com algum grau de consenso, sua tradição intelectual é frequentemente associada à Escola Austríaca de Economia, como destaque para os escritos de Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, difundidos pelos institutos liberais atuantes em todo o país, para além de pensadores clássicos do conservadorismo político, como Edmund Burke e Russel Kirk.

⁷¹ Por exemplo, o presidente do Instituto Liberal, Lucas Berlanza, relatou em entrevista que existem liberais sociais que defendem a *ideologia de gênero*: “Dos liberais, eu diria que há uma faixa do liberalismo social que, de certo modo, se abriu ao campo da discussão identitária. O que, para mim, é um perigo. Eu acho que o liberalismo social é uma vertente legítima do liberalismo. Mas, particularmente, eu penso que essa recente introdução do identitarismo, nos círculos liberais sociais, perverte um pouco o seu enquadramento na tradição liberal. [...] existe dentro do liberalismo social uma faixa aberta à discussão dessas questões. Inclusive em alguns movimentos liberais sociais no Brasil, você tem transexuais participando e defendendo essa agenda”.

As ideias de Olavo de Carvalho tiveram também uma influência considerável na conformação desse mundo no Brasil, sobretudo por meio de seu trabalho de formação na internet a partir dos anos 2000, revitalizando o pensamento conservador brasileiro e seu alinhamento ao liberalismo econômico (em distinção ao conservadorismo nacionalista promovido por figuras como Éneas Carneiro, já mencionado no capítulo 1) para uma nova geração de jovens que passaram a se identificar com a direita política.

O liberal-conservadorismo atua também como um espaço modulador que influencia politicamente uma diversidade de grupos e perspectivas. Como averiguado ao longo da pesquisa, a maioria das pessoas vinculadas ao catolicismo e às denominações evangélicas expressam algum tipo de posição liberal-conservadora⁷². Algumas lideranças políticas inclusive transitam bem entre estes diferentes mundos e se convertem, de modo orgânico ou situacional, em paladinas do livre mercado, dos valores tradicionais e da doutrina cristã. Por exemplo, o filho do ex-presidente e deputado federal Eduardo Bolsonaro é comumente reconhecido por atuar nas intersecções entre os mundos evangélico e liberal-conservador, sobretudo por seu pertencimento à Igreja Batista e pelo papel que cumpriu na articulação internacional do governo Bolsonaro com partidos e movimentos de direita de outros países. O que torna uma pessoa exclusivamente vinculada a esse mundo, mesmo pertencendo a alguma denominação cristã, é a centralidade que ela confere à política secular ao hipervalorizar as questões econômicas em detrimento das pautas morais e culturais e da defesa dos valores religiosos – distinguindo assim ativismos conservadores seculares e religiosos, sem negar a existência de hibridismos.

Um dos principais expoentes desse mundo, por seu protagonismo nos protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2015-2016, o Movimento Brasil Livre (MBL) se engajou mais tardiamente nas mobilizações contra o *gênero*. Foi apenas por volta de 2017 que o grupo passou a dar maior importância a essa questão, momento em que procurou atuar na denúncia contra a doutrinação de *gênero* nas escolas no contexto das campanhas em prol do Escola Sem Partido (Silva, 2022). Em setembro de 2017, o movimento foi protagonista em duas denúncias que ganharam repercussão nacional: os casos do Queermuseu em Curitiba, exposição artística sobre diversidade sexual que foi cancelada após uma campanha de boicote ao Banco Santander que a patrocinava, e de uma performance teatral no Museu de Arte Moderna de São Paulo que

⁷² Mesmo entre grupos católicos tradicionalistas, de orientação antiliberal, o liberal-conservadorismo encontra eco e influência. Adolpho Lindenberg, um dos fundadores da TFP, auxiliou no financiamento da primeira edição brasileira, de 1946, do livro *O Caminho da Servidão*, uma das mais influentes obras anticomunistas, escrita por Hayek (Rocha, 2018). Como explicado por Frederico Viotti do IPCO, a despeito de ter ganhado força na Segunda Revolução contra a Santa Igreja, o liberalismo econômico cumpre um papel conservador ao proteger o “direito natural” à propriedade privada das investidas comunistas, sendo profícuo quando desvinculado do “liberalismo filosófico”.

era interpretada por um homem nu e não tinha restrição de idade ao público (Aragusuku, 2018; Silva, 2022).

As postagens do MBL denunciando tais eventos receberam grande visibilidade nas redes sociais e reforçaram a popularidade do grupo no universo das direitas naquele momento, em um período pré-eleitoral. Contudo, como afirmado por Gabriela Montez Silva (2022), o forte engajamento do MBL nas mobilizações antigênero em 2017-2018 era algo mais situacional, relacionado à grande importância dada à temática por grupos conservadores, sobretudo católicos e evangélicos, e aos possíveis ganhos eleitorais da visibilidade recebida. Anteriormente, lideranças do MBL chegaram a afirmar que esse era um assunto pouco relevante politicamente e não os interessava. Em 2019, no início do governo Bolsonaro, um de seus fundadores enfatizou que o então presidente se ocupava de modo excessivo com questões como a *ideologia de gênero*, deixando de lado a pauta econômica e as reformas liberais que deveriam ser aplicadas no Estado brasileiro (Silva, 2022). Apesar de entendê-la como secundária, o grupo mantém a sua posição antigênero nos dias atuais, especialmente quando aborda a questão dos direitos para pessoas trans, publicando periodicamente, mesmo que em menor intensidade, conteúdos contra a *ideologia de gênero* em seus canais públicos de comunicação.

O entendimento de que *gênero* era um problema pouco relevante, sobretudo se comparado às grandes disputas macroeconômicas, me foi compartilhado também por Lucas Berlanza, presidente do Instituto Liberal, com quem realizei uma entrevista. Em suas palavras, esse era um assunto raramente abordado por ele e se fazia presente no portal virtual do instituto somente através de textos escritos por seus colunistas, que são livres para comentar sobre assuntos variados. De modo geral e consoante à visão de Lucas, o Instituto Liberal se propõe a não se intrometer em assuntos privados, como a vida sexual das pessoas, porém se opõe às ideologias pós-modernas, ao avanço do marxismo cultural e do globalismo, e à negação da realidade biológica que distingue homens e mulheres. Os primeiros textos sobre a *ideologia de gênero* foram publicados no site do instituto já em 2015, em meio aos conflitos sobre os planos de educação. Assim como ocorreu com o MBL, a temática ganhou mais destaque a partir de 2017, sendo tema de algumas dezenas de textos publicados por colunistas que escrevem para o instituto (Silva, 2022).

Uma das colunistas que publicou um texto sobre esse assunto foi Catarina Rochamonte, professora de Filosofia Política e ex-presidente do Instituto Liberal do Nordeste. Em seu texto “Meus Filhos, Minhas Regras”, ela defendeu que o projeto do Escola Sem Partido seria uma ferramenta de prevenção da doutrinação ideológica de esquerda nas escolas, em especial a de *gênero*, que viola a neutralidade do Estado e os valores das famílias cristãs. Ampliando esta

discussão em um novo texto, ela publicou uma resenha da obra *El Libro Negro de la Nueva Izquierda: Ideología de género o subversión cultural*, de autoria dos argentinos Nicolás Márquez e Agustín Laje (2016). Nessa resenha, Rochamonte fez uma síntese dos principais argumentos históricos e filosóficos contra o *gênero* presentes no livro, destacando inclusive os trechos em que Laje retoma às críticas liberais de Mises ao movimento feminista por suas tendências socialistas⁷³.

Agustín Laje, propagandista do libertarianismo conservador e amigo pessoal do presidente argentino Javier Milei, é um dos principais nomes da oposição ao *gênero* no mundo *hispanohablante*, sendo frequentemente convidado para debates e entrevistas sobre o assunto em diversos países. Desde 2016, ele buscou se afirmar como uma das principais autoridades intelectuais especializadas nos perigos do marxismo cultural e da *ideologia de género*, adaptando e reconfigurando uma discussão inaugurada pelo tradicionalismo católico ao vocabulário liberal-conservador. É curioso notar que, em sua reconstrução histórica da *ideologia de género*, Laje omitiu toda a literatura católica que vem difundindo o uso desse conceito desde o final da década de 1990 – inclusive não fazendo qualquer menção ao livro do argentino Jorge Scala (2010), mesmo sendo evidente as similaridades narrativas entre ambos os trabalhos.

Essas diferenças com o catolicismo se expressam, por exemplo, em uma maior aceitação da homossexualidade como uma orientação sexual natural, que deve ser respeitada quando vivida privadamente sem as subversões culturais do ativismo ideológico. Em seu discurso para a “grande marcha contra a *ideologia de género*” realizada em San Juan, capital de Porto Rico, em agosto de 2021, Laje fez questão de ressaltar que “ninguém estava combatendo a pessoa homossexual” e que havia “homossexuais contra essa agenda”, pois a orientação sexual é diferente da *ideologia de género*⁷⁴. Apesar de não ser majoritária, essa posição é defendida por outras pessoas vinculadas ao mundo liberal-conservador, que defendem a liberdade sexual das pessoas desde que exercida de modo privado, assim como foi possível averiguar nas entrevistas realizadas para a pesquisa. Contudo, isso não passa despercebido pelos grupos tradicionalistas católicos, que consideram as posições de Laje como excessivamente liberais e contrárias aos

⁷³ O texto escrito para o Instituto Liberal, publicado em 6 de outubro de 2018, está disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/meus-filhos-minhas-regras/>. A resenha do livro, publicada em 28 de maio de 2019, está disponível em: <https://www.burkeinstituto.com/blog/atuallidades/resenha-da-obra-el-libro-negro-de-la-nueva-izquierda-ideologia-de-genero-o-subversion-cultural/>. Nesse último ano, Rochamonte (2019) também publicou o livro *Um olhar liberal-conservador sobre os dias atuais: Ensaio político e morais*, que compilou pequenos textos sobre temas livres, alguns que abordam a *ideologia de género*.

⁷⁴ Agustín Laje Arrigoni (17/08/2021), “Discurso *DEMOLEDOR* contra la Ideología de Género | Agustín Laje”. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=rUxn405PFI>.

princípios da doutrina católica, pois a homossexualidade deveria ser condenada em todos os seus aspectos, inclusive na vida privada, e nunca normalizada⁷⁵.

Por outro lado, são inegáveis também as convergências entre liberais-conservadores e conservadores cristãos. Tais mundos convergem, de modo incontroverso, no movimento pró-vida e na oposição às demandas feministas pelo reconhecimento do direito ao aborto, mesmo entre libertários como Laje e Milei. A própria aceitação social da homossexualidade não é consensual e a perspectiva pró-família também tem grande influência no mundo liberal-conservador. Por exemplo, no livro sobre a *ideologia de gênero* escrito em coautoria com Laje, Márquez afirmou que a homossexualidade é uma perversão e um comportamento anormal que contribuiu para o surgimento da AIDS (Márquez & Laje, 2016). Ele também se referenciou no católico tradicionalista Plínio Corrêa de Oliveira, um implacável opositor do liberalismo, para explicar a aliança entre as ideologias “comunista” e “homossexualista” no mundo ocidental. Em muitos casos, essas convergências com o conservadorismo cristão revelam tensões entre as posições liberais e conservadoras, especialmente em relação a como interpretar o avanço da agenda de direitos sexuais e reprodutivos experienciada em países capitalistas de regime democrático-liberal nas últimas décadas⁷⁶.

Outro expoente desse mundo, influente comentarista de direita e ex-presidente do conselho deliberativo do Instituto Liberal, Rodrigo Constantino se destacou por seus pronunciamentos contra a *ideologia de gênero*, realizados desde 2015 na mídia – seja em textos para a sua coluna no jornal conservador *Gazeta do Povo* ou em análises políticas para programas jornalísticos na *Jovem Pan* e na *Rede Record* (Silva, 2022). Ao longo dos últimos anos, Constantino defendeu a conciliação entre as perspectivas conservadoras e liberais, denunciando as pessoas que se dizem liberais, mas são, na verdade, “idiotas úteis” da esquerda. Diferentemente de Lucas Berlanza, Catarina Rochamonte e das lideranças do MBL, Constantino não rompeu com o governo e manteve fortes relações com importantes figuras do bolsonarismo⁷⁷.

⁷⁵ Um colunista do *site* espanhol católico *Tradición Viva* chegou a afirmar que liberais-conservadores como Laje são parte do problema do *gênero* por não defenderem a criminalização da homossexualidade. Recuperado de <https://web.archive.org/web/20211108000611/https://www.tradicionviva.es/2021/11/07/la-postura-en-relacion-a-la-ideologia-de-genero-de-liberal-conservadores-como-agustin-laje-y-nicolas-marquez-es-parte-del-problema/>.

⁷⁶ Em relação a essa discussão sobre a homossexualidade, existem atualmente grupos e pessoas LGBTI+ que se opõem à *ideologia de gênero* com base em argumentos liberais-conservadores, como demonstrado por Fernanda Salgado (2023), em sua pesquisa sobre a consciência política de gays e lésbicas de direita no contexto brasileiro de consolidação do bolsonarismo. Algumas pessoas entrevistadas em sua pesquisa chegam a mencionar as pautas de *gênero* como um desvio da luta por respeito.

⁷⁷ Em entrevista, Lucas Henrique do CDB chegou a se questionar se Constantino ainda se identificava com o liberalismo ou se seria atualmente somente um conservador. No último período, não sem divergências explícitas, Constantino manteve fortes laços com figuras como Eduardo Bolsonaro e Allan dos Santos, para além do apoio

De todo modo, as falas de Constantino sobre a *ideologia de gênero* não contradizem a posição que unifica o mundo liberal-conservador em torno dessa questão: o Estado não poderia impor a censura a pessoas e grupos que se opõem aos movimentos por diversidade sexual e de gênero, mesmo aqueles que apresentam posições mais radicais, e nem financiar com dinheiro público uma ideologia que nega a natureza sexual e a biologia humana. Nesse sentido, o foco principal desse mundo é a oposição aos movimentos que lutam por direitos sexuais e reprodutivos, desde o princípio dominados por “esquerdistas” e “comunistas”, e especialmente às demandas por reconhecimento e proteção às “identidades transgênero” pelo Estado brasileiro.

3.5.2 Conservadorismo antiliberal e anti-imperialista

Em dezembro de 2013, conhecido como uma das principais lideranças da esquerda latino-americana, o então presidente do Equador Rafael Correa se pronunciou contra a *ideologia de gênero* em seu programa Enlace Ciudadano, transmitido para todo país pela televisão estatal. Em suas palavras, homens e mulheres possuem naturezas sexuais distintas e papéis complementares, sendo a família tradicional a base de toda sociedade. Enfatizando que esta não é uma questão de esquerda ou de direita, mas de sim de valores morais, o ex-presidente afirmou que a *identidade de gênero* é uma *ideologia* perigosa, pois ensina às crianças que o sexo é uma construção social e pode ser modificado ao longo da vida⁷⁸. Essa fala ocorreu no contexto do avanço das discussões sobre a legalização do aborto e do casamento homoafetivo no Equador (Viteri, 2016), duas pautas contrapostas de forma veemente por Correa, mesmo que impulsionadas por lideranças de seu partido no parlamento. Naquele mesmo ano, com o avanço dessas discussões, ele havia ameaçado renunciar da presidência do país caso a despenalização do aborto fosse aprovada.

Mesmo após uma década dessa fala, diferentemente de outras lideranças da esquerda que assimilaram as discussões relacionadas à gênero e sexualidade, Correa manteve intocada a sua posição. Em uma entrevista realizada em abril de 2023, ao ser perguntado sobre o que ele pensava sobre as “pautas identitárias” abraçadas pela esquerda na atualidade, o ex-presidente

público dado a Bolsonaro. Nas palavras de Lucas Henrique: “nós e os liberais temos pouquíssimas coisas em comuns. Aliás, eu até entendo que um liberal vê isso com bons olhos. Eu estou conhecendo nenhum liberal que seja contra a ideologia de gênero”.

⁷⁸ A fala de Correa está disponível no seguinte vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=wA2vkMZaG7s>. Sua posição é bastante semelhante aos discursos empregados pelo pioneiro movimento “Las Madres Tienen Voz”, que se mobilizou contra a *ideologia de gênero* durante a assembleia constituinte equatoriana de 2007-2008.

afirmou que era um erro dar centralidade a tais questões. Durante a entrevista, ele explicou que continuava se opondo ao aborto e ao casamento homoafetivo, e que considerava a ideia de *gênero* uma “loucura terrível”. Para além disso, em suas palavras, a grande atenção dada ao debate sobre direitos sexuais e reprodutivos seria, inclusive, uma “estratégia do norte, da direita” para gerar conflitos e distrair as pessoas das discussões verdadeiramente essenciais, como pobreza e desigualdade socioeconômica, que estariam sendo deixadas de lado pela nova⁷⁹.

A visão de Correa sobre tais questões é compartilhada por muitos grupos que se identificam com os movimentos anticoloniais, a questão do anti-imperialismo e as políticas de esquerda de forma mais geral. Para tais grupos, a luta contra a hegemonia do imperialismo estadunidense havia sido enfraquecida pelo avanço de uma “esquerda identitária”, afastada dos movimentos populares e dominada por uma “elite acadêmica” que assimilou o “identitarismo liberal” e abandonou as disputas geopolíticas e macroeconômicas, secundarizando os verdadeiros interesses dos povos oprimidos e colonizados. Desse modo, as discussões relacionadas a gênero e sexualidade, promovidas por movimentos e partidos de esquerda na atualidade, seriam na verdade expressões culturais dessa hegemonia e um reflexo da universalização do pensamento neoliberal norte-americano para todo o mundo. As demandas por diversidade sexual e de gênero e, em especial, a noção de identidade de gênero seriam formas de “identitarismo neoliberal” e, assim como o ex-presidente equatoriano, acreditam que os valores tradicionais representam melhor a realidade cultural dos movimentos populares e da população local⁸⁰.

Portanto, esse mundo seria caracterizado por uma perspectiva “antiliberal”, por rejeitar os efeitos econômicos, culturais e políticos da expansão global do liberalismo, e “anti-imperialista”, por defender de uma ruptura política protagonizada por movimentos nacionalistas-populares contra a hegemonia liberal e suas “elites globais”. É importante salientar que nem todos os grupos que promovem ideias antiliberais e anti-imperialistas, comumente defendidas no universo das esquerdas, assumem também posições antigênero. No Brasil, praticamente todos os partidos e movimentos de esquerda, sejam centristas ou mais radicais, incorporaram as discussões sobre diversidade sexual e de gênero em seus programas

⁷⁹ *Folha de São Paulo* (02/04/2023), “É um erro colocar a pauta identitária como central para a esquerda, diz Rafael Correa”. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/04/e-um-erro-colocar-a-pauta-identitaria-como-central-para-a-esquerda-diz-rafael-correa.shtml>.

⁸⁰ Outro exemplo de liderança latino-americana de esquerda que defendeu posições antigênero é o ex-presidente do Peru Pedro Castillo – eleito em 2021 e, posteriormente, destituído do cargo pelo parlamento após tentar dar um golpe de Estado em 2022. Oriundo de movimentos populares e sindicais, Castillo declarava ser contra o aborto, o casamento homoafetivo e a *ideologia de gênero*.

políticos, superando antigos conflitos relacionados a essa questão. Certamente, isso não impede que lideranças e ativistas expressem individualmente uma posição divergente, em especial contra as demandas por diversidade de gênero. No entanto, elas atuam sem o respaldo de suas organizações e correm o risco de sofrerem sanções éticas por violação do programa político consensuado.

O único grupo de esquerda no Brasil que assumiu uma posição abertamente antigênero é o Partido da Causa Operária (PCO), historicamente de orientação trotskista, mas com uma ideologia bastante singular e divergente da maioria das organizações socialistas de tradição semelhante. Para além das pautas comumente defendidas pela esquerda, o programa político do partido é centrado nas ideias de seu fundador Rui Pimenta, que congregam elementos de conservadorismo social, marxismo e antiliberalismo. Como afirmado por ele, em uma aula sobre o *identitarismo*, realizada para o Acampamento de Férias do PCO de 2023, a *ideologia de gênero* seria baseada em pressupostos anticientíficos que negam a natureza sexual, ao tornarem norma sexualidades atípicas (como a homossexualidade e a transexualidade), e estaria sendo promovida por uma esquerda “pequeno-burguesa” e “identitária”⁸¹. Contudo, como averiguado em seus canais de comunicação, esse é um tema pouco abordado pelo partido e suas lideranças, que não se engajaram em nenhuma mobilização pública contra o *gênero* no último período.

Outra organização pertencente a esse mundo é a Nova Resistência (NR), um grupo nacionalista e tradicionalista, que afirma superar a antiga dicotomia esquerda-direita. A NR atua a partir das ideias do filósofo russo Alexander Dugin, inaugurador da chamada Quarta Teoria Política. Essa teoria entende que três grandes ideologias foram concebidas no decorrer da modernidade: o liberalismo, o socialismo e o fascismo. Tais ideologias lutaram pela hegemonia global ao longo do século XX, algo que teve como desfecho a derrota do fascismo, com o fim da Segunda Guerra Mundial, e posteriormente do socialismo, com o fim da Guerra Fria. Após a queda da União Soviética, o liberalismo se tornou hegemônico no cenário global e foi propagado, tanto política quanto culturalmente, pelo “imperialismo atlantista” liderado pelos Estados Unidos – sendo a quarta teoria uma resposta eurasianista a essa hegemonia. Revisitando o que ele considerou ser as virtudes e limites das duas ideologias derrotadas (o socialismo e o fascismo), Dugin procurou elaborar as bases teóricas para a construção de um novo mundo multipolar, onde os diferentes povos e suas respectivas nações poderiam se autogovernar com base nos valores e tradições locais, sem as pressões universalizantes do pensamento liberal.

⁸¹ *Diário da Causa Operária* (23/01/2023), “46º Acampamento de Férias encerra aulas com ‘decolonialismo’”. Recuperado de <https://causaoperaria.org.br/2023/46-acampamento-de-ferias-encerra-aulas-com-decolonialismo/>.

Seguindo tais princípios e localizando a *ideologia de gênero* nesse contexto, um integrante da NR entrevistado considerou que:

Na medida em que o liberalismo triunfa, ele deixa de ser um modelo teórico ou ideológico e se torna a norma. O liberalismo passa a se tornar aquilo que é o comum, que é o normal, que é o que todo mundo deveria aceitar. E o ocidente vai, progressivamente, de forma às vezes agressiva, militar mesmo, bombardeando outros países, expandindo essa tábua de valores liberais para o resto do planeta. Essa expansão da tábua de valores liberais para o resto do planeta é o que a gente chama de globalismo, que é quando a civilização ocidental – ou seja, o atlantismo – expande sua tábua de valores, o seu ordenamento civilizacional, para todo o planeta. Então, isso é globalismo. Mas que tábua de valores é essa? Basicamente, a tábua de valores liberais: o individualismo, o secularismo, o materialismo, a economia de mercado, a democracia liberal, a democracia parlamentar e a ideologia dos direitos humanos. [...] Então, assim, essa tábua de valores liberais que passaram a se tornar norma, com a hegemonia unipolar do ocidente, a ideologia de gênero está dentro disso aí. A ideologia de gênero nada mais é do que uma radicalização do paradigma do indivíduo, que é “o indivíduo tem autossuficiência e tem completa autonomia, inclusive, para se desvincular das suas próprias filiações de gênero”. O Dugin vai falar de um “divíduo”. Não é mais um indivíduo, é o divíduo. É quando as filiações biológicas, as filiações comunitárias, as filiações religiosas, as filiações inclusive de gênero, se tornam fluidas. E o sujeito (no caso, o divíduo) não precisa mais de nenhuma delas. Ele pode trocar de gênero. Ele pode trocar de sexo. Ele pode, muitas vezes, ir para uma filiação de gênero e depois voltar para uma outra. E tudo é muito fluido. Então, essa fluidez, que é oriunda desse processo todo que eu descrevi, é o que constitui a ideologia de gênero.

Dugin é comumente descrito como uma das principais lideranças intelectuais da extrema-direita contemporânea⁸², tendo em vista a fundamentação tradicionalista e antiliberal de sua filosofia política, para além do seu vínculo histórico com organizações conservadoras ou mesmo neofascistas na política russa (Teitelbaum, 2020; Vasconcelos, 2023). A Nova Resistência, por sua orientação duginista e suas posições tradicionalistas, vem sendo definida, desde 2019, como uma organização extremista de direita por jornais e portais midiáticos, sendo acusada de ter se infiltrado no Partido Democrático Trabalhista (PDT) – partido tradicional de esquerda, onde algumas lideranças alcançaram posições de destaque nas direções partidárias locais. Em outubro de 2023, poucos dias após a publicação de um dossiê produzido pelo governo estadunidense acusando a NR de ser um satélite do governo russo (Global Engagement Center, 2023), o PDT decidiu pela expulsão de todas as pessoas que integram essa organização⁸³.

⁸² Alexander Dugin protagonizou uma discussão pública com Olavo de Carvalho sobre geopolítica internacional, nova ordem mundial e “globalismo”, posteriormente compilada em um livro (Carvalho & Dugin, 2012). A despeito de ambos lutarem contra o “globalismo”, eles divergem sobre o papel que os Estados Unidos e a filosofia liberal-ocidental tiveram no processo de acelerada destradicionalização do mundo nas últimas décadas.

⁸³ Carlos Lupi, ex-presidente do PDT, afirmou que a investigação interna das acusações foi autorizada, por ele, em maio de 2023 e que as expulsões seguiram todos os procedimentos de ética do partido. *Congresso em Foco*

Paradoxalmente, algumas das ideias duginistas da NR são vistas com afinidade por pessoas que se identificam com a esquerda, sobretudo por seu forte apelo anti-imperialista, sua crítica ao “identitarismo neoliberal” (o que envolve a rejeição à *ideologia de gênero*) e seu ativismo por um movimento nacional-popular por uma ordem global multipolar. Por compartilharem visões similares em diversos assuntos, o próprio PCO a considera uma organização aliada na luta contra o imperialismo norte-americano⁸⁴. Como explicado pelo integrante da NR entrevistado, de modo similar a ele, muitas das pessoas pertencentes à organização atuavam anteriormente em partidos ou movimentos de esquerda. Essas pessoas buscaram a NR por não se identificarem mais com o programa dos movimentos e partidos de esquerda no Brasil, ao qual se inclui a falta de crítica à hegemonia pós-modernista e neoliberal no plano das normas e valores sociais.

Em relação à *ideologia de gênero*, em sua concepção, essa seria uma das formas mais radicais de “individualismo” e “transhumanismo” possibilitadas pela hegemonia liberal. Negando a natureza sexual e a tradição que dá propósito à existência humana, as pessoas poderiam escolher se desvincular do seu próprio sexo biológico, seja pela normalização social da homossexualidade ou pela construção de novos corpos por meio das cirurgias de redesignação de sexo. De modo geral, a Nova Resistência considera que todas as nações e povos são livres para defender as suas tradições contra as investidas culturais do imperialismo “liberal-ocidental” – assim como vem acontecendo no caso das ações antigênero promovidas pelo governo russo (Edenborg, 2021; Kuhar & Paternotte, 2017).

Desde 2013, uma série de medidas foram aprovadas na Rússia para criminalizar qualquer tipo de demanda por diversidade sexual e de gênero. Mais recentemente, em 2021, Vladimir Putin chegou a afirmar que ensinar uma criança que “um menino pode virar uma menina” é um “crime contra a humanidade”⁸⁵. Essa fala se mostrou consonante com a posterior decisão do parlamento russo, de julho 2023, em aprovar uma lei (posteriormente referendada por Putin) que proíbe qualquer tipo de transição de gênero e o reconhecimento da existência de pessoas trans⁸⁶.

(23/10/2023), “Por ordens de Lupi, PDT expulsa 50 “infiltrados” de extrema-direita”. Recuperado de <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/por-ordens-de-lupi-pdt-expulsa-50-infiltrados-de-extrema-direita/>.

⁸⁴ Ambas as organizações possuem fortes vínculos políticos. Por exemplo, em 2022, Rui Pimenta abordou o assunto em uma das suas lives. O PCO também se solidarizou com a NR no momento de sua expulsão do PDT. *Cortes do COTV* (07/11/2023), “A relação e diferenças entre o PCO e a Nova Resistência | Momentos da Análise Política da Semana”. Recuperado de https://www.youtube.com/watch?v=bsVC_KkIUM4.

⁸⁵ *The Independent* (22/10/2021), “Putin calls teaching gender fluidity a ‘crime against humanity’”. Recuperado de <https://www.independent.co.uk/news/world/europe/putin-gender-fluidity-cancel-culture-b1943544.html>.

⁸⁶ *The New York Times* (01/08/2023), “Putin’s Crackdown Leaves Transgender Russians Bracing for Worse”. Recuperado de <https://www.nytimes.com/2023/08/01/world/europe/russia-transgender-ban.html>.

3.6 Síntese do capítulo

Neste capítulo, procurei apresentar um mapa do movimento antigênero brasileiro a partir de uma descrição das suas redes em interação, evidenciando os principais atores engajados, as perspectivas e motivações em jogo, e as relações estabelecidas entre eles nessa temática. Partindo do pressuposto de que movimentos sociais são “redes de interação informal entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e/ou organizações” (Diani, 1992, p. 3, tradução própria) e que contramovimentos são “redes de indivíduos e organizações que compartilham os mesmos objetos de preocupação que os movimentos sociais aos quais fazem oposição” (Meyer & Staggenborg, 1996, p. 1632, tradução própria), como explicitado no capítulo 1, considero que uma compreensão aprofundada das redes do movimento antigênero é primordial para qualquer análise ou discussão sobre a sua existência enquanto um fenômeno político.

Diversos trabalhos já reconheceram as características movimentistas da oposição ao *gênero*, seja enquadrando-o como um fenômeno global (Corredor, 2019) ou analisando a sua manifestação em contextos regionais e locais (Corredor, 2021; González Vélez et al., 2018; Kuhar & Paternotte, 2017; Lavizzari, 2021; Wilkinson, 2002). O diferencial da análise presente neste capítulo, dentre tantas outras, é a descrição detalhada das redes que constituem esse contramovimento, possibilitando a apreensão de sua pluralidade, complexidade interna e heterogeneidade. Descrever as diferentes expressões de ativismo antigênero perpassou analisar como essas redes conformam campos que evidenciam convergências e divergências entre distintos atores. Esses campos se aproximam e convergem em torno da oposição ao *gênero*, mas também se distanciam e divergem em relação a uma diversidade de questões ideológicas. Por exemplo, apesar de serem protagonistas na oposição à *ideologia de gênero* no parlamento brasileiro, grupos evangélicos e católicos possuem formas muito distintas de se organizar (religiosa e politicamente) e divergem em assuntos relacionados à teologia cristã.

Em relação aos outros mundos, existem também tensões entre posições mais liberais ou conservadoras, sobretudo no tocante à aceitação da homossexualidade. Mesmo que de forma minoritária, alguns grupos antigênero também possuem concepções que se enquadram no espectro da esquerda política, divergindo daqueles que se identificam com a direita. Para pensar nesses campos (ora convergentes, ora divergentes) do universo antigênero, optei por mobilizar a noção de “mundos” (Gubrium & Holstein, 2009; Shibutani, 1955). Essa foi uma escolha teoricamente orientada, por meio da qual procurei evidenciar o aspecto culturalmente construído dessas relações – o que envolve não apenas interesses e objetivos políticos, mas também visões de mundo, expectativas e padrões culturais, narrativas pessoais e coletivas, etc.

Quadro 3 - Síntese das principais características que definem os diferentes mundos do movimento antigênero brasileiro

Mundo	Histórico	Especificidades	Principais atores	Relações com os outros mundos
Católico	<ul style="list-style-type: none"> - A noção de <i>ideologia de gênero</i> foi formulada no mundo católico ao final dos anos de 1990 e início dos anos 2000 - No Brasil, passou a ser utilizada de forma pioneira e mais sistemática por grupos católicos no início da década de 2010 	<ul style="list-style-type: none"> - Forte produção intelectual e filosófica sobre a temática - Participação ativa do clero e do Vaticano na difusão global dessa noção - Protagonismo e atuação criativa de lideranças leigas, que participam de forma ativa nas mobilizações antigênero 	<ul style="list-style-type: none"> - Lideranças leigas como Felipe Nery - Lideranças clericais como Padre Paulo Ricardo - Organizações tradicionalistas como o Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO) e o Centro Dom Bosco - Organizações como a Opus Dei e a Comunidade Canção Nova 	<ul style="list-style-type: none"> - Como formularam essa noção e possuem uma vasta produção intelectual sobre a temática, atuam de forma bastante autocentrada - Reconhecem que os grupos conservadores, de modo geral, são aliados nas mobilizações contra o <i>gênero</i> - Possuem algumas posições antiliberais e duras críticas ao protestantismo
Evangélico	<ul style="list-style-type: none"> - Alguns ativistas evangélicos acompanharam a formulação católica dessa noção desde o final dos anos de 1990 - No Brasil, a noção de <i>ideologia de gênero</i> passou a ser utilizada de forma mais sistemática nesse mundo em meados da década de 2010, em meio aos conflitos sobre os planos de educação 	<ul style="list-style-type: none"> - Atuação unitária, mas fortemente permeada pela fragmentação organizacional (grande diversidade de igrejas independentes) - Forte produção criativa, com uma difusão orgânica de narrativas antigênero por meio de cultos, programas midiáticos, livros, jornais, músicas, etc. - Atuação articulada no parlamento entre diferentes denominações 	<ul style="list-style-type: none"> - Líderes de igrejas como o Pastor Silas Malafaia e o Pastor Jorge Linhares - Lideranças parlamentares como o Pastor Marco Feliciano - Lideranças pró-vida e pró-família como a Pastora Damares - Organizações diversas, vinculadas sobretudo às igrejas pentecostais, batistas e presbiterianas 	<ul style="list-style-type: none"> - O mundo evangélico foi fortemente influenciado pelo catolicismo - Essa influência ainda ocorre nos dias atuais, tendo em vista a grande produção literária antigênero do mundo católico - Contudo, esse mundo também possui uma atuação autocentrada, apesar de realizar alianças com outros grupos antigênero
Feminista Radical	<ul style="list-style-type: none"> - Possui uma crítica ao <i>gênero</i>, anterior ao catolicismo, que remonta à década de 1970 	<ul style="list-style-type: none"> - Tem uma produção pioneira contra o <i>gênero</i> que existe de modo paralelo às produções católicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Organizações feministas radicais, como a WDI Brasil - Pessoas com ativismo individual 	<ul style="list-style-type: none"> - Participa de ações pontuais com os grupos antigênero conservadores - Principal ponto de diálogo envolve

	<ul style="list-style-type: none"> - No Brasil, passou a se engajar nas mobilizações antigênero na segunda metade da década de 2010 	<ul style="list-style-type: none"> - Parte de narrativas bastante distintas dos outros mundos, pois atua a partir de uma perspectiva não tradicional, materialista e antipatriarcal - Forte atuação na internet, totalmente voltada à oposição ao transativismo 	nas redes sociais	<ul style="list-style-type: none"> a questão trans e divergem com os outros mundos em relação à estigmatização da homossexualidade - Relativo isolamento devido a divergências ideológicas com os outros mundos
Liberal-conservador	<ul style="list-style-type: none"> - Se engajou de forma relativamente tardia, com produções mais sistemáticas na segunda metade da década de 2010 - No Brasil, integra das mobilizações antigênero desde os conflitos nos planos de educação, e com maior atuação no período de 2017-2018 	<ul style="list-style-type: none"> - Bastante diverso, unificado na fórmula “liberal na economia” e “conservador nos costumes” - Característica mais secular, a despeito de intersecções com grupos religiosos - Alguns grupos entendem que essa é uma pauta secundária em relação às disputas econômicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Lideranças liberais-conservadoras como Rodrigo Constantino - Ativistas liberais de direita - Organizações como os institutos liberais e o Movimento Brasil Livre (MBL) 	<ul style="list-style-type: none"> - Forte intersecção com outros mundos, pois algumas lideranças possuem passagem nos meios católico e evangélico - Diverge sobre a centralidade que deve ser dada à oposição ao <i>gênero</i> - Converge sobretudo nas temáticas sobre educação e na oposição à questão trans
Conservador antiliberal	<ul style="list-style-type: none"> - Possui algumas manifestações pontuais desde meados da década de 2010, como no caso das falas de Rafael Correa contra a <i>ideologia de gênero</i> - Engajamento mais permanente bastante recente no Brasil, porém pouco expressivo 	<ul style="list-style-type: none"> - Consideram que o avanço das políticas LGBTI+ é uma expressão da hegemonia ocidental e neoliberal no mundo - Defendem que os valores tradicionais representam a cultura popular e a soberania nacional contra as invasões estrangeiras - Unificado em torno da crítica à “esquerda identitária” 	<ul style="list-style-type: none"> - Organizações de esquerda como o Partido da Causa Operária (PCO) - Organizações antiliberais e nacionalistas como a Nova Resistência - Ativistas de movimentos e partidos de esquerda ou antiliberais revolucionários que se opõem às “políticas identitárias” 	<ul style="list-style-type: none"> - Como são críticos ao capitalismo, raramente atuam de forma conjunta com grupos de direita - Possuem mais pontos de intersecção com as feministas radicais

Fonte: Elaboração própria.

Com base nas informações obtidas no levantamento virtual, no trabalho de campo e nos diálogos de pesquisa, foi elaborado um mapa heurístico do movimento antigênero brasileiro (ilustrado na Figura 4, presente no primeiro tópico deste capítulo) que destacou a existência de diferentes mundos que se relacionam em protestos, campanhas e outras formas de contramobilização. Nesse mapa, especifiquei cinco mundos de ativismo antigênero: (1) católico, (2) evangélico, (3) feminista radical, (4) liberal-conservador e (5) conservador antiliberal e anti-imperialista. A partir dessa distinção, busquei demonstrar como esses mundos se estruturam de modos específicos, variando em seus aspectos históricos, relacionais ou ideológicos – assim como sintetizado no Quadro 3. Apesar de todos eles se contraporem ao *gênero*, essas diferenças e especificidades são relevantes do ponto de vista analítico, pois evidenciam a existência de múltiplas ideias políticas, narrativas e motivações para se engajar em ativismos antigênero.

Seguindo as discussões realizadas no capítulo anterior, foi reafirmado o pioneirismo do mundo católico na produção das primeiras críticas mais sistemáticas ao uso do conceito de gênero nas políticas governamentais, sobretudo com a proposição da noção de *ideologia de gênero* ao final dos anos de 1990. No contexto brasileiro, essa noção passou a ser empregada mais sistematicamente por grupos católicos tradicionalistas no início da década de 2010. Por volta de 2014-2015, no momento em que os planos de educação passaram a ser contestados por possuírem o termo “gênero”, os grupos evangélicos entraram em cena e passaram a integrar as mobilizações antigênero com grande intensidade – apesar da existência de alguns/mas ativistas do mundo evangélico (como Severo e Justino) que já acompanhavam tais discussões desde os anos 2000, a partir de interações com grupos católicos tradicionalistas nos movimentos pró-vida e pró-família.

Com o passar do tempo, a oposição ao *gênero* foi sendo gradativamente traduzida e incorporada em outros mundos não necessariamente alinhados aos movimentos conservadores cristãos. Vinculado ao processo de emergência de uma nova direita brasileira na década de 2010, o mundo liberal-conservador se engajou mais fortemente nas mobilizações antigênero no período de 2017-2018, em apoio ao Escola Sem Partido, mas também vislumbrando os possíveis ganhos eleitorais dessa temática. Nos discursos liberais-conservadores, a luta contra a *ideologia de gênero* perdeu o seu sentido religioso e ganhou roupagens mais seculares, sendo secundarizada em comparação às pautas econômicas. Paradoxalmente, as mobilizações antigênero também ganharam expressões na esquerda política e entre grupos conservadores de linguagem antiliberal e anti-imperialista. A *ideologia de gênero* se tornou uma imposição da hegemonia do imperialismo ocidental, que vem promovendo as “políticas identitárias” como

uma forma de difusão global de seus valores, destruindo a tradição dos povos colonizados e fragilizando a sua capacidade de resistência.

As feministas radicais se constituem quase como um capítulo à parte do movimento antigênero por suas particularidades históricas e ideológicas. A primeira obra feminista radical a se opor ao *gênero* (em específico às ideias de identidade de gênero e transexualidade) data de final dos anos de 1970 e precede as produções católicas sobre o assunto. Contudo, um engajamento propriamente antigênero só vai ressurgir em meados da década de 2010, sobretudo por meio de ações de ativismo virtual. Devido a sua raiz teórica feminista, em especial ancorada no feminismo de segunda onda que incorpora elementos do marxismo a sua crítica ao patriarcado, esse mundo atua em relativo isolamento nas mobilizações antigênero no Brasil, pois diverge radicalmente das visões de mundo e valores políticos expressos por grupos conservadores. De todo modo, isso não impede que alianças pontuais aconteçam, pois elas compartilham com tais grupos a concepção de que o corpo biológico é o atributo que distingue ontologicamente homens e mulheres, não sendo possível “mudar de sexo” ou “transicionar de gênero”. Para as feministas radicais, as mulheres estariam em perigo com a presença de “homens biológicos”, isto é, mulheres trans, em espaços exclusivamente femininos.

Logicamente, não se nega a possibilidade de intersecções mais profundas e expressões de hibridismo entre os mundos do movimento antigênero brasileiro, como no caso das lideranças liberais-conservadoras que se identificam também como católicas ou evangélicas, atuando em mais de um mundo. Por outro lado, essas intersecções se manifestam principalmente no campo discursivo a partir do compartilhamento de ideias, valores e narrativas sobre os perigos do *gênero*. Apesar do presente capítulo não ter objetivado trabalhar essas questões de forma mais detida, elas evidentemente permearam a descrição dos mundos e das relações estabelecidas entre diferentes indivíduos, grupos e organizações do universo antigênero. A análise dos elementos narrativos desse fenômeno é especialmente útil para uma interpretação que integra aspectos psicológicos e políticos das mobilizações antigênero, como as discussões teóricas sobre insegurança ontológica (Giddens, 1991; Kinnvall, 2004, 2017), permitindo um retrato dos diferentes engajamentos pessoais e coletivos nessa temática a partir de seus próprios termos. Entender como as histórias sobre o *gênero* circulam entre diferentes mundos é fundamental para uma compreensão mais aprofundada das visões de mundo em jogo e dos motivos que levam pessoas oriundas de lugares de pertencimento distintos a se engajar nessa causa política.

Capítulo 4

Narrativas, enredos e motivos para lutar contra a *ideologia de gênero*

4.1 As mobilizações antigênero através de suas diferentes histórias

Assim como argumentado nos capítulos anteriores, o movimento antigênero brasileiro existe de modo plural a partir de diferentes mundos que constituem um universo de ações coletivas em contraposição às mudanças nas normas e valores sexuais e, de modo mais específico, ao avanço das políticas de gênero e sexualidade nas agendas governamentais. As primeiras mobilizações contra o *gênero* começaram no mundo católico ao final da década de 1990 e foram gradualmente assimiladas por outros mundos, onde ganharam novos contornos e sentidos. Desse modo, o movimento antigênero se conformou ao longo das últimas duas décadas de modo dinâmico, se adaptando a múltiplos contextos e realidades sociais. Unidas por um sentimento compartilhado de insegurança ontológica, suas distintas vozes produziram novas histórias sobre as mudanças culturais e políticas que reconfiguraram o campo da sexualidade em escala global, entendidas como ameaças às bases fundantes da realidade e da existência humana. Essa capacidade de canalização da insegurança e produção de novas relações deu força às mobilizações antigênero não apenas na realidade brasileira, mas em diversas partes do mundo (Corredor, 2021; Kováts & Pöim, 2015; Kuhar & Paternotte, 2018; Wilkinson, 2022).

A construção de narrativas coerentes e persuasivas sobre a ameaça do *gênero* foi um elemento primordial para a reconfiguração do campo de oposição às mudanças nas normas e valores sexuais. Essa reconfiguração se manifestou por meio da emergência de um contramovimento que passou a fomentar, em nível local e global, uma forte ofensiva contra qualquer tipo de expressão cultural ou política vinculada às demandas por diversidade sexual e de gênero (Corredor, 2019). A divulgação de histórias sobre o *gênero* que contradizem e concorrem com as versões originadas nos movimentos feministas e nas instituições acadêmicas, posteriormente incorporadas nas agendas governamentais, motivou as pessoas insatisfeitas com esse cenário de mudanças a se mobilizar permanentemente no sentido da restauração da segurança perdida. Foi produzido, assim, um objetivo prático, canalizado na oposição ao *gênero*, que pode ser traduzido em ações coletivas (protestos de rua, campanhas, cartilhas, formações, etc.), realizadas de forma semelhante e em contraposição à atuação dos movimentos sociais que historicamente lutam por tais mudanças.

De acordo com a literatura sobre movimentos sociais e narrativas (Davis, 2022; Polletta, 1998), as histórias contadas por lideranças políticas e ativistas não são apenas reflexos de interesses e cálculos políticos. Elas são parte constitutiva de suas visões de mundo, identidades e realidades culturais, motivando e moldando o engajamento em mobilizações sociais. Em paralelo à representação de problemas públicos, as narrativas engajam os indivíduos e suas

trajetórias pessoais em comunidades políticas por meio de histórias coletivas (Hammack & Pilecki, 2012), proporcionando agência e ímpeto para a participação em movimentos. No momento em que a ativista católica Dale O’Leary (1995, 1997) publicou os seus primeiros textos sobre os perigos do *feminismo de gênero*, durante os anos de 1990, estavam sendo delineadas as motivações para se mobilizar contra essa ameaça – a começar pela mobilização protagonizado por organizações católicas (aos quais O’Leary estava vinculada) contra a aprovação da perspectiva de gênero na Conferência de Beijing da ONU, em 1995. As narrativas dão cor e forma, preenchem de emoção e estabelecem consequências morais (Goldie, 2012; Polkinghorne, 1988) aos eventos políticos e às soluções defendidas por um determinado grupo social.

A história contada por O’Leary revelou cenários e personagens de uma trama pela destruição da família e dos valores tradicionais. Em sua visão, o surgimento de políticas de gênero e sexualidade não era fruto de um processo orgânico de mudanças, mas sim uma ação deliberada de agentes mal-intencionados. A ideia de *gênero* seria, então, uma nova arma ideológica utilizada pelas forças do mal para distanciar as pessoas de sua natureza sexual e do real propósito da existência, facilitando a dominação da humanidade por uma elite global. Essa história foi propagada e recontada ao longo dos anos, em diferentes localidades, por diferentes pessoas e grupos, possibilitando a constituição de um movimento antigênero ativo em diversas partes do mundo. É fato que esse contramovimento ganhou força inicialmente em lugares onde grupos conservadores cristãos possuem maior presença e influência política (e.g. Côrrea, 2020; Kuhar & Paternotte, 2017; Machado, 2018; Wilkinson, 2022), porém, como descrito no capítulo anterior, ele não ficou restrito aos mundos católico e evangélico. As mobilizações antigênero ganharam aderentes de outras denominações religiosas e inclusive de movimentos políticos seculares – em especial de grupos liberais de direita (Silva, 2022), mas também de dissidentes da esquerda política, ao qual se destacam as feministas radicais (e.g. Butler, 2024; Thurlow, 2022).

Ao se pluralizar para além do cristianismo, o movimento antigênero não ampliou apenas as suas redes e o seu campo de relações políticas, mas também reorganizou a sua forma de narrar os dramas, desafios e objetivos almejados pelo processo de mobilização social. As pessoas que aderiram a esse contramovimento produziram novas narrativas, contaram novas histórias sobre os perigos do *gênero* e alargaram o campo de disputa do debate público e das agendas governamentais. Nesse sentido, com o passar dos anos, o movimento antigênero deixou de ser somente uma narrativa cristã e ganhou novas versões ancoradas nos distintos mundos sociais aos quais estão referenciadas. De modo geral, essas diferentes histórias são convergentes

e compartilham de elementos narrativos (eventos, personagens, organização temporal, etc.) similares. No entanto, existem também divergências entre essas múltiplas histórias, mais ou menos evidentes na expressão pública desse contramovimento. Para além dos acordos que conectam redes e produzem relações, procurei descrever no capítulo anterior os conflitos existentes entre os diferentes mundos que integram o universo antigênero. Esses conflitos estão relacionados a perspectivas distintas que, em última instância, resultam em narrativas conflitantes sobre as motivações para o engajamento nesta causa política.

Portanto, o uso de uma narrativa secularizada, distante do domínio da religião, nem sempre é resultado de uma estratégia deliberada de reapresentação do discurso visando a persuasão de um público mais amplo – como abordado por Juan Vaggione (2012) ao descrever a existência de um secularismo estratégico que oculta intencionalmente a religião para uma disputa mais eficaz das políticas governamentais. É também parte de um processo de reorganização narrativa e transformação desse contramovimento a partir do momento em que são incorporados novos atores, muitos desvinculados da visão das ideologias de grupos católicos que inicialmente o instituíram. Por exemplo, alguns grupos liberais-conservadores vão divergir das narrativas de cunho antiliberal promovidas pelo mundo católico, e as feministas radicais, por sua base crítico-materialista, vão produzir narrativas que divergem dos outros grupos por serem opostas aos valores tradicionais.

Entender essas convergências e diferenças narrativas, analisando como elas se manifestam por meio de distintas histórias, é uma questão ainda pouco explorada pelos estudos que se debruçam sobre a atuação do movimento antigênero no Brasil e em outros países. A existência de uma multiplicidade de narrativas já havia se tornado evidente a mim durante o processo de imersão na internet. Contudo, muito certamente, essa questão poderia ser melhor explorada diretamente nas conversas e diálogos com pessoas que se engajaram em algum tipo de ação contra o *gênero* no último período. Como já abordado no capítulo 1, a escolha pela realização de entrevistas, em contraponto ao uso exclusivo de documentos públicos, foi teórica e metodologicamente orientada. Por meio delas, foi almejado um contato dialógico que possibilitasse uma escuta pessoal e contextualizada, a realização de perguntas específicas e uma maior liberdade para o compartilhamento de histórias consideradas relevantes para a vida de cada pessoa entrevistada.

Paralelamente, conduzir entrevistas me colocou em um lugar de vulnerabilidade que, em diversos momentos, produziu vínculos mútuos de empatia (Josselson, 1995; Hochschild, 2016, Wilkinson, 2022), tornando a escuta das histórias contadas pelas pessoas entrevistadas mais compreensíveis para mim do ponto de vista do lugar que elas ocupam e do mundo em que

ancoram suas experiências. É importante ressaltar que não se trata de uma demonstração de concordância ou uma tentativa de justificação da atuação antigênero a partir de uma perspectiva relativista supostamente neutra ou sem viés normativo. Trata-se de fato de uma escolha metodológica pela preservação dos sentidos que emergiram durante os diálogos de pesquisa, permitindo uma compreensão mais aprofundada sobre os diversos motivos que levaram essas pessoas, segundo suas próprias narrativas e perspectivas, a se engajar em mobilizações contra o *gênero*.

4.1.1 Critérios de seleção e a condução das entrevistas

Ao todo, foram entrevistadas 24 pessoas de perfis variados. Elas eram contatadas após serem identificadas no mapeamento virtual ou indicadas por pessoas que haviam sido entrevistadas (via bola de neve). Algumas também foram indicadas por pessoas que contribuíram indiretamente com a pesquisa, sobretudo colegas da academia que pesquisam assuntos correlatos. O principal critério de inclusão era se opor abertamente ao *gênero*. Os critérios complementares eram ter participado ou estar disposta/o a participar de algum tipo de iniciativa de oposição pública – que poderia ser a participação em protestos, a discussão da temática em espaços comunitários (como missas, cultos, formações, etc.) ou a produção de textos ou vídeos de denúncia pública – e demonstrar concordância com os procedimentos preestabelecidos para a condução da entrevista (no caso, a sua gravação e posterior transcrição para análises).

A constatação de que a pessoa se encaixava nos critérios de inclusão era feita por meio de uma conversa prévia, onde era apresentado em detalhes o desenho da pesquisa, para além da abertura um espaço para questionamentos⁸⁷. Essas conversas possuíam uma função importante do ponto de vista ético, pois permitiam o estabelecimento de laços mínimos de confiança. Por exemplo, duas pessoas que se dispuseram a ceder entrevistas foram excluídas da seleção após não atenderem esses critérios e passaram a contribuir apenas como interlocutoras em diálogos livres⁸⁸. Outras deixaram de responder ou declaram não estarem mais disponíveis após a primeira conversa.

⁸⁷ Nessa conversa prévia, eram apresentados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e uma versão do roteiro de entrevista, ambos enviados por e-mail para cada participante. Uma cópia do TCLE e do roteiro de entrevista estão disponíveis no Anexo 1 e 2. Ambos os documentos passaram por algumas pequenas correções e adequações ao longo da pesquisa.

⁸⁸ Logo nos primeiros momentos da conversa inicial, apesar de ambas serem integrantes ativas de grupos religiosos que compõem as mobilizações antigênero, elas me contaram que não se identificavam com as ideias conservadoras, concordavam com o conceito de gênero e discordavam da noção de *ideologia de gênero*.

Apesar de se tratar de uma seleção por conveniência, a escolha das pessoas que deveriam ser contatadas para as entrevistas não foi totalmente aleatória ou dependente da disponibilidade individual. Para garantir que diferentes visões sobre o assunto fossem expressas, busquei entrevistar pessoas de variados perfis e lugares de pertencimento. O foco foi abarcar a maior diversidade possível de perspectivas e formas de atuação. Essa estratégia de pesquisa não estava relacionada à busca por uma amostra representativa desse universo, mas sim pela compreensão de sua variabilidade e multiplicidade interna – adentrando no âmbito interpretativo da complexidade da experiência humana e dos fenômenos psicológicos e culturais (e.g. Josselson & Hammack, 2021; Polkinghorne, 1988; Rhodes, 2017; Wedeen, 2002). Foram contatadas figuras públicas de grande reconhecimento, lideranças políticas e religiosas de influência local, ativistas de base ou mesmo pessoas de engajamento político esporádico. Reconhecendo a importância das variações sociodemográficas, me preocupei com a garantia de que o conjunto de pessoas entrevistadas não fosse excessivamente masculino e fosse diverso no quesito étnico-racial⁸⁹.

Por outro lado, a importância de uma representatividade mínima não foi ignorada, sendo privilegiado o contato com pessoas vinculadas aos principais grupos atuantes nesse contramovimento, principalmente aqueles listados no capítulo anterior. Desse modo, a análise prévia das redes do movimento antigênero e o entendimento da existência de seus diferentes mundos orientaram a seleção das pessoas que seriam contatadas e, por conseguinte, entrevistadas. No Quadro 4, estão listadas todas as pessoas que cederam entrevistas gravadas para a pesquisa, que serão analisadas neste capítulo. Ao todo, foram entrevistadas 24 pessoas: 9 do mundo católico, 7 do mundo evangélico, 5 do mundo feminista radical e 4 vinculadas a mundos conservadores variados, sendo 14 homens e 10 mulheres.

O anonimato foi garantido para aquelas que desejaram não ter o nome tornado público. A principal razão para a escolha pelo anonimato foi o temor de que o engajamento em um tema tão conflituoso pudesse gerar consequências negativas para suas vidas pessoais e profissionais. A fim de evitar uma descrição muito alongada, optei por destacar nesse quadro somente algumas informações relativas à vida pessoal e ao pertencimento a grupos que estão conectados às redes do movimento antigênero. Para uma descrição mais detalhada dos diálogos realizados,

⁸⁹ O gênero é facilmente identificado no texto pelo nome e/ou pronome utilizado. A identificação étnico-racial é mais complexa, pois não era algo que fazia parte da apresentação formal nas entrevistas. Algumas pessoas mencionaram brevemente ou deram destaque a sua identidade étnico-racial ao entrar em assuntos pessoais ou discussões relacionadas a essa questão. Em relação à sexualidade, apenas no mundo feminista radical houve algum tipo de identificação como LGB, nos outros mundos as pessoas se identificavam de forma implícita como heterossexuais.

do processo de identificação e contato, do contexto de condução das entrevistas e das relações que estabeleci com cada pessoa em particular, disponibilizei algumas informações adicionais no Anexo 3.

Quadro 4 - Lista de pessoas entrevistadas por mundo de pertencimento, nome e outras informações relevantes para uma breve identificação

Mundo/Campo	Nome	Informações relevantes
Católico	Allysson Vidal Vasconcelos	Membro da Ação Jovem do Instituto Plinio Corrêa de Oliveira
	Angela Gandra Martins	Advogada, ex-Secretária Nacional da Família do governo Bolsonaro e integrante da Opus Dei
	Frederico Viotti	Diretor de comunicação do Instituto Plinio Corrêa de Oliveira
	Guilherme Martins	Membro do Instituto Plinio Corrêa de Oliveira
	Ivana Brandão Costa	Missionária e coordenadora de comunicação da Comunidade Canção Nova
	Lucas Henrique	Tenente do exército e membro do Centro Dom Bosco
	Luís Tourinho	Economista e liderança política católica
	Mauro Duarte	Psicólogo clínico e empresário da educação
	Padre Paulo Ricardo	Padre da Arquidiocese de Cuiabá, professor, palestrante e divulgador digital
Evangélico	Anônimo E1	Presbítero e coordenador do setor de jovens de uma Assembleia de Deus
	Adriano Lima	Psicólogo clínico, membro da Assembleia de Deus e ex-integrante do Movimento Psicólogos em Ação
	Bruno Mendes	Membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia
	Noemi Cardozo	Coordenadora pedagógica de uma escola evangélica e presbiteriana de criação (atualmente desigrejada)
	Pastor Jorge Linhares	Líder da Igreja Batista Getsêmani de Belo Horizonte e do Conselho de Pastores do Estado de Minas Gerais
	Pastora Noemi de Camargo	Pastora da igreja pentecostal Comunidade Jesus Pão e Vida de Cuiabá
Feminista	Anônima FR1	Ativista feminista radical

radical	Anônimo FR2	Ex-moderador da página Gays pela Abolição de Gênero e ex-integrante da Frente LGB Brasil
	Anônima FR3	Integrante da WDI Brasil
	Carmen Alves	Integrante da WDI Brasil
	Eugenia Rodrigues	Porta-voz da No Corpo Certo e colaboradora da WDI Brasil
Conservador (diverso)	Anônima C1	Ativista liberal-conservador
	Anônimo C2	Membro da organização duginista Nova Resistência
	Lucas Berlanza	Presidente do Instituto Liberal
	Raquel Andrade	Presidente do Instituto Infância Protegida

Fonte: Elaboração própria.

As entrevistas eram guiadas por um roteiro prévio de perguntas (Anexo 2) e possuíam uma duração estipulada de uma hora. Apesar da existência de um roteiro, a ideia não era conduzir um inquérito, mas um diálogo. Novas perguntas podiam ser feitas com base no caminhar da conversa, as pessoas podiam escolher não responder perguntas específicas ou se concentrar em algum assunto considerado por elas mais relevante. As entrevistas foram gravadas pelo Google Meet⁹⁰ (no modo online) ou através do uso do gravador do celular (no modo presencial). Posteriormente, elas foram transcritas em sua íntegra. Com base no princípio ético de que eu, como pesquisador, não sou o único “dono” dos materiais produzidos nas entrevistas (Josselson, 2007; Smythe & Murray, 2000), as gravações e transcrições foram integralmente compartilhadas com cada participante⁹¹. No caso das transcrições, era perguntado se havia a necessidade de um tempo para a realização de correções no texto, o acréscimo de informações adicionais ou a omissão de trechos que pudessem gerar algum tipo de constrangimento.

Na Tabela 2, estão listadas todas as entrevistas realizadas. Uma única entrevista foi conduzida com a participação simultânea de duas pessoas (entrevista nº 12) e outras duas

⁹⁰ O software OBS Studio que registra a tela e o áudio do computador foi utilizado para gravar as entrevistas conduzidas de modo virtual por meio do Google Meet.

⁹¹ Foi solicitado que as gravações e transcrições não fossem compartilhadas com terceiros/as ou publicadas, tendo em vista que faziam parte de uma pesquisa em andamento e ainda não publicada, para além da ressalva que não elas não seriam replicadas de forma integral por mim em nenhum momento, sendo selecionados apenas os trechos relevantes para as análises, com o compromisso ético de não descaracterização de suas falas e do esforço para que a pesquisa não cause danos ou constrangimentos.

peças concederam mais de uma entrevista (entrevistas nº 15-17 e 20-22). Para as entrevistas presenciais, as informações sobre o local onde foram conduzidas estão disponíveis no Anexo 3. No total, foram conduzidas 25 entrevistas, durante o período de fevereiro de 2021 a janeiro de 2023. As entrevistas resultaram em aproximadamente 22 horas de gravação (arquivadas em vídeo e/ou áudio) e 18,7 mil palavras transcritas (arquivadas em documento tipo .doc). Todas as transcrições foram feitas de modo integral por mim. Esse procedimento se mostrou relevante metodologicamente por me implicar na revisão minuciosa de cada entrevista, resultando em uma maior familiaridade com os conteúdos apresentados e, em diversos momentos, gerando pistas e *insights* sobre quais interpretações e sínteses analíticas poderiam ser realizadas.

Tabela 2 - Lista de entrevistas realizadas por data, pessoa entrevistada, modo de realização, duração da gravação e número de palavras da transcrição

nº	Data	Pessoa entrevistada	Modo	Duração (gravação)	nº de palavras (transcrição)
1	15/02/2021	Eugenia Rodrigues	Online (Google Meet)	01:13:55	11364
2	17/02/2021	Anônima FR1	Online (Google Meet)	1:30:12	13462
3	02/03/2021	Mauro Duarte	Online (Google Meet)	1:06:17	8560
4	11/03/2021	Anônimo FR2	Online (Google Meet)	00:42:10	5113
5	19/04/2021	Luís Tourinho	Online (Google Meet)	0:59:04	9024
6	20/01/2022	Lucas Henrique	Online (Google Meet)	1:06:37	11006
7	18/02/2022	Carmen Alves	Online (Google Meet)	00:49:23	6771
8	25/03/2022	Raquel Andrade	Online (Google Meet)	01:12:55	10377
9	07/04/2022	Noemi Cardozo	Presencial (gravador do celular)	00:22:24	3307
10	08/04/2022	Pastora Noemi de Camargo	Presencial (gravador de celular)	00:23:02	3344
11	11/04/2022	Padre Paulo Ricardo	Presencial (gravador de celular)	01:35:54	11327
12	23/05/2022	Frederico Viotti e Guilherme Souza Martins	Presencial (gravador de celular)	00:57:48	8977
13	14/06/2022	Anônimo E1	Online (Google Meet)	00:52:59	7409
14	28/06/2022	Allysson Vidal Vasconcelos	Online (Google Meet)	00:57:46	8289

15	04/07/2022	Adriano Lima (1)	Online (Google Meet)	00:26:48	3674
16	04/07/2022	Bruno Mendes	Online (Google Meet)	01:01:44	8488
17	05/07/2022	Adriano Lima (2)	Online (Google Meet)	00:29:32	4227
18	02/08/2022	Anônima FR3	Online (Google Meet)	00:42:01	4628
19	03/08/2022	Anônima C1	Online (Google Meet)	00:45:15	6383
20	09/08/2022	Angela Gandra Martins (1)	Zoom	00:54:41	7820
21	09/08/2022	Lucas Berlanza	Online (Google Meet)	00:50:11	7481
22	09/09/2022	Angela Gandra Martins (2)	Presencial (gravador do celular)	00:37:31	5654
23	07/10/2022	Ivana Brandão Costa	Online (Google Meet)	01:02:00	8596
24	22/11/2022	Anônimo C2	Online (Google Meet)	00:56:46	8119
25	25/01/2023	Pastor Jorge Linhares	Presencial (gravador de celular)	00:29:55	3807
Total				22:06:50	187207

Fonte: Elaboração própria.

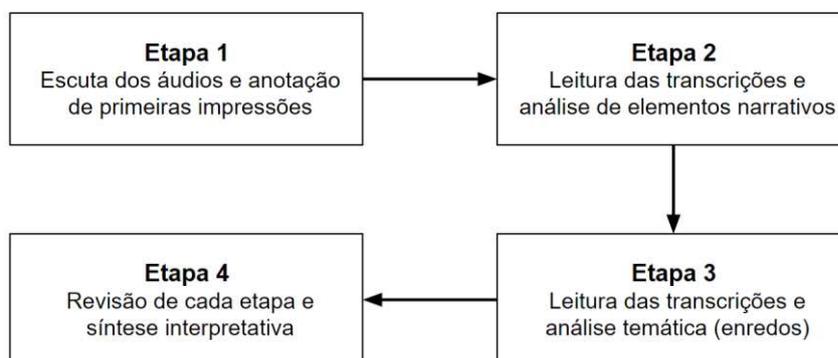
4.1.2 Interpretação e análise narrativa

Após a organização desse material em um banco, foi conduzida uma análise de narrativas. No capítulo 1, as bases teóricas e metodológicas da análise narrativa foram descritas de forma mais detalhada e abrangente. De forma sintética, esse tipo de análise se constitui como um fazer hermenêutico que privilegia a compreensão aprofundada dos sentidos que as pessoas atribuem a si e ao mundo por meio de histórias e enredos causais (Josselson & Hammack, 2021; Patterson & Monroe, 1998; Polletta, 1998; Somers, 1994). Trata-se de uma análise interpretativa que procura se aproximar ao máximo possível do sentido original e explícito de um texto, se precavendo dos excessos da superinterpretação (Czarniawska, 2004) e da hermenêutica da suspeição (Josselson, 2004), mas, ao mesmo tempo, sem deixar de examinar como esse sentido está conectado a um contexto cultural e político mais amplo, nem sempre evidente. A base procedimental de toda análise narrativa é composta por múltiplas leituras e releituras, sejam livres ou guiadas, de um texto (Josselson & Hammack, 2021) – que constituem o que foi nomeado como “círculo hermenêutico” na pesquisa interpretativa, isto é, um processo

circular de desintegração das partes e totalização de um texto visando a interpretação de seus múltiplos sentidos, sejam explícitos ou implícitos.

Para a interpretação do conteúdo das entrevistas, me ampei nas orientações metodológicas de Ruthellen Josselson e Phillip Hammack (2021) para a condução de pesquisas narrativas. Seguindo os princípios do círculo hermenêutico, os/as autores/as definem a necessidade de releituras sequenciais das transcrições, cada uma com objetivos e procedimentos específicos. Essas leituras facilitam a desintegração do texto em elementos menores de análise, a conexão de tais elementos com discussões teoricamente relevantes e a reintegração desse texto em um conjunto maior – no caso, relacionando-o a outros textos levantados na pesquisa empírica (como entrevistas, livros, publicações da internet, etc.) e, do ponto de vista teórico, ao próprio contexto social e político mais amplamente. Adaptando os caminhos procedimentais contidos na proposta original de Josselson e Hammack (2021) ao escopo da presente pesquisa, estipulei quatro etapas de releitura e análise das entrevistas, assim como ilustrado na Figura 5.

Figura 5 - Etapas de análise das entrevistas a partir de uma abordagem narrativa



Fonte: Elaboração própria.

A primeira etapa consistiu na escuta das gravações e realização de notas sobre as primeiras impressões em relação ao contato com o conteúdo das entrevistas. A opção da escuta, que poderia ser seguida pela leitura paralela da transcrição, se deu pela possibilidade de rememoração do contexto de condução da entrevista, para além da compreensão de elementos extratextuais – o ambiente no qual ela estava sendo realizada, as emoções que emergiam, o tom de voz empregado, a velocidade da conversa, etc. Esses são elementos importantes para a escrita das primeiras impressões, onde o foco é analisar de forma mais livre o conteúdo geral de cada entrevista, se atentando aos afetos que surgem em cada entrevista e a minha implicação pessoal, junto ao registro de questões que poderiam ser aprofundadas e melhor analisadas nas etapas seguintes.

Na segunda etapa, foi realizada uma nova leitura das transcrições, agora com um objetivo mais específico. Nessa etapa, foram analisados a aparição de alguns elementos narrativos nas entrevistas. Em acordo com as discussões realizadas no capítulo 1, destaquei cinco elementos que contribuem para uma melhor compreensão dos sentidos expressos em cada texto e da estruturação das histórias contadas: (1) temporalidade e relacionalidade causal dos eventos, (2) personagens, cenários e atribuição de agência, (3) julgamentos normativos, compromissos morais e emoções, (4) metanarrativas, e (5) a perspectiva e o mundo de quem narra. Para organizar a análise, foi criada uma tabela onde os trechos das entrevistas que estivessem relacionados a algum elemento narrativo pudessem ser copiados, onde cada elemento atuava como um “código” para a análise. A tabela foi organizada de modo que houvesse uma aba para cada um dos cinco elementos narrativos e uma coluna para cada entrevista. Posteriormente, em um documento de texto, foi feita uma síntese dos principais elementos encontrados em cada entrevista e uma síntese analítica de cada mundo (católico, evangélico, feminista radical e conservador diverso)⁹².

Na terceira etapa, foi aplicada uma análise temática onde cada tema representou uma espécie de meta-enredo por seu caráter integrador do ponto de vista narrativo. O objetivo dessa análise foi tornar evidente as principais histórias que motivam as pessoas a se engajar no movimento antigênero, e como estas histórias se complementam ou, dependendo de quem as narram, se contradizem. Trata-se de meta-enredos, pois, em vez de produzir uma única história (como na definição clássica de enredo⁹³), eles articulam uma série de histórias em uma linha de raciocínio convergente. Isto é, cada meta-enredo conta uma história diferente sobre porque o *gênero* deve ser combatido, realçando personagens, cenários e eventos específicos visando transmitir uma moral da história ou uma consequência normativa. Ao todo, foram delimitados cinco enredos. O primeiro trata sobre a origem “marxista e revolucionária” da *ideologia de gênero* e seus usos para a implantação do “globalismo”. O segundo aborda a “missão espiritual

⁹² Um esqueleto dos instrumentos construídos para a condução das análises está disponível no seguinte link: https://drive.google.com/drive/folders/1fj_P8vzuR4d6eHLPeJ0LYU3DRgwzbUMU. Os trechos selecionados em cada entrevista e as análises feitas por mim foram omitidas para evitar que conteúdos sensíveis fossem expostos, podendo resultar em danos às pessoas entrevistadas e/ou na quebra do anonimato. Contudo, a partir do esqueleto, é possível compreender como as informações resultantes da análise foram sistematizadas.

⁹³ No capítulo 1, citei a definição de enredo apresentada por Francesca Polletta (1998). De modo complementar, a definição expressa por Donald Polkinghorne (1988) nos auxilia a compreender o aspecto temático dos enredos: “O tema organizador que identifica a significância e o papel de eventos individuais é normalmente chamado de “enredo” de uma narrativa. O enredo funciona de modo a transformar uma crônica ou lista de eventos em um todo esquemático, destacando e reconhecendo a contribuição que certos eventos dão para o desenvolvimento e o desfecho da história [...]. Um enredo é capaz de tecer junto um complexo de eventos para produzir uma única história. É capaz de levar em conta o contexto histórico e social em que os eventos ocorrem e de reconhecer a significância de ocorrências únicas e novas” (p. 18-19, tradução própria).

do ato sexual”, designada na Criação e contrária aos valores difundidos pelo *gênero*. O terceiro narra os perigos da transição de gênero e da negação da “realidade do corpo biológico”. O quarto fala sobre a “imposição da *ideologia de gênero* na educação” e os “prejuízos” que ela gera à saúde física e mental das famílias e crianças. O quinto e último enredo destaca a supressão dos direitos das “mulheres reais” a partir do momento que “indivíduos do sexo masculino” podem invadir os espaços femininos protegidos por lei. A sistematização das análises foi conduzida a partir de procedimentos similares à etapa anterior.

Por fim, na última etapa, foi realizada uma revisão das informações e interpretações obtidas ao longo das três primeiras etapas. A partir dessa revisão, foi feita uma síntese interpretativa para cada mundo do movimento antigênero, em paralelo a uma síntese que integrou todas as análises específicas em um todo, comparando os padrões narrativos de diferentes mundos. A partir disso, procurei destacar quais são os elementos narrativos e as histórias que se repetem nas entrevistas, e como determinados meta-enredos são fundantes para o engajamento das pessoas em formas de ativismo antigênero. Na maioria dos casos essas histórias são convergentes e se complementam, porém existem também variações narrativas e divergências ideológicas em jogo.

Nos próximos tópicos, apresentarei os resultados dessa análise narrativa partindo dos meta-enredos preestabelecidos para, então, examinar os elementos narrativos mobilizados e os sentidos expressos nas entrevistas, conectando-os teoricamente com a discussão sobre a emergência do movimento antigênero e sua relação com o sentimento de insegurança ontológica (como descrito no capítulo 1). Para além do trabalho teórico mais abstrato, o objetivo é recontar essas histórias de modo a facilitar a compreensão da mensagem que elas procuram difundir no debate público, sobretudo quando intentam convencer as pessoas dos malefícios que a *ideologia de gênero* produz, evidenciando também a forma como elas se relacionam (de modo confluyente ou conflitivo) com os diferentes mundos do movimento antigênero. Durante a reconstrução dessas narrativas, dei destaque a algumas histórias pessoais para demonstrar como as vidas individuais dessas pessoas estão narrativamente conectadas aos meta-enredos, engajando-as de modo coletivo.

4.2 “É uma arma psicológica para o totalitarismo”: marxismo cultural e globalismo

Sinopse: A ideologia de gênero é uma falsa ideia criada por feministas que aderiram ao marxismo e passaram a difundir a revolução cultural, a luta entre os sexos e a destruição da família tradicional. Posteriormente, essa ideologia foi instrumentalizada pelas elites globalistas (neoliberais e

metacapitalistas) que procuram acabar com todo tipo de tradição, gerar caos e desordem, enfraquecendo as famílias e os indivíduos para facilitar a dominação e o controle totalitário da população por meio de um governo mundial.

Na manhã do dia 6 de abril de 2022, participei da missa na Paróquia Cristo Rei, na cidade de Várzea Grande, vizinha à Cuiabá-MT, com o objetivo de contatar o Padre Paulo Ricardo. A missa foi conduzida pelo Padre Overland, um sacerdote católico conhecido na internet por seus sermões contra o aborto e a *ideologia de gênero* – que curiosamente, naquele dia, recitou o conhecido verso de Coríntios que diz que “homossexuais não herdarão o Reino de Deus”. Inicialmente, imaginei que não o encontraria e que eu havia perdido a viagem. No entanto, ao final da missa, Padre Overland me informou que o Padre Paulo estava encarregado do confessionário e que logo estaria disponível para conversar. Assim, fui orientado a aguardá-lo em frente ao escritório da paróquia, local para onde, após alguns minutos, de fato, ele se dirigiu.

Ao me ver, Padre Paulo me cumprimentou de forma descontraída e com um grande sorriso no rosto. Quando me apresentei como um pesquisador da USP que estava estudando quem se opunha à *ideologia de gênero*, seu semblante imediatamente se fechou e a conversa se tornou séria. Disposto a entender melhor quais eram as minhas intenções, ele me recebeu em seu escritório pessoal para conversarmos mais sobre o desenho metodológico da pesquisa e as teorias que eu estava utilizando. Após uma longa conversa, ele concordou em contribuir com uma entrevista, me passou seu contato de WhatsApp e agendou o nosso próximo encontro para o início da semana seguinte. Naquele momento, eu já tinha consciência que o Padre Paulo Ricardo era uma figura importante para os grupos católicos tradicionalistas, apesar de não entender de forma aprofundada sua trajetória política e suas ideias antigênero. O próprio Lucas Henrique, do Centro Dom Bosco, havia o mencionado como um grande professor e um dos mais importantes divulgadores do catolicismo tradicional, em nossa entrevista realizada poucos meses antes, me instigando a conhecer mais sobre o seu trabalho de evangelização na internet.

Ordenado pela Igreja em 1992, Padre Paulo possui uma longa trajetória de ativismo católico tradicional que remonta ao final dos anos 2000, período em que criou um site onde passou a divulgar materiais formativos sobre catolicismo, espiritualidade e política. Antes disso, ele já atuava como comunicador de rádio e televisão, sobretudo em parcerias com a Canção Nova. Ao se consolidar na internet como um dos principais porta-vozes da denúncia à difusão do marxismo cultural, Padre Paulo tornou-se uma figura nacionalmente conhecida. Nas últimas duas décadas, ele foi um ávido crítico dos governos petistas e uma das lideranças intelectuais

dos movimentos conservadores que impulsionaram a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 – apesar de manter, na atualidade, uma atuação discreta e focada quase exclusivamente na formação católica.

Foi por meio da entrevista com Padre Paulo que pude compreender melhor de que forma a *ideologia de gênero* é narrada dentro de um contexto político mais amplo: quais eventos ganham destaque, quais personagens entram em cena e como as histórias preenchidas de contornos morais, emoções e prognósticos para o futuro (Davis, 2022; Hammack & Pilecki, 2012; Jasper, 2018; Polletta, 1998). As narrativas contatadas por ele não trouxeram questões novas para mim, tendo em vista todo o debate público e a literatura já publicada sobre o assunto. Contudo, elas tiveram uma característica integradora, que facilitou a compreensão de histórias repetidas em outras entrevistas. Para esse meta-enredo, existe um projeto de dominação global, tramado pelas elites financeiras e políticas (vilões da história), que se esconde por trás do avanço dos valores sociais liberais e da agenda de gênero e sexualidade. Um projeto político de “manipulação psicológica” apenas barrado pela atuação de grupos conservadores e tradicionalistas (heróis da história) – com destaque para a Igreja Católica que, de forma pioneira, se mobilizou contrariamente a tais políticas. Nas palavras de Padre Paulo:

A Fundação Ford que trabalhou, desde a década de 60, para a implantação do aborto, o controle populacional, fecharam todos os escritórios populacionais que eles tinham no planeta e começaram a trabalhar com gênero. A partir de 2013, de repente, o mundo inteiro, do dia para a noite, acordou para os direitos homossexuais, para LGBT, coisa que não havia antes. “Ah, é a maturidade histórica, é que agora as pessoas modernas estão pensando e enxergando mais longe”. Não! As pessoas estão sendo manipuladas pelas fundações internacionais. É o discurso que interessa tanto aos globalistas como aos marxistas. É evidente que no meio do caminho tinha uma pedra. E que pedra era essa? A Igreja Católica tradicional (Padre Paulo Ricardo, entrevista nº 11).

A primeira parte dessa história é a origem da *ideologia de gênero*. Padre Paulo atribui o germe da ideia de *gênero* ao marxismo, em particular à obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), publicada por Friedrich Engels a partir de escritos legados de Karl Marx. Analisando essa obra, Padre Paulo afirma que, na visão marxista, “a origem da família está intimamente ligada a um sistema de mentalidade opressor-capitalista”, no qual as mulheres são oprimidas e tratadas como propriedade por seus maridos. Essa perspectiva marxista teria sido posteriormente incorporada por feministas que passaram a defender que a família deveria ser abolida por ser um lugar de manutenção do capitalismo e do patriarcado. Uma história já narrada por O’Leary (1995, 1997), a aliança entre marxismo e “feminismo de gênero” se tornou parte importante das narrativas do movimento antigênero –

frequentemente recontada no mundo católico (e.g. Martins Neto et al., 2016; Scala, 2010), evangélico (e.g. Lemos e Carvalho, 2020; Lobo, 2016a) e liberal-conservador (e.g. Márquez & Laje, 2016).

Algumas autoras feministas, consideradas protagonistas na incorporação teórica do marxismo, que daria as bases para a *ideologia de gênero*, foram nominalmente citadas nas entrevistas. O adventista Bruno Mendes (entrevista nº 16), por exemplo, deu ênfase à influência que a obra *O Segundo Sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, teve nas discussões contemporâneas sobre a construção social das diferenças sexuais. Já Padre Paulo Ricardo destacou a atuação de feministas radicais da segunda onda, como Shulamith Firestone e Kate Millett, que recompuseram nas décadas de 1960 e 1970 os elos teóricos entre marxismo e feminismo, junto a defesa da libertação sexual das mulheres e da normalização da homossexualidade. Em sua compreensão, essas feministas não empregavam ainda o termo “gênero” como na atualidade, mas teriam protagonizado de forma pioneira esse movimento político de desconstrução da natureza sexual humana visando uma revolução comunista que resultaria, inevitavelmente, na implementação de um Estado totalitário.

O avanço cultural do comunismo é uma preocupação dos grupos que se mobilizam contra o *gênero* por ser considerado o principal instrumento de destruição da ordem social, dos valores tradicionais e da natureza humana. Em diversas entrevistas, o comunismo foi descrito como uma fonte absoluta de mal, causadora de sofrimento para a humanidade através de sua apologia à destruição revolucionária, sendo a base filosófica da *ideologia de gênero*. Como destacado por outro entrevistado do mundo católico:

Eu acho que os movimentos que sustentam a ideologia de gênero são os movimentos que precisam instituir um Estado totalitário, um Estado forte. É uma visão materialista de que nós podemos tomar a história na mão e conduzi-la para um ideal libertário, que é o ideal anárquico de que não haverá mais Estado. Algo que nunca vai chegar né, que é o último estado do Estado socialista. Sem Estado, sem família, sem patriarcalismo, sem diferença entre homens e mulheres. Em todos os lugares levou àquilo que eu te disse: angústia, morte e sofrimento. Levou sempre levou a isso (Mauro Duarte, entrevista nº 3).

A ideia destacada por Mauro Duarte é bastante difundida no universo antigênero. Em síntese, por ser antinatural, a *ideologia de gênero* só poderia ser implementada de modo totalitário e coercitivo, semelhante à implementação dos regimes comunistas ao longo do século XX. Entretanto, a questão do espírito ou da mentalidade revolucionária extrapola temporalmente o próprio comunismo, pois sua origem seria mais antiga e estaria relacionada ao impulso destrutivo das pessoas contra a própria natureza humana. Nas entrevistas com

integrantes do IPCO (entrevistas nº 12 e 14), em acordo com as ideias de Plínio Corrêa de Oliveira, a prática revolucionária é descrita como um ato de revolta contra a ordem imposta por Deus. A católica carismática Ivana Brandão (entrevista nº 23), que morou por alguns anos na França⁹⁴, afirmou ter lá tomado consciência que as discussões de *gênero* remontam ao período da Revolução Francesa, momento em que as pessoas expressaram de forma destrutiva o desejo por se desfazer de toda autoridade e, em especial, da autoridade paterna. De acordo com Padre Paulo:

Como é que você pode exigir de uma pessoa que “queime sua casa porque brotará um palácio”? Ninguém vai fazer isso, ninguém tem essa fé. Mas os marxistas, absurdamente, parecem ter. Ou seja, se eles destruírem a ordem atual, brotará uma ordem melhor. Então, o que é que a gente vê? A gente vê as famílias se desfazendo, a gente vê esse espírito. Isso é o que a gente chama de espírito revolucionário. A mentalidade revolucionária que é configurada dessa maneira. O que é um revolucionário? É uma pessoa que está pedindo à sociedade: “por favor, me dê mais poder, que eu irei entregar a você um futuro melhor, através da destruição do presente”. Isso é revolucionário (Padre Paulo Ricardo, entrevista nº 11).

Desse modo, o *gênero* é narrado como uma ideologia revolucionária que tem como objetivo centralizar o poder e destruir a realidade presente, se desfazendo de tudo que é tradicional – o que, na visão das pessoas entrevistadas, resultará em desordem, desintegração social e sofrimento generalizado. A despeito da atribuição do surgimento da *ideologia de gênero* às feministas marxistas, é amplamente conhecido que o conceito de gênero havia sido desenvolvido pela Psiquiatria norte-americana, assim como abordado em diversas entrevistas (algo que abordarei mais detalhadamente no tópico 5.4 deste capítulo). Nessa interconexão causal de eventos, a substituição do sexo pelo *gênero* é atribuída à ideologização das produções científicas sobre sexualidade humana em meio ao contexto de mudanças culturais e políticas dos anos de 1960. Os psiquiatras apenas haviam incorporado, de forma consciente ou não, os valores culturais promovidos pela revolução sexual e pelo feminismo marxista emergente. A católica Angela Gandra descreveu esse período como o momento inicial de propagação dessa *ideologia*:

Quando a gente fala que é uma ideologia, filosoficamente, nós dizemos que falta um background científico de densidade. É algo que pode levar a uma manipulação. A inauguração da ideologia de gênero veio em 1965. Tu conhece a trajetória toda, daqueles dois gêmeos, toda a história que

⁹⁴ Ivana contou que participou das manifestações da *La Manif Pour Tous* contra a aprovação do casamento homoafetivo. A diocese da região na qual ela residia era comandada pelo Bispo Dominique Rey, que apoiou ativamente essas manifestações, promovendo palestras e formações sobre a família. Durante o período que esteve na Europa, ela também fez um mestrado em Sexualidade e Afetividade, no Instituto João Paulo II, em Roma, onde teve contato com a *teoria de gênero* e suas premissas filosóficas.

tem do Bruce e Brian, etc. e tal. E depois se institucionalizou a possibilidade, vamos dizer, como se fosse algo comprovado cientificamente, de que nós podíamos mudar de sexo. E, ao mesmo tempo, aquilo foi propagado. A gente tem, nesses anos, a revolução sexual e uma maior liberdade sexual, as revoltas de 1968, depois vem a pílula, etc. Então, essa ideologia se fortaleceu. Fortaleceu por quê? Porque havia um ambiente também de prazer, de sexo dissociado de amor, muitas vezes, e do prazer sexual como um fim em si mesmo (Angela Gandra, entrevista nº 20).

Contudo, em um tipo de guinada no enredo, as feministas deixaram de ser as principais protagonistas dessa história para, então, se tornarem meros instrumentos de personagens mais poderosos – se tornaram *minions* dos verdadeiros vilões em cena (Jasper et al., 2020). Como narrado por Padre Paulo, na década de 1970, as feministas começaram a trabalhar para agências governamentais e institutos de pesquisa, impulsionando suas ideias nas agendas estatais. Nesse período, as fundações internacionais, promovidas por grandes empresas capitalistas, encontraram nas ideias feministas marxistas, no nascente movimento gay e na *ideologia de gênero* um meio pelo qual poderiam alcançar suas vontades por dominação financeira global. Tudo teria começado com as pesquisas sociodemográficas de Kingsley Davis, para a Fundação Rockefeller, que decifraram o aspecto sociologicamente motivado do desejo das pessoas em terem filhos. Nas palavras de Padre Paulo, o objetivo dessas pesquisas era diminuir artificialmente o crescimento da população mundial e das taxas de natalidade por meio da difusão da educação sexual e dos métodos contraceptivos e abortivos.

Na década de 1960, Davis orientou Adrienne Germain, uma jovem acadêmica que se tornaria futuramente uma das lideranças do “lobby feminista de gênero”. Em seu trabalho com as fundações na década de 1970, Germain teria demonstrado que, para controlar a população mundial, era necessário sobretudo moldar a mente das mulheres, manipulá-las psicologicamente para deixarem de desejar ter filhos. Por meio das fundações, essa agenda teria adentrado nos fóruns da Organização das Nações Unidas a partir do slogan dos direitos sexuais e reprodutivos e do planejamento familiar.

A Adrienne Germain tentou implantar essas ideias na Fundação Ford, ninguém ouviu. Aí ela falou com o Rockefeller, num almoço, e a cabeça dele mudou. Ele começou a ver que ela tinha razão. Ela disse: “você não vão conseguir mudar a situação da população mundial. Enquanto vocês não olharem a coisa a partir da perspectiva da mulher, porque a mulher quer engravidar, vocês não vão conseguir nada”. Foi através da Germain que as coisas mudaram. As fundações internacionais começaram a estudar como fazer para mudar a mentalidade da mulher e descobriram que já tinha uma série de estudos e uma literatura feminista marxista sobre isso. As fundações internacionais, com gente muito bem paga, descobriu que tinha gente trabalhando mais ou menos de graça. Quiseram os militantes marxistas para fazer a mesma coisa. Então,

houve essa “aliança”, entre aspas, em que as fundações internacionais e os marxistas começaram a trabalhar juntos (Padre Paulo Ricardo, entrevista nº 11).

Se tratou de uma “aliança”, entre aspas, pois essas fundações estavam, de forma oculta, se utilizando dos movimentos por direitos sexuais e das feministas marxistas para a implementação de um governo mundial. Padre Paulo citou uma série de fundações (como a MacArthur e a Bill e Melinda Gates) criadas por “empresários que um dia foram capitalistas, que subiram na vida através do livre mercado, mas que agora alcançaram um patamar tal que eles não querem mais livre mercado”, querem monopolizar o poder. Em sua visão, essas empresas teriam se tornado metacapitalistas, agora adeptas de uma agenda globalista – que não seria *per se* marxista, mas compartilharia do mesmo espírito revolucionário. Tais fundações procuram difundir o progressismo e os valores sociais liberais como uma ética mundial, o que na prática significa o rompimento com a tradição e a natureza humana, enfraquecendo a capacidade das pessoas de reagir e resistir contra esse projeto. Desse modo, o *gênero* seria uma das mais importantes ferramentas de controle global:

[...] para instalar um poder, seja de um governo mundial socialista, seja de um governo mundial em termos globalistas, metacapitalistas, todo mundo está convencido que não é possível ter este governo mundial sem que haja uma ética mundial onde a gente quebre, na cabeça das pessoas, uma rigidez moral que foi implantada pelo cristianismo. E um grande laboratório para fazer isso é a família. Ou seja, você quebrar essa coisa dos papéis tradicionais para poder, então, fazer as pessoas serem um pouco mais maleáveis, sociologicamente falando. Então, essa é a origem da coisa (Padre Paulo Ricardo, entrevista nº 11).

A noção de “metacapitalistas”, utilizada por Padre Paulo Ricardo para explicar por que as grandes corporações capitalistas estavam promovendo globalmente a *ideologia de gênero*, não é nativa ao mundo católico. Ela é uma ideia formulada por Olavo de Carvalho (2004) que se tornou corrente entre os grupos conservadores brasileiros críticos ao globalismo⁹⁵. O *gênero* seria parte desse contexto mais amplo de imposição de uma nova ordem mundial, onde todos os Estados nacionais devem promover os valores sociais liberais, perseguindo assim os grupos divergentes. Pertencente ao mundo evangélico, Bruno (entrevista nº 16) destacou que essa questão é evidente para qualquer pessoa que procure ver quais são as empresas que patrocinam as “paradas gays”. Em suas palavras, “você vê BMW, Google, Facebook, Instagram. Qualquer grande empresa, qualquer metacapitalista, estão apoiando, colocando suas bandeirinhas, financiando esses grupos, dando dinheiro para as ONGs que propagam essa ideia”. Como

⁹⁵ O ativista conservador Flávio Gordon publicou um texto sintetizando a ideia de metacapitalismo. Recuperado de <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/flavio-gordon/metacapitalismo-bilionarios-financiam-esquerda/>.

apontado pelo católico Luís Tourinho, os movimentos LGBTI+ e feministas acabam sendo instrumentos políticos dessas corporações metacapitalistas, de uma elite financeira que visa lucrar com a quebra do espírito humano e das famílias, de bilionários globalistas como George Soros e sua Open Society Foundation.

A despeito de ser uma narrativa conservadora, corrente entre grupos identificados com a direita política, parte dessa história é também paradoxalmente repetida no mundo feminista radical. Eugênia Rodrigues (entrevista nº 1), por exemplo, destacou o apoio que as fundações internacionais dão à difusão da agenda *transgenerista*, em conluio com a indústria farmacêutica e as elites financeiras neoliberais. Logicamente, as feministas radicais não consideram que o conceito de *gênero* tenha se originado no feminismo marxista. Ele seria, na realidade, uma invenção médica ressignificada por transativistas que a converteram em uma agenda política. Para as feministas radicais, parte do feminismo teria incorporado a posteriori a *ideologia transgênero* e, ao se alinhar com a “esquerda identitária”, acabou por ser cooptado pelas grandes corporações neoliberais. Em uma narrativa similar, organizações dissidentes como a Nova Resistência também atribuem às fundações internacionais que difundem a hegemonia global neoliberal – que não é apenas econômica, mas também cultural – um papel protagonista na difusão da *ideologia de gênero*. Como explicitado por um integrante dessa organização:

Então, assim, tem a figura do George Soros que é muito conhecido, falado e tal. Mas tem outros magnatas que financiam essas coisas. E aí tem a Fundação Ford, tem a Fundação Rockefeller. [...] é o que prova que não existe teoria da conspiração nenhuma. A ideia da sociedade aberta é basicamente isso que eu descrevi aqui: o liberalismo como um dado natural, a hegemonia liberal. Tudo isso está no conceito de sociedade aberta, que ele pegou lá do Popper, né. Então, a Open Society. Tem muitas outras ONGs, instituições e institutos. Geralmente, anglo-americanos ou europeus engajados no financiamento e na promoção dessas ideias, desses ideais. A motivação política básica deles é a expansão do projeto de poder ocidental, o que implica em todas essas coisas que eu te falei: na radicalização do paradigma do indivíduo, no transhumanismo, na destruição de todas as fronteiras para o consumidor. Uma sociedade de consumidores é uma sociedade onde não pode haver barreiras ao consumo. Porque o capital não tem barreiras. O capital visa o lucro e a fruição através do consumo. Então, ele precisa destruir todas as barreiras a ele. O Engels vai falar disso no livro dele que a última barreira do capitalismo seria a família. Eu discordo, eu acho que a última barreira do capitalismo é a própria pessoa humana. Porque ele vai fragmentando. Então, a militância em torno da ideologia de gênero, o apoio financeiro que essas ONGs dão a esses militantes, estão associados com isso aí (Anônimo C2, entrevista nº 24).

Portanto, esse meta-enredo ganha diferentes contornos, a depender do mundo de pertencimento de quem o narra, porém mantendo principalmente um elo relacional entre *ideologia de gênero* e elites globais. Para além da narração do passado, esse enredo organiza

eventos e personagens em uma causalidade temporal que justifica uma mobilização no presente. Mais especificamente, um papel cumprido por ele é oferecer explicações sobre porque uma ideia subversiva, formulada por pessoas que lutam para mudar a natureza humana, estaria sendo promovida por corporações capitalistas que deveriam cumprir um papel de conservação da ordem vigente. Isto é, porque marxistas e capitalistas, socialistas e liberais, teriam se aliado para impor o *gênero* – uma ideia que causa danos às pessoas. Produz-se, assim, uma metanarrativa (Hammack & Pilecki, 2012; Somers, 1994) sobre um contexto político global permeado pelo sentimento de desconfiança política e insegurança perante o futuro.

4.3 “Macho e fêmea, Deus os criou”: propósito existencial e natureza transcendente

Sinopse: Assim como revelado em Gênesis, Deus criou homem e mulher, macho e fêmea, com o propósito divino da procriação. Homens e mulheres são seres espiritualmente distintos em suas virtudes e limites, expressam uma natureza sexual complementar e, ao se unirem em uma relação monogâmica por meio do matrimônio, constituem família e geram descendentes. O matrimônio é uma missão espiritual que aproxima homens e mulheres de Deus e do propósito transcendente da existência humana. A ideologia de gênero rejeita a natureza e o propósito da existência, gerando confusão e sofrimento para as pessoas.

O Pastor Jorge Linhares é atualmente uma das principais lideranças evangélicas de Minas Gerais, seja por seu trabalho de mais de quatro décadas na construção da Igreja Batista Getsêmani ou por sua atuação como articulador de um conselho estadual de pastores de diferentes igrejas. Durante minha visita a Belo Horizonte, em janeiro de 2023, procurei conhecer melhor a Igreja Getsêmani e conversar com suas lideranças. Como descrito no capítulo anterior, o Pastor Jorge havia aparecido no mapeamento virtual em 2021, quando a Escola Batista Getsêmani foi advertida pelo Ministério Público por divulgar em suas redes sociais um vídeo contra a *ideologia de gênero*. Responsável direto tanto pela igreja quanto pela escola, ele prestou esclarecimento à justiça e, simultaneamente, se engajou em protestos contra o que considerou ser uma perseguição aos valores cristãos. Após participar da escola bíblica e do culto pastoral de domingo, pude conhecê-lo pessoalmente e convidá-lo para contribuir com a pesquisa. Um dos seus assessores de confiança, o Pastor Robson, ficou encarregado de agendar a entrevista que viria a ocorrer, poucos dias depois, na sede administrativa da igreja.

De modo similar a outros cultos que pude participar ao longo da pesquisa, as pregações feitas na Igreja Getsêmani eram fundamentalmente voltadas à manutenção da harmonia do lar, do casamento e da família. No culto em que estive presente, o Pastor Jorge Linhares trabalhou

a questão do divórcio, pregando que homens e mulheres deveriam cumprir suas funções para evitar que a relação de um casal se degrade até se tornar insustentável. Em determinado setor do auditório, ouvindo atentamente à pregação, estavam sentados vários casais de jovens que se preparavam para a vida em matrimônio. Ao final do culto, foi realizada uma apresentação musical do ministério infantil (o GetKids), na qual todas as crianças presentes foram chamadas a subir ao palco – para, em seguida, serem apresentados alguns informes sobre o acampamento de férias que havia ocorrido no final de semana anterior. Era evidente que a igreja não atuava somente como um ambiente de oração e contato com Deus, mas também um espaço comunitário de construção de vínculos, cuidados e orientações para as famílias. Por meio dela, as pessoas fazem amizades, constroem redes profissionais, iniciam relações amorosas, constituem famílias, educam suas crianças e preservam os modos de vida e valores sociais tradicionais, em meio às inseguranças e incertezas do mundo moderno.

Essa ênfase na família tradicional foi reafirmada pelo Pastor Jorge em nossa entrevista. Seguindo uma narrativa compartilhada pelos grupos cristãos que compõem o universo antigênero, ele definiu o *gênero* como a negação dos papéis estabelecidos para homens e mulheres pela Criação. Em suas palavras:

A ideologia de gênero é contra o princípio de que Deus fez o macho e a fêmea, um homem e uma mulher. Não existe um terceiro sexo. Não é doença, é uma opção sexual. Então, nós, evangélicos, nós, batistas, não consideramos que uma pessoa nasce com uma anomalia física e biológica. Ela escolhe a terceira via, que não é a de ser um homem ou ser uma mulher. É uma opção pessoal que ela faz [...]. A experiência na minha vida é que, na própria igreja, no exercício do ministério, nós temos crianças que estavam totalmente afeminadas pela criação. Filho único. É um excesso de convivência com a mãe. Um excesso de convivência também de uma menina só com o pai. Então, a menina fica masculinizada e o menino fica afeminado. Com o pouco tempo que ele foi readaptado ou voltando às origens, aquilo tudo que trazia, como algo que seria normal para ele, mudou completamente. Com o diretor do colégio, nós trabalhamos isso. A masculinidade que é a identidade, como também na feminilidade. Eu tenho até um livro sobre isso. Como ser ou não ser (Pastor Jorge Linhares, entrevista nº 25).

Dado como presente a mim ao final da entrevista, o livro citado pelo Pastor Jorge nesse trecho é, na prática, um pequeno manual da Igreja Getsêmani sobre como homens e mulheres devem se comportar quando seguem os ensinamentos bíblicos. Nele, é apresentado que homens e mulheres possuem características distintas que são complementares, e seus diferentes papéis não podem ser confundidos. O homem incorre no pecado quando se comporta como uma mulher, e vice e versa (Linhares, 2017). Essas características se expressam também no âmbito da sexualidade e, se fundamentando no texto bíblico, é afirmado no livro que a normalização da homossexualidade e da transexualidade é um erro imposto pelos governos nos dias atuais.

De fato, para além dos trechos da Bíblia que condenam abertamente as práticas homossexuais, o seu primeiro livro, Gênesis, descreve parte do ato de Criação da humanidade da seguinte maneira: “E criou Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou”. No versículo subsequente, enfatizando a missão da procriação, Deus diz ao homem e à mulher: “Frutificai, e multiplicai-vos, e enchei a terra” (1 Gen 27-28 ARC)⁹⁶. Esse pequeno trecho da Bíblia é frequentemente repetido por grupos cristãos para justificar a oposição à *ideologia de gênero*, sendo inclusive adaptado a uma linguagem de protesto por meio de slogans como “ideologia de gênesis” e “macho e fêmea, Deus os criou” (e.g. Aragusuku, 2018; Junqueira, 2022). No âmbito das entrevistas realizadas, outras pessoas do mundo evangélico também deram destaque a essa questão enquanto explicavam por que o *gênero* deveria ser contraposto, como demonstrado nos trechos a seguir:

Nós acreditamos no que aprendemos na Bíblia, essa é a nossa base moral de fé. Sempre se pensou no princípio bíblico: que Deus criou macho e fêmea e só existem dois sexos. Então, não é possível você brigar contra a natureza. Não tem como você questionar. Isso é natural, foi Deus que instituiu. Ou nasce macho ou nasce fêmea [...] Na ideologia de gênero se fala que a pessoa pode escolher. Ela pode se comportar da forma que achar mais conveniente. Isso para nós é uma deturpação que vai justamente contra aquilo que nós aprendemos na Palavra de Deus (Anônimo E1, entrevista n° 13)⁹⁷.

A gente não trabalha de uma forma, vamos dizer assim, política. A gente simplesmente prega o que a Bíblia diz a respeito do homem e da mulher. E a questão da ideologia é pregada dentro daquilo que está na Bíblia. Deus criou macho e fêmea, homem e mulher. É o que a gente prega (Pastora Noemi de Camargo, entrevista n° 10).

Diferentemente do anterior, esse meta-enredo não se estrutura em uma história linear, com eventos e personagens bem delimitados, mas se adapta às histórias pessoais e atua sobretudo no campo metanarrativo ao responder perguntas fundamentais (de onde viemos e para onde devemos ir) e dar um sentido ou propósito à existência humana. Por meio dele, as

⁹⁶ Utilizo aqui a tradução Almeida Revista e Corrigida (ARC), bastante difundida no meio evangélico brasileiro. Na versão católica, esse trecho é traduzido para “homem e mulher os criou”. Sobre a condenação das práticas homossexuais, trata-se de uma questão que contrapõem visões mais interpretativistas e literais do texto bíblico. Existem leituras que interpretam a Bíblia de modo a comportar a diversidade sexual e de gênero na fé cristã, o que se reflete nas igrejas inclusivas e no movimento de reforma nas igrejas tradicionais.

⁹⁷ Esse entrevistado apontou que o afastamento da humanidade da palavra de Deus, como a partir da difusão do *gênero*, é um sinal do final dos tempos, como previsto no Bíblia, em Apocalipse. “Não é possível acabar com essa questão da ideologia de gênero. [...] até porque, como a gente entende, isso faz parte daquilo que o próprio Deus nos falou, que são os Sinais do Tempo, do Fim, de que as pessoas realmente iriam se afastar de Deus. E quando você consegue normalizar isso para uma sociedade... não só no Brasil, porque hoje é tudo globalizado, a informação corre muito rápido. Então, de uma forma global, você consegue fazer com que toda a sociedade creia que a palavra de Deus não é mais válida. Se eu deixar de acreditar em um princípio básico, vai dar espaço para questionar tudo aquilo que nós acreditávamos. A gente sabe que sim, isso é uma ação do inimigo, nesse período que nós consideramos que é o período final, da humanidade mesmo. E aí essa degradação vai só piorar”.

peessoas expressam a ameaça que o *gênero* produz a suas identidades pessoais e coletivas (como homens e mulheres) e à organização de seus modos de vida fundados na família tradicional. O enredo de que as pessoas nascem com um sexo e que, a partir do encontro complementar com o outro sexo, elas podem trilhar a missão divina de constituição de uma família, em acordo com a Criação, se alinha à busca por segurança ontológica em um período de mudanças no campo da sexualidade. Moldando as expectativas para o futuro, ele dá respostas às incertezas perante as trajetórias individuais e o sentido da vida.

É importante destacar que esse enredo é compartilhado por pessoas que se identificam com a cosmovisão cristã. Ele estrutura histórias que são frequentemente repetidas nos mundos católico e evangélico do universo das mobilizações antigênero, e conflitam com as histórias mais seculares ou não tradicionais produzidas por alguns liberais-conservadores e pelas feministas radicais. Entre as pessoas católicas, o *gênero* é também relacionado de modo conflitivo ao Gênesis e à narrativa de uma origem transcendente que ordena a realidade e a natureza humana. Nas entrevistas realizadas com integrantes do IPCO, esse foi um assunto que também ganhou destaque:

O gênero é uma das formas mais recentes, porém mais extremadas, de um ato de revolta contra a ordem imposta por Deus na Criação. Eu não sei como foram as outras entrevistas que você fez, mas é um tipo de foco que normalmente a gente não vê. “Que negócio é esse, colocar Deus na questão?”. Mas isso se encaixa nessa linha do que nós estamos falando. Toda a nossa atuação é baseada nos princípios da doutrina católica. [...] para nós, o fato de existirem homens e mulheres não é simplesmente um acaso. Isso faz parte de um plano maior que Deus colocou no universo (Allysson Vasconcelos, entrevista nº 14).

É como se não houvesse um Deus, porque no fundo, havendo um Deus, há uma verdade. Se a verdade vai mudando ao longo dos tempos, é porque Deus não existe. Essa ideologia vai transformando aquilo que existia na sociedade antes, que era uma crença em um Deus transcendente que deixa uma doutrina, para uma ideia de um Deus imanente que está no homem e vai sendo explicitado ao longo da história, e vai transformando os conceitos sem que as pessoas percebam. Então, enquanto parece uma questão pessoal, na realidade, é uma questão teológica muito profunda (Frederico Viotti, entrevista nº 12).

Portanto, o verdadeiro sentido da existência humana transcende o mundo material e está contido na palavra de Deus revelada pelo texto bíblico. O *gênero* se contrapõe a essa revelação, negando conjuntamente a realidade material do sexo e o propósito divino que o constitui do ponto de vista espiritual. Apesar da realidade do sexo biológico não ser negada, ela é hierarquicamente inferior à verdade transcendente, pois, como explicitado em diversas entrevistas, faz parte da missão espiritual das pessoas a superação dos impulsos materiais por meio da fé, evitando assim o pecado – como a inversão dos papéis sexuais e a promiscuidade.

O que está em jogo é a salvação eterna da alma perante as armadilhas criadas por *ideologias* que negam a verdade e normalizam as desordens sexuais. A fixação da verdade em um ideal transcendente, que é eterno e gravado na Revelação Divina, se alinha aos princípios organizativos de um mundo pré-moderno⁹⁸, onde a segurança ontológica é preservada por meio da autoridade da religião e da estabilidade da tradição (Giddens, 1990). Neste sentido, a expansão da modernidade desestabiliza qualquer tipo de télos ou propósito transcendente para a existência humana, minando a metanarrativa teleológica constitutiva da cosmovisão dos grupos cristãos.

Foi a partir dessa perspectiva que, por exemplo, Luís Tourinho (entrevista nº 5), citou uma ontologia cristã, comumente definida no mundo católico por meio das formulações filosóficas de São Tomás de Aquino – pensador católico do século XII, canonizado pela Igreja e reconhecido por suas contribuições filosóficas⁹⁹. Como descrito por Lucas Henrique (entrevista nº 6), para o postulado tomista, as coisas possuem uma natureza que se expressa através de uma potência, uma capacidade de ser, se manter ou se tornar algo diferente. A partir da compreensão dessas potencialidades, nomeamos as coisas e os seres no mundo, atribuindo a eles uma identidade ontológica. Portanto, dizer que homens e mulheres possuem naturezas, finalidades e papéis sexuais distintos é apenas a enunciação de uma verdade que pode ser atestada pelo exercício da razão. Partindo de pressupostos semelhantes, ao tratar sobre os perigos da *ideologia de gênero*, Angela Gandra recuperou esse aspecto ontológico da sexualidade humana:

Ontologia é a filosofia do ser, o que as coisas são. A filosofia quer chegar no mais profundo do ser. O que é essa essência e quais são, de fato, as consequências dessa própria essência. Então, eu vou estudar a ave e falo “a ave pode voar”. O ser humano pode pensar, amar, etc. Eu consigo discernir. Uma mulher pode amamentar. Um homem tem um papel altamente ativo numa relação. Tem igualdade de direitos e deveres, mas tem a sua conformação antropológica. Então, a filosofia vai estudar tudo isso e vai pensar na complementaridade [...]. Quando se instituiu a ideologia de gênero, se instituiu isso: “nós podemos ser o que nós queremos”. Eu peguei até cartilhas, assim, falando “olha, com dois anos, os pais já não podem opinar porque a criança vai dizer o que ela é”. Só que existe uma natureza, existe uma fisiologia. E, dentro dessa fisiologia,

⁹⁸ A ideia de que o ápice (moral e intelectual) da humanidade ocorreu na Idade Média, durante o período da “crístandade”, foi compartilhada por Padre Paulo, Lucas Henrique, Allysson e Mauro. Trata-se de uma ideia importante para o tradicionalismo católico. Para eles, a modernidade é um processo histórico de decadência moral da humanidade decorrente do avanço do liberalismo político (separação Igreja e Estado) e do relativismo cultural. É nesse sentido que alguns católicos tradicionalistas se identificam como antimodernistas e, por conseguinte, antiliberais.

⁹⁹ Luís relatou que foi a partir dessas discussões filosóficas que a nova direita brasileira, emergente na década de 2010, se dividiu, pois os grupos liberais possuem uma visão mais materialista, totalmente voltada às políticas econômicas, que não leva em conta a natureza do ser e, por vezes, oposta a ontologia cristã. Ele disse que, na adolescência, chegou a se aproximar da Escola Austríaca, mas posteriormente se voltou ao catolicismo.

não é só um corpo que tem um órgão sexual masculino ou feminino, existe também uma antropologia anímica da psique, relacionada à maneira de pensar (Angela Gandra, entrevista nº 20).

Apesar de não mobilizarem os pressupostos da filosofia tomista, que são bastante difundidos no mundo católico¹⁰⁰, as lideranças evangélicas também se preocupam em demonstrar porque homens e mulheres são diferentes em sua natureza ou constituição ontológica. Membro da Assembleia de Deus, o psicólogo Adriano Lima (entrevistas nº 15-17), por exemplo, considera que a fé integral no texto bíblico não contradiz os conhecimentos científicos sobre a sexualidade humana – ambos caminham juntos e se complementam. Na sua visão, é a *ideologia de gênero* que nega a realidade biológica ao sustentar que crianças possuem autonomia para decidir se são meninos ou meninas. Já o Pastor Jorge Linhares destaca que Deus fez a parte biológica do ser humano perfeita, estabelecendo uma função natural para os órgãos sexuais vinculada à procriação. Desse modo, as práticas sexuais que escapam desse propósito seriam anomalias de ordem moral e de conduta, pois as pessoas optam por consumi-las mesmo tendo consciência do seu caráter antinatural e pecaminoso.

O elo entre o propósito transcendente da sexualidade humana, revelado pela Bíblia, e a realidade biológica vem sendo aprofundado filosoficamente pela Igreja Católica desde a década de 1980 com a Teologia do Corpo. Proposta pelo Papa João Paulo II em um contexto de crescentes mudanças culturais no âmbito da sexualidade, ela antecipou discussões que fundamentaram o movimento antigênero nas décadas posteriores (Kuhar & Paternotte, 2017; Paternotte et al., 2016). O objetivo da Igreja foi difundir uma compreensão teológica cristã da sexualidade humana tendo em vista os novos dilemas do mundo moderno. Deu-se, assim, importância à imanência do corpo sexuado, porém sem desconectá-lo dos atributos espirituais da masculinidade e da feminilidade que se manifestam na alma e estão conectados ao propósito da Criação. Como abordado por Ivana Brandão:

Eu penso que a gente vive um momento de banalização do corpo, principalmente, essa ligação profunda que existe entre o corpo e a pessoa [...]. Eu vejo o ser humano como uma pessoa encarnada. João Paulo II, quando fez a famosa Teologia do Corpo, destaca esse aspecto do corpo [...]. Então, Jesus encarnou num corpo humano e assumiu essa condição humana. E assumiu a condição masculina. Ele não era um ser andrógono. Ele era masculino, homem, viril. Tanto que eu acredito que para ele enfrentar tudo que enfrentou, ele teria que ser muito viril, muito homem.

¹⁰⁰ Na última década, as ideias tomistas e neotomistas se tornaram bastante influentes nos círculos católicos, em especial tradicionalistas. A obra de São Tomás sempre foi primordial para o pensamento da Igreja. Contudo, ela vem sendo revitalizada na atualidade por trabalhos que aplicam seus postulados a uma variedade de problemas e campos de saber. Um exemplo é a Psicologia Tomista, que vem se expandindo no Brasil com o surgimento de institutos de formação e a publicação de livros, alguns publicados pelo Centro Dom Bosco.

João Paulo II fala dessa ideia original, dentro da Criação, e vai trabalhar com Gênesis. [...] A gente sabe que Gênesis é uma leitura mítica, mas é um mito que conta uma verdade. João Paulo II mostra que, em Gênesis 2, Adão antes estava sozinho. Essa palavra “Adão” na Bíblia não é o Adão, o homem. Adão quer dizer humano. E na hora que Deus o criou, Adão caiu no sono [...]. A criação da mulher foi nessa hora. [...] diante do diferente, ele [Adão] conseguiu dizer que é um homem. Agora sim, “ossos dos meus ossos, carne da minha carne”. O bonito é que ele se identifica como masculino e ela se identifica como feminino. Na relação com o outro e com o outro que é diferente de mim, eu me identifico. Assim, a minha fé me fez entender isso e eu quero anunciar essa verdade, a beleza dessa originalidade. Toda obra tem o seu plano, o seu engenheiro. Deus fez um projeto inicial. Só que a gente pegou outro caminho e, pegando esse outro caminho, a gente saiu desse projeto (Ivana Brandão, entrevista nº 23).

Desse modo, esse meta-enredo atribui um propósito à natureza sexual humana, um télos que está vinculado a uma realidade transcendente revelada por Deus no texto bíblico e acessível por meio da fé em Cristo. Não se trata de uma história linearmente estruturada, mas sim de uma variedade de histórias dispersas que partem da narrativa inaugural de Gênesis e se multiplicam em histórias pessoais e coletivas sobre as potencialidades expressas por homens e mulheres, a manifestação dessa potência na organização da sociedade e os perigos de uma vida sexual desconectada do projeto de Deus instituído na Criação. Como analisado anteriormente, esse enredo não ignora uma realidade imanente vinculada à biologia humana e ao corpo sexuado e, por vezes, se conecta com uma narrativa mais secular e naturalista que é compatível com o mundo moderno.

4.4 “Ninguém nasce no corpo errado”: realidade biológica e natureza imanente

Sinopse: Homens e mulheres possuem naturezas sexuais próprias, assentadas na função biológica da procriação e no dimorfismo sexual, que resultam no desenvolvimento de atributos hormonais, morfológico-corporais e neuropsicológicos específicos para cada sexo. Essas diferenças resultam na atribuição (justa e injusta) de normas, papéis e funções sociais diferentes para pessoas do sexo masculino (homens) e feminino (mulheres). O corpo sexuado é uma realidade intransponível que define a identidade de uma pessoa e o lugar que ela ocupa no mundo. A negação dessa realidade vem causando danos psicológicos e físicos às pessoas.

Logo na capa do site da campanha No Corpo Certo, em complemento ao seu nome, há a seguinte frase em destaque: “ninguém nasce no corpo errado”. Ao criar essa campanha, Eugênia Rodrigues tinha como objetivo conscientizar as pessoas (em especial pais e mães, profissionais da saúde e da educação) sobre os perigos das “intervenções da medicina transgênero” para a saúde de crianças e adolescentes que acreditam que estão no “corpo errado”. Quando a contatei em dezembro de 2020, ela me respondeu com entusiasmo e receptividade.

Era a primeira vez que a campanha era contatada para contribuir com uma pesquisa acadêmica e havia muitas questões que Eugenia queria abordar e desenvolver melhor na entrevista. Formada em jornalismo há alguns anos, o trabalho com a No Corpo Certo não era um *hobby* ou um *side job*, era para ela uma missão de vida, um trabalho de divulgação de informações que estariam sendo omitidas pelos grandes meios de comunicação – um ativismo pela construção de uma mídia alternativa que pudesse narrar o que ela acredita ser a verdadeira história do *gênero* (como conceito e ideologia). Como ressaltado por ela desde as primeiras trocas de emails, a campanha não tem um viés ideológico em específico, nem discrimina pessoas religiosas, mas procura se guiar por uma causa maior que une pessoas de diferentes perfis e pertencimentos políticos.

Não era a primeira vez que Eugenia, feminista declarada, se engajava nesse assunto. Ela havia começado a questionar a ideia da transição de gênero já em 2013 e, nos anos que se seguiram, mergulhou em ações de ativismo virtual por meio de páginas como a “Hormônio não é brinquedo” e a “Não existe criança trans”. Como descrito no capítulo anterior, essas páginas estavam relacionadas aos conflitos no interior do feminismo em relação à validade do conceito de gênero para a compreensão do que é ser mulher. No entanto, esse ativismo também dialogava com um processo mais amplo de mobilizações contra a *ideologia de gênero* na educação que emergiu, através da atuação de grupos conservadores cristãos, em meados da década de 2010. As motivações para se mobilizar contra o *gênero* podem ser convergentes, porém são ideologicamente distintas. Para Eugenia, que se identifica com ideias tradicionais da esquerda, o que está em jogo não é um propósito transcendente do ato sexual definido pela Criação, mas sim as bases materiais e biológicas das diferenças sexuais que definem socialmente homens e mulheres. Em suas palavras:

É uma ideologia negacionista, pois nega o sexo biológico [...]. A ideologia de gênero, no entender da nossa campanha, é esse conjunto de ideias que prega que homens e mulheres não seriam seres humanos do sexo masculino e feminino [...]. A gente não pode trocar de sexo, homens não podem ser mulheres. Não tem nada de mulheres em homens, e vise e versa. São dois tipos de seres humanos totalmente diferentes e que serão tratados pela sociedade de forma muito diferente. Eu acredito que talvez alguns médicos tenham começado isso com alguma intenção boa de minimizar o sofrimento, mas eu acho que boa parte só queria mesmo ganhar dinheiro. [...] Porque os resultados a longo prazo são terríveis para esses pacientes. [...] são médicos se aproveitando de seres humanos vulneráveis. Homens e rapazes que não aceitam que são simplesmente gays, que precisam ter a ilusão de que são mulheres se relacionando com homens, para se verem como pessoas heterossexuais. Homens que chegam aos 40-50 anos e entraram numa crise existencial. É algo muito alimentado pela pornografia também, por toda essa pornificação da vida, todo esse vício. [...] o que começa como um certo fetiche sexual acaba virando uma espécie de disforia. Em relação às mulheres, se aproveitando da vulnerabilidade

das lésbicas. Porque, basicamente, o que são os “homens trans”? São mulheres lésbicas que são atravessadas por outras questões psíquicas, ou psiquiátricas, e que vivem num mundo que odeia lésbicas. Então, o médico oferece para elas essa possibilidade de se livrar dessa misoginia, dessa lesbofobia, desse mundo que odeia mulheres e, principalmente, mulheres lésbicas, através dessa solução que destrói a saúde delas, física e mental (Eugenia Rodrigues, entrevista nº 1).

Dentro do escopo da *No Corpo Certo*, Eugenia produziu diversos textos que criticam o processo de transição de gênero e, em específico, o trabalho do Ambulatório Trans do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo – primeiro serviço especializado no Brasil para o acompanhamento de crianças e adolescentes diagnosticadas com disforia de gênero. Evidentemente, um dos objetivos da campanha é restringir legalmente o acesso às intervenções médicas que, em sua visão, “mutilam” e “esterilizam” os corpos de pessoas saudáveis. Para ela, a realização de procedimentos médicos de transexualização em menores de idades é um ato moralmente abominável, pois produziria danos irreversíveis a indivíduos que não possuem maturidade mental para decidir sobre modificações corporais e ainda estão em desenvolvimento psíquico e fisiológico. Trata-se de uma visão similar à compartilhada por Adriano Lima que, durante a entrevista, relatou ter acompanhado alguns casos de disforia de gênero no ambulatório da USP como psicólogo de um projeto acadêmico de acolhimento multidisciplinar. Nesse sentido, duas histórias pessoais muito distintas se cruzam.

Identificado com os valores de uma direita conservadora, Adriano se situa em um campo político oposto ao defendido por Eugenia. Todavia, esse fato não os impede de estarem engajados em uma mesma causa, considerada imprescindível. Mais além de uma simples convergência de interesses, ambos compartilham narrativas comuns sobre os perigos que a *ideologia de gênero* produz para a saúde física e mental de pessoas que rejeitam o próprio corpo biológico. Para eles, o *gênero* aprofunda a ilusão do corpo errado, causada por problemas de ordem psicológica, descolando a pessoa da realidade e amplificando a angústia existencial. Mesmo que fortemente engajado no mundo evangélico, onde atua como palestrante em igrejas assembleianas, Adriano em nenhum momento utilizou a religião para justificar a sua oposição ao *gênero*. Ele considera que esse é um problema de ordem científica, relevante para a sua prática profissional como psicólogo clínico, mas que foi progressivamente ideologizado, apagando a realidade biológica:

Realidade psíquica e realidade real são duas coisas distintas. Apesar de eu me perceber de uma forma, isso não nega quem eu sou. Isso não nega, de fato, a minha realidade fisiológica, a minha realidade real. Isso é a primeira coisa. A segunda coisa é fazer um trabalho de acolhimento, de acolher de fato. Não reforçar comportamentos. Mas acolher, entender e trabalhar junto às famílias das crianças para ver, de fato, por quais razões aquela criança está naquele lugar.

Trabalhar nas escolas sobre, de fato, o que é sexualidade infantil. Conscientizar sobre abusos, da maneira mais coerente possível. Então, eu acho que o trabalho deve ser feito de acolher, direcionar, pensar junto e elaborar, mas sem ideologizar. Sem politizar isso. Não usar isso como bandeira. Bandeira partidária, ideológica, não. (Adriano Lima, entrevista nº 15).

Esse é um meta-enredo que existe de modo similar ao descrito no tópico anterior, sobretudo por trabalhar no campo metanarrativo a ideia de uma ontologia sexual que constitui a essência do ser humano – algo reproduzido através de uma multiplicidade de histórias que moldam as narrativas pessoais e coletivas das pessoas engajadas nas mobilizações antigênero. Porém, enquanto o enredo anterior tratava sobre uma natureza transcendente, que segue um propósito moral estabelecido por Deus, o presente aborda uma natureza imanente que se manifesta na biologia humana e no mundo material. Como já descrito, os grupos cristãos entendem que estes dois aspectos da natureza sexual estão interconectados e representam uma única verdade, ou mesmo que a natureza imanente apenas expressa no corpo encarnado o propósito transcendente da Criação. Por exemplo, sem se desvincular da cosmovisão católica, Padre Paulo Ricardo descreve uma certa história biológica do ser humano¹⁰¹ que explicita porque homens e mulheres possuem naturezas distintas:

Ora, o que se espera de um homem lá nas cavernas? Bom, como ele tem uma capacidade muscular de resistência maior do que a mulher, se espera que o cara esteja lá na porta da caverna, protegendo os seres mais frágeis, que são a mulher dele e os filhos. É um desserviço social que esse sujeito cresça delicado. O que o menino tinha que fazer? O menino tem que, então, ser provocado pela sociedade, por meio do processo educacional, a se afastar do mundo feminino, a desenvolver a sua masculinidade e voltar ao mundo feminino para proteger a mulher. Isto é um homem. Agora, se o menino, preguiçosamente, ficar naquela zona de conforto feminina, delicada, tudo bem. Só que isso não está configurado conforme a agressividade da testosterona que ele tem, a capacidade muscular que ele tem, e o serviço que ele pode prestar para a sociedade, de proteção. É uma opção. Mas não é a opção que está configurada naquilo que eram os papéis normais que se tinha. Então, o que acontece? Para o menino, ser homem é um esforço. Ou seja, é necessário que ele se esforce para ser diferente da mãe e das irmãs para poder depois protegê-las. E isso está bastante de acordo com a estrutura genético-hormonal, muscular e cerebral desta criaturinha. [...] Nós decretamos, ou seja, a Fundação Ford decretou, na década de 90, que isso é ilusão. Cada um escolhe o que é. Mas veja, eu não posso escolher ser um grande atleta olímpico. Eu não tenho capacidade genética para isso e agora, nessa altura do campeonato, também não tenho nem mais idade. Eu posso escolher uma coisa que vai de acordo com a minha natureza, com aquilo que eu já tenho aqui, com os dotes que eu tenho (Padre Paulo Ricardo, entrevista nº 11).

¹⁰¹ É importante destacar que os grupos cristãos tradicionalistas (evangélicos e católicos) são radicalmente opostos à teoria da evolução, apesar de utilizarem, para tratar sobre as bases biológicas da sexualidade, argumentos muito semelhantes às teorias evolutivas da diferenciação sexual. Já no início dos anos 2000, Steven Pinker (2002), um dos expoentes da Psicologia Evolutiva, atacou a validade do conceito de gênero, inclusive se referenciando no trabalho de Christina Hoff Sommers (1994) para desqualificar o “feminismo de gênero”.

Evidentemente, não são todos os grupos que fazem um paralelo entre um propósito transcendente e a natureza biológica, ou tentam naturalizar uma perspectiva tradicionalista para as normas e valores sexuais. O que motiva pessoas como Eugenia a se opor ao *gênero* se fundamenta unicamente na compreensão de que a natureza biológica está sendo apagada pela *agenda transgênero*. Na lógica desse enredo, o apagamento da fisiologia e anatomia sexual produz uma visão distorcida da realidade que, em última instância, gera danos às pessoas. Não há necessariamente um problema com a homossexualidade ou com práticas sexuais não tradicionais, mas sim com a separação entre sexo e gênero que desestabiliza as identidades de homens e mulheres, tornando insegura todo tipo de verdade sobre o ser.

Por exemplo, uma pessoa anônima entrevistada, que se identifica como liberal-conservadora, afirmou que o *gênero* não tinha relação alguma com os direitos dos homossexuais. Ela inclusive relatou que é amiga de longa data de dois homens casados e não vê problema nesse fato. Na sua concepção, *ideologia de gênero* estaria relacionado à negação da realidade biológica e, mais do que isso, à uma política impositiva para toda a sociedade. Ao ser questionada sobre o primeiro contato que teve com o assunto, ela respondeu da seguinte maneira:

Eu não lembro, mas, com certeza, o meu primeiro pensamento foi: “mais uma ideia de gente louca”. Porque, assim, a gente vê o cara lá no Japão que comprou a fantasia de cachorro, está fantasiado e fala que é um cachorro. Tem outra mulher lá que fala que é um bebê e fica de fralda o dia inteiro para os fãs dela no YouTube. Para mim, não é diferente. Por mais que um homem se vista de mulher e uma mulher se vista de homem, por mais que se sinta, a natureza da pessoa não é essa. O sexo biológico não é esse, por mais que façam operações, façam não sei o que, tomem hormônio e uma série de coisas. Inclusive, a federação de natação falou: “olha, se a pessoa não teve contato com a testosterona, tudo bem”. Porque, depois, toda a caixa torácica, tudo é diferente. Então, a gente está questionando a própria natureza. E aí a gente vê mais uma ideia materialista de que o homem que faz a realidade e não que a realidade nos é imposta. A realidade das coisas como são. Para mim, o que é, é, e o que não é, não é. Pode ter gente que fala que é? Pode. Não vou discutir com louco. Enquanto estiver na esfera pessoal, eu não discuto com maluco. O João quer ser chamado de Maria, eu chamo de Maria, não tenho problema nenhum. Agora, se quiser que eu acredite, aí não, porque aí é o meu espaço particular. Enfim, eu tenho uma visão bem mais liberal. Essa visão para os grupos mais conservadores é uma aberração. Mas, para mim, não. Para mim, cada um vai ser feliz do jeito que quiser (Anônima C1, entrevista nº 19).

Portanto, seguindo tal raciocínio, o desejo por mudar de sexo (ou transicionar de gênero) é fruto de algum tipo de problema psicológico, um descolamento da pessoa de sua própria realidade biológica, que não pode ser normalizado. Enquanto um problema de saúde mental ou uma vivência não convencional, ele pode ser tolerado no âmbito da liberdade individual e da

vida privada – mas nunca tratado como verdade em relação à natureza humana, nem amparar a produção de normas institucionais e políticas públicas. Lucas Berlanza (entrevista nº 21), presidente do Instituto Liberal, compartilha da mesma visão e considera que as pessoas, na esfera privada, são livres para viver e se expressar da forma como quiserem. O que elas não podem é impor para toda a sociedade uma *ideologia* que gera distorções nos esportes (em especial, às categorias femininas) e desorienta crianças e adolescentes sobre suas identidades sexuais.

Essa é uma posição também compartilhada pelas feministas radicais que, apesar de fazerem ressalvas a um determinismo biológico e aos valores tradicionais, entendem que a realidade biológica é estruturante para a constituição da identidade sexual. Neste sentido, homens e mulheres seriam categorias sociais subordinadas às diferenças biológicas e ao dimorfismo sexual, pois a identificação do corpo sexuado desde o nascimento molda as histórias de vida e as relações estabelecidas na sociedade. Negar essa realidade abriria as portas para a normalização de todo tipo de problema psicológico, ilusão ou pensamento fantasioso – para além do risco imposto às mulheres no momento em que “homens biológicos” podem acessar os espaços femininos. Como expresso por Eugenia, no trecho citado no início deste tópico, as pessoas trans seriam, na verdade, gays e lésbicas que negam o próprio sexo para fugir do preconceito, ou homens heterossexuais que têm fetiche pela ideia de se tornar uma mulher. A partir dessas histórias sobre a negação da realidade biológica, as feministas radicais manifestam narrativas ontológicas que convergem com a visão de mundo de grupos conservadores antigênero.

Outro ponto de convergência bastante relevante é a narração da história do John Money, um acadêmico pioneiro das cirurgias de mudança de sexo, e seu experimento de *gênero* que destruiu a família Reimer. No campo acadêmico, Money é reconhecido como um dos precursores do uso da noção de identidade de gênero na Sexologia e na Psicologia Médica. Durante a década de 1960, ele atuou na estruturação da Gender Identity Clinic da John Hopkins University, nos Estados Unidos, primeiro serviço destinado ao atendimento de pessoas trans no mundo. O trabalho de Money sobre sexualidade humana é largamente criticado na atualidade (Butler, 2004; Cyrino, 2013), seja por seu viés normatizador, ao estabelecer um alinhamento desejável entre sexo e gênero que deve ser alcançado para garantir a normalidade, ou por sua defesa de que a sexualidade é formada exclusivamente pela socialização e pode ser redirecionada pela intervenção médica. Se distanciando dos trabalhos de Money (e de outros precursores como Robert Stoller), o conceito de gênero foi reelaborado e incorporado, ao longo dos anos, tanto pelas ciências biomédicas (em seu aspecto psicológico, e.g. Hide et al., 2019)

quanto pelas ciências humanas e sociais (em seu aspecto sociológico e cultural, Butler, 2004; Garcia, 2011).

Contudo, para o movimento antigênero, Money é o “pai” dessa *ideologia* em sua forma mais nefasta, pois o desenvolvimento do conceito em si permitiu a criação de novos instrumentos de manipulação cultural e política. É nesse sentido que esse meta-enredo está conectado com a gênese da *ideologia de gênero* descrita no tópico 4.2. Foi a partir do surgimento do conceito de identidade de gênero nas ciências médicas que as “ideias negacionistas” propostas por novas gerações de feministas teriam se tornado mais palatáveis às elites globais, abrindo caminhos para a sua difusão nas instituições acadêmicas e governamentais. A história de John Money e o caso Reimer é um evento crucial para a validação desse meta-enredo, pois ela tornaria evidente, por meio de uma tragédia, as consequências práticas da negação da realidade biológica.

Em síntese, a história se inicia quando Money, no início da década de 1960, convenceu uma família a transicionar seu filho de poucos meses de idade (de menino para menina) para que sua genitália (danificada em uma cirurgia má conduzida) pudesse ser reconstruída (como uma vagina). Desse modo, seria garantida uma sintonia entre sexo e gênero. A partir das orientações de Money, Bruce passou a ser chamado de Brenda e foi acompanhado por uma equipe médica que, ocultando a verdade sobre os procedimentos realizados, deveria alinhar o seu corpo a uma identidade feminina. Na adolescência, após diversos problemas de saúde mental, ele descobriu que havia passado por uma transição de gênero não consentida e decidiu assumir uma nova identidade masculina, adotando o nome de David.

Esse caso foi apresentado por Money como uma intervenção médica de sucesso que comprovaria o caráter construído, dependente da socialização, e manipulável da identidade de gênero. Como David tinha um irmão gêmeo (Brian), ainda era possível realizar um estudo comparativo com um caso controle. Foi apenas ao final dos anos de 1990 que o experimento foi revisitado, revelando os problemas éticos em sua condução, os danos causados às pessoas envolvidas e o seu completo fracasso¹⁰². A família Reimer havia se desestruturado com a experiência traumática e ambos os irmãos experienciaram graves problemas psiquiátricos, para além das cirurgias que David teve que se submeter para readequar o corpo a sua identidade

¹⁰² Em um primeiro momento, os problemas do caso foram revisitados pelo artigo publicado por Milton Diamond e H. Keith Sigmundson (1997) em uma revista científica de pediatria. Um ano depois, ele se consagrou na opinião pública através de uma matéria jornalística escrita por John Colapinto. Esse artigo foi ampliado e publicado como o livro *As Nature Made Him: The boy who was raised as a girl* (Colapinto, 2000). Em 2000, contribuindo para a divulgação do caso, a rede britânica BBC transmitiu um programa de rádio com base em entrevistas com as pessoas envolvidas no caso, como Milton Diamond e o próprio David Reimer.

masculina. No final, o caso teve um desfecho trágico com a morte de Brian por overdose aos 36 anos e o suicídio de David dois anos depois. Nas entrevistas, essa história foi mencionada ou recontada por pessoas de diferentes mundos do universo antigênero. Ela é referenciada como uma história de negação da realidade biológica que provaria os danos que o *gênero* causa às pessoas¹⁰³, como exemplificado nos seguintes trechos de entrevistas de pessoas, respectivamente, dos mundos feminista radical, evangélico e católico:

Isso que eu não me conformo, do feminismo ter dado tanta força para um conceito que, desde o início, é problemático. Você já deve ter ouvido a história do John Money, toda essa história, né. Então, desde o início, o conceito é problemático. Do cara achar que ele trocar o sexo da criança, ele troca o gênero também. É toda uma série de experimentos duvidosos (Anônima FR3, entrevista nº 18).

É o caso do David Reimer, que o próprio John Money, lá na década de 70, tratou como um caso de sucesso. Bom, se vocês pesquisarem na internet, encontrarão facilmente, pois é considerado o segundo caso de experimento humano mais horrendo da história dos Estados Unidos (Bruno Mendes, entrevista nº 16).

Para fazer de uma longa história uma história mais curta: houve uma série de descobertas de um médico australiano chamado John Money, que fez experiências com essa coisa de gênero, uma tentativa de educar um rapaz geneticamente masculino como menina (Padre Paulo Ricardo, entrevista nº 11).

Desse modo, a história do experimento de John Money é narrada como uma espécie de “trauma elegido” (*chosen trauma*), um evento do passado que representa um sentimento coletivo de desconsolo e sofrimento, moldando a percepção do presente e as soluções propostas para o futuro (Kinnvall, 2004). De acordo com Catarina Kinnvall, os traumas elegidos oferecem histórias “em tempos de crescente insegurança ontológica e ansiedade existencial. São os meios pelos quais a subjetividade se torna securitizada em relação aos outros” (Kinnvall, 2004, p. 755). Recontar a tragédia dos danos “causados pelo *gênero* à família Reimer” torna coletiva uma experiência traumática ainda significativa para o presente, pois seu algoz está corporificado em novos personagens (como “movimentos progressistas”, “grandes corporações capitalistas”, “governos liberais”, etc.) que precisam ser impedidos e neutralizados. Neste sentido, essa história justifica e motiva o engajamento no movimento antigênero, pois ele impediria que outras famílias e crianças se tornem vítimas dessa *ideologia negacionista* contrária à realidade biológica.

¹⁰³ O caso Reimer teve grande repercussão acadêmica e foi amplamente discutido no campo de estudos de gênero e sexualidade, fortalecendo um olhar crítico ao trabalho de Money – como, por exemplo, em Wendy McKenna et al. (2002) e Judith Butler (2004).

4.5 “Com meus filhos não se meta”: crianças e famílias em perigo

Sinopse: Por ser uma ideia antinatural que causa danos à saúde física e mental das pessoas, a ideologia de gênero é especialmente perigosa às crianças e adolescentes, pois elas ainda não possuem maturidade e capacidade de discernimento do certo e do errado, do bem e do mal. Quando divulgada ou ensinada a menores de idade, essa ideologia causa confusão, angústia e prejuízos ao desenvolvimento de suas identidades sexuais. Ao longo prazo, o resultado é um estado de insegurança, infelicidade e ansiedade existencial que permanece na vida adulta. Desse modo, ela desestabiliza as famílias que precisam lidar com esse problema, prejudicando a convivência e harmonia do lar.

Quando contatei Angela Gandra em julho de 2022, por meio de seu WhatsApp pessoal, repassado por uma colega que havia a entrevistado alguns anos antes¹⁰⁴, ela já estava há mais de três anos na chefia da Secretaria Nacional da Família, alocada no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) – cargo que exerceu durante todo o governo Bolsonaro, de janeiro de 2019 a dezembro de 2022¹⁰⁵. Após algumas conversas protocolares com sua assessora pessoal e com a assessoria de comunicação do ministério, a entrevista foi conduzida virtualmente a partir da infraestrutura do governo em Brasília. Como a entrevista teve que ser encerrada sem que todas as perguntas fossem respondidas, devido a outro compromisso na agenda de reuniões, Angela fez questão de marcar um novo encontro para finalizarmos a conversa. Exato um mês depois, a segunda entrevista foi realizada em modo presencial, nos arredores da Avenida Paulista, em São Paulo, aproveitando a sua presença na cidade. O grande interesse dado ao assunto não era por acaso. Essa é uma temática que perpassa a sua história de vida (após décadas de engajamento na causa pró-vida e pró-família) e, como secretária nacional, uma de suas principais preocupações era a ameaça que a *ideologia de gênero* produzia às famílias brasileiras.

Doutora em Filosofia do Direito, especializada em Filosofia Antropológica, Angela ganhou notoriedade ao argumentar, em uma audiência pública no Supremo Tribunal Federal, pela impossibilidade do direito ao aborto a partir de uma “defesa antropológica da mulher”. A audiência ocorreu em agosto de 2018 e, nas suas palavras, foi esse evento que a fez ser convidada para assumir a primeira Secretaria Nacional da Família do país. Como explicitado

¹⁰⁴ Essa entrevista havia sido concedida para a pesquisa de mestrado de Thaís Zschieschang (2020), que abordou a trajetória e participação de mulheres na política (seja de esquerda ou de direita), a quem agradeço pela ajuda e confiança.

¹⁰⁵ Cabe destacar que durante esse período, Angela teve um papel ativo na divulgação e promoção da Geneva Consensus Declaration, um documento proposto pela administração Trump, e assinado por diversos governos de tendência conservadora, como o governo Bolsonaro. O documento, apresentado em 2020 como um tratado ou compromisso supranacional, tinha como objetivo “promover políticas de saúde para as mulheres e fortalecer as famílias”, promovendo uma política internacional contrária à legalização do aborto e a *agenda de gênero*.

na entrevista, sua atuação na secretaria foi pautada por uma visão ontológica (vide trecho citado no tópico 4.3) que entende a família como a base primordial da sociedade e uma expressão da potência humana para a produção de vínculos e a procriação – algo que se manifesta por meio da união entre um homem e uma mulher, tendo em conta as suas naturezas complementares, para a constituição da família e a geração de crianças. Em sua concepção, no mundo contemporâneo, existem muitos perigos que prejudicam a segurança das famílias e, em especial, de suas crianças. O *gênero* é um desses perigos que, como percebido por ela a partir de denúncias feitas por famílias que apoiavam o trabalho do governo, vem causando danos à vida das pessoas, sobretudo quando imposto nas escolas e em outras políticas de educação. De acordo com Angela:

Agora, se eu penso essa questão nas escolas, a minha preocupação é com a trajetória da pessoa. Eu não estou discriminando ninguém. Eu estou falando do que é praticar a ideologia de gênero, ativamente, desde os 4-5 anos nas escolas. Então, eu, na posição de Secretária Nacional da Família, recebo as petições de pais que ficam apavorados. Eu vou te dar três exemplos, para não dar os piores. Não vou dar os piores porque dá até vergonha de falar [...]. Então, uma criancinha de 4 anos que o amiguinho começou a tocá-la e experimentar ter uma experiência sexual. Daí ele chegou em casa e falou para o pai. O pai falou: “mas a professora viu?”. A criança falou assim: “não, a professora viu e assistiu”. E o pai foi lá falar com a professora que falou: “ah gente, isso aí é um comportamento espontâneo, nós temos que até estimular”. Outro pai falou sobre o filho que entrou no colegial. O menino chegou e falou: “eu sou trans, eu sou mulher, eu quero uma operação para ser trans”. Daí o pai falou “olha, tu sempre foi homem, o que te deu?”. Aí falou: “ah, é que já botaram na minha... eu já estou com isso na cabeça, eu acho que é isso” e falou que ia se suicidar. O pai foi fraco. Eu acho que o pai poderia ter ajudado, mas o pai ficou tão alucinado que o menino ia se suicidar que pagou a operação. Aliás, muito cara, né. E passou um mês, um mês, o filho voltou e falou: “pai, eu não sou uma mulher, eu gosto de mulher”. E está hoje morando com uma mulher. Fora os casos que nós não podemos narrar, de suicídio e assim por diante. E outro que uma professora falou para uma menina de 11 anos beijar um homem e beijar uma mulher, isso na classe, para ver se é binário ou não binário. Tu não pode colocar essa dúvida nos corações. Isso complica a trajetória e nós recolhemos aqui os problemas. Então, o que eu condeno é a falta de liberdade das pessoas, porque isso é imposto onde não há maturidade humana, nem sexual. Por quê? Porque a pessoa está em formação, né. Os hormônios ainda estão... puberdade tem um tempo de maturação. Não é verdade? E, agora, se eu vou fomentando isso socialmente, eu vou desequilibrando as relações (Angela Gandra, entrevista nº 20).

A ideia de que o *gênero* estaria sendo imposto também foi reafirmada por Noemi Cardozo, diretora de uma escola evangélica e professora universitária com anos de experiência no campo da educação. Apesar de trabalhar em uma escola vinculada diretamente à Assembleia de Deus, ela não faz parte dessa denominação. De criação presbiteriana, atualmente não se sente identificada com nenhuma instituição religiosa em particular professando a sua fé em Cristo de

modo pessoal. Desde nossa primeira conversa, Noemi me acolheu de forma receptiva e buscou contribuir com a pesquisa da melhor forma que podia, inclusive me indicando para outra entrevista. Na sua opinião, eu era corajoso por ter escolhido um tema tão conflituoso. No momento da entrevista, ela não era engajada em nenhum tipo de ativismo relacionado à temática, mas me explicou que procurava se opor a essa *ideologia* em todos os espaços que atua, seja em seu trabalho como diretora ou nas assessorias que presta para outras escolas. Assim como Angela, ela considera que a disseminação do *gênero* na educação é um grave problema que restringe a liberdade de escolha. As crianças estariam tendo suas escolhas determinadas ao serem induzidas a comportamentos inadequados para suas faixas etárias ou contrários à identidade sexual esperada para meninos e meninas.

Eu entendo que [a ideologia de gênero] seria uma aceitação irrestrita de todos os desejos que a pessoa possa ter, entendendo que ela teria liberdade para ser sexualmente o que ela deseja ser e estimulada. Esse é o complicador. Porque enquanto o indivíduo é livre para fazer a sua própria escolha, tudo bem. Eu acho que o ser humano nasceu para ser livre. Mas o que eu tenho visto, porque eu faço assessoria nas escolas, não é isso. É uma força de barra do inferno, sabe. [...] Aqui mesmo, um professor foi preso porque estava dando não sei quantos reais para o menino beijar na boca do outro na sala. [...] pelo caminho que tomou, virou agora uma imposição. Agora eu sou obrigada a ser gay, senão eu não sou normal. Eu tenho que ser pelo menos bi porque senão tem um trem errado comigo. E o meu direito de ser o que eu queria, morreu? Então, nesse sentido, eu vejo isso como uma dificuldade séria. [...] Eu tenho aqui um casal em que o pai é claramente homossexual. Eu não sei nem porque se casou com uma mulher. Para ser infeliz? E ele trabalha com o garotinho, sabe, ensinando aqueles gestos histriônicos, aquelas coisas. Eu olho o menino, fico triste de ver. Perdeu a chance de fazer a sua escolha. Seu pai está determinando. E a mulher é uma infeliz porque se casou com um gay. Pronto, nada presta. Tem um medo de separar e casar com um marido. Estão lá, se suportando um ao outro (Noemi Cardozo, entrevista nº 9).

Seguindo uma determinada perspectiva ontológica, esse meta-enredo está conectado com os dois enredos sobre a natureza sexual (transcendente e imanente) descritos nos tópicos anteriores. A partir da compreensão de que o *gênero* viola o princípio mais basilar da ontologia humana, causando danos às pessoas, se postula a existência de um cenário de perigo para as famílias (que lidam diretamente com o sofrimento de seus membros) e as crianças (elo mais fraco, passível de influências nefastas). Desse modo, ele torna aplicável a um caso concreto uma discussão de caráter mais filosófica sobre a natureza humana, delimitando de forma prática as vítimas e os motivos que justificam a oposição ao *gênero*.

Um elemento já analisado por inúmeras pesquisas (e.g. Corredor, 2018; González Vélez et al., 2018; Kováts & Põim, 2015; Kuhar & Paternotte, 2017), a narrativa dos perigos às famílias e crianças é estruturante para o movimento antigênero em diversas partes do mundo.

Como descrito no capítulo 2, as primeiras grandes mobilizações no Brasil, que ocorreram no período de 2014-2015, estavam relacionadas à percepção de que o governo planejava implementar o ensino do *gênero* nas escolas. Muitas dessas histórias se difundiram por meio de choques morais (Jasper, 1997) que geram horror, repulsa e revolta nas pessoas que defendem uma visão de mundo tradicional, engajando-as em protestos que possibilitam um espaço de expressão para esse sentimento de indignação. Para além desse aspecto mais emocional e expressivo que motiva o ativismo antigênero, o ato de se manifestar também tem efeitos práticos ao pressionar as pessoas que tomam decisões públicas (como governantes, parlamentares, lideranças partidárias, burocratas, etc.) a assumirem posições antigênero, produzindo mudanças imediatas na realidade.

Nesse aspecto, existe um grande alinhamento entre pessoas de diferentes mundos do universo antigênero. Por exemplo, o ativismo de Raquel Andrade, outra entrevistada, contra o abuso sexual de crianças e adolescentes não está diretamente vinculado a nenhum grupo que integra os mundos católico e evangélico. Apesar de se identificar como protestante e frequentar uma igreja, ela disse que não segue a religião de forma cega e procura se afastar dos extremismos, sejam políticos ou religiosos. Mais especificamente, Raquel se identifica como conservadora, filha de militar e patriota – e, em sintonia com sua formação em direito, defensora contumaz da Constituição Federal que determina o direito à liberdade de expressão. Na presidência do Instituto Infância Protegida, organização ao qual dedica grande parte de sua vida, ela procura atuar de forma laica, profissional e apartidária.

O primeiro contato que tive com Raquel ocorreu ao longo do mapeamento virtual quando o instituto publicou uma *live* sobre a *ideologia de gênero*, realizada em parceria com Jessião Opressora – vereadora de Londrina-PR, conhecida por ser lésbica assumida e fervorosa apoiadora de Jair Bolsonaro¹⁰⁶. Desde as primeiras trocas de mensagem e ao longo da entrevista, Raquel enfatizou que o trabalho do instituto é focado na assistência a crianças e adolescentes vítimas de violência, sendo o *gênero* uma possível causa da ocorrência do abuso sexual. Até aquele momento, o instituto não havia recebido nenhuma denúncia formal diretamente relacionada à questão. Contudo, ela tinha contato com muitas denúncias indiretas sobre casos compartilhados na internet, para além das informações disponibilizadas por lideranças políticas (como Damares Alves) e religiosas (como o Padre Chrystian Shankar¹⁰⁷).

¹⁰⁶ *Infânciaprotegia.oficial* (20/12/2021), “Ideologia de Gênero e proteção da Criança e do Adolescente. convidada Vereadora Jessião!” Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=ujn1SHfWfKM&t=1437s>.

¹⁰⁷ Padre da Diocese de Divinópolis-MG, Chrystian Shankar possui mais de 2 milhões de seguidores nas redes sociais e já fez várias pregações contra a *ideologia de gênero* que foram amplamente divulgadas na internet.

Eu não sou contra quem quer mudar de gênero ou defender isso a partir dos dezoito anos de idade. Como pessoa física e pessoa jurídica, a gente defende hoje a luta contra a ideologia de gênero para menores de 18 anos – ou seja, adolescentes e crianças – porque estão em formação de caráter, em formação de personalidade. Eles estão na fase que deveriam estar aprendendo matemática, português, inglês [...]. a gente defende é que isso não seja feito de forma impositiva para adolescentes e crianças. O que a pessoa faz a partir do momento que completa 18 anos é um direito constitucional dela. É o direito da liberdade de expressão. Se eu fosse contra, eu seria uma hipócrita. Porque eu estaria indo contra a nossa lei máxima que a pessoa tem o direito de se expressar da forma que ela quiser. A nossa luta é com a questão da criança e do adolescente, porque como que você vai chegar para uma criança e vai falar assim “não, você não é nem um menino, nem uma menina, você depois decide o que você vai ser”. E a cabeça da criança? [...] me enviaram um vídeo de uma criança que ganhou no aniversário uma boneca. Eu depois pesquisei. Inclusive, no vestidinho da boneca, tinha a etiqueta da fábrica, da empresa que criou a boneca. Então não era nenhuma montagem. Realmente, essa boneca existia nessa fábrica. Era uma boneca que tinha um vestidinho e quando a menininha foi brincar com a boneca, a bonequinha tinha pênis e tinha um ânus. A criança perguntou: “não é uma boneca, não é uma menina?”. De vestido, mas os órgãos eram de um menino. Então, assim, a gente luta para não bagunçar a cabeça da criança porque é fase de crescimento (Raquel Andrade, entrevista nº 8).

Entrelaçando as histórias de vida das pessoas entrevistadas, o MMFDH foi uma importante fonte de inspiração para o movimento antigênero, sendo referenciado como um modelo institucional de defesa das famílias e crianças contra as ameaças do *gênero*. Enquanto Angela chefiava a Secretaria Nacional da Família, o Instituto Infância Protegida acompanhava o trabalho da equipe ministerial e divulgava diversos vídeos institucionais produzidos por Damares Alves referentes às ações do governo no combate à violência contra crianças e adolescentes. O próprio MMFDH buscou definir a imposição da *ideologia de gênero* nas escolas como uma forma de violência, que poderia ser denunciada pelos pais por meio do Disque 100, canal oficial para denúncias de violação de direitos humanos (Maracci & Prado, 2022). Nos termos do ministério, quando promovido pelo poder público, o *gênero* é uma forma de “violência institucional” que infringe os direitos de crianças e adolescentes¹⁰⁸ (Pereira et al., 2023). Mesmo que mais difundida entre grupos conservadores, essa narrativa também é recontada no mundo feminista radical, como expresso por Eugenia Rodrigues:

Em relação a crianças e adolescentes, isso é uma forma tão óbvia de abuso infantil. Porque os adultos, pelo menos, sabem que não estão se transformando realmente em pessoas do sexo oposto. Essas mulheres, em algum nível, elas sabem que não viraram você ou o meu marido, ou

¹⁰⁸ Em abril de 2021, a Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes do MMFDH organizou um Fórum Nacional para tratar diretamente sobre esse assunto. Nas palavras de Maurício Cunha, pastor evangélico e especialista em então chefe da pasta, “a ideologia de gênero, seja ela abordada na área da educação, seja na área da saúde, é violência contra crianças e adolescentes, na medida em que os privam de referenciais necessários ao seu pleno desenvolvimento sexual, emocional e afetivo, bem como os expõe a inconveniente manipulação psicológica” (Brasil, 2021, p. 12).

um homem como, sei lá, o Lula ou o Bolsonaro, ou, enfim, sei lá, qualquer homem. Mas essas meninas de 5, 7 ou 8 anos, que estão ganhando esses nomes (Bernardo, Eduardo...), acreditam. Porque nessa idade a gente acredita em Papai Noel, a gente acredita em Coelhinho da Páscoa. Se os adultos estão dizendo para uma menina que ela é um menino, o pai dela está falando, a mãe dela... são as pessoas que ela mais confia. Os médicos que são pessoas que a gente confia, se eles estão dizendo que ela é uma menina, essas crianças vão ter uma vida... eu quero nem imaginar o que vai acontecer quando elas se derem conta de que essa mágica que foi prometida para elas não existe, nunca existiu e, muito provavelmente, nunca vai existir. Elas vão levar um susto quando descobrirem que tudo isso é uma grande mentira [...]. Então, essas meninas estão sendo enganadas. Da mesma forma, os meninos. Para mim, isso é abuso infantil, um abuso infantil institucionalizado (Eugenia Rodrigues, entrevista nº 1).

A vinculação entre a *ideologia de gênero* e o abuso infantil, mais especificamente a pedofilia, é também uma narrativa recorrente no movimento antigênero. A denúncia dessas tendências pedofílicas – seja do próprio *gênero* como uma ideologia, da indústria do sexo e da pornografia, ou de feministas de gênero e ativistas gays – evidencia os riscos aos quais as crianças e adolescentes estão expostas no mundo moderno (como mencionado nas entrevistas nº 2, 6, 8, 9, 11, 16 e 20). Como descrito no capítulo 2, a convicção de que o avanço das políticas de diversidade sexual e de gênero resultará inevitavelmente na normalização da pedofilia e do abuso sexual infantil é uma narrativa reproduzida ao menos desde os anos de 1990 no Brasil – uma narrativa com certa circulação global, como evidenciado por Julio Severo (1998) ao importá-la do contexto norte-americano¹⁰⁹.

Em última instância, existe no movimento antigênero um temor acerca dos perigos da hipersexualização, do prazer descomprometido e da banalização do sexo, que seriam consequências de abusos sofridos na infância ou do contato precoce com o sexo durante a adolescência. Na visão de Angela, a normalização dos excessos da sexualidade, mascarados pela ilusão da autorrealização e da liberdade sexual, teria como único resultado frustração, adoecimento mental e infelicidade. Em sua concepção:

A mentira existencial leva a pessoa a profunda depressão. Então, é isso o que eu penso. Se eu coloco uma dúvida sobre algo que é cientificamente comprovado... Como é que eu posso comprovar cientificamente? Onde está escrito? Cada dia tem um gênero a mais. Me comprova cientificamente. Eu tenho XX e XY. E o que mais eu tenho biologicamente? [...] Então, eu não posso impor como uma verdade e, principalmente, se isso pode afetar a felicidade humana. Daí tu pode me falar, Henrique, “ah, mas essas pessoas são felizes”. Olha, eu penso que a felicidade,

¹⁰⁹ Julio Severo (1998), um dos precursores do ativismo antigênero no Brasil, declarou que o movimento homossexual luta para normalizar a pedofilia. Outro expoente da direita brasileira, Olavo de Carvalho (1996), em seu referenciado livro *O imbecil coletivo*, defendeu que a decisão pública por normalizar a homossexualidade para as crianças sempre favorecerá a pedofilia, pois elas teriam uma inclinação a serem atraídas e induzidas pelas práticas homossexuais (entre si e com adultos) por ser uma “opção mais fácil” e não haver o “risco ou desejo da procriação”.

muitas vezes, a gente quer provar para o outro que a gente é feliz, até com estardalhaço. E hoje vai ter o Gay Pride e não sei o quê. Mas vai falar de coração a coração com essas pessoas. Eu tenho alunos, eu converso muito com alunos, né, sobre isso. Quanto choro eu já ouvi? Quanta frustração afetiva? Então, eu me preocupo também com a verdade. É impressionante, são pessoas muito sensíveis, tão sensíveis que muitas vezes são manipuladas. Tem uma sensibilidade maravilhosa. Muitas vezes também porque já sofreram muito. Então, é preciso descer à verdade, como Aristóteles, de cada pessoa também, à verdade existencial daquela pessoa, e não se pode brincar. Eu acho, assim, que a ideologia de gênero é como um elefante numa loja de cristais. Ela vai causar dano, principalmente se as pessoas não têm a mínima consciência sexual ou porque ainda são crianças. Crianças. E, olha. eu vou te falar uma coisa também, o que existe de pedofilia. E a gente sabe disso. [...] é por isso que eu temo e luto sem discriminar a trajetória de ninguém. Eu quero que todos sejam livres, livres de verdade. E a gente só pode ser livre e responder depois de 18 ou 21 anos, né, eu não posso forçar uma trajetória nesse sentido antes de ter uma completude formada, fisicamente, psiquicamente e assim por diante (Angela Gandra, entrevista nº 20).

Desse modo, a partir desse meta-enredo, é postulada uma linha de causalidade que parte de uma situação de abuso sexual durante a infância ou a adolescência (não necessariamente pelo ato, mas também pela desorientação e manipulação psicológica) e se desenvolve em uma condição de angústia existencial e infelicidade. A *ideologia de gênero* então seria uma ameaça às famílias por prejudicar a saúde das crianças e adolescentes, e gerar conflitos e desunião (entre pais e filhos) por meio de uma ideologia que nega a natureza humana. Assim, as famílias enfrentam o risco do adoecimento e da desintegração caso os problemas causados pelo *gênero* se tornem insolucionáveis para os seus membros.

Por conseguinte, as pessoas que são vítimas dessa *ideologia* na infância carregam grandes traumas que as paralisam emocionalmente ou mesmo podem optar por reproduzi-la na vida adulta, produzindo novos traumas e dificultando a constituição de famílias – de modo a colocar em risco a continuidade dos modos de vida ancorados nos valores tradicionais. Esse enredo é materializado em múltiplas histórias (sobre conflitos familiares, bonecas transgênero, eventos escolares, etc.) que dialogam com a vida cotidiana das pessoas que se sentem ameaçadas. Essas histórias expressam o medo pelo desaparecimento do mundo ao qual elas estão familiarizadas e se sentem seguras, engajando-as em mobilizações que prometem restauração da segurança perdida em um contexto de incertezas.

4.6 “Os direitos com base no sexo serão abolidos”: meninas e mulheres em perigo

<p>Sinopse: O conceito de identidade de gênero se converteu em uma ideologia que ignora ou mesmo apaga a realidade biológica do sexo, colocando em risco os direitos conquistados pelo movimento de</p>

mulheres no último século. Mulheres são seres humanos do sexo feminino que possuem características sexuais que estão marcadas no corpo desde o nascimento, impactando o processo de socialização. Ao longo da história, as mulheres foram oprimidas com base no sexo por um sistema patriarcal que concentra e privilegia o poder aos homens. Desvincular a identidade das pessoas do sexo biológico, como propõe o gênero, impossibilita a proteção de meninas e mulheres contra a violência masculina.

Em 2020, como descrito no capítulo anterior, a Women's Declaration International (WDI) se consolidou no Brasil por meio da criação de uma seção local, impulsionada por feministas radicais brasileiras que passaram a divulgar a campanha em solo nacional em paralelo à participação de atividades em nível internacional. Na prática, a WDI funciona, ao mesmo tempo, como uma campanha e uma organização, engajando mulheres identificadas com a luta feminista contra os perigos que o *gênero* vem produzindo para toda a sociedade e, em especial, para as mulheres. Enquanto organização, todos os posicionamentos públicos são guiados pelo documento “Declaração dos Direitos das Mulheres com base no Sexo”, que destaca as violações produzidas pela noção de identidade de gênero para os direitos de pessoas do sexo feminino. Todas as quatro mulheres pertencentes ao mundo feminista radical que entrevistei, naquele momento, colaboravam ativamente com a WDI Brasil para se contrapor ao *gênero* e ao apagamento o sexo das políticas governamentais.

Bastante atuante na construção da campanha, uma dessas mulheres entrevistadas, Carmen Alves, considera que parte considerável do movimento feminista, no Brasil e no mundo, deixou de lutar realmente pelas mulheres a partir do momento em que incorporou o conceito de gênero em sua teoria de ação. Engajada em causas políticas desde muito jovem, Carmen contou que militou por um bom tempo em grupos comunistas e anarquistas, e chegou a ler obras que são clássicas para os estudos de gênero e a teoria queer durante esse período. Contudo, algumas experiências pessoais e políticas negativas fizeram-na repensar sua militância e questionar a validade do *gênero* para a luta das mulheres. Foi a partir desse momento que ela começou a se aprofundar na literatura feminista da segunda onda (predecessora às discussões de gênero), se aproximando do feminismo radical e suas organizações. Ao se questionada sobre porque o *gênero* precisa ser contraposto, ela me respondeu da seguinte maneira:

Bom, enquanto ferramenta de análise, ele é uma ferramenta inútil. Pelo menos, para a questão das mulheres, ele não está nos ajudando. A gente agora tem uma experiência, vamos arredondar aí, de 30 anos de gênero enquanto algo que substituiu e suplantou Estudos das Mulheres, Estudos Feministas e tudo mais. Nossos direitos não avançaram através da implementação dessa ferramenta e, pelo contrário, algumas coisas que nós tínhamos conquistado, pelo menos no

âmbito teórico – certas compreensões que nós tínhamos, por exemplo, em relação a pornografia, aborto e prostituição – estão retrocedendo e a gente está perdendo esses acordos por conta desse ferramentário que não está apto a descrever as experiências das mulheres. Então, nesse sentido, eu acho que a luta teórica por voltar a usar papéis sexuais, em vez de gênero, é uma luta válida para poder melhor delimitar as pautas políticas em torno das quais a gente se organiza e ter diretrizes melhores, mais eficazes, para o movimento (Carmen Alves, entrevista nº 7).

Outra militante da WDI Brasil, que preferiu se manter anônima, também considera que o conceito de gênero, para além de não ser mais útil para o feminismo, é responsável por grandes retrocessos nos direitos das mulheres. Assim como Carmen, ela relatou que iniciou seu engajamento político através do engajamento em movimentos de esquerda, inclusive contribuindo com algumas campanhas eleitorais que, naquele momento, representavam suas ideias, mesmo sem nunca ter se filiado a nenhum partido. Em seu relato, a partir do momento em que ela passou a questionar o *transgenerismo* e a defender posições feministas radicais, as pessoas dos círculos de esquerda com os quais estava acostumada a conviver passaram a assumir uma postura hostil e agressiva. Para ela, a incorporação do conceito de identidade de gênero era contraditória, pois trata-se de uma armadilha promovida por organizações capitalistas interessadas unicamente no lucro e não na vida das mulheres. Na sua concepção, pensar a identidade a partir do *gênero* prejudica as mulheres, como no caso do direito ao uso do banheiro com base no sexo.

É a expressão usada por médicos, pelos ativistas trans, pelas organizações LGBTQZ, pelos psicólogos queerizados. Entendeu? Enfim, por toda essa galera. Claro, pelas multinacionais bilionárias, que são tão boazinhas, né. De repente ficou todo mundo idiota e as pessoas acham realmente que essas multinacionais se importam com as crianças ou com a gente. Então, essa é a expressão usada em lei. Por exemplo, quando os políticos que querem remover os direitos das meninas e mulheres, querem tirar o nosso direito ao banheiro separado por sexo para garantir o direito de homens estarem lá, aí eles falam “agora o critério vai ser identidade de gênero” (Anônima FR1, entrevista nº 2).

De modo similar ao anterior, esse meta-enredo torna tangível na vida cotidiana uma determinada perspectiva ontológica sobre a sexualidade e a natureza humana, sobretudo por meio de histórias que implicam as pessoas de forma pessoal em conflitos, dilemas e traumas coletivos¹¹⁰. Nesse caso, ao terem sua natureza sexual negada ou apagada, as mulheres ficariam vulneráveis em uma sociedade que não contempla as suas necessidades fisiológicas mais

¹¹⁰ O uso de relatos de história de vida é bastante comum no mundo feminista radical, onde mulheres narram histórias de agressão, silenciamento e perseguição que seriam causadas pelo avanço da *ideologia transgênero*. Em setembro de 2023, a organização Correnteza Feminista (em parceria com outros grupos, como a WDI e a No Corpo Certo) publicou um relatório sobre a violência contra “mulheres defensoras dos direitos baseados no sexo”, onde estão compilados alguns desses relatos. Recuperado de <https://correntezaefeminista.org/>.

básicas, para além da maior concentração de poder entre homens (o que se reflete na naturalização da violência masculina). Portanto, o *gênero* estaria, direta ou indiretamente, favorecendo um sistema patriarcal e colocando em risco a segurança de meninas e mulheres. É nesse sentido que este enredo intrinsecamente está conectado à busca por segurança ontológica (Giddens, 1991, Kinnvall, 2004). Para a perspectiva antigênero, a multiplicação de identidades de gênero e a desvinculação da ontologia sexual do sexo biológico faz parte de um processo de mudanças culturais que coloca em questão o que há de mais estruturante e fundamental para a história de vida e a existência socialmente compartilhada das mulheres no mundo. Como explicado por uma das entrevistadas ao explicar por que, para as feministas radicais, mulher é uma categoria ontológica fundada no sexo:

É ontológica porque ela é vivida e construída através de uma experiência. A questão não é homens se vestirem como mulheres, é se dizerem mulheres. Esse é o problema. Porque rouba o protagonismo político. Eu acho que esse é o grande confronto. Porque, “mulher”, a gente pensa que é uma categoria da experiência, construída através de trajetórias de vidas. Não é uma coisa que você constrói somente através do corpo. Claro que você constrói através do corpo, mas você constrói através de uma história também. Por mais que um transgênero diga que a sua experiência de socialização não foi a experiência típica de um homem, ela também não vai ser uma experiência típica de uma mulher. São experiências e ontologias diferentes. Então, é nesse sentido que se resgata o conceito de história de vida, de experiência, de história cultural das mulheres na sociedade, do papel das mulheres dentro da cultura. Porque “mulher” é vivenciada como uma categoria ontológica (Anônima FR 3, entrevista nº 18).

Para essa perspectiva, o apagamento dos atributos ontológicos que definem o que é ser uma mulher a partir da realidade biológica da experiência resultante dela resultará sempre no silenciamento das próprias mulheres e de suas demandas. Ser mulher seria, assim, uma condição inerente ao corpo e à realidade biológica de pessoas do sexo feminino, o que se converte em trajetórias, experiências e histórias de vida que possuem elementos que são compartilhados por todas as pessoas socialmente identificadas como mulheres (como, por exemplo, a experiência com a violência sexual masculina). Esse silenciamento – que, na visão das feministas radicais, começou quando as mulheres trans passaram a ocupar espaços no movimento feminista com o apoio de teoria queer – levaria inevitavelmente a retrocessos em direitos já conquistados, ao prolongamento do sistema patriarcal e a um cenário de incertezas e insegurança existencial para as mulheres. Foram tais questões que motivam algumas mulheres identificadas com a luta feminista a se mobilizar contra o *gênero*, como explicitado nos trechos a seguir:

Foi esse fenômeno que eu comecei a observar e que me levou a tentar entender a identificação que o feminismo radical estava despertando nas mulheres. Porque a maioria vai dizer que o

feminismo radical vai direto a questões exclusivas das mulheres, né, de falar sobre o próprio corpo, de falar sobre seus processos fisiológicos, de trazer à tona questões ligadas a políticas públicas referentes ao aparelho reprodutivo. Então, eram questões bem assim. Eu acho que grande parte das mulheres, como eu, começaram a ver que o feminismo deixou de contemplar a categoria mulher. Não só o feminismo, como vários movimentos sociais (Anônima FR3, entrevista nº 18).

[...] quando a terminologia do “gênero” chegava certas pautas feministas desapareciam. Então, quando a gente começava a falar de gênero, a gente parava de falar de menstruação. A gente parava de falar de gravidez. A gente parava de falar de aborto. As pautas mudavam e algumas desapareciam em absoluto. E a principal questão que começou a surgir – não me aconteceu diretamente, mas a gente observa – é que começou a existir, em torno das mulheres lésbicas, uma pressão, bastante autorizada pelo movimento, para que elas se relacionassem a pessoas do sexo masculino, por conta dessas pessoas se identificarem como mulheres. E a validação de uma determinada identidade trans lésbica passou a requerer que mulheres lésbicas se relacionassem com corpos do sexo masculino. [...] E eu comecei a ver que havia mulheres resistentes a essa ideia. Majoritariamente lésbicas, mas não apenas. Eu também via mulheres bissexuais ou mesmo heterossexuais que se condoíam com aquela situação e falavam que havia algo ali diferente e que, de repente, a categoria gênero não estava mais dando conta nem das nossas pautas, nem das nossas organizações. Porque estava colocando a gente literalmente em situações perigosas, delicadas e tudo mais (Carmen Alves, entrevista nº 7).

O entendimento de que o *gênero* prejudica, em particular, as mulheres não é algo compartilhado apenas por feministas radicais, mas também por pessoas vinculadas a grupos conservadores, inclusive cristãos, sobretudo no momento em que isso envolve a presença de mulheres trans em espaços femininos (como em banheiros, presídios ou esportes). Por exemplo, existe um engajamento cada vez maior na direita brasileira pela definição da categoria “mulher” em contraponto às investidas do “feminismo de gênero”, como visto na própria relevância dada à questão pelo ministério chefiado por Damarens Alves durante o governo Bolsonaro (Pereira et al., 2023).

Outro exemplo, agora em nível internacional, foi a grande repercussão midiática recebida pelo documentário *What’s a Woman*, protagonizado pelo católico tradicionalista e ativista conservador Matt Walsh nos Estados Unidos – que recebeu inclusive elogios de feministas radicais norte-americanas e britânicas, assim como críticas por seu viés sexista¹¹¹. Logicamente, grupos conservadores e feministas radicais possuem visões muito distintas sobre a natureza humana e os efeitos do *gênero* para a vida das mulheres. Contudo, existem também convergências, por vezes pontuais e pragmáticas, mas também alinhadas a visões de mundo e

¹¹¹ A WDI dos Estados Unidos publicou um comentário sobre o filme, definindo-o como uma “contribuição valiosa” para o movimento de oposição ao *gênero*, porém criticando a omissão à atuação das feministas radicais. Recuperado de <https://womensdeclarationusa.com/matt-walshs-what-is-a-woman/>.

narrativas ontológicas (particularmente, em relação à natureza sexual e ao sexo biológico), que se tornam evidentes na própria conformação do movimento antigênero no Brasil e em outras partes do mundo (Pearce et al., 2020; Cabral Grinspan et al., 2023).

Apesar dessas convergências, nas entrevistas realizadas, as únicas pessoas que mobilizaram de modo significativo esse meta-enredo pertenciam ao mundo feminista radical. Essa questão praticamente não ganhou relevância nas entrevistas com pessoas dos mundos católico e evangélico, e foi somente mencionada positivamente, mas de forma breve, pelas duas pessoas entrevistadas que se identificaram como liberal-conservadoras. Em síntese, grupos conservadores divergem das feministas radicais em relação à existência do patriarcado e de uma violência estrutural que oprime as mulheres. No entanto, tem-se acordo de que homens e mulheres são biologicamente diferentes e que as mulheres devem ter espaços exclusivos para garantir uma competição justa (no caso das práticas esportivas) e a segurança e integridade sexual (no caso dos banheiros e presídios).

Eu acho que as feministas entendem que há um erro quando a mulher sai do foco. A agenda feminista sempre teve como foco a mulher. A ideologia de gênero marca um ponto onde não é mais a mulher que está no foco da agenda feminista, né. E isso fica muito claro nas primeiras páginas do livro *Problemas de Gênero*, da Judith Butler. Porque, se você usa só mulher, você exclui outras categorias. Eu nunca ouvi falar, sinceramente, uma feminista que é contra a ideologia de gênero, mas, se é assim, eu entendo que é por conta disso (Lucas Henrique, entrevista nº 6).

As feministas radicais porque elas têm uma raiz tradicional. Todos os movimentos de mulheres antigamente lutavam por igualdade. É igualdade de direitos perante os homens. Mas igualdade de deveres também. É por isso que elas são contra. Porque esses caras só querem ter direito, não querem ter dever. Então, é por isso que elas são contra. [...] Isso ameaça as próprias mulheres, nos esportes, por exemplo, porque não é uma competição justa (Anônima C1, entrevista nº 19).

Eu posso citar o exemplo da polêmica dos banheiros e dos transexuais no esporte. O sujeito se identifica como uma mulher, então ele pode jogar basquete ou vôlei feminino. Já se gera claramente uma distorção competitiva, concreta e material. Isso é um exemplo que ilustra esse problema. [...] isso já gera um problema dentro da própria esquerda. Porque eu me recordo aqui do caso da J. K. Rowling¹¹², que é a autora do Harry Potter. E ela tem todas as credenciais de uma pessoa de esquerda, a biografia dela, os apoios públicos dela. Todas as credenciais de uma pessoa de esquerda. Mas o progressismo acaba brigando um com o outro. Porque ela diz que não existe esse negócio de pessoas que menstruam. São mulheres, né. E ela foi cancelada pelo movimento transexual por causa dessa declaração. Foram para cima dela. Quer dizer, as esquerdas acabam se matando. Porque essa discussão chega num ponto tão incompreensível e inatingível que elas acabam se entrecrocando (Lucas Berlanza, entrevista nº 21).

¹¹² J. K. Rowling ganhou notoriedade nos últimos anos por seus comentários antigênero publicados nas redes sociais no Reino Unido. Desse modo, a autora se tornou um ícone para as feministas radicais e foi alvo de duras críticas e campanhas de boicote. No contexto da impunidade das redes sociais, algumas de suas postagens foram seguidas por ameaças de agressão e, inclusive, morte (posteriormente investigadas pela polícia britânica).

A situação narrada por Lucas Berlanza, onde “as esquerdas acabam se matando”, trazendo inclusive, como exemplo, o caso do “cancelamento” da J. K. Rowling, reafirma os riscos enfrentados por mulheres que divergem dessa *ideologia* que seria imposta por movimentos de esquerda e governos aliados ao *lobby de gênero* em todo o mundo. Assim, há um constante medo de violências e agressões que poderiam partir de pessoas e grupos transaliados. Na lógica desse meta-enredo, para além dos perigos causados diretamente pela negação da realidade biológica e da abolição dos espaços femininos, existem também as tentativas de supressão das posições divergentes expressas por mulheres que lutam para que seus “direitos baseados no sexo não sejam abolidos”. Como narrado por uma das feministas radicais entrevistadas, que procurou no seguinte trecho evidenciar o caráter “misógino” e “masculinista” das *políticas de gênero*:

Tem homens que se dizem mulheres só para poder ser violento com mulheres, porque eles sabem que, se qualquer outro homem falasse as coisas que eles falam, já teria sido punido pelo partido, as pessoas já até... Mas como eles se declaram mulheres: “ah, não, aí é uma reação do oprimido”. Então, ele é uma “trans oprimida” reagindo às “mulheres opressoras”. Assim, abriu uma margem para homens que são obviamente masculinistas, são obviamente ativistas pelos direitos dos homens, pelo direito dos homens de invadir os espaços das meninas e mulheres, de destruir. [...] passa por a gente pensar a misoginia, porque isso só aconteceu porque meninas e mulheres são profundamente odiadas. Desumanizadas, né. Quando você pesquisa, você vê que tem mulheres falando desde os anos 60-70 sobre isso. O *The Transsexual Empire* é de 79, da Janice Raymond. Então, as mulheres estão falando há um tempão, assim: “olha, cuidado, isso aí vai acabar dando ruim para a gente”. E elas não foram ouvidas. Tem mulheres falando sobre o risco que a gente corre em banheiros, vestiários e em tudo quanto é lugar a partir do momento em que homens podem se autodeclarar mulheres. E ninguém ouve. Estão, tudo isso só foi possível porque nós somos muito odiadas. Isso é muito triste né, sinceramente (Anônima FR1, entrevista n° 2)¹¹³.

Neste sentido, esse enredo procura explicitar um contexto de insegurança e temor perante o futuro das mulheres em meio a mudanças culturais e políticas que desvinculam o sexo biológico da identidade sexual, reconfigurando os atributos ontológicos que definem

¹¹³ Essa mesma entrevistada comparou o *gênero* às políticas eugênicas do início do século XX. Ao reafirmar-se como uma mulher negra, ela comparou a forma como as ciências médicas lidavam com a raça, inferiorizando os povos negros e tratando-os como experimentos, às intervenções da *medicina transgênero*. Algo que, na sua opinião, envergonhará as pessoas no futuro. Para demonstrar isso, ela narrou um diálogo imaginário com uma pessoa do futuro: “Então a gente vai ter vergonha porque as pessoas não vão acreditar. – ‘Isso aconteceu mesmo? Diziam para um garoto de 5 anos que ele era uma menina?’ – ‘Sim’. – ‘E, perai, criavam ele como menina, tipo, deixavam mudar o nome?’ – ‘Sim’. – ‘Mas, perai, as pessoas impediam as crianças de crescer, davam uma droga para o organismo dela não crescer?’ – ‘É, aconteceu’. – ‘Não, não pode ser! E aí, depois, elas davam os hormônios errados, quer dizer, davam testosterona para meninas e estrogênio dos rapazes, é isso mesmo?’ – ‘É isso mesmo’. – ‘Espera, então, quando as pessoas faziam 18 anos, eles tiravam o pênis dos caras?’ – ‘Tiravam’. – ‘Perai, perai, não, não é possível, tiravam o pênis? Vocês castravam os caras igual os caras da Ku Klux Klan faziam com os homens negros?’ – ‘É, a gente deixava’. As pessoas não vão acreditar, né”.

socialmente a identidade de homens e mulheres. O que está em jogo é a possibilidade de superação de um sistema patriarcal ou de uma estrutura social fundada na apropriação masculina das diferenças sexuais que oprime as mulheres ao longo da história da humanidade. Se homens podem se tornar mulheres (e vice e versa), estariam borradas assim as linhas que definem os vilões, as vítimas e as heroínas de uma história de opressão, resistência e superação. Uma situação que não afligiria apenas a luta por um futuro diferente, mas também as condições existentes no presente, prejudicando a segurança e dificultando a vida cotidiana de meninas e mulheres.

4.7 Síntese do capítulo

Ao longo deste capítulo, a partir de uma análise narrativa de 25 entrevistas conduzidas com pessoas engajadas em alguma forma de ativismo antigênero, realizei uma descrição de cinco meta-enredos que evidenciam suas visões de mundos, posições políticas, histórias pessoais e coletiva, e motivos para se engajar nessa causa. As pessoas entrevistadas foram identificadas a partir do pertencimento nos diferentes mundos e organizações que constituem esse contramovimento, representando as suas múltiplas perspectivas. Em síntese, esses enredos organizam de modo temático as principais histórias que explicam por que, para esses grupos, a *ideologia de gênero* deve ser contraposta. Por meio deles, são narrados os possíveis perigos do avanço dessa *ideologia*, tanto em nível ontológico e macrossocial (natureza humana, globalismo, agenda totalitária, etc.) quanto em nível individual e interpessoal (perda de sentido na vida, abusos sexuais, desestruturação das famílias, etc.).

Se consideramos que as narrativas são um princípio organizativo da experiência e da ação humana (Bruner, 1990; Sarbin, 1986), esses meta-enredos demonstram como tais pessoas interpretam o impacto do *gênero* em suas experiências no mundo e, a partir disso, como elas organizam suas ações futuras. No presente caso, o *gênero* é interpretado como um fenômeno desestruturante, que molda negativamente as experiências das pessoas com o propósito transcendente e a imanência da sexualidade humana. Trata-se, assim, de uma ameaça que torna a experiência pessoal e coletiva no mundo ontologicamente insegura. Por conseguinte, esse sentimento de insegurança perante as mudanças nas normas e valores sexuais (em particular, à normalização da homossexualidade e ao maior reconhecimento das identidades trans) acaba por impelir as pessoas à ação coletiva: a apoiar indiretamente ou participar ativamente de mobilizações antigênero.

Contudo, apesar de representarem uma visão integradora das narrativas do movimento antigênero no Brasil, esses cinco enredos possuem lógicas e enfoques distintos, nem sempre emergentes de forma convergente. No Quadro 5, apresento uma síntese da análise de cada enredo, destacando alguns elementos narrativos e a relação que esses enredos possuem entre si e com os diferentes mundos. O foco é demonstrar como esses meta-enredos abordam o mesmo fenômeno a partir de histórias distintas, contudo nem sempre convergindo em suas mensagens e consequências normativas. O principal ponto de divergência entre esses enredos está relacionado a um aspecto ontológico basilar: se a natureza sexual possui ou não um propósito transcendente, assim como delimitado na cosmovisão cristã (e explicitado no enredo 2, “Macho e fêmea, Deus os criou”). O entendimento de que o *gênero* viola a Criação, destituindo a sexualidade humana de seu propósito original estipulado por Deus, é uma parte constitutiva das narrativas de grupos cristãos que protagonizam o movimento antigênero não apenas no Brasil, mas em todo o mundo. Essa visão teleológica sobre a sexualidade humana, que atribui um sentido ou propósito a sua existência, vinculando-a aos desígnios divinos da procriação e da constituição da família tradicional, perpassa inevitavelmente todos os outros enredos quando mobilizados por esses grupos.

Por outro lado, os grupos mais seculares (e.g. feministas radicais e parte dos conservadores) se fundamentam unicamente em narrativas sobre o corpo sexuado e a realidade biológica, desvinculando a sexualidade humana de qualquer propósito transcendente e espiritual. Isso resulta, por exemplo, na concepção de que o *gênero* diz respeito somente à questão trans e à “negação do sexo biológico”, sendo a homossexualidade uma orientação sexual natural que não representa, necessariamente, uma desordem ou desvio moral – uma visão combatida por grupos conservadores cristãos.

Apesar dessa divisão entre versões mais seculares ou religiosas das narrativas antigênero, esses cinco enredos também podem ser articulados em um todo coerente, cada um se complementando e iluminando distintos aspectos deste fenômeno. Como visto nas entrevistas, os enredos podem ser empregados a partir de combinações variadas dependendo da pessoa que os narra e/ou o contexto de enunciação. Por exemplo, as feministas radicais articulam fundamentalmente os enredos 3 (“Ninguém nasce no corpo errado”) e 5 (“Os direitos com base no sexo serão abolidos”), apesar de algumas delas adicionarem elementos de outros enredos, mesmo que de forma atípica ou em diálogos pontuais com os outros mundos. Determinados enredos também podem ser enfocados por determinadas formas de ativismo, como na centralidade dada ao enredo 4 (“Com meus filhos não se meta”) por pessoas engajadas em ativismos “pró-família” ou em “defesa da infância”.

Quadro 5 - Síntese dos elementos narrativos analisados em cada meta-enredo e sua relação com os mundos

	Eventos e relacionalidade	Personagens principais	Avaliações e julgamentos normativos	Metanarrativas	Relação com os mundos ou outros enredos
Enredo 1: “É uma arma psicológica para o totalitarismo”	<ul style="list-style-type: none"> - Associação entre marxismo e feminismo na metade do século XX - Revolução sexual na década de 1960 e as políticas de controle populacional promovidas pelas fundações internacionais - Aliança entre feministas marxistas e elites globalistas para a diminuição da taxa de natalidade e consequente destruição da família 	<ul style="list-style-type: none"> - Feministas marxistas - Movimento LGBTI+ - Fundações internacionais (e.g. Fundação Ford, Fundação Rockefeller, etc.) - Corporações metacapitalistas e elites globalistas 	<ul style="list-style-type: none"> - O feminismo se tornou um movimento radical e marxista que visa destruir a família - O objetivo do feminismo marxista é a implantação de um governo totalitário, sendo a <i>agenda de gênero</i> um dos meios para alcançá-lo - As elites globalistas também objetivam um governo totalitário e, por isso, instrumentalizam a <i>agenda de gênero</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - O mundo enfrenta uma grande ameaça causada pela <i>agenda de gênero</i> e, principalmente, pelo projeto de poder globalista - Para que esse projeto de poder seja concretizado, a natureza humana precisa ser sufocada, de modo a impossibilitar qualquer tipo de reação - No futuro dominado pelo globalismo, não haverá mais homens ou mulheres, nem famílias tradicionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Enredo compartilhado sobretudo por grupos conservadores pró-vida e pró-família, e/ou identificados com a direita política - Diverge das narrativas de feministas radicais, apesar de algumas delas tratarem sobre uma elite neoliberal pró-<i>gênero</i>, de modo semelhante à narrativa globalista
Enredo 2: “Macho e fêmea, Deus os criou”	<ul style="list-style-type: none"> - Gênese e a Criação do homem e da mulher como narrado na Bíblia - Avanço de movimentos e políticas governamentais que contestam os ensinamentos bíblicos - Aumento do sofrimento humano e das desordens na sexualidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Deus - Homem e mulher - Família 	<ul style="list-style-type: none"> - Ao negar a natureza sexual humana, que é transcendente e eterna, as pessoas se distanciam espiritualmente do propósito da Criação - Esse distanciamento gera sofrimento, angústia existencial e adoecimento, sobretudo no plano sexual 	<ul style="list-style-type: none"> - Homens e mulheres possuem naturezas distintas e complementares definidas pela Criação - De acordo com a Criação, o tólos ou propósito do ato sexual é a procriação, por meio da união entre um homem e uma mulher, para a constituição da família 	<ul style="list-style-type: none"> - Enredo mobilizado por grupos identificados com a tradição cristã (e.g. mundos católico, evangélico e conservadores variados) - Diverge de grupos avessos ao tradicionalismo e a uma visão teleológica da sexualidade (e.g. feministas radicais e alguns liberais-conservadores)

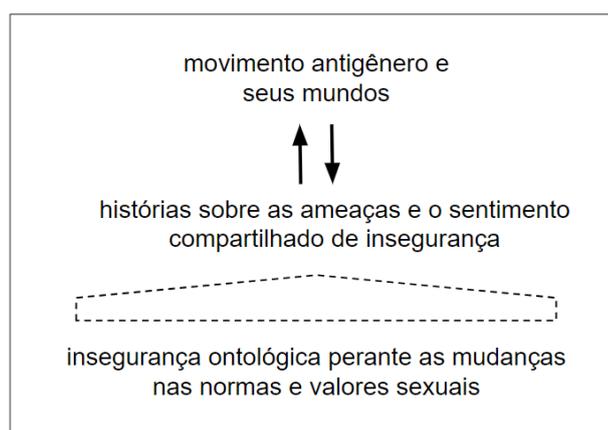
<p>Enredo 3: “Ninguém nasce no corpo errado”</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento biológico do ser humano como uma espécie sexualmente dimórfica - Surgimento da <i>medicina de gênero</i> e das cirurgias de mudanças de sexo - O caso traumático da família Reimer 	<ul style="list-style-type: none"> - Profissionais da Psicologia e da Psiquiatria especialistas em <i>gênero</i> (e.g. John Money) - Movimento trans - Pessoas trans 	<ul style="list-style-type: none"> - A negação da realidade biológica causa danos às pessoas, pois aprofunda a crise na identidade sexual e as leva a recorrer a intervenções médicas desnecessárias - Essas intervenções médicas podem causar danos à saúde das pessoas 	<ul style="list-style-type: none"> - A identidade das pessoas como homens e mulheres é definida unicamente pelo sexo biológica, e não pelo <i>gênero</i> - Não existe estar no corpo errado, nem é possível mudar de sexo 	<ul style="list-style-type: none"> - Enredo compartilhado por todos os mundos do movimento antigênero - A divergência existe na possibilidade ou não de conectá-lo ao enredo anterior
<p>Enredo 4: “Com meus filhos não se meta”</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A <i>ideologia de gênero</i> começa a ser implementada nas políticas de educação - Casos de sexualização e abuso infantil se tornam mais frequentes nas escolas - Crises nas famílias 	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças e adolescentes - Famílias - Escolas - Profissionais da educação 	<ul style="list-style-type: none"> - Crianças e adolescentes são especialmente vulneráveis à <i>ideologia de gênero</i> - Como não há maturidade sexual ainda, o ensino do <i>gênero</i> é sempre uma imposição violenta 	<ul style="list-style-type: none"> - Os abusos do <i>gênero</i> na infância vão gerar sofrimentos e angústias que perdurarão na vida adulta - Esse sofrimento desestrutura as famílias e impedirá as pessoas de formar novas no futuro 	<ul style="list-style-type: none"> - Enredo compartilhado por todos os mundos do movimento antigênero - Apenas varia em relação ao “perigo” ser relacionado apenas à questão trans, ou abranger também a homossexualidade
<p>Enredo 5: “Os direitos com base no sexo serão abolidos”</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Difusão do <i>gênero</i> no movimento feminista e nas agendas governamentais - “Homens biológicos” passam a ser legalmente reconhecidos como mulheres - Apagamento do sexo biológico e retrocessos na luta feminista 	<ul style="list-style-type: none"> - Mulheres - Movimento feminista - Movimento trans 	<ul style="list-style-type: none"> - Mulheres e meninas estão em risco a partir do momento em que “homens biológicos” podem acessar os espaços femininos - Com o avanço da <i>agenda transgênero</i>, as mulheres perderam voz nas disputas políticas, especialmente em temas como pornografia e prostituição 	<ul style="list-style-type: none"> - Mulheres são identificadas unicamente por características sexuais definidas pela realidade biológica - Essas características moldam suas experiências sociais desde o nascimento e as constituem ontologicamente 	<ul style="list-style-type: none"> - Enredo mobilizado principalmente no mundo feminista radical - Intrinsecamente conectado ao Enredo 3 - Existem pontos de convergência com os outros mundos, sobretudo na questão diferenciação sexual

Fonte: Elaboração própria.

Uma questão fundamental para a compreensão desses meta-enredos é a forma como são narradas as ameaças à própria existência e o sentimento compartilhado de insegurança em relação às consequências futuras do *gênero*. Mais especificamente, interpretei tais narrativas como expressões de um sentimento de insegurança ontológica perante as mudanças nas normas e valores sexuais que ocorreram nas últimas décadas – como trabalhei teoricamente, a partir da análise da emergência do movimento antigênero brasileiro, no capítulo 2. Para muitas dessas pessoas, a desestabilização das normas e valores tradicionais (como a heteronormatividade e a supremacia masculina) ou de verdades antes intransponíveis (como a imutabilidade da identidade sexual e da realidade biológica) gerou um tipo de perda de sentido ou propósito na existência, tornando insegura a própria identidade como homens e mulheres.

Como descrito por Anthony Giddens (1990), sentir-se ontologicamente seguro é confiar em um sentido intrínseco ao mundo, garantindo um senso de continuidade e ordem aos eventos. É possuir, no nível inconsciente ou da consciência prática, respostas a perguntas existenciais fundamentais, que dão estabilidade subjetiva à existência das pessoas no mundo. Em suas histórias mais relevantes e recorrentes, quando o movimento antigênero alerta sobre os perigos do *gênero*, ele expressa uma busca pela reabilitação de uma segurança ontológica (em relação à natureza, à realidade e ao sentido da vida) ameaçada ou mesmo perdida – ou, nos termos de Catarina Kinnvall (2004, 2017), uma tentativa de securitização da subjetividade contra as ameaças e forças desestabilizadoras do *self*. Portanto, como demonstrado na Figura 6, levanto a hipótese de uma relação entre as narrativas utilizadas por distintos grupos e indivíduos que se encontram nas mobilizações antigênero e o sentimento de insegurança ontológica que atravessa a experiência das pessoas que se sentem ameaçadas pelo cenário de mudanças nas normas e valores sexuais.

Figura 6 - A insegurança ontológica como um motivador para o ativismo antigênero



Fonte: Elaboração própria.

Nesse esquema teórico, a insegurança ontológica atua como um elemento motivador que permeia as histórias narradas por pessoas engajadas nas múltiplas formas de ativismo antigênero. De acordo com Kinnvall (2017), a (in)segurança ontológica está intrinsecamente relacionada com as emoções que conformam a experiência das pessoas no mundo, existindo para além do âmbito mais racionalizado e consciente das interpretações dadas a essa experiência – algo que pode ter consequências políticas, como visto no caso das narrativas antigênero. Em todos os meta-enredos analisados e, principalmente, nos enredos 2 e 3 (sobre a natureza transcendente e imanente da sexualidade humana), a insegurança ontológica se faz presente nas histórias narradas, pois o que está em jogo é um senso de estabilidade, sentido e propósito que justifica a existência das pessoas no mundo, em paralelo à securitização da identidade sexual perante as ameaças do *gênero*.

Certamente, não é possível afirmar que a insegurança ontológica motiva todas as pessoas que se engajam nas mobilizações antigênero, nem que ela atua da mesma forma ou universalmente em nível individual ou intersubjetivo. O objetivo não é fazer nenhum tipo de hipergeneralização ou inferência causal sobre uma suposta “verdade subjetiva” expressa pelas pessoas entrevistadas. Em poucas conversas com pessoas selecionadas por conveniência, não é plausível afirmar que posso apresentar uma resposta final sobre porque as pessoas se mobilizam contra o *gênero*. Devem existir inúmeras formas de engajamento que podem ser mais ou menos autênticas, sejam motivadas por princípios ideológicos, vínculos grupais, convenção ou mesmo oportunismo político. Contudo, a partir da análise das narrativas de pessoas pertencentes aos diferentes mundos desse contramovimento, a insegurança ontológica se mostrou um elemento relevante do ponto de vista teórico e analítico. Como um sentimento de reação a mudanças, ela permeia as histórias narradas, motivando uma parte significativa dessas pessoas a se engajar nas variadas formas de ativismo antigênero – por vezes divergentes, mas convergentes na busca pelo restabelecimento de uma segurança perdida na definição da realidade, da natureza e da identidade sexual.

Considerações finais

Interpretando e dando sentido às mobilizações antigênero no Brasil

Já se passou quase uma década desde que a primeira grande campanha antigênero foi organizada no Brasil, quando em junho de 2015 milhares de pessoas mobilizadas por igrejas cristãs e organizações conservadoras protestaram contra a *ideologia de gênero* nos planos de educação em todo o país. De lá para cá, o movimento antigênero conseguiu ganhar capilaridade, imprimindo suas ideias, valores e demandas na política nacional, seja através dos espaços de mobilização social, das disputas parlamentares ou da construção de políticas públicas – na qual destaca-se a sua crescente inserção nas instituições governamentais após o governo Bolsonaro. Em paralelo, ativistas e especialistas do campo de gênero e sexualidade acompanharam o avanço das mobilizações antigênero, junto às transformações no cenário político decorrentes disso, e procuraram interpretar e dar sentido ao que estava acontecendo: o que havia mudado, quais eram as causas e particularidades do avanço dessas mobilizações, onde elas haviam sido bem-sucedidas ou fracassado, quem são os personagens protagonistas, quais as possíveis consequências para o futuro, etc.

Assim como já enfatizado ao longo da tese, esse foi um processo que não ficou restrito ao Brasil, mas se manifestou de modo simultâneo e articulado em diversas partes do mundo. Tendo em vista as características transnacionais desse fenômeno, as principais interpretações correntes no campo buscaram fundamentalmente analisar os entrelaçamentos entre o local e o global. Enfatizou-se que, apesar das particularidades locais e regionais, as mobilizações antigênero são incompreensíveis sem uma atenção à circulação global de ideias e atores, que estão articulados em torno de determinadas comunidades religiosas e políticas (Corredor, 2019; Kuhar & Paternotte, 2017; Miskolci & Campana, 2017). Ao longo dos anos, consensos se formaram a partir das múltiplas interpretações produzidas, algumas delas que se tornaram praticamente cânones na literatura sobre políticas antigênero.

Primeiro, em relação a sua história, a noção de *ideologia de gênero* surgiu no meio católico e se difundiu internacionalmente a partir da atuação do Vaticano no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000 (Faúndes, 2019; Junqueira, 2022). Apesar do forte protagonismo católico ainda nos dias atuais, outros atores entraram em cena a partir da década de 2010 (Aragusuku, 2018; Kuhar & Paternotte, 2017; Silva, 2022), oriundos sobretudo do campo conservador cristão (com destaque para os evangélicos) e também de grupos conservadores seculares ou mesmo da esquerda tradicional. Segundo, a construção da ameaça da *ideologia de gênero* funcionou como um mecanismo discursivo de articulação dessa multiplicidade de atores (Kováts & Põim, 2015; Machado, 2018), facilitando a gestão de divergências e antagonismos

que dificultavam uma aliança mais eficaz e permanente. O que une todos esses atores é a oposição às políticas de gênero e sexualidade assimiladas por diversos Estados nacionais (dentre eles o brasileiro) e organismos paraestatais (como a ONU) nas últimas três décadas. O objetivo principal é contestar as mudanças culturais e políticas promovidas pelos movimentos feminista e LGBTI+ em todo o mundo, vistas como antinaturais e imorais por atores antigênero, bloqueando conjuntamente o acesso desses movimentos aos espaços decisórios do Estado e das políticas governamentais (Biroli et al., 2020; Grzebalska & Pető, 2018; Luna, 2017).

No presente trabalho, sem perder o diálogo com as contribuições presentes da literatura, procurei produzir uma interpretação particular sobre as mobilizações antigênero no Brasil, caminhando por questões que considero ainda pouco exploradas ou mesmo subteorizadas. Mais especificamente, procurei responder o que leva as pessoas a participarem de protestos e outras formas de ativismo antigênero – quais são as visões de mundo, os sentidos compartilhados e as motivações para se engajar nessa temática. Desse modo, meu foco se deslocou das disputas políticas e estratégias empregadas por lideranças antigênero, algo já bastante explorado pela literatura, para a compreensão de aspectos intersubjetivos desse fenômeno e dos mundos sociais nos quais as diversas pessoas engajadas ancoram suas narrativas pessoais e coletivas.

Isto é, para entender o que faz as pessoas se mobilizarem contra o *gênero*, eu precisaria minimamente tentar ver a realidade da forma como elas a enxergam, experienciar os seus mundos e cotidianos, ouvi-las atentamente para além dos conflitos e dialogar com elas a despeito das nossas diferenças políticas – transpondo assim os “muros de empatia” que impossibilitam uma compreensão profunda da alteridade (Hochschild, 2016; Wilkinson, 2022). Foi por essa razão que optei pela condução de uma pesquisa imersiva (em formato interpretativo e exploratório), que caracterizei teórica e metodologicamente como narrativo-etnográfica, me permitindo uma resignificação das barreiras e distâncias entre eu/pesquisador e as pessoas estudadas.

Em síntese, argumento que as pessoas narram de modos distintos suas motivações para se mobilizar contra o *gênero*, sendo impossível dar uma resposta que seja generalizável para todas as pessoas. Existem algumas motivações que são mais proeminentes ou centrais para as pessoas que se engajam nessa temática, moldando a ação programática do movimento antigênero, como percebido na análise de seus mundos e narrativas. Contudo, mesmo entre aquelas mais repetidas, nem todas as motivações expressas apontam para a mesma direção, pois não existe uma única forma de narrar o que é o *gênero* e como combatê-lo. A partir dessa constatação, aponto para a existência de dissonâncias e contradições nas narrativas desse contramovimento, relacionadas aos diferentes mundos que conformam as crenças, valores,

moralidades, identidades coletivas e, em última instância, a própria realidade social dessas pessoas.

Por exemplo, mesmo que não seja um impeditivo à participação em espaços comuns de ativismo antigênero, uma feminista radical e um católico tradicionalista expressam razões muito distintas para se opor ao *gênero*, e isso não é algo irrelevante ou trivial. Podemos falar em um movimento antigênero brasileiro para enfatizar as relações estabelecidas entre múltiplos atores em torno de uma causa política, porém é analiticamente relevante compreender que essas redes são permeadas por conflitos e contradições, algumas estruturantes do ponto de vista discursivo. Apesar dessas contradições, argumento também que existe um elemento comum, de característica psicossociológica, que motiva essas diferentes narrativas sobre o *gênero*: o sentimento de insegurança ontológica perante as mudanças nas normas e valores sexuais. De modo convergente, o que está em jogo para esses múltiplos atores é a segurança de princípios basilares que definem o que é a realidade, a identidade das pessoas e a natureza humana. Ao apartar as pessoas da verdade e de suas próprias identidades sexuais (como homens e mulheres), a *ideologia de gênero* estaria colocando em risco o futuro de toda a humanidade, tornando a existência ontologicamente insegura e a vida desprovida de sentido/propósito.

Nos tópicos a seguir, desenvolvo essas discussões a partir de três argumentos que são estruturantes para a forma como analisei as mobilizações antigênero no Brasil: (1) “existem diferentes mundos no universo antigênero”, (2) “essa diversidade interna é acompanhada por diferentes narrativas” e (3) “a insegurança ontológica integra essas narrativas e mundos”. Considero que, combinados, esses três argumentos constituem as principais contribuições empíricas e teóricas deste trabalho, fomentando novas discussões sobre o que é o movimento antigênero brasileiro, quais são as suas redes, relações e sentidos compartilhados, e o que faz as pessoas o apoiarem indiretamente ou nele se engajarem.

Argumento 1 - Existem diferentes mundos no universo antigênero

No capítulo 3, apresentei um mapa do movimento antigênero brasileiro a partir da análise de seus diferentes mundos. Meu objetivo foi mostrar quem são os atores que constituem esse movimento, abordando o seu histórico, as principais correntes políticas e as relações estabelecidas entre diferentes lideranças e organizações. Em síntese, o movimento antigênero é composto por uma diversidade de atores, nem sempre convergentes ou com ideologias semelhantes. Inclusive, existem diferenças significativas entre eles que são pouco aprofundadas nas análises sobre as mobilizações antigênero. É verdade que uma parte importante desses

atores estão vinculados a formas de conservadorismo cristão (em particular, católico e evangélico). Contudo, existem atores que atuam a partir de ativismos conservadores mais secularizados, ou mesmo possuem afinidades com as pautas da esquerda. Abarcando essas diferenças, os mundos representam campos específicos do movimento antigênero, circunscritos por crenças, valores e identidades compartilhadas, para além de relações de reciprocidade e proximidade política.

A ideia de construir um mapa do movimento antigênero, de modo a diferenciar os seus mundos, partiu das definições da teoria de movimentos sociais – algumas já trabalhadas no próprio caso das mobilizações antigênero (e.g. Corredor, 2019; 2021; Lavizzari, 2021). Como descrito por Mario Diani (1992), um movimento social é uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e organizações engajados em um conflito político e/ou cultural. Portanto, a construção de um retrato do movimento antigênero no Brasil dependeria necessariamente de uma compreensão aprofundada dessa pluralidade¹¹⁴. Se tratando de uma rede complexa de atores, a análise de um movimento comumente envolve a identificação dos vínculos ou laços, das fronteiras e das relações de proximidade ou distância que conformam campos específicos dentro de uma rede (Diani, 2003; Crossley & Diani, 2019). Para analisar esses campos, optei por utilizar a metáfora dos “mundos” de um “universo antigênero”. Por meio da noção de mundos, procurei enfatizar o caráter culturalmente construído e simbolicamente mediado dessas redes de interações (Jasper & Polletta, 2019; Somers, 2004; Wedeen, 2002). Um mundo é mais do que um campo de interesse político e/ou reconhecimento mútuo, é também um espaço de coprodução da realidade social, das normas, valores e expectativas culturais, e dos sentidos e práticas que se naturalizam no cotidiano (e.g. Gubrium & Holstein, 2009; Shibutani, 1955).

Ao todo, analisei cinco mundos do movimento antigênero: (1) católico, (2) evangélico, (3) feminista radical, (4) liberal-conservador e (5) conservador anti-imperialista. Cada mundo possui históricos, protagonistas e conformações particulares. O **mundo católico**, de fato, é o espaço onde surgem as mobilizações antigênero, difundidas a partir da atuação do próprio Vaticano e pelas suas redes internacionais de ativismo pró-família e pró-vida. Ele se constitui ainda como a principal fonte de produção intelectual sobre o assunto, sobretudo em nível filosófico. Pertencentes às mesmas redes cristãs pró-família e pró-vida, ativistas do **mundo evangélico** incorporaram a noção de *ideologia de gênero* em seus discursos para se contrapor às políticas de gênero e sexualidade. Esses dois mundos se conformam como as principais

¹¹⁴ De modo confluyente, David Paternotte (2023), por exemplo, enfatizou que a “pluralidade” é constitutiva do fenômeno antigênero na atualidade, não sendo possível reduzi-lo a um único ator ou formatação.

forças sociais das mobilizações antigênero no Brasil, atuando a partir de suas comunidades religiosas (igrejas e outras organizações cristãs), mas com forte influência política sobre os processos legislativos e governamentais – como já largamente analisado por inúmeros trabalhos já publicados (Aragusuku, 2020; Biroli et al., 2020; Corrêa & Kalil, 2020; Junqueira, 2023; Machado, 2018).

O **mundo liberal-conservador** atua de forma conjunta com os mundos católico e evangélico, pois muitas de suas lideranças são cristãs e/ou defendem valores conservadores no campo da sexualidade. A especificidade desse mundo é sua posição secularizada, não centrada na religião e muito mais alinhada às prerrogativas do liberalismo econômico e filosófico (e à oposição ao “marxismo cultural”). Por exemplo, grupos liberais-conservadores tendem a se distanciar da religião para argumentar contra o *gênero*, apesar de não a negar, e frequentemente afirmam que essa é uma questão secundária quando comparada a assuntos econômicos e macropolíticos. De modo divergente à perspectiva conservadora-cristã, algumas pessoas pertencentes a esse mundo também defendem que a homossexualidade é uma orientação sexual natural e que as pessoas são livres para viverem, no âmbito privado, da forma como melhor entenderem. Não tão centrados no combate à homossexualidade, o foco desse mundo está voltado principalmente à oposição às demandas por diversidade de gênero e direitos para as pessoas trans, consideradas como uma forma de violação da natureza sexual e da realidade biológica.

O **mundo conservador anti-imperialista** compartilha de uma visão conservadora no campo das normas e valores sexuais, de modo mais ou menos semelhante aos mundos anteriores. No entanto, sua posição é radicalmente antiliberal, pois o liberalismo, seja em sua forma econômica ou filosófica, é definido como uma ideologia globalista imposta pelo imperialismo norte-americano e europeu. Portanto, as discussões sobre diversidade sexual e de gênero são apenas reflexos dessa ideologia, desviando as pessoas de assuntos que seriam realmente importantes para suas vidas – como a luta de classes, a soberania nacional, as disputas econômicas e geopolíticas, etc. Esse mundo está relacionado a organizações da direita alternativa e nacionalista (como a Nova Resistência), mas também atrai lideranças e grupos de esquerda por seu discurso anti-imperialista.

Por fim, o **mundo feminista-radical** se encontra na posição de maior distância e isolamento em relação aos outros mundos, pois ele se constitui a partir de organizações feministas que integram uma corrente do feminismo marxista que considera o “sexo” como uma realidade material inescapável, estruturante para um sistema patriarcal que oprime as mulheres. O feminismo radical não compartilha de valores conservadores e inclusive defende

a promoção de políticas de diversidade sexual, interseccionando com o movimento de mulheres lésbicas e bissexuais. Mais especificamente, o conflito com o *gênero* se localiza na oposição às demandas do movimento trans por diversidade de gênero. Apesar das diferenças ideológicas, feministas radicais se aliam com grupos conservadores por entenderem que o *gênero* é uma ameaça que coloca em risco a segurança das mulheres ao permitir que “homens ocupem os espaços femininos”.

É importante destacar que essas são posições relacionais que podem variar ao longo do tempo, se tratando de um retrato parcial e temporalmente localizado, construído a partir das informações que tive acesso ao longo da pesquisa e de determinados métodos de análise e interpretação. Existem também posições híbridas e intersecções entre os mundos. Alguns atores podem pertencer a mais de um mundo e/ou mesclar suas diferentes narrativas e perspectivas. Por exemplo, pessoas vinculadas ao feminismo radical podem assumir posições próximas ao conservadorismo anti-imperialista por meio de pautas tradicionalmente de esquerda. Há também pessoas que atuam primariamente ancoradas no mundo liberal-conservador, mas se interseccionam com os mundos católico ou evangélico a partir do pertencimento a uma igreja cristã. A partir dessa descrição dos mundos, procurei explicitar a diversidade de posições e perspectivas existentes no movimento antigênero, assim como os conflitos e as divergências internas, sem necessariamente cristalizar a atuação de ativistas e organizações em rótulos rígidos e imutáveis. Por outro lado, como já ressaltado, outros mundos de ativismo antigênero são possíveis (alguns relevantes em contextos nacionais específicos) e procurei analisar aqueles que se mostraram mais influentes na realidade brasileira até o momento.

Argumento 2 - Essa diversidade interna é acompanhada por diferentes narrativas

Para além de um espaço organizador de relações e vínculos, esses mundos estão atrelados a determinadas cosmovisões e perspectivas, nem sempre convergentes. Existem variações, por exemplo, em relação à importância dada para a religião e suas instituições no ordenamento da vida social, ao lugar de prestígio ou desprezo que o liberalismo enquanto uma filosofia política ocupa nos discursos antigênero, à definição do que é a natureza da sexualidade humana e quais são os seus desvios, e ao foco da contramobilização direcionado apenas à transexualidade por negar a “realidade biológica” ou também à homossexualidade por violar os “papeis sexuais naturais”. Para abarcar essas variações no campo discursivo e os múltiplos sentidos dados à oposição ao *gênero*, optei por analisar as narrativas desse contramovimento, em particular por meio de entrevistas com pessoas de diferentes perfis e mundos de

pertencimento. Como descrito no capítulo 4, ao todo, foram entrevistadas 24 pessoas: 9 do mundo católico, 7 do mundo evangélico, 5 do mundo feminista radical e 4 vinculadas a mundos conservadores variados. Todas elas estavam vinculadas a alguma organização ou grupo específico, seja político ou religioso, no momento da entrevista. Por meio das entrevistas, foi possível perceber como as pessoas expressam diversas versões (confluentes ou não) sobre que é o *gênero*, quais suas causas e consequências, e porque ele deve ser contraposto na esfera política, produzindo narrativas que dão sentido aos seus engajamentos pessoais e coletivos em torno dessa temática – por conseguinte, lançando luz sobre suas motivações para se mobilizar.

A teoria narrativa nos proporciona importantes ferramentas para analisar como as pessoas, através de múltiplas histórias, dão sentido a si mesmas (e aos outros), ao mundo e seus eventos ordinários e extraordinários. Conceitualmente, as narrativas podem ser definidas como um tipo de discurso ou um modo de organização da experiência (Bruner, 1990), e como um princípio organizativo da ação humana (Sarbin, 1986), e são características por sua estrutura similar a um conto ou fábula, com eventos e personagens conectados em um enredo causal, um drama e uma moral (Czarniawska, 2004; Goldie, 2021; Josselson & Hammack, 2021; Polkinghorne, 1988). As narrativas são empregadas cotidianamente pelas pessoas em uma variedade de contextos e cenários – nas interações informais e pessoais ou nos espaços públicos e institucionalizados, para interpretar eventos reais ou para expressar concepções abstratas (Somers & Gibson, 1994; Patterson & Monroe, 1998).

No âmbito da mobilização social, as narrativas são importantes formas de transmissão dos valores e objetivos de um movimento, motivando as pessoas a participarem em protestos e outras ações coletivas de expressão da indignação perante uma situação ou questão social (Davis, 2002; Hammack, 2015; Polletta, 1998). Portanto, as pessoas constroem histórias que tornam inteligíveis suas vidas cotidianas, abarcando não apenas aspectos individuais e pessoais, mas também questões coletivas e públicas relacionadas à organização política de uma determinada sociedade ou comunidade.

Durante o processo de análise dessas narrativas antigênero, dei foco na reconstrução dos principais enredos que contextualizam as motivações para se engajar nessa questão. De acordo com a teoria narrativa, enredo é uma “lógica” (Polletta, 1998) ou um “tema organizador” (Polkinghorne, 1988) que delimita a importância, o sentido e o papel que os eventos desempenham em uma determinada narrativa. Um enredo os eventos relevantes, os personagens e suas funções em uma história, conectando-os de modo temporal e causal em um drama com consequências normativas – isto é, existe sempre uma “moral da história” que guia a forma como as pessoas devem interpretar o desenrolar dos eventos. Para a análise das entrevistas,

pensei na delimitação de “meta-enredos” do movimento antigênero, pois não se trata de uma história única e fechada (como na definição mais clássica de enredo), mas sim de uma lógica ou tema organizador mais amplo que articula uma série de histórias. Às vezes essas histórias são descontínuas, fragmentadas ou até contraditórias. Contudo, elas abarcam o mesmo tema ou problema, tratam sobre eventos e personagens em comum, e difundem uma mesma mensagem ou moral. No total, foram analisados cinco meta-enredos que ganharam relevância nas entrevistas. A análise buscou explicitar os elementos narrativos mais significativos e as motivações para se engajar nessa temática, assim como a relação desses enredos com os diferentes mundos do universo antigênero.

Partindo daquele mais basilar do ponto de vista ontológico, o enredo “**macho e fêmea, Deus os criou**” organiza histórias sobre o propósito transcendente da sexualidade humana, definido por Deus na Criação. Fortemente vinculado aos mundos católico e evangélico, esse enredo apresenta o *gênero* como uma violação da natureza sexual de homens e mulheres, e seu papel complementar para a “missão espiritual da procriação”. Por sua base religiosa, ele acaba não sendo mobilizado por grupos liberal-conservadores mais seculares, ou mesmo é radicalmente oposto por grupos não conservadores, como as feministas radicais. De modo complementar, o enredo “**ninguém nasce no corpo errado**” trabalha a questão do aspecto imanente da sexualidade humana, isto é, sua constituição material e biológica. Para os mundos católico e evangélico, esse enredo se conecta de forma intrínseca ao anterior, expressando a totalidade transcendente (espiritual) e imanente (material) da experiência humana com o sexo. Por outro lado, para grupos seculares, esse enredo ganha uma conotação somente relacionada à realidade biológica e imutabilidade da identidade sexual, no sentido de que as pessoas não podem “mudar de sexo”, sendo o *transgenerismo* uma “ilusão” ou “patologia mental e ideológica”.

O enredo “**é uma arma psicológica para o totalitarismo**” não desenvolve de modo aprofundado questões ontológicas sobre a natureza humana. Contudo, ele localiza o *gênero* em um drama político de características globais que afeta não apenas uma comunidade ou localidade específica, mas toda a humanidade. Nesse enredo, é abordada uma conspiração protagonizada por elites poderosas (metacapitalistas, neoliberais e globalistas) para a implementação de um governo mundial. Se tratando de um conceito “criado por feministas marxistas”, o *gênero* seria uma das ferramentas psicológicas instrumentalizadas por essas elites para gerar o caos (por meio da destruição das famílias e da identidade sexual) e enfraquecer a capacidade de resistência das pessoas, facilitando a dominação social e a promoção desse “projeto totalitário”. Essa é uma narrativa comumente empregada, de distintas formas, por

movimentos de direita que contestam o *status quo* das instituições democrático-liberais globalmente, sendo também convergente com a atuação de grupos antigênero não conservadores e críticos ao neoliberalismo – como, por exemplo, na denúncia à promoção do *gênero* por fundações internacionais financiadas pelas grandes corporações capitalistas.

Por fim, os últimos dois enredos possuem um sentido mais prático, relacionado ao cotidiano, ao contexto político local e às ameaças imediatas causadas pelo *gênero*. No enredo **“com meus filhos não se meta”**, são narrados os perigos à segurança das famílias e suas crianças, que seriam as principais vítimas dessa *ideologia*, sobretudo quando implementada nas políticas de educação e imposta pelos governos. Isso abriria espaços para a “sexualização precoce das crianças” e, em última instância, para a “pedofilia”, produzindo sofrimento e conflitos familiares. No último período, esse enredo se mostrou bastante proeminente no movimento antigênero, por se tratar de uma causa moralmente valorosa (“em defesa das crianças”), sendo transversal a seus diferentes mundos. Já o enredo **“os direitos com base no sexo serão abolidos”** narra os perigos à segurança das meninas e das mulheres causados pela dissolução dos espaços exclusivos para o sexo feminino a partir do momento em que “homens podem se identificar como mulheres”. Apesar de ser mobilizado por todo o movimento antigênero, como no caso das polêmicas em torno das pessoas trans nos esportes femininos, esse enredo é difundido principalmente por ativistas e organizações vinculadas ao mundo feminista radical.

Esses cinco meta-enredos sintetizam as construções narrativas que dão sentido às mobilizações antigênero, assim como as motivações de diferentes grupos e pessoas que nelas se engajam. É importante ressaltar como esses enredos vão sendo conectados ou distanciados a depender de quem os narra. Por exemplo, o mundo feminista radical atua principalmente a partir da crítica à “negação da realidade biológica” e em “defesa dos direitos com base no sexo”, mas é frontalmente oposto às narrativas religiosas sobre a “missão espiritual da procriação”. Por outro lado, não é improvável que alguém de outro mundo possa combinar, parcial ou integralmente, todos os enredos para explicar o seu engajamento nas mobilizações antigênero, adaptando-os a uma perspectiva em particular.

Ao longo do capítulo 4, é possível ver que, com algumas poucas exceções (como no caso das feministas radicais), pessoas pertencentes a todos os mundos analisados empregaram todos os enredos, adaptando-os a suas perspectivas particulares. Outra questão importante percebida ao longo das análises é como, em todas as entrevistas, o *gênero* é enquadrado como uma grave ameaça à segurança existencial das pessoas, por colocar em risco a identidade sexual, a capacidade de apreensão da realidade e da natureza, e o senso de propósito no mundo. Desse

modo, apontei como a insegurança ontológica é um elemento relevante para entender, do ponto de vista sociopsicológico, as motivações que levam pessoas de mundos tão distintos e, em alguns assuntos, ideologicamente divergentes a se mobilizar contra o *gênero*.

Argumento 3 - A insegurança ontológica integra essas narrativas e mundos

A segurança ontológica é um sentimento fundamental para a organização da vida social e, em nível psicológico, para a capacidade das pessoas em atribuir sentido ao mundo e propósito à existência, estando diretamente relacionada a “segurança do ser” (Giddens, 1990, 1991; Kinnvall, 2004, 2017; Kinnvall & Mitzen, 2020). Sentir-se ontologicamente seguro é entender que existe um sentido intrínseco ao mundo, garantindo continuidade e ordem aos eventos que se desenrolam cotidianamente. Na esfera da subjetividade, é ter respostas a perguntas fundamentais sobre a vida e a existência, seja de forma consciente ou não. Concomitantemente, em nível sociopolítico, Catarina Kinnvall (2017) argumenta que a insegurança ontológica pode resultar na construção narrativa de um “outro abjeto” que corporifica as ameaças à “segurança do ser”, sendo identificado como o agente político responsável pela desordem no plano existencial. Para a autora, esse processo pode ser intitulado de “securitização da subjetividade”, por se tratar da construção de “muros de segurança ontológica” que protegem a estabilidade do *self* (ou o senso subjetivo de identidade pessoal) das ameaças externas.

Como trabalhado ao longo do capítulo 2, defendo que historicamente a oposição às políticas de gênero e sexualidade está relacionada a uma tentativa de restauração de uma segurança ontológica perdida, sendo as mobilizações antigênero parte constitutiva desse processo histórico de reação política às mudanças nas normas e valores sexuais. Mais especificamente, argumento que a noção de *ideologia de gênero*, proposta no mundo católico e assimilada/ressignificada por outros mundos, se tornou uma forma de racionalização da insegurança ontológica que essas mudanças geram. Isto é, as narrativas antigênero possibilitam um tipo específico de inteligibilidade ao sentimento insegurança decorrentes das mudanças em curso (que existem para além das normas e valores sexuais), fomentando contramobilizações frente ao avanço das políticas de gênero e sexualidade. Em outras palavras, as narrativas contra o *gênero* reconfiguraram o campo interpretativo desses grupos opositores, de modo a constituir redes mais amplas e agregar novos atores em um contramovimento oposto às mudanças culturais e políticas consideradas antinaturais ou moralmente nefastas.

Ao mobilizar o conceito de insegurança ontológica, seguindo a formulação original de Anthony Giddens (1990, 1991), trabalhei também os efeitos da modernidade na organização da

vida social. De acordo o autor, a modernidade se constitui como um período de aceleradas mudanças, superação de barreiras espaciais e temporais, constantes revisões sobre a verdade e o conhecimento, e desconstrução da autoridade tradicional. Para a subjetividade humana, há um aumento progressivo da reflexibilidade das pessoas em relação ao sentido da vida e à própria identidade, fomentando também a ansiedade existencial. Esse processo histórico de longa duração representou mudanças significativas na forma como a sexualidade passou a ser regulada em todo o mundo, confluindo com novas demandas por liberdade e autonomia sexual de grupos anteriormente reprimidos.

Ao longo da modernidade tardia, iniciada na segunda metade do século XX, essas tendências no campo da sexualidade se intensificaram com a expansão global das demandas por diversidade sexual e de gênero (Weeks, 2007). No Brasil pós-redemocratização, os movimentos feministas e LGBTI+ impulsionaram políticas de gênero e sexualidade que foram assimiladas pelo Estado brasileiro a partir da década de 1990. Foi nesse contexto histórico que o movimento antigênero se mobilizou no país, difundindo novas narrativas sobre os perigos das mudanças em curso e dando sentido à insegurança ontológica experienciada por uma parcela da população – como, por exemplo, as pessoas que entrevistei ao longo da pesquisa.

Em relação às narrativas analisadas, foi possível averiguar que dois meta-enredos estruturantes para o movimento antigênero lidam diretamente com a questão vinculada à (in)segurança ontológica. Para o enredo “macho e fêmea, Deus os criou”, o *gênero* colocaria em risco o que há de mais basilar para a natureza humana: o propósito transcendente do sexo definido na Criação e a missão existencial da procriação. Desse modo, a recusa ou o desvio dos desígnios de Deus (e sua respectiva ontologia social) resultaria, conseqüentemente, em uma perda de sentido perante a vida, tornando insegura a existência pessoal e coletiva. No enredo “ninguém nasce no corpo errado”, a natureza humana é definida pela condição biológica e pelo dimorfismo sexual, que permite a existência de homens e mulheres somente com base nas diferenças sexuais. Portanto, ontologicamente, não é possível desvincular a identidade atribuída socialmente do sexo biológico masculino ou feminino, nem “transitar” ou “mudar” de sexo ao longo da vida. Ao desconectar as pessoas de sua própria natureza sexual, do princípio ontológico que constitui as suas identidades como homens e mulheres, o *gênero* causaria graves prejuízos psicológicos e sociais, fomentando ansiedades e inseguranças em relação ao lugar que elas ocupam (ou deveriam ocupar) enquanto “corpos sexuados” no mundo.

Esses dois princípios sobre a natureza e a identidade sexual atuam a partir da mesma lógica da securitização da subjetividade e da busca pelo restabelecimento de uma segurança ontológica perdida. Em relação aos outros meta-enredos, eles explicitam porque existe uma

conspiração globalista para atacar a natureza humana com a difusão do *gênero* (“é uma arma psicológica para o totalitarismo”), de que forma as famílias e as crianças são ameaçadas por essa *ideologia* (“com meus filhos não se meta”) e porque as mulheres se encontram em uma posição de maior vulnerabilidade a partir do momento em que “homens podem se identificar como mulheres” (“os direitos com base no sexo serão abolidos”). Combinados, os cinco meta-enredos analisados dão as bases narrativas para entender por que algumas pessoas se sentem ameaçadas pelo *gênero*, lançando luz sobre as suas motivações para se mobilizar em torno dessa temática.

Apesar de existirem diferenças na forma como a insegurança ontológica se manifesta nas narrativas antigênero, especialmente quando os dois meta-enredos que considerei mais ontológicos se chocam (sobretudo na contraposição entre perspectivas mais seculares ou religiosas) o entendimento do *gênero* como uma ameaça existencial, que coloca em jogo a “segurança do ser”, possibilita uma integração desses múltiplos atores em mobilizações, campanhas e agendas políticas comuns – e, notadamente, em um contramovimento. É nesse sentido que defino teoricamente a insegurança ontológica (perante as mudanças nas normas e valores sexuais) como um elemento integrador para essas diferentes narrativas e mundos do universo antigênero. Esse sentimento seria uma base fundamental, apesar de não a única, para a aderência das pessoas a esse universo de mobilização e ativismo, motivando-as a se engajar politicamente enquanto conectam suas histórias pessoais às narrativas coletivas de um contramovimento.

Incertezas, lacunas e agendas futuras de pesquisa: O antigênero permanece em movimento

Em hipótese alguma, as análises empíricas, as discussões teóricas e os argumentos presentes nesta tese representaram uma tentativa de esgotamento do debate sobre a temática – o que podemos considerar uma tarefa impossível. São muitas ainda as incertezas e lacunas no estudo das mobilizações antigênero no Brasil e no mundo. Trata-se de uma problemática que se reatualiza a todo momento e progressivamente, sendo perpassada por disputas políticas do presente. Não é novidade dizer que toda análise sociopolítica é um retrato espacial e temporalmente localizado, mesmo quando tal análise está implicada na proposição de generalizações teóricas que extrapolam o caso estudado em particular. Reconhecer isso torna o trabalho mais consciente das suas limitações, da sua natureza contingente e das possíveis continuidades em agendas futuras de pesquisa.

Para além das análises empíricas que considero que serão úteis para estudos futuros sobre as mobilizações antigênero no Brasil, sobretudo em relação ao mapa do universo antigênero e suas diferentes perspectivas, realizei também algumas generalizações teóricas a partir do argumento da insegurança ontológica. Esse é um argumento teórico de longo alcance, pois a relação entre as mobilizações antigênero e a insegurança ontológica estaria fundada em processos históricos que extrapolam o caso brasileiro. Como defendido ao longo da tese, a insegurança ontológica perante as mudanças nas normas e valores sexuais, que daria combustível às mobilizações antigênero na atualidade, é um fenômeno global que está relacionado à intensificação de tendências do mundo moderno – não restritas a uma localidade específica e nem unicamente aos conflitos em torno do gênero e da sexualidade.

Contudo, deve-se fazer ressalvas às possíveis hipergeneralizações e aos usos inadequados desse argumento. Essa é uma forma de interpretar as mobilizações antigênero que não esgota a sua dinamicidade e complexidade fenomenológica. Permanecem ainda muitas dúvidas e incertezas sobre como a insegurança ontológica atua nesse campo que podem ser preenchidas por pesquisas futuras. Por exemplo, o estudo comparado entre diferentes países ou mesmo temas de mobilização social, para além do antigênero e abarcando inclusive pautas progressistas, pode nos ajudar a entender melhor a forma como a insegurança ontológica atua sobre os conflitos políticos.

Por outro lado, o retrato do movimento antigênero (seus mundos e narrativas) produzido nesta pesquisa certamente possui lacunas e se transformará ao longo do tempo, sendo necessário atualizá-lo de modo constante. Novos atores vão entrar em cena, as narrativas que justificam e impulsionam a mobilização podem se transformar dependendo do contexto e dos atores envolvidos, e a forma como as agendas políticas são construídas e quais pautas ganham relevância mudarão em meio a possíveis reconfigurações nas disputas das políticas públicas. Paralelamente, dialogando com os resultados apresentados, outros dois pontos que não foram tão bem aprofundados podem suscitar a realização de novas pesquisas. O primeiro é entender como atores antigênero ganharam espaços e disputaram as instituições do Estado brasileiro no último período. O segundo é analisar em profundidade como, a partir das mobilizações antigênero, esses atores constroem relações políticas internacionalmente.

Uma certeza que temos é que, por diversas razões, a luta contra a *ideologia de gênero* se manterá relevante no próximo período, moldando os conflitos em torno das políticas de gênero e sexualidade e reconfigurando a dinâmica de mudanças nas normas e valores sexuais em nível global. Se trata de uma questão que perpassa a emergência de novos grupos de direita comumente definidos como populistas ou extremistas, mas não apenas, tendo em vista a

incorporação de grupos opositores ao *gênero* que não se enquadram nessas definições. Indubitavelmente, o movimento antigênero permanece e permanecerá “em movimento”, seja no Brasil ou em outros contextos nacionais, redefinindo de modo constante a pluralidade de atores, demandas e perspectivas que constitui a sua existência enquanto um fenômeno político relevante no mundo contemporâneo.

Referências

- Alkhudary, T. (2023, 9 de setembro). As Iraq backslides on gender equality, where are its women MPs?. *Al Jazeera*. Recuperado de <https://www.aljazeera.com/opinions/2023/9/9/as-iraq-backslides-on-gender-equality-where-are-its-women-mps>
- Aquino, F. (2015). *Você sabe o que é ideologia de gênero?*. Lorena: Cléofas.
- Aragusuku, H. A. (2018). *O discurso da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: análise crítico-discursiva e psicopolítica* (Dissertação de mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://doi.org/10.11606/D.47.2019.tde-03062019-181514>
- Aragusuku, H. A. (2020) O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. *Agenda Política*, 8(1), 106-130. <https://doi.org/10.31990/agenda.2020.1.4>
- Aragusuku, H. A., & Lara, M. F. A. (2019). Uma análise histórica da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 10 anos de resistência à patologização da homossexualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(n.esp. 3), 6-20. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228652>
- Aragusuku, H. A., Lara, M. F. A., Fraccaroli, Y., & Martins, A. N. (2019). Estado, políticas sexuais e cidadania LGBT no Brasil pós-impeachment. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 2(8), 5-33. <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2019.8.10157>
- Aragusuku, H. A., & Lopes, M. A. S. (2018). Políticas públicas e cidadania LGBT em Mato Grosso: Uma década de avanços e retrocessos (2007-2017). *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 29, 141-171. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2018.29.07.a>
- Awondo, P., Bouilly, E., & N’Diaye, M. (2022). Introduction au thème. Penser l’anti-genre en Afrique. *Politique Africaine*, 4(168), 5-24. <https://doi.org/10.3917/polaf.168.0005>
- Baisley, E. (2016). Reaching the tipping point?: Emerging international human rights norms pertaining to sexual orientation and gender identity. *Human Rights Quarterly*, 38(1), 134-163. <https://doi.org/10.1353/hrq.2016.0009>
- Beatty, A. (2019). *Emotional Worlds: Beyond an Anthropology of Emotion*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Berger, R. (2015). Now I see it, now I don’t: researcher’s position and reflexivity in qualitative research. *Qualitative Inquiry*, 15(2), 219-234. <https://doi.org/10.1177/1468794112468475>
- Biroli, F. (2020). The backlash against gender equality in Latin America: Temporality, religious patterns and the erosion of democracy. *LASA Forum*, 51(2), 22–26.
- Biroli, F., Machado, M. D. C., & Vaggione, J. M. (Orgs.). (2020). *Gênero, Neoconservadorismo e Democracia*. São Paulo: Boitempo.

- Blee, K. M. (2018). *Understanding racist activism: Theory, methods, and Research*. New York: Routledge.
- Blee, K. M. (2007). Ethnographies of the far right. *Journal of Contemporary Ethnography*, 36(2), 119-128. <https://doi.org/10.1177/0891241606298815>
- Blee, K. M. (2002). *Inside organized racism: Women in the hate movement*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Bracke, S., & Paternotte, D. (2016). Unpacking the Sin of Gender. *Religion & Gender*, 6(2), 143-154. <http://doi.org/10.18352/rg.10167>
- Brandão, A. A. P., & Jorge, A. L. (2019). A recente fragmentação do campo religioso no Brasil: Em busca de explicações. *Revista de Estudos Sociais*, 69, 79-90. <https://doi.org/10.7440/res69.2019.07>
- Brasil. (1987). *Anais da Assembléia Nacional Constituinte (atas de comissões)*. Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Submissão dos Direitos Políticos e Garantias Individuais. 12ª Reunião, realizada em 30 de abril de 1987. Brasília: Assembléia Nacional Constituinte. Recuperado de <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais/anais-da-assembleia-constituente>
- Brasil. (2005). *Beijing+10: Resposta do Estado brasileiro*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Brasil. (2021). *Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes*. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
- Bruner, J. (1990). *Acts of Meaning*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Butler, J. (2004). *Undoing Gender*. New York: Routledge.
- Butler, J. (2012). Precarious Life, Vulnerability, and the Ethics of Cohabitation. *The Journal of Speculative Philosophy*, 26(2), 134-151. <https://doi.org/10.5325/jspecphil.26.2.0134>
- Butler, J. (2019). Anti-Gender Ideology and Mahmood's Critique of the Secular Age. *Journal of the American Academy of Religion*, 87(4), 955-967. <https://doi.org/10.1093/jaarel/lfz083>
- Butler, J. (2020). *The Force of Nonviolence: An Ethico-Political Bind*. London: Verso.
- Butler, J. (2024). *Who's afraid of gender?*. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- Caldeira, R. C., & Silveira, E. J. S. (2021). Catholic Church and conservative-traditionalist groups: The struggle for the monopoly of Brazilian Catholicism in contemporary times. *International Journal of Latin American Religions*, 5, 384-410. <https://doi.org/10.1007/s41603-021-00147-1>
- Cardoso de Oliveira, R. (1996). O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. *Revista de Antropologia*, 39(1), 13-37. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1996.111579>

- Carvalho, O. (1996). *O imbecil coletivo: Atualidades inculturais brasileiras*. São Paulo: Editora Faculdade da Cidade.
- Carvalho, O. (2004). História de Quinze Séculos. *Jornal da Tarde*. Recuperado de <https://olavodecarvalho.org/historia-de-quinze-seculos/>
- Carvalho, O., & Dugin, A. (2012). *Os EUA e a Nova Ordem Mundial: Um debate entre Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho*. Campinas, SP: Vide Editorial.
- Colapinto, J. (2000). *As nature made him: The boy who was raised as a girl*. New York: HarperCollins.
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2015). *Nota da CNBB sobre a inclusão da ideologia de gênero nos Planos de Educação*. Brasília: CNBB. Recuperado de <https://www.cnbb.org.br/cnbb-divulga-nota-sobre-a-inclusao-da-ideologia-de-genero-nos-planos-de-educacao/>
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2020). *Respeito à vida é cuidar de todos*. Brasília: CNBB. Recuperado de <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Nota-da-CNBB-sobre-a-ADI-5668.pdf>
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2023). *Análise de Conjuntura Eclesial – INAPAZ (19/04/2023). As ameaças à comunhão eclesial no contexto da polarização sociopolítica, cultural e religiosa*. Brasília: CNBB.
- Congregação para a Educação Católica. (2019). *“Homem e Mulher os Criou”*: Para uma via de diálogo sobre a questão do gender na educação. Cidade do Vaticano: Cúria Romana.
- Cordeiro, M. P., Freitas, T. P., Conejo, S. P., & Luiz, G. M. (2014). Como pensamos ética em pesquisa. In M. J. P. Spink et al. (Eds), *A produção da informação na pesquisa social: Compartilhando ferramentas* (pp. 31-56). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Corrêa, S. (Ed.). (2020). *Anti-gender politics in Latin America: Summaries of country case studies*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids.
- Corrêa, S., & Kalil, I. (2020). *Políticas antigênero en América Latina: Brasil*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids.
- Corrêa de Oliveira, P. (1998). *Revolução e Contra-Revolução*. São Paulo: Artpress.
- Corredor, E. (2019). Unpacking “Gender Ideology” and the Global Right’s Antigender Countermovement. *Signs*, 44(3), 613-638. <https://doi.org/10.1086/701171>
- Corredor, E. (2021). On the strategic uses of Women’s Rights: Backlash, rights-based framing, and anti-gender campaigns in Colombia’s 2016 Peace Agreement. *Latin American Politics and Society*, 63(n. esp. 3), 1-23. <https://doi.org/10.1017/lap.2021.24>

- Costa, A. A. A. (2007). O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In H. P. Melo, A. Piscitelli, S. W. Maluf, & V. L. Puga (Eds.), *Olhares feministas* (pp. 51-82). Brasília, DF: Ministério da Educação/Unesco.
- Clifford, J., & Marcus, G. E. (Eds.). (1986). *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press.
- Clifford, J. (1986). Introduction: Partial Truths. In J. Clifford & G. E. Marcus (Eds.), *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography* (pp. 1-26). Berkeley: University of California Press.
- Cowan, B. A. (2016). *Securing Sex: Morality and repression in the making of Cold War Brazil*. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press.
- Cowan, B. A. (2021). *Moral Majorities across the Americas: Brazil, the United States, and the Creation of the Religious Right*. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press.
- Crossley, N., & Diani, M. (2019). Networks and Fields. In D. Snow et al. (Eds.), *The Wiley Blackwell Companion to Social Movements* (pp. 151-166). Oxford, Wiley Blackwell.
- Cyrino, R. (2013). A produção discursiva e normativa em torno do transexualismo: Do verdadeiro sexo ao verdadeiro gênero. *Crítica e Sociedade*, 3(1), 92-108.
- Cyrino, R. (2023). A deriva transfóbica do feminismo radical dos anos 1970. *Varia Historia*, 39(79), 1-31. <http://doi.org/10.1590/0104-87752023000100007>
- Czarniawska, B. (2004). *Narratives in Social Science Research*. London: SAGE Publications.
- Czarniawska, B., & Joerges, B. (1996). Travels of ideas. In B. Czarniawska & G. Sevón (Eds.), *Translating Organizational Change* (pp. 13-48). Berlin: de Gruyter.
- Dansky, K. (2021). *The abolition of sex: How the “transgender” agenda harms women and girls*. New York: Bombardier Books.
- Davis, J. E. (2002). Narrative and Social Movements: The Power of Stories. In J. E. Davis (Ed.), *Stories of change: Narrative and social movements* (pp. 3-29). Albany, NY: State University of New York Press.
- Diamond, M., & Sigmundson, H. K. (1997). Sex reassignment at birth. Long-term review and clinical implications. *Archives of Pediatrics and Adolescent Medicine*, 151(3), 298-304. <https://doi.org/10.1001/archpedi.1997.02170400084015>
- Diani, M. (1992). The concept of social movement. *The Sociological Review*, 40(1), 1-25. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1992.tb02943.x>
- Diani, M. (2003). Social Movements, Contentious Actions, and Social Networks: ‘From Metaphor to Substance’?. In M. Diani & D. McAdam (Eds.), *Social Movements and Networks: Relational Approaches to Collective Action* (pp.1-18). Oxford, UK: Oxford University Press.

- Dilthey, W. (1976). The development of hermeneutics. In H. P. Rickman (Ed.), *Dilthey Selected Writings* (pp. 247-263). Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Edenborg, E. (2021). Anti-Gender Politics as Discourse Coalitions: Russia's Domestic and International Promotion of "Traditional Values". *Problems of Post-Communism*, 70(2), 175-184. <https://doi.org/10.1080/10758216.2021.1987269>
- Emirbayer, M., & Mische, A. (1998). What is Agency?. *American Journal of Sociology*, 103(4), 962-1023. <https://doi.org/10.1086/231294>
- Engels, F., & Marx, K. (1998). *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo.
- Evolvi, G. (2022). The Theory of Hypermediation: Anti-Gender Christian Groups and Digital Religion. *Journal of Media and Religion*, 21(2), 69-88. <https://doi.org/10.1080/15348423.2022.2059302>
- Facchini, R. (2003). Movimento homossexual no Brasil: Reconstituindo um histórico. *Cadernos AEL*, 10(18-19), 81-125.
- Facchini, R., & Sívori, H. (2017). Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. *Cadernos Pagu*, 50. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500000>
- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse: Textual analysis for social research*. London: Routledge.
- Faúndes, J. M. M. (2019). The geopolitics of moral panic: The influence of Argentinian neo-conservatism in the genesis of the discourse of 'gender ideology'. *International Sociology*, 34(4), 402-417. <https://doi.org/10.1177/0268580919856488>
- Faur, E., & Vigoya, M. V. (2020). La ofensiva conservadora contra la "ideología de género" y sus estrategias de avanzada en América Latina. *LASA Forum*, 51(2), 11-16. Recuperado de <https://forum.lasaweb.org/past-issues/vol51-issue2.php>
- Felski, R. (2011). Suspicious minds. *Poetics Today*, 32(2), 215-234. <https://doi.org/10.1215/03335372-1261208>
- Ferreira, V. (2018). Editorial: A "ideologia de gênero" e a Religião. *Ex Aequo*, 37, 5-6. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.37.00>
- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Gallas, A. K. C., & Perez, O. C. (2023). O legado discursivo científico do OIB contra as Políticas Sexuais e Reprodutivas. *Argumentum*, 15(2), 149-163. <https://doi.org/10.47456/argumentum.v15i2.38991>
- Galzerano, L. S. (2021). A ofensiva antigênero na sociedade brasileira. *Trabalho Necessário*, 19(38), 82-104. <https://doi.org/10.22409/tn.v19i38>

- Galliez, M. M. (1996). Está o Brasil à beira de um castigo divino?: Se aprovado Projeto que legaliza o “casamento homossexual”, nosso País atrairá a cólera de Deus como Sodoma e Gomorra. *Catolicismo*, 46(551), 12-16.
- Garbagnoli, S. (2016). Against the heresy of immanence: Vatican’s ‘gender’ as a new rhetorical device against the denaturalization of the sexual order. *Gender & Religion*, 6(2), 187-204. <http://doi.org/10.18352/rg.10156>
- Garcia, C. C. (2011). *Breve história do feminismo*. São Paulo: Claridade.
- GATE (2022). *Mapping anti-gender movements in the UK*. New York: GATE.
- Geertz, C. (1973). *The interpretation of cultures*. New York: Basic Books.
- Giddens, A. (1990). *The consequences of modernity*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Giddens, A. (1991). *Modernity and Self-Identity: Self and society in the late modern age*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Global Engagement Center (2023). *Exporting Pro-Kremlin Disinformation: The Case of Nova Resistência in Brazil*. Washington, DC: U.S. Department of State. Recuperado de <https://www.state.gov/gec-special-report-exporting-pro-kremlin-disinformation-the-case-of-nova-resistencia-in-brazil/>
- Goldie, P. (2012). *The Mess Inside: Narrative, Emotion, and the Mind*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- González Vélez, A. C., Castro, L., Burneo Salazar, C. Motta, A., & Amat y León, O. (2018). *Desvelando la retórica del miedo de los fundamentalismos: La campaña “Con Mis Hijos No Te Metas” en Colombia, Ecuador y Perú*. Lima: Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán.
- Graff, A., & Korolczuk, E. (Eds.). (2022). *Anti-Gender Politics in the Populist Moment*. London: Routledge.
- Green, J. M. (2000). *Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp.
- Grzebalska, W., & Petó, A. (2018). The gendered modus operandi of the illiberal transformation in Hungary and Poland. *Women's Studies International Forum*, 68, 164-172. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2017.12.001>
- Gubrium, J. F., & Holstein, J. A. (2009). *Analyzing narrative reality*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.
- Gusmeroli, P., & Trappolin, L. (2021). Narratives of Catholic women against ‘gender ideology’ in Italian schools: Defending childhood, struggling with pluralism. *European Societies*, 23(4), 513-532. <https://doi.org/10.1080/14616696.2021.1943484>

- Hammack, P. L. (2015). *Mind, Story, and Society: The Political Psychology of Narrative*. In M. Hanne, W. D. Crano, & J. S. Mio (Eds.), *Warring with Words: Narrative and Metaphor in Politics* (pp. 51-77). New York: Psychology Press.
- Hammack, P. L., & Pilecki, A. (2012). Narrative as Root Metaphor for Political Psychology. *Political Psychology*, 33(1), 75-103. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2011.00859.x>
- Hammersley, M. & Atkinson, P. (2007). *Ethnography: Principles in practice* (3a ed.). London: Routledge.
- Hammersley, M. & Traianou, A. (2012). *Ethics in qualitative research: Controversies and contexts*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.
- Haste, H., Jones, J., & Monroe, K. (2016). Political Psychology. In M. Bevir & R. A. W. Rhodes (Eds.), *Routledge Handbook of Interpretive Political Science* (pp. 309-323). New York: Routledge.
- Heinrich Böll Stiftung (Ed.). (2015). *Anti-Gender Movements on the Rise?: Strategising for Gender Equality in Central and Eastern Europe*. Berlin: Heinrich Böll Stiftung.
- Hine, C. (2015). *Ethnography for the internet: Embedded, embodied and everyday*. London: Bloomsbury Academic.
- Hochschild, A. R. (2013). Empathy maps. In A. R. Hochschild, *So How's the family? And other essays* (pp. 32-44). Berkeley, CA: University of California Press.
- Hochschild, A. R. (2016). *Strangers in their own land: Anger and mourning on the American right*. New York: The New Press.
- Hoff Sommers, C. (1994). *Who stole feminism? How women have betrayed women*. New York: Simon & Schuster.
- Hyde, J. S., Bigler, R. S., Joel, D., Tate, C. C., & van Anders, S. M. (2019). The future of sex and gender in psychology: Five challenges to the gender binary. *American Psychologist*, 74(2), 171-193. <https://doi.org/10.1037/amp0000307>
- Inglehart, R. (2018). *Cultural Evolution: People's motivations are changing, and reshaping the world*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Íñiguez Rueda, L. (Ed.). (2003). *Análisis del discurso: Manual para las ciencias sociales*. Barcelona: Editorial UOC.
- Instituto Plínio Corrêa de Oliveira. (2022). *O Brasil autêntico se levanta: A vocação providencial do Brasil e as perspectivas da atual reação conservadora*. São Paulo: IPCO.
- Jasper, J. M. (1997). *The art of moral protest: Culture, biography, and creativity in social movements*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.

- Jasper, J. M (2017). The doors that culture opened: Parallels between social movements studies and social psychology. *Group Processes & Intergroup Relations*, 20(3), 285-302. <https://doi.org/10.1177/1368430216686405>
- Jasper, J. M. (2018). *The emotions of protest*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Jasper, J. M., & Polletta, F. (2019). The cultural context of social movements. In D. A. Snow, S. A. Soule, H. Kriesi, H. J. McCammon (Eds.), *The Blackwell Companion to Social Movements* (ed. 2, pp. 63-78). Hoboken, NJ: Wiley Blackwell.
- Jasper, J. M., Young, M. P., & Zuern, E. (2020). *Public Characters: The politics of reputation and blame*. New York: Oxford University Press.
- Jeffreys, S. (2014). *Gender hurts: A feminist analysis of the politics of transgenderism*. London: Routledge.
- Josselson, R. (1995). Imagining the real: Empathy, narrative, and the dialogical self. In R. Josselson & A. Lieblich (Eds.), *Interpreting Experience: The narrative study of lives* (pp. 27-44). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.
- Josselson, R. (2004). The hermeneutics of faith and the hermeneutics of suspicion. *Narrative Inquiry*, 14(1), 1-28. <https://doi.org/10.1075/ni.14.1.01jos>
- Josselson, R. (2007). The Ethical Attitude in Narrative Research: Principles and Practicalities. In D. J. Clandinin (Ed.), *Handbook of narrative inquiry: Mapping a methodology* (pp. 537-566). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Josselson, R., & Hammack, P. L. (2021). *Essentials of Narrative Analysis*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Jost, J. T. (2017). Ideological Asymmetries and the Essence of Political Psychology. *Political Psychology*, 38(2), 167-208. <https://doi.org/10.1111/pops.12407>
- Jost, J. T., & Sidanius, J. (Eds.). (2004). *Political Psychology*. New York: Taylor & Francis Books.
- Joyce, H. (2021). *Trans: When ideology meets reality*. London: Oneworld.
- Junqueira, R. D. (2018). A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 449-502.
- Junqueira, R. D. (2022). *A invenção da “ideologia de gênero”: Um projeto reacionário de poder*. Brasília: LetrasLives.
- Kinnvall, C. (2004). Globalization and Religious Nationalism: Self, identity, and the search for ontological security. *Political Psychology*, 25(5), 741-767. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9221.2004.00396.x>

- Kinnvall, C. (2014). Fear, insecurity and the (re)emergence of the far right in Europe. In P. Nesbitt-Larking, C. Kinnvall, T. Capelos & H. Dekker (Eds.), *The Palgrave Handbook of Global Political Psychology* (pp. 316-335). New York: Palgrave Macmillan.
- Kinnvall, C. (2017). Feeling ontologically (in)secure: States, traumas and the governing of gendered space. *Cooperation and Conflict*, 52(1), 90-108. <https://doi.org/10.1177/0010836716641137>
- Kinnvall, C., & Mitzen, J. (2020). Anxiety, fear, and ontological security in world politics: Thinking with and beyond Giddens. *International Theory*, 12, 240-256. <https://doi.org/10.1017/S175297192000010X>
- Kováts, E., & Põim, M. (2015). *Gender as symbolic glue: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe*. Berlin: Foundation for European Progressive Studies & Friedrich Ebert Stiftung.
- Kuby, G. (2015). *The global sexual revolution: Destruction of freedom in the name of freedom*. New York: Angelico Press.
- Kuhar, R., & Paternotte, D. (Eds.). (2017). *Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing Against Equality*. New York: Rowman & Littlefield International.
- Lavizzari, A. (2019). *Protesting Gender: The LGBTIQ Movement and its Opponents in Italy*. London: Routledge.
- Lelis, R. C. (2022). Interpeleções parlamentares a um homossexual na Constituinte de 1987-99: Reações à fala de João Antônio Mascarenhas na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais. *Direito, Estado e Sociedade*, 60, 239-264. <https://doi.org/10.17808/des.0.1794>
- Lemos, A., & Carvalho, R. (2020). *Ideologia de gênero: Entendendo o que é e qual a sua responsabilidade*. Rio de Janeiro: CPAD.
- Linhares, J. (2017). *Como ser ou não ser*. Belo Horizonte: Editora Getsêmani.
- Lobo, M. (2016a). *A ideologia de gênero na educação*. Curitiba, PR: Ministério Marisa Lobo.
- Lobo, M. (2016b). *Famílias em Perigo: O que todos devem saber sobre a ideologia de gênero*. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel.
- Luna, N. (2017). A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. *Cadernos Pagu*, 50, e175018. <https://doi.org/10.1590/18094449201700500018>
- Machado, M. D. C. (2012). Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 7, 25-54. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000100003>
- Machado, M. D. C. (2018). O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”. *Revista Estudos Feministas*, 26(2), 1-18. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n247463>

- Maracci, J. G. (2019). *Reflexões sobre verdade e política: Mapeando controvérsias do kit gay* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/201276>
- Maracci, J. G., & Prado, M. A. M. (2022). Ofensiva antigênero e a depuração dos direitos humanos como política de Estado no Brasil. *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, 22(4), 1372-1392. <https://doi.org/10.12957/epp.2022.71643>
- Marchlewska, M. et al. (2019). In search of an imaginary enemy: Catholic narcissism and the endorsement of gender conspiracy beliefs. *The Journal of Social Psychology*, 159, 766-779. <https://doi.org/10.1080/00224545.2019.1586637>
- Marcus, G. E. (1995). Ethnography in/of the World System: The emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24, 95-117. <https://doi.org/10.1146/annurev.an.24.100195.000523>
- Marková, I. (2016). *The dialogical mind: Common sense and ethics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Márquez, N., & Laje, A. (2016). *El libro negro de la nueva izquierda: Ideología de género o subversión cultural*. Madrid: Unión Editorial/Centro de Estudios LIBRE.
- Martinez, F. J. (2019). Feminismos em movimento no ciberespaço. *Cadernos Pagu*, 56, 1-34. <http://doi.org/10.1590/18094449201900560012>
- Martinez, F. J. (2021). Militantes e radicais da quarta onda: O feminismo na era digital. *Revista Estudos Feministas*, 29(3), 1-14. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n370177>
- Martins, I. G. S., & Carvalho, P. B. (Eds.). (2016). *Ideologia de gênero*. São Paulo: Noeses.
- Martins Neto, F. N. et al. (2016). *Gênero: Ferramenta de desconstrução da identidade*. São Paulo: Editora Katechesis.
- Mayer, S., & Sauer, B. (2017). "Gender ideology" in Austria: Coalitions around an empty signifier. In R. Kuhar & D. Paternotte (Eds.), *Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing Against Equality* (pp. 23-40). New York: Rowman & Littlefield International.
- McKenna, W., Kessler, S.J., Tiefer, L., & Schober, J. (2002). Book Review: *As Nature Made Him: The Boy Who Was Raised as a Girl*. By John Colapinto. HarperCollins, New York, 2000, 279 pp., \$35.00. *Archives of Sexual Behavior*, 31, 301-306. <https://doi.org/10.1023/A:1015261105748>
- Melo, S. (2022). Evangélicos e aborto na Constituinte (1987-1988). *Religião e Sociedade*, 42(1), 61-80. <http://doi.org/10.1590/0100-85872021v42n1cap03>
- Meyer, D. S., & Staggenborg, S. (1996). Movements, Countermovements, and the Structure of Political Opportunity. *American Journal of Sociology*, 101(6), 1628-1660. <https://doi.org/10.1086/230869>

- Minnesota Family Council. (2019). *Responding to transgender issue: Parent resource guide*. Saint Paul, MN: Minnesota Family Council.
- Miskolci, R., & Campana, M. (2017). “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 32(3), 725-748. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>
- Miskolci, R., & Pereira, P. P. G. (2018). Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. *Cadernos Pagu*, 53. <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201800530000>
- Monroe, K. R. (1996). *The Heart of Altruism: Perceptions of a common humanity*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Moreira, R. (1988). *Temporada de Caça* [YouTube]. São Paulo: Rita Moreira Videos. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=1bWC3nFCu58&t=279s>
- Natividade, M. (2009). Sexualidades ameaçadoras: Religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 2, 121-161.
- Nogueira, S. F. (2018). *Em defesa da(s) família(s): Discursos sobre conjugalidade não heteronormativas no Legislativo federal e no Judiciário brasileiros (1995-2017)* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. Recuperado de <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6636>
- Norris, P., & Inglehart, R. (2019). *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- O’Leary, D. (1995). *Gender: The Deconstruction of Women*. Analysis of the Gender Perspective in Preparation for the Fourth World Conference of Women. Beijing, China. September. Recuperado de <https://digitalcollections.library.gsu.edu/digital/collection/arwg/id/19598/>
- O’Leary, D. (1997). *The gender agenda: Redefining equality*. Lafayette, LA: Vital Issues Press.
- Oliveira, J. T. (2020). Lobby das meninas: A mulher na constituinte de 1987/88. *Arquivo Nacional*. Recuperado de <http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/213-lobby-das-meninas.html>
- Pasieka, A. (2019). Anthropology of the far right: What if we like the “unlikeable” others?. *Anthropology Today*, 35(1), 3-6. <https://doi.org/10.1111/1467-8322.12480>
- Paternotte, D. (2020). Backlash: A misleading narrative. *LSE blog Engenderings*. Recuperado de <https://blogs.lse.ac.uk/gender/2020/03/30/backlash-a-misleading-narrative/>
- Paternotte, D. (2023). Victor Frankenstein and his creature: the many lives of ‘gender ideology’. *International Review of Sociology*, 33(1), 80-104. <https://doi.org/10.1080/03906701.2023.2187833>

- Paternotte, D., Case, M. A., & Bracke, S. (2016). The Sin of Turning Away from Reality: An Interview with Father Krzysztof Charamsa. *Religion & Gender*, 6(2), 226-246. <https://doi.org/10.18352/rg.10168>
- Patterson, M. & Monroe, K. R. (1998). Narrative in Political Science. *Annual Review of Political Science*, 1, 315-331. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.1.1.315>
- Pearce, R., Erikainen, S., & Vincent, B. (2020). TERF wars: An introduction. *The Sociological Review Monographs*, 68(4), 677-698. <https://doi.org/10.1177/0038026120934713>
- Pereira, C. F. (2022). *Movimento LGBTI+ e partidos políticos: A institucionalização partidária da diversidade sexual e de gênero no Brasil* (Tese de Doutorado). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado de <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/45847>
- Pereira, M. M. (2017). Movimento LGBT e políticas públicas nos governos federais do Partido dos Trabalhadores (2003-2014). Trajetória e características. *Estudos de Sociologia*, 2(23), 195-238
- Pereira, M. M. (2018). *Um confronto político no presidencialismo de coalizão: Os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró-família (2003-2014)* (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182964>
- Pereira, M. M., Aragusuku, H. A., & Teixeira, J. M. (2023). Direitos humanos em disputa: (Des)institucionalização e conflitos entre movimento LGBTQIA+ e ativismo antigênero no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 38(111), 1-21. <https://doi.org/10.1590/3811026/2023>
- Pinheiro-Machado, R., & Scalco, L. (2021). Humanising fascists? Nuance as an anthropological responsibility. *Social Anthropology*, 29(2), 329-336. <https://doi.org/10.1111/1469-8676.13048>
- Pinker, S. (2002). *The Blank Slate: The modern denial of human nature*. New York: Penguin Books.
- Prado, M. A. M., & Corrêa, S. (2018). Retratos transnacionais das cruzadas antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18(43), 444-448.
- Polkinghorne, D. E. (1988). *Narrative Knowing and the Human Sciences*. Albany, NY: State University of New York Press.
- Polletta, F. (1998). Contending stories: Narrative in social movements. *Qualitative Sociology*, 21(4), 419-446. <https://doi.org/10.1023/A:1023332410633>
- Polletta, F., Chen, P. C. B., Gardner, B. G., & Motes, A. (2011). The Sociology of Storytelling. *Annual Review of Sociology*, 37, 109-130. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-081309-150106>

- Pontifical Council for the Family. (2000). *Family, Marriage and “De Facto” Unions*. Vatican City: Roman Curia.
- Pontifical Council for the Family. (2006). *Lexicon: Ambiguous and debatable terms regarding family life and ethical questions*. Front Royal, VA: Human Life International.
- Quadros, M. P. R. (2015). *Conservadorismo à brasileira: Sociedade e elites políticas na contemporaneidade* (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Raymond, J. G. (1994). *The Transsexual Empire: The making of the she-male*. New York: Teachers College Press.
- Reis, T., & Eggert, E. (2017). Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & Sociedade*, 38(138), 9-26. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017165522>
- Rhodes, R. A. W. (2017). *Interpretive Political Science: Selected Essays, Volume II*. Oxford, UK: Oxford University Press.
- Rocha, C. (2018). “Menos Marx, Mais Mises”: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018) (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-19092019-174426>
- Rocha, C. (2020). Cristianismo ou conservadorismo? O caso do movimento anti-aborto no Brasil. *Tomo*, 36, 43-77. <https://doi.org/10.21669/tomo.vi36.12777>
- Rocha, C., Solano, E., & Medeiros, J. (2021). *The Bolsonaro Paradox: The public sphere and right-wing counterpublicity in contemporary Brazil*. New York: Springer.
- Rochamonte, C. (2019). *Um olhar liberal-conservador sobre os dias atuais: Ensaio políticos e morais*. Lisboa: Chiado Books.
- Saffioti, H. (1995). Enfim, sós Brasil rumo a Pequim. *Revista Estudos Feministas*, 3(1), 198-202. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Salgado, F. M. M. (2023). “Deus, pátria, família” e homossexualidade: Um estudo psicopolítico de gays e lésbicas de direita no Brasil (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/40802>
- Sandoval, S. A. M., Hur, D., U., & Dantas, B. S. A. (Orgs.). (2014). *Psicologia Política: temas atuais de investigação*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Sarbin, T. R. (1986). The Narrative as a Root Metaphor for Psychology. In T. R. Sarbin (Ed.), *Narrative Psychology: The Storied Nature of Human Conduct* (pp. 3-21). Westport, CT: Praeger.

- Sarbin, T. R. (1988). Emotions as narrative emplotments. In M. J. Packer & R. B. Addison (Eds.), *Entering the Circle: Hermeneutic investigation in Psychology* (pp. 185-201). Albany, NY: State University of New York Press.
- Scala, J. (2004). *IPPF: A multinacional da morte* (trad. L. C. Lodi da Cruz). Anápolis, GO: Múltipla Gráfica e Editora.
- Scala J. (2010). *La ideología de género: o el género como herramienta de poder*. Rosario: Ediciones Logos.
- Scala, J. (2011). *Ideologia de gênero: O neototalitarismo e a morte da família*. São Paulo: Editora Katechesis.
- Schatz, E. (Ed.). (2009). *Political Ethnography: What immersion contributes to the study of power*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Severo, J. (1998). *O Movimento Homossexual: Sua história, suas tramas e ações, seu impacto na sociedade, seu impacto na Igreja*. Belo Horizonte: Editora Betânia.
- Shanahan, E. A., Jones, M. D., & McBeth, M. K. (2011). Policy Narrative and Policy Processes. *The Policy Studies Journal*, 39(3), 535-561. <https://doi.org/10.1111/j.1541-0072.2011.00420.x>
- Shibutani, T. (1955). Reference groups as perspectives. *American Journal of Sociology*, 60(6), 562-569. <https://doi.org/10.1086/221630>
- Shrier, A. (2019). *Irreversible Damage: The transgender craze seducing our daughters*. Washington, D.C.: Regnery Publishing.
- Silva, G. M. H. (2022). *Redes, sentidos e performance: Um estudo sobre a ascensão da mobilização antigênero no Brasil* (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Smith, A. E. (2019). *Religion and Brazilian Democracy: Mobilizing the People of God*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Smythe, W., & Murray, M. J. (2000). Owning the story: Ethical considerations in narrative research. *Ethics & Behavior*, 10(4), 311-336. https://doi.org/10.1207/S15327019EB1004_1
- Somers, M. R. (1994). The narrative constitution of identity: A relational and network approach. *Theory and Society*, 23, 605-649. <https://doi.org/10.1007/BF00992905>
- Somers, M. R., Gibson, G. D. (1994). Reclaiming the epistemological “Other”: Narrative and the social construction of identity. In C. Calhoun (Ed.), *Social Theory and the Politics of Identity* (pp. 37-99). Cambridge, MA: Blackwells.
- Souza, S. D. (2014). “Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. *Estudos de Religião*, 28(2), 188-204. <https://doi.org/10.15603/2176-1078/er.v28n2p188-204>

- Stambolis-Ruhstorfer, M., & Tricou, J. (2017). Resisting “gender theory” in France: A fulcrum for religious action in a secular society. In R. Kuhar & D. Paternotte (Eds.), *Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing Against Equality* (pp. 79-98). New York: Rowman & Littlefield International.
- Spink, M. J. (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Spink, M. J., Brigagão, J. I. M., Nascimento, V. L. V., & Cordeiro, M. P. (Eds.). (2014). *A produção da informação na pesquisa social: Compartilhando ferramentas*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em Psicologia Social: Uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 18-42. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.11.052706.123951>
- Szwako, J. (2014). O ‘mau desempenho’ de Lugo: gênero, religião e contramovimento na última destituição presidencial paraguaia. *Opinião Pública*, 20(1), 132-155. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762014000100007>
- Teitelbaum, B. R. (2020). *War for eternity: The return of traditionalism and the rise of the populist right*. London: Penguin Books.
- Teitelbaum, B. R. (2019). Collaborating with the radical right: Scholar-informant solidarity and the case for an immoral anthropology. *Current Anthropology*, 60(3), 414-435. <https://doi.org/10.1086/703199>
- Teixeira, J. M. (2018). *A conduta universal: Governo de si e políticas de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus* (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-30052019-103135>
- Teixeira, J. M., Bulgarelli, L. (2023). Gender and sexuality (still) in dispute: Effects of the spread of “gender ideology” in Brazil. In R. Pinheiro-Machado & T. Vargas-Maia (Eds.), *The rise of the radical right in the Global South* (pp. 158-171). London: Routledge.
- Teixeira, R. P. (2019). “Ideologia de gênero”?: *As reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/35044>
- Thurlow, C. (2022). From TERF to gender critical: A telling genealogy?. *Sexualities*, 0(0), 1-17. <https://doi.org/10.1177/13634607221107827>
- Tilly, C. (2004). *Social Movements, 1768-2004*. London: Paradigm Publishers.
- Vaggione, J. M. (2012). La “cultura de la vida”: Desplazamientos estratégicos del activismo católico conservador frente a los derechos sexuales y reproductivos. *Religião & Sociedade*, 32(2), 57-80. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872012000200004>

- Vasconcelos, F. T. R. (2023). A dissidência tradicionalista: A reinvenção da extrema direita brasileira como aliança “vermelho-marrom”. *Almanaque de Ciência Política*, 7(2), 1-29.
- Velasco e Cruz, S., Kaysel, A., & Cudas, G. (Eds). (2015). *Direita, Volver!/: O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Vianna, A. R. B., & Carrara, S. (2008). Sexual politics and sexual rights in Brazil: A case study. In R. Parker, R. Petchesky, & R. Sember (Eds), *SexPolitics: Reports from the front lines* (27-51). Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch.
- Vigoya, M. V., & Rondón, M. A. R. (2017). Hacer y deshacer la ideología de género. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 27, 118-127. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.27.07.a>
- Viteri, M. A. (2016). Gender, Sexuality, Human Mobility, and Academic Freedom in Ecuador. *Lasa Forum*, 47(2), 33-35.
- Wedeen, L. (2010). Reflections on Ethnographic Work in Political Science. *Annual Review of Political Science*, 13, 255-272. <https://doi.org/10.1146/annurev.polisci.11.052706.123951>
- Wedeen, L. (2002). Conceptualizing Culture: Possibilities for Political Science. *American Political Science Review*, 96(4), 713-728. <https://doi.org/10.1017/S0003055402000400>
- Weeks, J. (2007). *The world we have won: The remaking of erotic and intimate life*. London: Routledge.
- Weeks, J. (2012). *Sex, Politics and Society: The regulation of sexuality since 1800* (3a ed.). London: Routledge.
- Wehrle, F. (2019). *Ontological (In)Security and Gender: Anti-feminism and anti-genderism in German right-wing populism* (Dissertação de Mestrado). Faculty of Social Sciences, Lund University, Lund.
- White, H. (1980). The Value of Narrativity in the Representation of Reality. *Critical Inquiry*, 7(1), 5-27. <https://doi.org/10.1086/448086>
- Whittier, N. (2014). Rethinking Coalitions: Anti-Pornography Feminists, Conservatives, and Relationships between Collaborative Adversarial Movements. *Social Problems*, 61(2), 175-193. <https://doi.org/10.1525/sp.2014.12151>
- Wilkinson, A. (2021). Reckoning with ‘humanising fascists’ and other requisites of an anthropology of the far right. *Social Anthropology*, 29(2), 368-370. <https://doi.org/10.1111/1469-8676.13058>
- Wilkinson, A. (2022). *Illiberal Insecurities: Distrust and post-truth populism in anti-gender movements in Mexico* (Tese de Doutorado). School of Social Sciences, University of California, Irvine.

Zschieschang, T. (2020). *O processo de identificação política de mulheres: Estratégias de enfrentamento à exclusão e de fomento à participação segundo trajetórias de envolvimento social* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/23363>

Anexos

Anexo 1

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

A pesquisa que você está sendo convidada(o) a participar é intitulada “Produção de sentidos e engajamento político em grupos e movimentos que lutam contra a ideologia de gênero no Brasil” e está sendo desenvolvida pelo Pesquisador Me. Henrique Araujo Aragusuku (doutorando do Programa de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo). Esta pesquisa tem como objetivo compreender os sentidos produzidos por lideranças políticas e intelectuais, autoridades religiosas, ativistas e grupos em relação a sua atuação de oposição à ideologia de gênero no Brasil.

Tal proposta de investigação é social e academicamente relevante uma vez que seus resultados poderão contribuir para a produção de conhecimentos sobre os conflitos em torno do conceito de gênero e os discursos políticos mobilizados no cenário brasileiro.

Para a consecução de nosso objetivo, está prevista a realização de uma revisão bibliográfica sobre o tema, da análise de documentos de domínio público e de entrevistas com pessoas que atuam na oposição à ideologia de gênero no Brasil.

As entrevistas terão duração aproximada de uma hora, serão gravadas em áudio e tratarão sobre temas como compreensão pessoal sobre o que é a “ideologia de gênero”, autoidentificação, história de vida, atuação social e/ou política, compreensão do contexto social e político em que vive, motivações para a atuação contra a ideologia de gênero, adversários e alianças. Os materiais audiovisuais ficarão gravados em notebook pessoal e serão utilizados apenas pelo pesquisador.

Como trabalhamos com entrevistas, acreditamos que esta pesquisa não oferece danos à sua integridade física ou psíquica, mas pode gerar certo desconforto pelo tempo despendido com a entrevista. Entretanto, caso ocorram desconfortos, estaremos disponíveis para dar o apoio que se fizer necessário.

Como principais benefícios, acreditamos que esta entrevista poderá servir como um espaço de reflexão e diálogo, que possibilita a elaboração de novas reflexões e um maior autoconhecimento sobre a atuação política em torno da temática da pesquisa.

Além disso, garantimos-lhe fornecer os esclarecimentos que forem necessários sobre os objetivos e a metodologia do estudo, bem como-lhe entregar uma via do presente Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE).

Você tem o direito de recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado. Garantimos o sigilo de suas informações pessoais, de modo a assegurar sua privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Garantimos, também, que você terá acesso a gravação e transcrição de sua entrevista, bem como aos produtos deste estudo (tais como artigos científicos, livros e capítulos de livro).

Sua participação nesta pesquisa será totalmente voluntária e não será remunerada. No entanto, caso haja despesas com deslocamento e/ou traslado para a realização das entrevistas, estas poderão ser ressarcidas.

Se tiver dúvidas durante sua participação na pesquisa, mesmo depois dela ter se encerrado, você poderá entrar em contato para esclarecê-las conosco ou com o Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos (CEPH) do

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), por meio dos telefones, endereços e e-mails abaixo discriminados:

Contato do pesquisador:

Av. Prof. Mello Moraes, 1.721 - Bloco A, 2o andar, sala 105

CEP 05508-030 Cidade Universitária - São Paulo/SP

E-mail:

Tel.:

Contato do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da USP:

Av. Prof. Mello Moraes, 1.721 - Bloco G, 2o andar, sala 27

CEP 05508-030 Cidade Universitária - São Paulo/SP

E-mail: ceph.ip@usp.br

Tel.: (11) 3091-4182

Ao assinalar a opção “aceito participar”, você atesta sua anuência com esta pesquisa, declarando que compreendeu seus objetivos, a forma como ela será realizada e os benefícios envolvidos, conforme descrição aqui efetuada.

Aceito participar.

Não aceito participar.

Nome:

RG:

Data: ____/____/____.

Assinatura:

Assinatura do pesquisador:

Anexo 2

Roteiro de entrevista

1. Gostaria que você se apresentasse, contando um pouco sobre sua história de vida.
2. Como você se identifica politicamente e identifica a sua atuação política (em sentido amplo, pode ser não partidária) ou social? Quais os termos que te definem?
3. Sobre sua atuação: quando você começou a se engajar em temas políticos e sociais? Como é sua atuação hoje? E como essa atuação perpassa a sua vida?
4. Como o grupo que você participa se organiza? Você poderia me contar a história desse grupo? Quais atividades são realizadas e com que frequência?
5. O que você entende por ideologia de gênero? Quando você ouviu falar sobre esta questão pela primeira vez? Como isso influencia sua vida hoje?
6. Quais experiências em sua vida o/a convenceram dos malefícios da ideologia de gênero?
7. Por que a ideologia de gênero precisa ser combatida? Quais as estratégias utilizadas para combatê-la? Como você se engaja nesta questão?
8. Você se recorda de alguma ação ou protesto que tenha participado contra a ideologia de gênero? Caso não tenha participado, lembra de alguma ação ou protesto que você considerou relevante?
9. Quais são as pessoas e grupos aliados na luta contra a ideologia de gênero? Existem diferentes visões sobre o que é a ideologia de gênero e como ela deve ser combatida?
10. Quais os grupos e pessoas que promovem a ideologia de gênero? Por que você acha que elas fazem isso? O que as motivam? Você acha que pode convencer estas pessoas sobre os malefícios da ideologia de gênero?
11. Você acha que é possível acabar com a ideologia de gênero, que essa questão vai ter um fim? Por quais meios isso seria possível?
12. Gostaria de falar sobre algo que não foi perguntado?

Anexo 3

Resumo e informações relevantes do processo de condução das entrevistas

Data	Nome	Mundo	Organização	Identificadores	Forma de contato e primeiros diálogos	Local de condução da entrevista	Outras informações relevantes
15/02/2021	Eugenia Rodrigues	Feminista Radical	No Corpo Certo e WDI Brasil	Jornalista, ativista feminista radical e porta-voz da campanha No Corpo Certo	Todos os contatos foram realizados por email (disponível na internet)	Online, via Google Meet	Foi identificada por meio dos canais da campanha No Corpo Certo. Gostou bastante da proposta da pesquisa e me indicou outras pessoas para as entrevistas
17/02/2021	Anônima FR1	Feminista Radical	WDI Brasil	-	Contato realizado por email	Online, via Google Meet	-
02/03/2021	Mauro Duarte	Católico	Não especificada	Psicólogo, doutor em Psicologia Social, empresário do ramo de educação superior	Contato realizado e todos os diálogos realizados por email (disponível na internet)	Online, via Google Meet	Foi identificado em um Seminário Online sobre a <i>ideologia de gênero</i> promovido pelo youtuber católico Tiba Camargo. Mauro foi um dos palestrantes do seminário
11/03/2021	Anônimo FR2	Feminista Radical	Gays pela Abolição de Gênero e Frente LGB Brasil	-	Indicado pela Eugenia Rodrigues, que entrou em contato previamente para garantir que a entrevista era segura. O primeiro contato foi feito por email e as conversas prosseguiram por WhatsApp	Online, via Google Meet	-
19/04/2021	Luís Tourinho	Católico	Não especificada	Economista e liderança política	O primeiro contato realizado por email (disponível na	Online, via Google Meet	Foi identificado em uma live do Centro Dom

				católica	internet) e conversas prosseguiram no WhatsApp		Bosco, apesar de não fazer parte oficialmente do grupo. Começou sua atuação política no movimento estudantil, de recorte mais liberal, e depois se fixou na militância católica. Fui bastante atencioso com a pesquisa e me auxiliou a conseguir uma nova entrevista
20/01/2022	Lucas Henrique	Católico	Centro Dom Bosco	Tenente do Exército e liderança política católica	Indicado por Luís Tourinho. Inicialmente, não respondeu aos contatos por email. Contudo, após o contato por WhatsApp, concordou em participar da pesquisa	Online, via Google Meet	Apesar da entrevista ter sido online, posteriormente Lucas Henrique me recebeu na sede do Centro Dom Bosco para uma visita, onde participei de uma missa tradicional (conduzida em latim) e uma palestra
18/02/2022	Carmen Alves	Feminista Radical	WDI Brasil	-	Indicada por Eugenia Rodrigues. Os primeiros contatos foram feitos por email e as conversas prosseguiram por WhatsApp	Online, via Google Meet	-
25/03/2022	Raquel Andrade	Conservador (não especificado)	Instituto Infância Protegida	Advogada, especialista em Direito Penal e presidente do Instituto Infância Protegida	O primeiro contato foi realizado por email (disponível na internet) e as conversas prosseguiram por WhatsApp	Online, via Google Meet	Foi identificada em uma live com a vereadora Jessião, de Londrina-PR, realizada no canal Instituto Infância Protegida no YouTube. Se considera conservadora, mas não

							especificou uma corrente em específico. Frequenta uma igreja evangélica (não especificada), porém não vincula religião e política
07/04/2022	Noemi Cardozo	Evangélico	Não especificada	Professora universitária e coordenadora pedagógica de escola	O primeiro contato foi realizado pessoalmente, enquanto eu visitava o Grande Templo da Assembleia de Deus	Presencial, no Grande Templo da Assembleia de Deus, em Cuiabá	-
08/04/2022	Pastora Noemi de Camargo	Evangélico	Igreja Pentecostal Comunidade Jesus Pão e Vida de Cuiabá	Pastora do presbitério da igreja. Forma em História e em Teologia	Indicada pela Noemi Cardozo, que mediou o contato	Presencial, no Grande Templo da Assembleia de Deus, em Cuiabá	-
11/04/2022	Padre Paulo Ricardo	Católico	Igreja Católica, Arquidiocese de Cuiabá	Padre da Paróquia Cristo Rei, em Várzea Grande. Professor e divulgador digital. Formado em Filosofia e mestre em Direito Canônico. Ex-reitor do Seminário de Cuiabá	O primeiro contato foi realizado após uma missa, na qual Padre Paulo Ricardo estava presente. Após essa apresentação da pesquisa, foi marcada a entrevista na mesma semana	Presencial, na Paróquia Cristo Rei, em Várzea Grande	Nossa primeira conversa durou em torno de 1 hora, onde Padre Paulo Ricardo adiantou muitos dos assuntos da entrevista e dialogou comigo, tendo em vista que ele já havia lecionado aulas em um curso de Psicologia, sobre quais teorias e métodos eu estava utilizando na pesquisa
23/05/2022	Frederico Viotti e Guilherme Souza Martins	Católico	Instituto Plínio Corrêa de Oliveira	Frederico é formado em Direito e Ciência Política, e diretor de comunicação do	O primeiro contato foi realizado com Frederico, ao final da Caminhada por Nossa Senhora de Fátima, ocorrida na Avenida Paulista.	Presencial, na sede do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira, em São Paulo	Frederico e Guilherme, de forma bastante atenciosa, me fizeram uma visita guiada à sede do IPCO, um casarão localizado em

				IPCO Guilherme é formado em Direito e voluntário do IPCO	Frederico me passou seu cartão de contato para ser agendada uma visita à sede do Instituto, onde posteriormente apresentei a pesquisa e ocorreu a entrevista		Higienópolis, São Paulo, que foi a sede do TFP e o escritório pessoal de Plínio Corrêa de Oliveira
14/06/2022	Anônimo E1	Evangélico	Assembleia de Deus	Presbítero e coordenador do setor de jovens de uma Assembleia de Deus	Indicado por outro pesquisador, que mediou o contato	Online, via Google Meet	-
28/06/2022	Allysson Vidal Vasconcelos	Católico	Instituto Plínio Corrêa de Oliveira	Membro voluntário da Ação Jovem do IPCO	Indicado por Frederico Viotti para participar da pesquisa. Todos os contatos foram realizados por email	Online, via Google Meet	Allysson havia participado de diversas Caravanas realizadas pelo IPCO, em que o grupo entrega materiais em defesa do catolicismo tradicional em cidades de todo o país. No momento da entrevista, ele estava na França, pois se encontrava em formação em uma das organizações irmãs na Europa
04/07/2022 e 05/07/2022	Adriano Lima	Evangélico	Assembleia de Deus, Movimento Psicólogos em Ação	Psicólogo clínico, com experiência de pesquisa acadêmica, e voltado ao trabalho com saúde mental nas igrejas	O primeiro contato foi realizado por Instagram, seguido por conversas no WhatsApp	Online, via Google Meet	Foi identificado na internet por sua atuação em torno da temática, sobretudo no âmbito do Movimento Psicólogos em Ação
04/07/2022	Bruno Mendes	Evangélico	Igreja Adventista do	Profissional da área de tecnologia,	Primeiro contato e todas as conversas realizadas por	Online, via Google Meet	Foi identificado em um vídeo no YouTube em

			Sétimo Dia	não possui vinculação política específica e não se considera um ativista	email (disponível na internet). Inicialmente, não se sentia seguro em participar da pesquisa. Contudo, após um segundo contato alguns meses depois, concordou em participar		que ministrou uma aula sobre <i>ideologia de gênero</i> . Se tratava do canal de um grupo de estudos, composto por pessoas de diferentes igrejas evangélicas, sobre assuntos da política contemporânea
02/08/2022	Anônima FR3	Feminista Radical	WDI Brasil	-	Contato e todas as conversas ocorreram por email	Online, via Google Meet	-
03/08/2022	Anônima C1	Conservador (liberal)	Não especificada	-	-	Online, via Google Meet	-
09/08/2022 e 09/09/2022	Angela Gandra Martins	Católica	Opus Dei, Instituto Ives Gandra	Advogada, Doutora em Filosofia e professora universitária, ex-Secretária Nacional da Família do MMFDH e integrante da Opus Dei	Indicada por outra pesquisadora. O primeiro contato foi realizado por WhatsApp e toda a organização da agenda para as entrevistas, assim como autorizações oficiais, foram mediadas por assessoras do ministério	A primeira online, via Google Meet, e a segunda presencial, nos arredores da Avenida Paulista, em São Paulo	-
09/08/2022	Lucas Berlanza	Conservador (liberal)	Instituto Liberal	Jornalista, comunicador e divulgador de ideias liberais, e presidente do Instituto Liberal	Indicado por outra pesquisadora. Todos os contatos foram realizados por WhatsApp	Online, via Google Meet	-
07/10/2022	Ivana Brandão Costa	Católico	Comunidade Canção Nova	Comunicadora, mestre em	Indicada por um integrante da Canção Nova. O primeiro	Online, via Google Meet	Ivana morou na França por alguns anos e atuou

				Sexualidade e Afetividade, pelo Instituto João Paulo II (Roma), e coordenadora de comunicação (área de formação geral da Canção Nova	contato e as conversas foram realizadas por WhatsApp		na Canção Nova europeia. Foi lá que ela tomou consciência sobre o <i>gênero</i> e participou inclusive da La Manif pour Tous
22/11/2022	Anônimo C2	Conservador (antiliberal)	Nova Resistência	-	Indicado por uma liderança da Nova Resistência contatada pelo Twitter (atual X). Todos os contatos foram realizados por WhatsApp	Online, via Google Meet	-
25/01/2023	Pastor Jorge Linhares	Evangélico	Igreja Batista Getsêmani de Belo Horizonte	Líder da Igreja Batista Getsêmani de Belo Horizonte e do Conselho de Pastores do Estado de Minas Gerais	Primeiro contato realizado presencialmente ao final de um culto na sede da Igreja Getsêmani. Após agendamento com assessor pessoal (via WhatsApp), foi agendada a entrevista	Na sede da Igreja Batista Getsêmani, em Belo Horizonte	-